

OCOY

*O rio que levou boiando capacetes militares ...
e os sonhos*

Lauro Consentino Filho

**Para
Vera Lúcia e
Dona Alaíde.**

INTRODUÇÃO

Nunca pensei em ser escritor. Contar a minha história, o que vivi e transformá-la em um livro é diferente. Essa foi a decisão.

Durante muitos anos, quando contava as minhas aventuras políticas, muitos sugeriam: “Você tem que escrever”.

É verdade, a geração dos anos 60/70 viveu um mundo muito diferente do dos jovens de hoje.

Ao chegar aos 60 anos de idade, resolvi colocar minha vida no papel. Escrevi o que sobrou da memória. Consultei, principalmente, Dona Gorda, que viveu os momentos mais críticos.

Também não me dei ao trabalho de reler os antigos livros que me marcaram e ajudaram a formar os meus conceitos. Muitos desses conceitos mudaram, outros morreram e estão enterrados. Surgiram novas concepções que me transformaram em um homem sem verdades. Hoje, nada sei.

Evitei colocar nomes de muitas pessoas. Fazer análise crítica de pessoas sem provas poderia me levar aos tribunais. A memória na terceira idade também é difícil.

Ao reler essas poucas linhas, tive a sensação de estar escrevendo uma carta. Uma carta sem destino. Fiquei tranquilo. Meus textos escritos durante toda a minha vida foram somente cartas.

Mas há o outro lado. Talvez o motivo principal do livro seja a decepção, a morte dos sonhos e do idealismo. O ódio aos que mentiram, aos que trocaram de lado, aos interesses individuais escondidos, à falsidade. Em resumo: o ser humano lutando pelo poder, o poder individual de mando.

Quanto medo e sofrimento na juventude por nada. O individualismo é exatamente igual ao que condenávamos.

Os trechos citados são o resultado de minhas últimas leituras de livros recém-lançados. Agora estão confirmados, com detalhes, os acontecimentos de que, na época, a minha geração tinha dúvidas. Chego ao final da vida magoado, sem esperança e fazendo duas perguntas: A vida é assim e só eu não percebi? Ou a saída é continuar sonhando como um jovem?

COMEÇO
1962-1967

“A sólida base de nossa visão do mundo e também o grau de sua profundidade são formados na infância. Essa visão é depois elaborada e aperfeiçoada, mas, na essência, não se altera.”

Arthur Schopenhauer

Olhando o edital fixado na parede, não acreditei. Um veterano tinha a mesma lista na mão. “Quero ver” – pedi. O meu nome estava escrito ao lado do número nove. “Passei” – gritei pulando. Apareceu uma tesoura e começaram a tosar o meu cabelo. Uma garrafa de cachaça passava de mão em mão. Tomei um gole profundo. Era o dia mais importante dos meus vinte e um anos de idade. Calouro de Odontologia da Universidade Federal do Paraná. Entre os 486 candidatos, conseguira uma das 80 vagas.

Os pintados e descabelados foram organizados pelos veteranos. Começou uma passeata pela rua XV de Novembro. O trote terminou na piscina do chafariz da praça Osório, início da rua mais importante da capital. Era janeiro, verão em Curitiba. Voltei correndo para a “república” onde morava. O edifício ficava a cem metros da faculdade. Tomei banho e fui para uma barbearia completar o corte de cabelo.

Ao lado da faculdade, há uma agência do correio. Passei um telegrama para a família: “Estou na faculdade”!!

Após a matrícula e inscrição no diretório Acadêmico Guido Straube, ganhei uma boina vermelha de lã com o distintivo da escola. Esse relato já leva a um retorno do tempo.

A lembrança volta aos dezenove anos. Nunca esqueci aquele dia chuvoso em Morretes. Chegou o táxi. Uma enorme mala era minha companheira. Mãe Alaíde me abraçou chorando e eu nada entendi. Foi necessário o tempo passar por muitos anos para eu entender o choro daquela despedida: “Sabia que a viagem não tinha volta” – explicou-me, quando eu, já adulto e com consciência de vida do filho ao sair de casa.

Peguei o trem da tarde. Cinco horas depois estava na capital. A pensão indicada era bem próxima da faculdade. Construção de madeira,

antiga, muitos pensionistas e apenas um banheiro. Era muito ruim. Alguns meses depois, consegui vaga na pensão onde se hospedava o colega de ginásio, Gilberto Malucelli. O quarto pequeno era individual. A casa/pensão era de concreto e ficava na Rua Saldanha Marinho, em frente a uma praça, vizinha, na época, da Secretaria de Educação do Paraná.

O colega de pensão era amigo desde a infância. Estudamos juntos no Ginásio, na Escola Normal e na Escola Técnica de Comércio de Morretes.

Vim para Curitiba com emprego garantido na famosa loja de utensílios domésticos e móveis: Prosdócimo. Ficava na praça Tiradentes, marco zero de Curitiba, a uma quadra da Igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, padroeira de Curitiba.

O proprietário da loja João Prosdócimo era amigo de pescaria de meu pai, da baía de Paranaguá. Ele possuía um enorme barco com todo conforto. Chegavam a ficar semanas inteiras circulando pelos pesqueiros de Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Sul de São Paulo.

Cheguei um pouco nervoso à primeira experiência de emprego. Com a carta de apresentação, entrei na sala do diretor que me levou ao andar da contabilidade. Uma sala enorme, com umas dez escrivaninhas. A destinada a mim ficava em um plano elevado do chão. Era a maior e ocupava o centro da sala. Fui apresentado aos funcionários, todos mais velhos. Era o chefe. O meu curso de contabilidade do interior era teórico, sem trabalho prático nenhum. Sentei pela primeira vez em uma cadeira de espaldar alto.

Um funcionário, em poucos minutos, explicou a rotina do trabalho e a minha função. Não sabia nada e também não aprendi. Havia uma natural rejeição dos outros funcionários. Por que não escolheram um funcionário com anos de casa e experiência? Esse pensamento com certeza foi unânime. O salário era diferenciado e havia uma relação direta

com os diretores da empresa. Não estava preparado para um trabalho de contabilidade de tal envergadura.

Fiquei uma semana e fui transferido para o setor de crédito.

Passei a trabalhar atrás de um balcão com divisórias e guichês. Fazia entrevista aos pretendentes a compra parcelada. Preenchia a ficha, dados pessoais, endereço, renda, proposta de compra, valor e número de prestações. Tinha que fazer um estudo rápido usando uma máquina calculadora, a qual também tinha dificuldades de manuseio. Envolvia a renda, valor da compra, juros, etc. Pronto o estudo, levava ao chefe, alojado em uma redoma de vidro. Este lia a proposta, perguntava qual o guichê e, do seu posto de observação, olhava o pretendente da compra. Avaliava o quê? As vestimentas? O aspecto físico? A cor da pele? Os movimentos de braços e cabeça? Difícil saber que fatores davam a palavra final de aprovação ou não da compra a crédito.

Fui despedido 30 dias após por incompetência. Foi em março de 1962. Senti a dor do primeiro fracasso. Ainda não conhecia a palavra depressão.

O orgulho e a imagem foram feridos. Tinha a fama em Morretes de aluno exemplar, frequentador da biblioteca e os meus amigos eram de mais idade. Como seria visto por todos, em especial pelo meu pai e pela minha mãe? Como ficariam os meus gastos pessoais? A situação financeira da família era controlada. Não havia dívidas nem recursos de reserva. Meu pai, escrivão do crime no Fórum, recebia na época um salário muito baixo. Era também responsável pelo cartório de registro civil. Em cidade pequena nascia, casava ou morria pouca gente. E o valor das certidões era muito pequeno. Minha mãe, costureira da elite morretense. Trabalhava noites inteiras quando se aproximavam as festas tradicionais, baile de aniversário da cidade ou do clube, casamentos de ricos, etc.

Além da pensão, eu tinha as despesas de alimentação. Outra conta mensal: o cursinho preparatório Barddal. Além das passagens de trem toda semana para casa.

Precisava de emprego. Comecei a procurar. Passando um dia em frente ao Banco do Estado de São Paulo, um cartaz anunciava teste para contratação.

Fiz inscrição. A prova era de datilografia. Nessa área era bom. Aprendi no cartório do pai, a partir dos 11 anos de idade, a usar a máquina de escrever. Utilizava os 10 dedos, sem olhar o teclado. Tinha feito um treinamento usando um livro como manual. Era colocada uma cobertura de madeira para ocultar o teclado. Levei mais de um ano para dominar a máquina.

Escrever a máquina iniciou quando entrei no Ginásio Estadual Rocha Pombo. Tinha aulas pela manhã e à tarde fui convocado para ser “funcionário” do cartório de registro civil. Meu pai pagava um pequeno salário. Economizei os primeiros meses e fiz a aquisição mais importante da vida aos 11 anos.

Procurei a melhor alfaiataria local e paguei a minha primeira calça comprida. Era de linho na cor azul clara, linda. Meus amigos só tinham calça curta e me invejavam. Somente o uniforme do ginásio que era de calça longa, na cor cáqui. Horrorosa. Parecia uniforme da polícia.

Após o desastre da Prosdócimo, passei no teste do banco e estou até hoje esperando me chamarem. Apareceu outro teste, recomendado por um amigo de Morretes, que trabalhava num serviço em que seu tio era chefe. Uma unidade do governo estadual que se chamava Departamento de Obras Especiais. Os funcionários não eram do quadro efetivo do Estado. Fiz o teste e fui aprovado. Com certeza houve apadrinhamento. Muitos pretendentes deveriam estar muito mais bem preparados.

Passei a fazer a contabilidade dos gastos de gasolina, manutenção

de veículo e oficina dos carros do departamento. Trabalhava das 12 às 18 horas. Fiquei pouco tempo.

Meu pai, por ter amizade com o deputado estadual de Paranaguá Néelson Buffara, conseguiu para mim um emprego de professor primário, como efetivo do Estado. Não havia concurso na época. Mais um apadrinhamento político.

Era a escola primária Monsenhor Ivo Zanlorenzi em Campo Comprido, na época bairro agrícola de Curitiba. Iniciei a carreira de professor em maio de 1963.

Para mim, a escola ficava muito longe. Apanhava o ônibus, uma linha com poucos veículos que saía da praça Rui Barbosa, no centro da cidade. Partia passando pelo bairro Batel, centro da burguesia curitibana, e entrava em uma estrada de terra.

A escola existe até hoje, fica ao lado da igreja. Dava aulas à tarde. Pela manhã fazia o cursinho preparatório Barddal e à noite, aulas particulares de química, que me reprovou no primeiro vestibular que participei.

Não tinha nenhum conhecimento básico sobre tal matéria. Nos cursos de professor e contador não existe química. No segundo vestibular tirei a nota mínima nessa disciplina e passei em nono lugar. Nas outras matérias, português, biologia e física, obtive ótimas notas. Nessa época, essas eram as disciplinas do vestibular dos cursos de medicina e odontologia. Nos cursos técnicos, trocavam a biologia pela matemática.

Ao passar no vestibular, o curso tinha aulas pela manhã e à tarde. Passei a fazer plantão na Secretaria de Educação para ser transferido para uma escola com trabalho noturno. Consegui o Colégio Estadual Nilson Ribas, localizado no Jardim Centenário e bem mais próximo do centro da cidade. Como o colégio era ginásio e científico [hoje Ensino Médio] e eu era professor primário, fiquei lotado na Secretaria do Colégio como datilógrafo, graças ao empenho de seu diretor, um nordestino que se tornou, com o passar dos anos,

um grande amigo. Era 1964, ano em que iniciou o funcionamento do colégio.

A disciplina do colégio era rigorosa, mas, ao mesmo tempo, o diretor tinha uma visão social muito grande. Ele foi mais um professor para mim.

Após o início das aulas da faculdade, foi realizado o trote geral que incluía as outras dez faculdades da Universidade Federal do Paraná. Deram a mim um cartaz onde estava escrito: VIVA A LIBERDADE. Outros cartazes diziam: ABAIXO OS MILITARES, VIVA BRIZOLA. Antes dessa manifestação, houve a aula inaugural no auditório da reitoria e o palestrante foi Darcy Ribeiro, então Ministro da Educação do último Governo eleito antes de 1964. Estávamos às vésperas do golpe militar e não sabíamos. O Brasil iria começar um dos períodos mais triste da história e de minha memória.

Minha participação política começou em Morretes. Meus grandes amigos, mais velhos, estavam envolvidos com o Partido Trabalhista Brasileiro, sob o comando gaúcho.

Na cidade, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) era muito forte. Na época venceu três eleições municipais consecutivas. A área forte do partido eram os ferroviários. A rede ferroviária federal tinha um setor de manutenção de vagões e locomotivas na vila ferroviária da cidade. Havia também a usina de açúcar dos Malucelli, o setor de refinamento do açúcar no bairro Porto de Cima. O município tinha também treze engenhos de cachaça, além de agricultores de cana-de-açúcar e hortifrutigranjeiros.

A maioria esmagadora da população era de operários. Eu pertencia à “elite”, composta de patrões, comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos.

Em 1960 completei 18 anos e filiei-me ao PTB. Meu pai não gostou. No entender dos ferroviários, operários e agricultores, eu seria uma liderança junto às classes mais abastadas. Fui de início nomeado delegado do partido.

O presidente do sindicato dos operários, Nêgo Owalace era meu melhor amigo. A fábrica de papel onde ele trabalhava tinha sido construída por

uma empresa belga. A proposta era transformar o jasmim, arbusto que cobria as margens dos diversos rios da região, em papel. O projeto tinha muitos anos. Conheci a indústria já em decadência. Acredito que o alto custo do beneficiamento do jasmim inviabilizou o projeto. A fábrica foi vendida para empresários cariocas que a transformaram em reciclagem de papel usado, depois de ficar fechada durante muitos anos. Também a usina de açúcar e a maioria dos engenhos de cachaça estavam em crise financeira. Foi nessa época em que iniciei a minha vida político- partidária.

Na minha juventude meu pai era sócio dos dois clubes sociais, Club Literário 7 de Setembro, da “elite”: assim era definida a população de maior renda, e Clube Operário. Eu frequentava mais o Operário. Ficava mais à vontade, as mocinhas rodeavam-me, enquanto os rapazes ficavam a distância e, quando dançava, recebia deles, trancos pelas costas.

Acredito que muitos fatores influenciaram na minha formação. Morava em uma rua privilegiada da cidade. O quintal terminava no rio Nhundiaquara. Em frente da minha casa, uma praça mal cuidada, e todas as casas do outro lado, unidas entre si, eram de taipa. Até hoje a maioria das casas são assim: unidas e junto à calçada, como todas as cidades antigas do Brasil.

De todos os moradores da rua, três ficaram gravados fortemente na memória. O Bugre, apelido que lhe deram, era descendente de índios e tinha uma face malformada. Morava na casa mais humilde da rua e não tinha amigos. Na verdade os moradores o evitavam. Era bem mais velho que eu e começou muito cedo na bebida. Reencontrei-o muitos anos depois como mendigo em Curitiba. Esfarrapado, arrastando sempre um velho saco com trapos de roupa e garrafas vazias de bebida. Fugia quando me via. Nunca cheguei a conversar com ele. Seu paradeiro em Curitiba era na construção interrompida do teatro Guaíra, em frente à faculdade de odontologia. Alcoólatra

morreu muito novo.

O outro personagem era o Negrinho, muito magro, também não sabia o seu nome. Não frequentava escola. A mãe, de sangue ou adoção, era branca e lavadeira. Moravam bem em frente à minha casa. Quando jogávamos bola na praça, ninguém queria o negrinho no time, porque era ruim de bola. Sobrava sempre para ele o gol, em que engolia muitos frangos. Ambos desapareceram antes da minha mudança para Curitiba.

O terceiro personagem com mais idade tinha um apelido que não consigo lembrar. Era o adulto que sofria de epilepsia. Com frequentes crises, tinha o corpo cheio de cicatrizes, principalmente na face. A crise da doença levava-o bruscamente para o chão. Alguém via e corria para puxar a língua para fora, evitando que morresse afogado. Assim explicavam. Trabalhava na limpeza dos quintais e vivia na mesma casa do Negrinho.

Esses três personagens marcaram minha infância. Na época nenhum deles era mendigo. A sociedade morretense era solidária.

A nossa rua terminava no Grupo Escolar Miguel Schereder, rua vizinha do mercado municipal, construção antiga feita pelo meu bisavô Antônio. Era propriedade da família e alugada à Prefeitura Municipal. Em seu interior morava outro personagem marcante: Seu Cadeireiro foi expulso pela família devido ao alcoolismo. Para todos era o guardião do mercado. Fabricava cadeiras bem rústicas de vime. No fundo do mercado ficava sua pequena indústria e uma parede de pano velho fazia a separação da cama e fogão.

O Mercado era muito freqüentado. Tinha açougue, duas bancas de frutas e verduras e pequenas refeições. Na área central, um grande tanque redondo que servia para todos. Lá lavavam utensílios domésticos, roupas, rostos e limpavam os peixes para serem colocados num grande balcão. Havia também um mal cheiroso banheiro nos fundos com entrada por fora do prédio.

Na continuidade do mercado um enorme terreno. Meu pai

transformou-o em uma grande horta. Ele plantava alfaces, tomates, pepinos, cenouras, abóboras. O produto era distribuído entre amigos e funcionários do Fórum onde trabalhava. A minha família consumia poucas verduras.

Começa minha vida acadêmica. Das aulas a disciplina que mais me agradava era anatomia prática. Um fato muito marcante foi a missa com todos os alunos na sala dos cadáveres, dando início ao ano letivo. Fui o melhor aluno naquele ano, 1964, na disciplina de anatomia. O professor titular convidou-me para ser monitor. Enaltecido, agradei o convite. Tinha aulas durante o dia e trabalhava à noite. Era difícil aprofundar conhecimento na área de Anatomia. Em Histologia fui reprovado, fiquei para segunda chamada em fevereiro do ano seguinte.

No mesmo ano, na disciplina de Anatomia teórica, o Professor Carlos Moreira dava aulas no anfiteatro do primeiro andar, ao lado da biblioteca. Era meio do ano e o livro da matéria foi roubado da biblioteca. A bibliotecária entrou na sala de aula e anunciou: “Roubaram um livro de anatomia, quando terminar a aula, todos os alunos serão revistados”. O Professor Moreira imediatamente contestou: “Nenhum aluno meu será revistado, eu compro e trago um novo livro”.

No outro dia o professor cumpriu o prometido e um novo livro foi entregue à direção da biblioteca. Na aula seguinte, ele levou ao conhecimento de todos o fato e encerrou: “Não acho justo que inocentes paguem pelo que não fizeram”. Não houve mais roubos de meu conhecimento, realizados pela nossa turma. Esse fato ficou marcado para sempre, um grande exemplo de postura humana do professor de anatomia.

Envolvido em política estudantil desde o primeiro ano, participei na elaboração da chapa única do Diretório Acadêmico Guido Straube – assim denominado em homenagem a um ilustre professor. Na composição do novo

diretório participaram todas as tendências, da direita à extrema esquerda. Eu ocupei a Secretaria de Intercâmbio, que na hierarquia era o segundo cargo em importância.

Toda essa participação interna acabou chegando ao conhecimento do Partido Comunista Brasileiro – Partidão, que não tinha célula na Odontologia. Recebi a visita de um desconhecido que se identificou como estudante de direito, funcionário do Banco do Brasil e irmão de uma colega de turma.

Sem qualquer questionamento, após meia dúzia de reuniões conduzidas por quem seria meu futuro cunhado, entrei no partido. Foi criada uma célula do Partidão na faculdade. Eram necessários quatro elementos. Eu, com nome de guerra de Levi – o mesmo nome do diretor da faculdade –, Vera Lúcia com o nome de Carlota, outro colega com codinome de Lenine e o primo Yves estudante de Direito da Católica, com o nome de Matraga – personagem de Guimarães Rosa – completando uma colega também caloura. Era uma moça alta, magra e muito simpática.

O grupo tinha o meu comando. Reuníamos-nos pelo menos uma vez por mês. Pouca coisa a tratar. Liam-se documentos e panfletos repassados pelo partidão. Estudava-se sem nenhuma profundidade a filosofia marxista leninista.

A grande meta era assumir o comando do diretório da faculdade, o Diretório Central dos Estudantes – DCE – e a União Paranaense dos Estudantes. Nos primeiros tempos, perdemos todas as eleições. O governador do Estado na época era Ney Braga coronel do Exército que tinha participado do golpe militar. Ele exercia forte influência nas universidades, principalmente as estaduais. No ano seguinte, perdemos a UPE e ganhamos o DCE. Na eleição de representante de Odontologia no DCE, acabei saindo candidato único. Os adversários recuaram. Sem disputa, recebi 82% dos votos válidos. Foi o maior índice dos 11 representantes eleitos das outras faculdades para

ocupar o Diretório Central. A esquerda elegeu presidente Carlos Frederico Marés de Souza estudante da faculdade de Direito e a grande maioria dos representantes dos diretórios acadêmicos.

Na distribuição dos cargos, fiquei com a tesouraria. Para os membros eleitos não afinados com o grupo foi dada a diretoria esportiva e a de eventos sociais.

O DCE possuía um restaurante para 1.200 refeições diárias. O estudante pagava uma taxa simbólica e tinha direito a almoço e janta. Os recursos eram oriundos do Ministério da Educação, repassados e contabilizados pela reitoria da UFPR.

O padrão das refeições era ótimo. Possuíamos uma Kombi nova para compra diária de frutas e verduras no mercado municipal. À noite, a Kombi era usada para política. Como as refeições eram ótimas, a oposição nos criticava dizendo que a nossa administração ganhava as eleições pela boca. Malharam tanto que perdemos a eleição sucessória.

Além do restaurante, que ficava no subsolo, havia um pequeno prédio com vários andares. A tesouraria ficava no primeiro andar, atendimento médico e odontológico realizado por alunos das áreas, no segundo andar. O terceiro era da secretaria e presidência. O último andar era da imprensa. Foi nesse andar, após a compra de equipamentos para reprodução existente na época, que passamos a imprimir panfletos, documentos, jornais etc. Reproduzíamos livros proibidos. O maior sucesso foi à cópia de “Guerra de Guerrilha”, do companheiro Che Guevara.

Após meses de reunião da célula do PCB de Odontologia, veio do Comitê Estadual a primeira ordem de trabalho. Panfletagem para o dia Primeiro de Maio. Reuniões foram realizadas, com instruções para conduta em caso de insucesso, como prisões, posicionamento e respostas, em caso de interrogatório, linguagem unificada, desconhecimento de outras pessoas, etc.

Foram escalados dois casais: eu e Vera Lúcia ou Levi e Carlota e o primo Matraga e a Caloura. A moça alta de cabelos pretos.

Foi marcado o encontro na confeitaria Iguazu, ponto de encontro de renome no centro de Curitiba, no segundo andar do prédio da rua XV, esquina da Boca Maldita com praça Osório.

A ordem era aguardar no local a chegada de um mensageiro que entregaria dois envelopes com os panfletos e daria o roteiro da área geográfica onde deveriam ser distribuídos.

Nós simularíamos ser namorados e, preferencialmente, o panfleto deveria ser colocado por debaixo das portas nas casas dos operários.

Chegamos à confeitaria por volta de 22 horas. Tomando sorvete e refrigerantes, aguardávamos ansiosos à chegada do mensageiro. Era a nossa primeira ação. Em nossa mente estávamos iniciando a transformação do Brasil em “um país socialista”.

As horas passando e a angústia aumentando, o clima cada vez mais tenso. O primeiro a se manifestar foi o Madruga. Estava muito inseguro. De fato, era a ação mais arrojada designada por ordem superior. Não tínhamos a menor ideia do texto do panfleto a ser distribuído.

O medo começou a crescer no círculo em torno de nossa mesa.

A Vera Lúcia, para sair de casa sem dizer para a mãe o que ia fazer, vivia pensando na justificativa familiar. O irmão que também participava da ação inventou uma história para tirá-la de casa.

O Matraga era o mais nervoso. Falava baixinho para mim: “Primo, não estou preparado para isso. Vou desistir”. “Calma”, eu ponderava, também falando em seu ouvido. “Vai dar tudo certo, você vai ver”. Complementava com o discurso já memorizado: “A revolução acontecerá com pessoas dispostas e determinadas a enfrentar as situações mais adversas”.

Uma ou duas horas depois o primo começou a passar mal. Enjôo. O estômago estava respondendo ao medo. Branco, muito branco, com a ajuda

do garçom, levamo-lo ao banheiro para vomitar. “Ele não bebeu nada”, comentou o garçom. Mal sabia ele que naquela mesa estavam nascendo às lideranças que iriam transformar o Brasil. Iríamos mudar a face do pobre país. Era esse o objetivo, o sonho.

Afobado, olhando para todos os lados, entrou Vitorio Sorotiuk, companheiro estudante de Direito descendente de ucraniano. Carregava debaixo dos braços vários envelopes, que quase se espalharam pelo chão por descontrole emocional. Foi rápido na ordem: “Lauro, você e a Vera fazem a Água Verde. Matraga e companheira, o Capanema”. Ambos os bairros eram próximos do centro. O bairro do primo era a única favela de Curitiba, Favela do Pinto, motivo de gozação por causa do nome.

Pedimos a conta dos sorvetes e refrigerantes. Ao levantarmos, desmaiou a caloura. Como era uma mulher alta, a queda fez um tremendo barulho que movimentou toda a confeitaria. Curiosos cercaram a desfalecida. Um estudante, dizendo ser de medicina, tentou reanimá-la. Tudo foi muito rápido. Em questão de segundos, ela, muito pálida, estava em pé. Cambaleante, é verdade, mas em pé. Mais uma vez o garçom comentou: “Hoje não é o meu dia. Tudo está acontecendo na minha mesa e com clientes que só tomaram refrigerantes”. Não entendeu nada e provavelmente essa situação numa mais se repetiu em sua vida profissional. Reanimada a pálida, partimos para a grande tarefa.

Os bairros de Curitiba eram, na maioria, de casas de madeira. Como não existiam aparatos de segurança em torno das residências, era possível colocar o panfleto por debaixo da porta. E essa era a instrução. Se aparecesse algum curioso, devíamos fingir que éramos namorados e em silêncio continuar andando, sem correr.

Foi cumprindo essas instruções com competência e espírito socialista que nasceu o namoro e o futuro casamento entre o morreteano e a Vera. Nós

relembramos sempre da noite inicial da “aventura” política.

Na mesma noite, um grupo de vanguarda, as lideranças do partidão-ala estudantil, tinha ainda uma missão pouco antes do amanhecer: Usando o carro do Marés, presidente do DCE e único proprietário de veículo, jogamos para o ar na principal rua de Curitiba, o restante dos panfletos. Com o carro em alta velocidade, a missão foi cumprida.

No outro dia e nos seguintes, esperamos uma reação ou pelo menos comentários sobre nossa ousadia. Nada. Nenhuma notícia nos jornais e nas rádios. Dos amigos, conhecidos e colegas também nenhum comentário. Será que limparam totalmente a rua XV de Novembro antes de aparecerem os primeiros transeuntes? Que grande decepção! Até hoje, não tenho a menor ideia do conteúdo do panfleto. Devia pedir liberdade, eleições livres, abaixo os militares, restabelecimento da democracia e direitos sociais do povo. Particpei de outras panfletagens, mas nenhuma delas foi tão marcante como a primeira.

A vida político-acadêmica continuava, com um fato sucedendo outro. O Aparecido – codinome – membro do diretório estadual, tinha sido preso na rodoviária com um pacote de exemplares do jornal A Voz Operária – jornal oficial do partidão. Sua prisão desencadeou outras, incluindo a do meu futuro cunhado João Batista Tezza o representante estudantil no comitê central do Estado. Foram presos vários membros. Desmontou-se a organização no Paraná. Fiquei triste, mas também orgulhoso. Alguns dias após as prisões, fui convidado a assumir a tesouraria estadual e, ao mesmo tempo, providenciar novos “aparelhos” (casa ou apartamento) para alojar clandestinamente os companheiros que haviam escapado da prisão.

Minha vida sofreu uma grande transformação. Agora tinha que receber as contribuições dos simpatizantes, ver os apartamentos, pagar aluguel, participar de reuniões com pessoas muito mais velhas e experientes. E acho que não desapontei. Minha gestão no DCE foi de 1966 ao final de agosto de 1967 e no Partidão continuou.

No meio político-acadêmico a história era outra. Estavam acirradas as críticas ao comportamento do Partidão diante do momento nacional.

Fui convidado a participar de uma reunião em São Roque, interior de São Paulo. O local era um seminário de Padres. Estava em andamento o preparatório da convenção nacional da UNE. Estive também em Niterói, onde havia iniciado a dissidência ou o rompimento com o Partidão. O Partido Comunista do Brasil (PC do B) de João Amazonas já estava fora.

Entre vários paranaenses estudantes, fui eleito para participar do XXIX Congresso da UNE – órgão que era clandestino por ser extinto pelos militares. A propaganda possível, que atingiu o país, fixava a data de agosto/67, para a realização do congresso na cidade de São Paulo. Presidente do Brasil: Gal. Costa e Silva, ministro da Justiça Luis Antônio da Gama e Silva que anunciou em todos os órgãos de imprensa que o Congresso era ilegal e não seria realizado. “Entrego o meu cargo se o encontro acontecer”. Esse era o grande desafio.

Parti para São Paulo com uma pequena pasta com duas camisas, duas cuecas e material de higiene. O contato ou ponto se daria numa pequena praça no centro de São Paulo. Uma pessoa apareceria com a revista Mecânica Popular debaixo do braço. Havia umas palavras de ordem das quais não me lembro mais. Quase em frente de um cinema da praça definida, apareceu “o ponto”. Como num passe de mágica surgiram uns 20 estudantes. A ordem foi dada: “Vão todos para a rodoviária e peguem ônibus para Campinas. Durmam em uma pensão perto da rodoviária e, de lá, em grupos, a partir das 10 horas da manhã, vão para a praça Carlos Gomes. Uma Kombi branca, em etapas, apanha vocês”.

Ao sairmos de São Paulo, lotamos um ônibus e em Campinas, uma pensão. O exército mais a polícia estadual deveriam estar correndo atrás de nós nas universidades da capital.

De Campinas fomos para Valinhos. Também um patrimônio da Igreja Católica. Era um grande convento que abrigou mais de 400 estudantes oriundos de todos os estados brasileiros. Foi eleito presidente da UNE Luis Travassos. Conheci o grande e futuro líder da política brasileira - José Dirceu.

Na abertura do congresso, foi estendida uma faixa escrita: **XXIX Congresso Nacional da UNE** e embaixo dela outra faixa com os dizeres que em síntese pedia: **“Queremos a demissão do Ministro da Justiça”**. A foto feita pelo “Estadão”, jornal Estado de S. Paulo foi manchete. O ministro não cumpriu a palavra.

Foi eleito, em 27/06/67, o representante da Ação Popular ligado à Igreja Católica. Na lembrança, o meu candidato perdedor era carioca. Em 1968 o XXX Congresso de Ibiúna: 700 estudantes foram presos. Não participei, já era Dentista.



ENQUANTO ISSO...

O INDIO QUE CONHECE DEUS

Um dia, uma mãe índia acompanhada do casal Paulo e Eliete missionários da Igreja Batista e um funcionário da FUNAI, chegam ao balcão da recepção. A índia, com seu filho Esdras de 1 ano e 3 meses de idade, com fissura unilateral completa – lábio e céu da boca. Mãe e filho foram instalados na Casa do Índio de Curitiba. O representante da FUNAI retornou. Assim começa a história de um índio Palmari – autodenominação da Pamoari – indicação linguística Arawá, índios que vivem no Alto Amazonas, com uma população em torno de 700 nativos, distribuídos por quatro aldeias. Os missionários contaram que para chegar a aldeia que ficava a beira do lago Manissuã, era uma viagem de oito horas de barco. O grande acontecimento

foi que eles chegaram à aldeia no dia em que o menino nasceu. Segundo o relato, nessa tribo quando nasce uma criança com malformação é enterrada viva pela mãe. Um ato isolado. De acordo com a crença deles, o deus cometeu um engano e esse é o motivo do ato da morte. Nesta mesma época em outra aldeia do povo Deni uma criança havia sido sacrificada pelo mesmo problema. Os missionários salvaram o menino índio levando-a junto com a mãe para fora da aldeia e ficaram aguardando o crescimento da criança para tomar as providências.

Certo dia, chega um representante da FUNAI e, então, providenciam a vinda da garota até Curitiba.

Anos depois, no 6.º Congresso da ONU, realizado em 2006 também em Curitiba, uma participante denuncia um fato parecido: “Nasce a criança com um defeito físico e a mãe foge para a selva com o filho. Meses depois ela reaparece na tribo, sem o filho, mas sem nenhum controle emocional; a mãe tinha enlouquecido”. Um representante da FUNAI responde no Congresso que a Fundação trabalha para os índios manterem seus hábitos, crenças, práticas, danças, rituais, etc. Não cabe à instituição fazer interferências.

A paciente após o ato preparatório e um só ato cirúrgico é corrigida a deformidade. Elas ficaram aproximadamente um mês.

No final do mesmo ano, chega um convite de outro missionário para fazer uma visita à Amazônia, assim poderia conhecer a tribo indígena do nosso paciente. Por dificuldades financeiras, o CAIF/AFISSUR não mandou representante, mas outro convidado da Igreja Batista local fez a viagem. Quando retornou, veio me procurar: “Vocês não imaginam a confusão que o CAIF/AFISSUR armou com a reabilitação do pequeno índio”. Foi relatando o Pastor: “O retorno de Esdras à aldeia, o cacique e o pajé, vendo o menino totalmente curado, passaram a reverenciá-lo como o único índio que esteve com deus. O único que conhece deus de perto. Segundo a tribo, deus encantou-se com ele, levou-o de volta aos céus e corrigiu o seu erro. Ele passou a ser adorado por toda a comunidade dos Pamoari. Vocês deveriam ver com os próprios olhos o endeusamento. Por onde ele passa, todos se curvam e se manifestam na linguagem deles com atos de difícil definição. Esse trabalho de sua equipe mudou todo um comportamento”. Ficamos surpresos e sugerimos ao pastor: “O missionário deveria procurar a Universidade de

Manaus, na área de antropologia e relatar o caso para que a faculdade passasse a acompanhar de perto o desenlace desse ser humano, agora no papel de conhecedor direto de deus”. Como será a situação do indiozinho hoje um adolescente diferente, que passou com a mãe pela nossa convivência?



“Estranho é a pessoa ter saudades de si mesmo”, declarou um escritor dinamarquês, cujo nome está apagado da memória. Volto ao passado. A minha rua acompanha uma curva do rio Nhundiaquara. Assim, as casas unidas formavam um semiarco. A primeira casa de material muito antiga era, na época, a última residência no sentido sul. Hoje é um restaurante. Tinha um pequeno quintal carregado de bananeiras até o rio. Um pequeno espaço arborizado fazia divisa com a casa de meu avô Clemente, colada a casa onde eu morava. Na sequência, duas oficinas de fabricação de carroças. Depois, o correio e telégrafo da cidade, hoje Casa Rocha Pombo. Uma velha casa abandonada, hoje restaurante, e enfim a casa do delegado de polícia. Fechava o círculo uma outra casa abandonada, que mais tarde meu pai comprou.

Era então uma sucessão de casas coladas uma nas outras e todas com quintal para o rio. Não havia cerca dividindo os quintais. Todos possuíam uma fartura de árvores a maioria frutíferas. Na casa do meu avô, além dos pés de banana maçã, somava-se o caqui, o abacate e o limoeiro. Nos fundos da minha casa, goiabeiras, abricós e um enorme bambuzal na beira do rio.

Nas outras casas havia mamoeiros, jabuticabeiras, laranjeiras e ameixeiras. Bananeiras havia somente em dois quintais. No do avô e no do delegado onde havia uma grande variedade. Banana caturra, da terra e a banana ouro, a minha preferida. O delegado morava sozinho e não colhia os

frutos de suas bananeiras. O pessoal chegava escondido ao quintal de bote, cortava os cachos e levava para suas casas.

Uma vez colhi um belo cacho de banana ouro, ainda verde e antes que os passarinhos começassem a bicar. Cortei e escondi na minha caverna particular. Quando o cacho estava bem maduro, totalmente amarelado e sem nenhuma bicada de pássaro, depois de um almoço em casa, anunciei: **“Hoje eu trago a sobremesa”**. Saí correndo, buscar o lindo cacho de banana ouro. Meu pai após a chegada da sobremesa fez uma pausa e perguntou? **“De onde você cortou essa banana?”** **“Do bananal do vô Clemente”**, respondi. A resposta foi rápida: **“É mentira, lá não existe esse tipo de banana. Você roubou do quintal do delegado, pois só lá tem banana ouro”**. Em seguida acrescentou: **“Pegue o cacho e leve a ele”**. Não sabia o que fazer. Era tudo verdade. Peguei o cacho de banana e saí de casa, fui pela calçada em semicírculo, meu pai ficou olhando da porta. Já na casa do delegado, Seu Chiquinho, bati na porta. Ele levou tempo para aparecer. Era após o almoço, devia estar dormindo. Meio sonolento olhou para mim e fez a pergunta: **“O que foi?”** Cabeça rebaixada, com um olhar na porta de minha casa, vendo meu pai de olho em mim, respondi: **“Seu delegado, eu colhi este cacho no seu quintal. Cortei ainda verde para não perder para os pássaros. Agora, maduro, trago ao senhor”**. Ele olhou mais acordado e respondeu: **“Que lindo!”** e completou: **“É muito grande para mim”**. Entrou, voltou com uma faca, cortou a penca maior e agradeceu. **“O restante é todo seu”**. Agradecei também e retornei para casa. Meu pai esperava-me e fez a pergunta: **“O que aconteceu?”** Respondi: **“Ele me deu o restante do cacho, agradeceu muito, dizendo que era a primeira vez que alguém levava a ele um cacho de banana de seu quintal”**. Meu pai encerrou o assunto dizendo: **“O fruto é dele e você está proibido de repetir o que fez”**.

Foi uma experiência que aconteceu entre 7 e 9 anos de idade e marcou para sempre. Essa passagem marcante repetiu-se na vida.

Tesoureiro do DCE, final de mês, sozinho contando o dinheiro do pagamento das refeições. Eram muitas notas. Final de tarde, céu escurecendo. Chega um amigo. Olhando em cima da minha mesa, assustou-se com o volume.

– Ô, Lauro, quanto dinheiro!

– É o pagamento do carnê das 1.200 refeições diárias pagas pelos companheiros – respondi.

Ao lado do cofre aberto viam-se os maços já prontos. Veio a pergunta:

– Lauro, que tal uma noitada na **zona**?

Respondi:

– Não tenho dinheiro.

Ele, com ar de gozação:

– E todos esses pacotes?

– Não são meus. — respondi.

– Quem irá conferir?

Voltei a responder:

– Esse dinheiro não é meu.

Proseguiu:

– Então faz um empréstimo, para você e para mim e vamos festejar.

Guardei o dinheiro, fechei o cofre e respondi agressivo:

– Você não entendeu, ou está gozando. O dinheiro é do DCE.

Essa foi a primeira proposta de uso do dinheiro público. O cacho de banana deu recado.

Uma nova proposta. Final da gestão do DCE, setembro, véspera da Semana da Pátria, junto com o tesoureiro da reitoria da UFPR estava sendo feita a última prestação de contas.

Nós tínhamos duas fontes de renda. A mensalidade dos colegas,

praticamente simbólica e a da tesouraria da Universidade. Todo mês era feito a contabilidade e a prestação de contas. Além das compras de alimentos, pagava-se aos 20 funcionários que atuavam no refeitório, na limpeza e na preservação do prédio. O contador Ricardo da reitoria, longe do outro funcionário, seu ajudante, fez a proposta: “Lauro é o fim da gestão de vocês. O meu plano é igual ao que fiz aos seus antecessores. Rachamos 40.000 (não lembro qual era a moeda), você com 20.000 compra um consultório odontológico completo, incluindo raio X” — que era a grande novidade cara da época. “O seu antecessor aceitou o maço em dinheiro”. Não acreditava no que estava ouvindo. Parado, gaguejando respondi: “Vou denunciá-lo ao Conselho Universitário”.

A resposta foi seca: “Pode fazer. As contas de gestão passada já foram aprovadas e eu entrarei com um processo de calúnia contra você”. No outro dia, relatei o fato ao já ex-presidente, estudante de Direito e ele confirmou: “É perda de tempo, é sua palavra contra a dele. Só se você tiver como provar que seu antecessor recebeu o valor proposto, mas é também um processo lento e de difícil comprovação”.

Em final de 1967, último ano de faculdade, meu pai tinha um terreno no bairro do Xaxim em Curitiba, que na época, era bairro pouco habitado. Era formado por pequenos sítios de vaca de leite. Pedimos para a imobiliária de seu amigo Nelson Galvão que colocasse o terreno à venda. Com o dinheiro, pude comprar um consultório antigo, modelo 1952. Levei-o para Morretes, lixei-o e fiz uma pintura moderna, amarela. Antigamente os equipamentos eram todos brancos. O amigo Galvão também emprestou dinheiro para compras de instrumental e material para iniciar a vida de dentista e revolucionário.

ESCOLHA
1968-1970

“Quem vai morrer são os soldados do exército, filhos da população mais pobre do país e nós. Os generais, em caso de derrota, vão acabar morando suntuosamente nos países do Primeiro Mundo.”

Mohandas Gandhi

“Pela ambição do poder, até a guerra o homem faz. Traz a morte por não ver que o poder está na paz.”

Adélia Maria Woellner

Durante toda a faculdade, dois locais estavam fora de cogitação na minha fixação como dentista: Morretes e Curitiba. O primeiro por ser cidade pequena e já ter profissionais que atendiam à demanda. Na capital, no meu entender, havia necessidade de recursos financeiros para montar uma clínica sofisticada, exigência do curitibano. E teria também que dar continuidade à formação. Somente no Rio e em São Paulo existiam cursos de especializações. A ideia inicial era começar em uma cidade nova do norte do Estado, no eixo Londrina-Maringá. Andei viajando naquela região e também senti a necessidade de recursos financeiros. Havia uma grande migração de todo tipo de profissional, principalmente paulistas.

Na reta final do curso, surgiu uma oportunidade de viagem para o oeste do Estado. Um carregamento de equipamentos da área de eletricidade havia chegado ao porto de Paranaguá. Meu primo e mais uns seis caminhoneiros empreitaram o trabalho de levar a carga ao seu destino – Assunção/Paraguai. Embarquei como carona e fiz a primeira e única viagem à capital paraguaia. No retorno, caminhão vazio, o primo conseguiu uma carga de areia de Foz para Cascavel. No meio do caminho, paramos em Medianeira para abastecer. Desci do caminhão e fui até uma vendinha ao lado do posto. Dirigi-me ao senhor atrás do balcão: “Tem dentista nesta cidade?” Veio a resposta seca: “Tem um péssimo dentista que está indo embora”.

Voltei ao caminhão e pedi ao primo: “Vamos dar uma volta pela cidade? Talvez seja aqui minha nova residência” – brinquei. Subimos a rua principal, Av. Brasília. Chegamos à praça central onde fica a Igreja Matriz e voltamos pela rua Argentina até chegar novamente à BR 277. Todas as ruas de terra e poucas calçadas. A cidade tinha uns seis anos de fundação. Antes era um pequeno distrito de Foz do Iguaçu. No poder estava o segundo prefeito eleito na metade do mandato. Foram as informações que consegui. Voltamos, passando por Cascavel para descarregar a areia, também fiz algumas

pesquisas. Resposta: lá já havia doze profissionais instalados.

O acesso a Medianeira era pela BR 277, que tinha asfalto pronto até Laranjeiras do Sul, metade do caminho dos mais de 500 km que separam a cidade da capital.

Chegando a Curitiba, fui logo ao apartamento da minha noiva, Vera Lúcia, e exclamei: “Já temos onde morar é em Medianeira”. Ela correu para pegar o mapa do Paraná, mas Medianeira não constava nele. “Esse mapa é velho”, brinquei.

Continuava o roteiro de 4 anos: serviço de noite, faculdade e DCE onde tinha sido segundo escalão administrativo. Num dia qualquer, após o almoço, sentado na poltrona da sala de espera, recebi a visita do amigo estudante de jornalismo Fabio Campana acompanhado de dois cariocas. O papo é claro foi político.

Durante alguns meses, até a formatura, participei de algumas reuniões. Já não pertencia mais ao Partidão. Era estudante dissidente e em fase de término de curso. O local de encontro “político” geralmente era o bar próximo ao DCE e o papo sempre o mesmo. Como derrubar os militares depois da caipira de cachaça? A dissidência do partidão era grande. Em nível nacional, cada meia dúzia de companheiros tinha criado uma organização. Não sei precisar as datas, mas nasceram o MOLIPO – Movimento de Libertação Popular, POLOP – Política Operária. Algumas alterações ou composições, com o passar dos anos, chegaram mais perto de minha participação. A VPR – Vanguarda Popular Revolucionária que depois uniu-se à COLINA – Comando de Libertação Nacional que se juntou à VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária, que, no término de minhas atividades revolucionárias, acomodou a organização que eu ajudei a criar.

As propostas eram stalinistas, trotskistas, maoistas, fidelistas, etc. Cada grupo tinha um ídolo ou um estado modelo de proposta anti-imperialista. Como chegar ao poder era só divergência. O foco guerrilheiro era talvez o de

maior aceitação. Mas por onde começar? O grupo do PC do B de João Amazonas já estava instalado no Araguaia – sul do Pará. Alguns colocavam que a guerrilha teria que estar próxima do sistema financeiro, no coração do regime capitalista. Então teria de ser São Paulo. De fato houve estudo para montar um foco no município de Registro. Ficava em discussão, como segunda opção, o oeste/sudoeste do Paraná e Santa Catarina. Proximidade com o Paraguai, Argentina com os Montoneros – movimento político militar que estava em ação e no Uruguai, o movimento de Libertação Nacional – os Tupamaros em homenagem a Tupac Amaru, revolucionário Inca. Outra hipótese era o levante popular urbano. Das lideranças, os mais citados eram Lamarca, Mariguela e João Amazonas.

Eu não sabia mais nada. Não tinha vontade de entrar em nenhuma nova organização. Só tinha uma certeza, teria que começar minha vida profissional na cidade que tinha escolhido antes de entrar na política de foco de guerrilha. Já definido — Medianeira.

A formatura foi em março de 1968 e em julho parti para o oeste. Ao chegar, a primeira boa notícia: o mau dentista tinha partido para o Rio de Janeiro, onde ia fazer Medicina. Aluguei a sala que ele havia construído, ao lado da casa também sua, mas já vendida. As dependências físicas eram ótimas para consultório: sala de espera, espaço perfeito para instalação do meu velho equipamento, banheiro com espaço de manipulação de prótese, abrigo externo para o compressor de ar. Fixei na parede externa a placa: DENTISTA.

O consultório ficava ao lado das Lojas Pernambucanas e a uns cem metros da rodoviária, que era propriedade particular. Andava uma quadra, atravessava a BR sem asfalto ainda e chegava à pensão onde morava. Foi difícil arrumar um quarto. O dono da pensão, gaúcho como a grande maioria, acabou cedendo seu quarto que evidentemente era o melhor e ficava no andar de cima. O problema eram os banheiros. Só

existiam dois: masculino e feminino, e ficavam no final do corredor dos 20 quartos do andar térreo. Pela manhã e no final do dia, formavam-se enormes filas, tanto para o banho como para outras necessidades.

O gaúcho, boa gente, era também um bom churrasqueiro. Transformou o salão de entrada da pensão em churrascaria. Durante a semana tinha churrasco e outras comidas mais leves. Aos domingos era só churrasco, e lotava. O povo de Medianeira ia todo fazer a refeição na pensão onde eu morava.

Os primeiros meses não foram fáceis. Tinha feito minha transferência do emprego público de professor. Inicialmente fui trabalhar na Escola Primária Costa e Silva no período da manhã e somente à tarde no consultório. Fiquei dando aulas no primário por pouco tempo. No mesmo prédio, um ano antes foi fundada a Escola Normal Helen Keller, para onde fui transferido como secretário. Era o segundo escalão. Além de secretário, dava aulas de biologia. Assim, o meu consultório funcionava à tarde e no período noturno. Como a rede energética era muito precária, poucos procedimentos eram realizados à noite. Também faltava muita luz. Qualquer chuva ou vento forte, a energia era interrompida e a cidade ficava à luz de vela e lampião. Quando a chuva levava dias, parava tudo na cidade. As ruas e estradas de barro viravam lamaçais, os veículos não circulavam. A locomoção do agricultor era o cavalo. Em frente ao consultório já havia um local para amarrar os animais. O lamaçal deixava o comércio sem movimento e os moradores se reuniam no único clube da cidade, o Clube União, que também era time de futebol.

A cidade de Medianeira tinha dois distritos municipais: Missal, criado por alemães, fica no norte. Ao sul, divisa com o Parque Iguaçu, duas pequenas vilas: Flor da Serra e Jardinópolis, ambas com população de origem italiana. Hoje formam o Município com o nome de Serranópolis do Iguaçu. Missal, outro

extremo, também hoje é Município.

Eu me identificava com os gaúchos/italianos. Os velhos continuavam falando italiano. Essa realidade levava ao meu avô Clemente. Ele tinha nascido em 1888 em Lago Negro, sul da Itália e próximo a Nápoles. Imigrou com nove anos de idade na companhia de seu pai Antônio e da mãe Laura. Em italiano o nome dele era Cosentini Clemente. Meu bisavô Antônio era artesão de folhas de flandres, caleira. Produzia calhas para os telhados de Morretes. Com as sobras, ele produzia copos, canecos, baldes, panelas, cafeteiras e chocolateiras que, inicialmente, vendia em lombo de burros, usados para circular nas áreas rurais de Morretes, Antonina e Paranaguá. Com o tempo, treinou pessoal para confeccionar calhas, fixou-se em Morretes com um armazém de secos e molhados. Acabou sendo o comerciante mais bem-sucedido da cidade. Com o crescimento de meu avô Clemente e para evitar a convocação para o exército italiano, meu bisavô construiu uma bela casa, que existe até hoje, onde está gravado no andar superior o ano 1905.

Colocou a propriedade em nome de meu avô e entrou com pedido de cidadania brasileira. De posse de uma propriedade em solo brasileiro era mais fácil obter esse documento. O processo levou algum tempo e seu nome foi aportuguesado para Clemente Consentino. Dessa maneira, ele não era mais italiano e não precisava voltar para a guerra na Europa.

Meu bisavô foi um grande comerciante e acabou, pelas circunstâncias locais, sendo um dos homens mais ricos da cidade. Quando minha bisavó ficou doente, que, segundo meu conhecimento, era grave, câncer talvez, ele levou-a à Itália para fazer tratamento. Ela faleceu e ele nunca mais voltou. Segundo história familiar, meu avô, filho único, herdou: treze casas alugadas, uma quadra de lotes, o mercado municipal alugado para a Prefeitura e um pequeno sítio no distrito de Porto de Cima.

Meu avô Clemente casou-se com Maria Stella Pinto, descendente de

portugueses também bem situados economicamente na cidade. O resultado do casamento foi o nascimento de seis filhos, cinco homens e a tia Eleonora, pianista do cinema mudo da cidade. Eu fui o primeiro neto da família, assim tive grandes privilégios. Ganhei, aos mais ou menos 8 anos de idade, a primeira bicicleta infantil da vila. Era importada da Alemanha e deveria ser aro 12. Todos os amigos rodeavam a minha bicicleta e morriam de inveja.

Naquela época a bicicleta era um grande meio de locomoção. Na cidade havia uma loja de aluguel de bicicletas, todas para adultos homens e mulheres. Alugava-se por hora ou dia. Anos mais tarde, muitos dos amigos confessaram que o maior sonho era ter uma bicicleta igual a minha, que pediam para pai ou avô. Todos recebiam a mesma resposta: “É muito cara, só rico pode ter”.

A região oeste paranaense, onde estava decidido a minha nova residência era muito nova, nasceu em 1952. Antes era o Território Federal do Iguaçu. A área do território era enorme e envolvia o Paraná e Santa Catarina

Na constituinte de 1946, com forte atuação do deputado federal paranaense Bento Munoz da Rocha, o Território foi extinto. Uma parte do Território virou o Parque Iguaçu e a outra, desmembrada, foi transformada em áreas cultiváveis. Politicamente foi dividida em áreas geográficas distribuídas para grupos gaúchos que fundaram praticamente na mesma época, as cidades de Céu Azul, Matelândia, Medianeira e a Cidade Gaúcha, depois rebatizada de São Miguel do Iguaçu.

A cidade mais bem planejada foi Medianeira. O terreno era plano e ficava numa parte alta da região. A proprietária era a firma industrial e agrícola Bento Gonçalves Ltda., tendo dois diretores Fundadores: Pedro Soccol e José Calegari. Em 21 de outubro de 1951 foi fundada Medianeira. Em 1952, elevada à categoria de distrito de Foz do Iguaçu. O distrito elegeu seu primeiro vereador. Em 1960 transforma-se em município.

O loteamento urbano e as fazendas do oeste geraram menos

violência que no sudoeste paranaense. As cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão foram palcos de muita luta pela posse da terra.

Medianeira, como diziam meus amigos, tinha 90% de gaúchos, 9% de catarinenses e um paranaense – o Lauro. Vir para o Paraná era um grande negócio. Com a venda de uma fazenda no Rio Grande do Sul, os gaúchos compravam o triplo de alqueires no Paraná. A terra era muito fértil, com madeira à vontade para construção de casas, galpões, cercas, etc. Os gaúchos como os agricultores da época tinham muitos filhos. Assim, quando adultos, não havia necessidade de contratação de mão de obra de terceiros para plantar e colher o produto da terra.

Junto com os agricultores, vinham pessoas à procura de nova oportunidade de vida, como comerciantes e profissionais liberais. Pessoas honestas e trabalhadoras. De outro lado, acompanhavam, também, posseiros de terras, jagunços, grileiros, bandidos fugidos da polícia e matadores de aluguel.

A cidade era muito nova. Não estava ainda estratificada mais tinha a área urbana projetada. Quando cheguei, o Calegari tinha retornado ao Rio Grande do Sul, fiquei amigo do Pedro. Excelente pessoa, com certa idade, solteiro tinha um irmão também solteiro. Para a venda de lotes e fazendas tinha a imobiliária do seu Osório Pasqual Fellini.

No início, para dar forma ao projeto, parte dos lotes e algumas terras foram doadas. Para atrair compradores, a cidade foi obrigada a ter, no mínimo, uma Igreja católica e uma escola. Construíram a igreja e uma escola primária para as Irmãs Católicas. Para trazer o primeiro médico, construíram, também de madeira, um mini-hospital. Outro profissional indispensável era o agrimensor. O dentista que chegava era secundário, pois a migração arrastou uns doze dentistas práticos. Profissionais sem formação acadêmica, que tinham um pequeno conhecimento em extração de dentes e colocação de prótese. Dentadura total ou parcial, chamada de perereca, fazia o essencial. O

importante era colocar um dente na frente com uma coroa de ouro. Para a maioria daquela população o dente era um incômodo. Quanto mais cedo tirá-lo, menos complicações no futuro. O desdentado com prótese e grande número de coroas, era considerado um homem bem-sucedido economicamente.

Ao chegar, não procurei usar a lei para acabar com o exercício ilegal da profissão. Ao contrário, para não fossem transferidos muitos problemas para mim, acabei repassando conhecimentos básicos. Esses profissionais, quando a extração provocava hemorragia, fechavam a cavidade do dente extraído com borra de café. Tal procedimento levava a uma enorme inflamação de difícil controle. Pedia que fosse colocado um bloco de algodão, o paciente fecharia a boca para fazer pressão e mandariam para meu consultório para suturar. Em caso de fratura do dente na extração, solicitava que não tentassem remover a raiz restante. Mais tarde as raízes apareceriam e seria facilitada a remoção.

Tinha iniciado a profissão com muitos clientes e a concorrência dos práticos não atrapalhava. O rendimento econômico era pequeno porque não sabia e tinha vergonha de cobrar.

Poucos meses foram suficientes para conhecer a maioria das pessoas. O prefeito eleito da cidade, o advogado e proprietário do jornal mensal O Encontro. Os dois médicos, casados com duas irmãs de Curitiba. A esposa do Dr. Eduardo Orejuela era a Diretora da Escola Normal, minha chefe. Tinha também o pessoal do bar Central. O Lauro Gordo (eu era o Lauro magro), outro advogado e mais um grande número de frequentadores. Era o bar mais movimentado da cidade. Ao sair do consultório, dava sempre uma passada por lá. O passatempo era jogar general, um joguinho de dados que conheci lá. Era jogado a dinheiro em valor baixo. Ninguém ficava rico ou pobre.

Ainda nos primeiros meses de moradia na nova cidade, o dono da pensão Soledade veio falar comigo: “Lauro, tem um engenheiro elétrico, catarinense de

Itajaí e responsável pela ligação energética Foz/Cascavel. Como engenheiro chefe, o domicílio que facilitava seu trabalho era Medianeira, que fica no meio das duas cidades. Como não tenho vagas, peço a você dividir o quarto. Ambos são doutores (engrossou a voz) e terão uma boa convivência”. Concordei.

Em verdade eu e o novo hóspede engenheiro Mário Pereira nos encontrávamos somente à noite e aos domingos. Antes de terminar o ano de 1969, o catarina, amante de frutos do mar, fez uma proposta: “Lauro, não existe peixe, frutos do mar nos restaurantes de Guarapuava a Foz do Iguaçu. Aliás, o avião é o único meio de transporte e o preço é super elevado. Fiz um levantamento em todos os hotéis e restaurantes. O volume de necessidade é altíssimo”. Com essa explanação propôs uma sociedade na criação de uma transportadora e, no futuro, um frigorífico para armazenamento em Cascavel. Ele completou: “Meu pai mora em Itajaí e vai ser o nosso comprador diretamente dos pescadores, evitaremos assim os intermediários”.

A ideia era boa. Ele fez os estudos socioeconômicos e fomos ao Banco do Estado do Paraná - Banestado, então o único banco local para conversar com o gerente. O papo foi curto. Apresentando a proposta de empréstimo para compra de um caminhão com carroceria frigorífica, mostramos o valor do negócio. O gerente fez uma só pergunta: “Qual a garantia?” Não tínhamos bens e muito menos avalistas para dar suporte do negócio. Saímos desolados do banco. Alguns dias depois, propus ao Mário a entrada do meu primo caminhoneiro na sociedade. Ele tinha o caminhão e nós entraríamos com a carroceria.

Viajamos para Curitiba. No jantar com meu primo Arnaldo do Carmo fizemos a proposta. Entre uma cerveja e outra veio a pergunta: “E se não der certo? Vocês nada perdem e eu fico sem meu caminhão. Além do mais, coloquei uma caçamba e estou trabalhando nos projetos de construção e pavimentações de rodovias. Tem trabalho em todo o Estado. Meu pai está junto e já temos quatro caminhões rodando”. Morreu ali a minha tentativa de virar capitalista.

Mário Pereira ficou pouco tempo em Medianeira, acabou se transferindo para Cascavel, onde se casou, virou político do MDB, chegou inicialmente a deputado estadual e, no fim da carreira, a vice-governador do Paraná.

ENQUANTO ISSO...

BAIANO ESCONDIDO DA CIVILIZAÇÃO

Apresenta-se no serviço, um lavrador, nascido em 4/08/1929, no Estado da Bahia. Analfabeto, totalmente desdentado, com fissura unilateral, pré-forame completa do lado direito. Um caso comum sem nenhum tratamento – 70 anos. Seu patrão, um paranaense, dono de uma chácara em Colombo, município próximo à capital, onde o nosso paciente era o chacareiro.

“Meu pai não teve interesse que eu estudasse e sim que trabalhasse na roça. Vivi no cabo da enxada”. Esse foi o depoimento para mim. Muito tímido, escondia os lábios com as mãos. Ao conviver na sala de espera com crianças recém-nascidas e já operadas, deveria sentir-se um ser humano menor, acredito.

Viúvo estava amasiado com uma mulher também analfabeta, mãe de dois filhos.

Após a cirurgia realizada e a colocação de um par de dentaduras, ficou totalmente rejuvenescido e passou ser um homem sorridente. Também tinha problemas de visão, assim, por intermédio de um deputado estadual, conseguimos a doação dos óculos depois do trabalho voluntário do nosso amigo oftalmologista. Dá para imaginar suas etapas na vida: criança, adolescente, adulto. Etapas que todos os seus conhecidos viveram. A diferença: analfabeto, como muitos, mas morando escondido na roça por vergonha e discriminação da sociedade. É vida para um ser humano? É a vida de um brasileiro.

*

Num domingo, chegou à churrascaria Soledade o carioca que me tinha sido apresentado pelo Fabio no DCE. Jovem, alto, magro e de fala mansa. Inicialmente perguntou se lembrava dele. Respondi que sim, menos do seu nome. “André” – respondeu. Evidentemente era codinome ou nome de guerra, por questão de segurança. Na reunião do DCE o outro carioca era Ivan e Zapata era o Fabio. Eu, em Medianeira, era o Lauro e assim era tratado por todos, inclusive pelo carioca. Passamos a conversar. Ele estava instalado, acreditei, em Foz do Iguaçu. O papo era o mesmo. Ele já tinha um plano estratégico para derrubar a ditadura. Começamos a nos encontrar praticamente todo final de semana. Como ele tinha uns dentes que necessitavam de tratamento, virou meu cliente. Assim, eu o apresentava aos meus amigos. No tratamento acabei colocando uma prótese móvel inferior, pois ele perdera os primeiros molares permanentes muito cedo. Esse é o primeiro dente permanente a nascer no ser humano e sua erupção acontece atrás do último dente de leite inferior normalmente aos cinco ou seis anos de idade e a família acredita ser mais um dente de leite, por isso não davam valor ou cuidavam dele.

Na continuidade, veio a mudança de ano. No início de 69 apareceu junto com o carioca uma segunda pessoa, de codinome Miguel. Tinha fugido do Paraguai após a tentativa frustrada da oposição de derrubar o ditador Alfredo Stroessner o mais antigo das Américas. Estava clandestinamente no Brasil e acreditou na proposta do André. Mais um revolucionário.

A discussão era o foco de guerrilha. Quando eu participava, citava muito Mahatma Gandhi, mais conhecido como Mahatma, “grande alma”, líder indiano, a quem admirava muito. Tinha lido sua biografia e o transformei em meu herói. Eu lembro que dizia: “Quem vai morrer são os soldados do exército, filhos da população mais pobre do país e nós.. ..”

A proposta foi amplamente discutida. Era certo no Rio de Janeiro que

eu não usaria as armas, seria apenas apoio logístico. Não faria parte do planejamento e nem do treinamento, seria o apoio para recebimento, armazenamento, transporte, distribuição, evacuação de material, armas, munições, etc. Acabei aceitando. Não sei dizer não.

Como viajava com frequência a Curitiba para visitar minha noiva, foi marcada uma reunião na capital. Ficava hospedado no hotel próximo da rodoviária e do apartamento da Vera Lúcia, que jamais poderia saber dessas novas atividades. Em uma reunião com a presença de pessoas que nunca tinha visto, ficou acertado que eu compraria uma casa em um ponto estratégico em Medianeira. Não poderia haver vizinhos próximos e deveria estar perto da BR 277. Lembro bem que o personagem já meu conhecido Ivan deu-me um envelope com um maço em dinheiro. Muitos anos depois vim saber que o dinheiro era originário do Bom Burguês, assim apelidado Jorge Medeiros do Vale o gerente do Banco do Brasil do Leblon-Rio de Janeiro.

Voltei com o grande valor em dinheiro. Felizmente não fiz depósito no banco. Procurei e não havia casa à venda com aqueles pré-requisitos. A proposta mudou: você compra o terreno e constrói no projeto que traremos do Rio. Não aceitei. Primeiro era um dinheiro ilegal e eu teria que fazer as transações legalmente, como a compra do terreno e contratação de construtora ou mão-de-obra avulsa. Sugeriram um nome laranja, mas nunca consegui entender como fazer esse tipo de negociação. Devolvi integralmente o dinheiro.

Na continuidade das viagens, acabei conhecendo um mineiro, jovem, com aspecto de agricultor. Fiquei sabendo que a organização havia comprado uma fazenda em Toledo e ele, entre aspas, era o fazendeiro. Provavelmente era lá a residência do André e do paraguaio Miguel, pois estavam em treinamento militar.

Comecei a receber, de madrugada, em meu consultório, armas, munições, barracas, redes, roupas, bolsas e outros componentes para a guerra. Na época não havia telefone. De madrugada, alguém batia levemente

em meu quarto da pensão simulando dor de dente. Sob os olhos desconfiados do porteiro, eu ia para o consultório descarregar a mercadoria que era alojada no banheiro. Trancava a chave e no outro dia dizia à diarista que o banheiro estava com problemas e que eu iria chamar o encanador. Nunca soube se essas encenações tiveram crédito, tanto do porteiro da pensão como da mulher da limpeza. Depois começava o sofrimento da vinda do Jeep, também de madrugada, me chamando na pensão para o descarregamento. Quem sempre vinha apanhar era um jovem de codinome Cezar, que também tinha abandonado a faculdade. Muito jovem e sempre sorridente. Era catarina.

Não lembro o mês, mas foi no início de 1969, houve uma reunião, à noite no consultório: participaram André, Cezar, Miguel, Ivan e eu. Na pauta, o nome da organização. Foram apresentados três nomes e venceu o Movimento Revolucionário 8 de outubro – MR-8. O nome era em homenagem ao companheiro Che Guevara, morto nesta data na Bolívia. Acredito que antes houve votação do Rio de Janeiro. Acho que o MR-8 não tinha mais de 25 membros. Era de fato uma loucura de jovens a criação de um foco guerrilheiro no oeste do Paraná.

As razões da criação do foco no oeste, para o grupo do Rio, eram claras: ficava próximo ao centro econômico do país, havia conflitos de terra no local, o que facilitaria o engajamento popular ao movimento, tinha mata fechada para movimentação e dificuldades para as manobras da repressão: fazia fronteira com três países, o que facilitaria a entrada e saída de pessoal e armamentos, e proximidade com organizações de países vizinhos que seriam aliadas.

Toda essa argumentação não me convencia. Éramos meia dúzia contra o exército nacional, a luta seria o sinônimo da morte e do sofrimento. Pessoalmente nunca tivera ou manuseara uma arma. No entanto, todos esses pensamentos não foram suficientes para abandonar a causa socialista.

Meses depois, ano de 1969, André foi preso em Cascavel com o

Jeep carregado de armas. Houve um pequeno acidente de trânsito em uma rua central. A pequena batida chamou a atenção de muita gente e alguém, vendo o carregamento de armas, chamou a polícia. André foi preso e levado para São Paulo e depois para o Rio.

Os companheiros me tranquilizavam – o André pode morrer na tortura, mas não entrega ninguém, o que de fato aconteceu. Ficou preso até janeiro de 1971 quando foi trocado pelo embaixador suíço – Giovanni Eurico Bercher. Saíram 70 presos políticos com destino ao Chile de Salvador Allende.

Continua viajando muito para Curitiba. O dia do casamento estava marcado. Havia necessidade de providenciar documentos, convites e programação da solenidade.

No colégio onde D. Elin, minha futura sogra, trabalhava, atuava um Padre, muito conhecido de todos. Marcamos uma reunião com ele e o convidamos para realizar a cerimônia religiosa. Ele fez algumas perguntas sobre a nossa crença religiosa e até mesmo sobre a educação que daríamos aos nossos filhos.

Minha proposta e a da Vera era adotar crianças abandonadas. E seriam quatro, éramos arrojados. O Padre elogiou o projeto, mas voltou com a pergunta sobre religião. Respondemos em conjunto que a formação religiosa seria uma definição deles. Quando chegassem à idade adulta, fariam a escolha ou não de crença religiosa, escolheriam, se cristianismo, a igreja também seria escolhida. Poderiam fazer opção pelo ateísmo, enfim, nós não iríamos exercer nenhuma influência. “Vocês não levariam nem ao batismo?” – foi sua última pergunta. Ao respondermos que não, ele foi direto e seco: “Não faço o casamento de vocês”. Passamos a discutir o direito de escolha e de liberdade, a capacidade de conhecimento do ser humano a partir do estudo.

Para encerrar o diálogo e mostrando afetividade, o Padre disse que iria ao casamento como convidado e ditou uma frase que ele tinha de memória

e que acabou impressa em nosso convite: ***“Amar é despertar o outro para toda a grandeza que ele é capaz”***. Ao sairmos da reunião com o Padre, veio a lembrança do início de minha prática cristã.

Quando nasci, a minha avó materna Catarina já morava com meu pai e minha mãe. Ela também tinha nascido na Itália. A diferença com meu avô paterno é que ela desembarcou em São Francisco do Sul, SC, e ele no Rio de Janeiro, passando uma temporada por São Paulo até chegar ao Paraná. A idade com que chegaram ao Brasil era quase igual, ela com seis anos e ele com oito. Também era igual a religiosidade de ambos. Frequentadores assíduos da Igreja Católica.

Meu avô tocava flauta transversal no coro da igreja de Morretes e vó Catarina não perdia a missa das sete de domingo, à qual eu era obrigado a ir. Lembro também da obrigação de confessar todos os sábados para receber a comunhão na missa das sete de domingo. O mais difícil era o confessor. De joelhos, tinha que contar ao padre os pecados praticados durante a semana. O Padre, com uma voz seca e bem baixinha, iniciava: “Vai contando todos os pecados”. Se dissesse que não tinha feito nada de errado, ele não acreditava e completava: “Ninguém é perfeito”. Depois de anos e para ser mais rápido, aprendi a inventar histórias, quase sempre as mesmas. Ele jamais se lembraria, pois havia todos os sábados em torno de uns vinte coros na igreja para confessar. Lembro das histórias que contava: roubei laranjas da vizinha, briguei e joguei pedras no colega de rua, menti para minha mãe. Terminado, ia para o primeiro banco da Igreja para rezar o número de Pai Nosso e Ave Maria para livrar dos pecados. Mais tarde eu me dei razão. De fato, eu tinha feito pecados ao inventar aquelas histórias ao padre. Tinha mesmo que rezar muito. Apesar de ir forçado todo domingo à missa, eu adorava a minha avó Catarina. Era bem magra, meio curvada, falava muito pouco, fumava uma erva antes de dormir que eu apanhava na mata de Morretes. Era uma espécie de flor que ficava pendurada no varal até secar. Tinha a época certa da colheita. Era eu o

responsável pelo seu fumo diferente. Diziam ser remédio para a asma dela. Meu avô materno Basílio, descendente de espanhóis, não cheguei a conhecer, pois falecera muitos anos antes do meu nascimento.

Meus avós maternos se conheceram em Navegantes, cidade beiramar catarinense. Tiveram nove filhos, e a última a nascer foi minha mãe Alaíde, já paranaense de Paranaguá. Das duas famílias nasceram 13 primos por parte de pai e 34 do lado materno.

A procura por uma casa continuava, agora para moradia como profissional em vias de se casar e não como guerrilheiro. O relato volta a Medianeira.

Na nova Cidade não tinha residências para alugar. As pessoas chegavam e construíam suas próprias moradias. Depois de meses, vagou uma pequena casa, nos fundos da casa do proprietário do terreno. O dono já com certa idade e cheios de tiques e exigências: “Não podem fazer qualquer alteração estrutural nem pregar quadros na parede sem minha autorização”. A casa, a poucos metros da sua, tinha dois quartos, uma pequena sala, cozinha, banheiro e uma ampla sala de refeições, próprio do estilo gaúcho. Possuía também uma grande varanda que acompanhava o comprimento da casa. Nele cabiam três redes. Era um ótimo local de descanso, principalmente no verão. A região oeste possui os dois extremos, forte verão e também rigoroso inverno.

Resolvida a questão da casa, iniciou-se a aquisição dos móveis. Numa marcenaria de móveis encomendei o quarto, a cozinha e a sala de jantar. Dona Gorda queria tudo na cor vermelha. A geladeira foi presente do seu Lauro e Dona Alaíde. O fogão, presente dos professores, colegas da Escola Normal. Tudo seria vermelho. Era uma época em que as cores dos móveis estavam mudando. A novidade era ter uma geladeira ou fogão colorido. A cor branca estava em baixa. A pequena e única fábrica de móveis

local tinha dificuldades em copiar os modelos que estavam nas revistas que a Gorda mandava..

Vera Lúcia ganhou o apelido de Gorda da família. Já trabalhava em um consultório alugado no período noturno. Por intermédio do irmão João conseguiu credencial do Banco do Brasil, onde ele trabalhava há alguns anos. Do Instituto Brasileiro do Café (IBC) instituição muito forte economicamente na época, ela conseguiu a credencial por intermédio do médico, Dr. Wallace Thadeu de Mello e Silva responsável pelo setor saúde. Fomos convidá-lo para o casamento. Na conversa falei da minha nova cidade. Ele foi muito prático na observação: “Você diz que vai para o interior por não ter condições financeiras para montar um consultório que atenda às exigências do cliente curitibano. Eu dou a seguinte sugestão: alugue um consultório como a Vera Lúcia, eu arrumarei a mesma credencial e em pouco tempo vocês dois terão a clínica dos sonhos. Iniciar carreira no interior não é fácil e, como você pretende voltar para Curitiba, não faça esse esforço de sair e voltar para o mesmo lugar”. Agradei e falei que já estava instalado, trabalhando há um ano e gostava da cidade. Ficou muito contente pelo convite e, alegando outros compromissos, disse que não poderia participar. Deu-nos de presente um jogo de sala, artesanato de vime, que combinava muito bem com a nossa casa. A família possuía uma loja enorme e sofisticada de móveis no centro da capital. Dr. Wallace e Dona Lucy Requião pais do futuro político paranaense Roberto Requião.

O casamento estava marcado para 26 de julho de 1969. No sábado anterior à semana do casamento, recebi do Rio mais um carregamento de armas. Fiquei ansioso aguardando, a vinda do Cezar para a retirada da “encomenda”. Os dias iam passando e nada do Jeep. Resolvi viajar. Tranquei toda a remessa no banheiro e fui pegar a chave principal do consultório com minha funcionária da limpeza. Ela achou um absurdo: “Eu sei quando o senhor retorna e na véspera quero dar um tratamento especial no consultório para

agradar sua esposa, que também é dentista”. “Infelizmente tenho que ficar com a chave”, respondi. Com certeza ficou em sua memória que eu não tinha confiança nela.

Viajei com uma grande preocupação com o Cezar, que certamente iria a minha procura. Mas tinha colocado na porta principal do consultório um aviso para os pacientes, dando o motivo da ausência e a data de retorno.

O casamento foi muito simples e as cerimônias religiosa e civil foram realizadas na Igreja Bom Jesus na praça Rui Barbosa, centro de Curitiba.

No outro dia pegamos um ônibus para São Paulo e de lá para Santos. Vera tinha comprado um pacote de férias de 15 dias. Ficamos em um pequeno hotel na praia do Zé Menino de Santos.

As delícias da lua de mel duraram exatamente uma semana. Após o café, saímos para passear pelas praias e naquele dia, na banca de jornal bem próxima ao hotel, um garoto gritava: “Caiu o MR-8”. Era a manchete da revista Fatos & Fotos. Nas folhas centrais da revista, estava a reportagem com várias fotografias. Conhecia quatro. Comprei a revista e voltamos para o hotel. Conteí a história completa. Depois do trauma da notícia, o estudo das possibilidades do que seria melhor e de menos riscos de prisão. Chegamos a um denominador comum. Decidimos ir para Medianeira e enterrar as armas, possibilidade um, ou então partir direto para o Chile, onde tinha contato em caso de emergência.

Lua de mel pela metade, tensão nervosa. Não era justo principalmente para, agora, minha esposa. Chegamos a Curitiba e em seguida descí a Morretes. Conversei e pedi emprestado ao meu pai o seu Corcel verde. Justificativa: tínhamos recebidos muitos presentes, além das coisas pessoais da Gorda. Meu pai respondeu: “Você não sabe dirigir e nem tem carteira de motorista”. Respondi que já tinha falado com o irmão Cícero e ele teria a companhia do amigo comum Hosny. Assim ele, motorista, não voltaria

sozinho.

Partimos e, durante a viagem, contei aos dois a difícil situação. A estratégia pensada era: eu e a Vera ficaríamos em Matelândia, cidade vizinha bem próxima, e os dois iriam até Medianeira. O medo era que o exército já tivesse ido ou já estivesse acampado no local. Bolamos um plano. Era fim de tarde, instruí para irem ao bar Central, perto do consultório e onde muitos me conheciam. O amigo companheiro de viagem com a mão no queixo, simularia uma terrível dor de dente. Perguntariam ao dono do bar onde morava o dentista que tinha uma placa ali perto e tirariam as dúvidas do que estava se passando. Assim fizeram e a resposta do garçom foi que o dentista tinha viajado para casar e só voltaria em um mês. Completou que não havia outro profissional e que a solução era Foz ou Cascavel.

Eu e a Gorda ficamos sentados em um pequeno bar de um posto de gasolina, aguardando esse retorno. Mais momentos de muito medo e tensão. Quando chegaram e relataram o acontecido, veio pelo menos um alívio: as forças da repreensão ainda não tinham chegado.

Embarcamos e em pouco tempo estávamos descarregando os presentes e nossas malas na casa alugada. Veio a pergunta: o que fazer com as armas? Os dois pediram para conversar a sós. Foram para um bar, bem próximo da residência.

Eu e a Gorda, outra vez em pânico, aguardando a decisão. Nem o contato com a casa, os novos móveis, a geladeira vermelha tirava do pensamento o que aconteceria em seguida. Lembro-me da pergunta: “E o fogão?” De fato, o presente dos professores ainda não tinha sido entregue.

Os dois ficaram horas conversando e bebendo. Talvez o teor alcoólico tenha influenciado na decisão. “Vamos enterrar as armas”, foi o veredicto. Eu disse: “Primeiro, vamos colocar no carro tudo que tenho em casa e que possa comprometer-me.” Colocamos livros, panfletos, jornais e minha coleção completa das obras de Mao. Fomos para o consultório, Dona Gorda

foi junto. Começamos a embrulhar as armas e transferir para o carro tudo que tinha sido guardado no banheiro. Completado o serviço, levamos a Vera de volta para casa. Dei as instruções: “Vamos a uma antiga pedreira abandonada, que não fica muito longe de onde estamos.”

Chegando lá, pegamos todos os papéis e livros e fizemos uma fogueira. Com pena, fiquei observando os mais de vinte volumes das obras completas de Mao sendo usados como fogueira para clarear o enterro de armas. Ao lado do local onde estávamos, havia um pequeno córrego com uns dez metros de largura e de pequena profundidade. Com as pás começamos a abrir um buraco para enterrar as armas e os apetrechos vindos do Rio. Logo em seguida, no início da escavação, o latido de um cão. Imediatamente, a uma distância de uns 500 metros acende uma lanterna potente. Apavorados, resolvemos jogar tudo no **RIO OCOY. As metralhadoras e pacotes de balas afundavam enquanto os capacetes do exército saíam boiando.** Rapidamente fui levado para casa e os dois partiram apavorados para Morretes.

Outro dia, à tarde, as armas, sob a guarda do Exército do Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, estavam em exposição na calçada da rodoviária. Eram armas, balas, uniformes molhados, bolsas e alguns capacetes. A rodoviária estava cercada de gente. Ao chegar ao local, encontrei-me com o médico Dr. Eduardo, marido da Professora Neusa. . Surpreso, perguntou: “Oi, Lauro! Já de volta?” “É” – respondi completando, “acabou o dinheiro”. “Você volta para ver o armamento de treinamento de terroristas comunistas, segundo as palavras dos militares” – complementou. “Que loucura, Lauro, você sabia que tem gente em Medianeira se preparando para a guerra de guerrilha?” “Nunca imaginei” – respondi.

Estávamos no início de agosto de 1969. Devagar a nossa vida começou. Vera trabalhava pela manhã no consultório e a primeira providência foi tentar organizar a parte econômica. Eu tinha centenas de pacientes,

principalmente crianças, a grande maioria com tratamento concluído e a família devendo. A conta bancária estourada, os fornecedores com um crédito sem fim, o aluguel do consultório com meses de atraso. Ela dizia: “Como é que pode Lauro? De 100 pacientes com tratamento concluído, 70% eram devedores”. Ela iniciou um trabalho de cobrança. “Em toda a profissão, dita liberal” – dizia ela – “há o risco de perda, mas esse percentual não pode em hipótese nenhuma ultrapassar 30%”. Em verdade sempre fui e continuo sendo um péssimo administrador de dinheiro.

Naquela época, quando de longe avistava a vinda de um devedor do consultório, eu mudava de rumo para não me encontrar com ele. Quando acontecia, sem minha vontade, as palavras eram sempre as mesmas: “Ô, Dr. Lauro, desculpe-me, o mais rápido possível passarei no seu consultório para acertar as minhas contas”.

Meses antes da viagem para o casamento, a prefeitura recebeu o seu primeiro consultório odontológico. Novo e moderno, dez vezes melhor que o meu. Foi dado pela Secretaria de Saúde do Paraná. Assim, Medianeira teria pela primeira vez um serviço público de odontologia. O prefeito só poderia convidar-me, pois era o único dentista formado do local.

Na época como hoje pouca coisa mudou, principalmente nas cidades pequenas do interior: o serviço público de odontologia funcionava seis meses antes de quaisquer eleições. O dentista era contratado para extrair dentes no Posto de Saúde e colocar prótese em seu consultório. Todo o serviço era gratuito. As despesas eram pagas pelos políticos, em troca de votos. Passadas as eleições, o serviço era fechado. O dentista tinha o apelido de “boticão de ouro”.

Após fazer uma vistoria no consultório, procurei o prefeito, pois, como imaginava, só tinha instrumental para extração. Propus um trabalho diferente mais a Prefeitura ou o Governo Estadual teriam que adquirir material e

instrumental para reabilitação. O programa tinha como alvo principal as crianças com idade a partir dos seis anos de idade. Iniciaríamos na Escola Primária Costa e Silva, onde também se situava a Escola Normal. Iniciaríamos com aulas sobre prevenção. Assim começou o primeiro trabalho de odontologia em Medianeira.

Trabalhava até as 10 horas na Escola Normal. Em seguida pegava de seis a dez crianças e as levava, junto com a zeladora, para o Posto de Saúde. Um dia por semana atendia aos adultos. Era o dia terrível. Mandava a direção do Posto marcar dez pacientes, os primeiros por ordem de chegada. Acabava sempre ficando o dobro, todos justificando terrível dor de dente. Era o dia da confusão. Dos não atendidos, alguns iam direto reclamar na prefeitura. O serviço era xingado em coro. Mas o protocolo era mantido. O prefeito não tinha outro dentista para me substituir.

O contrato era de um salário mínimo e meio por mês. Trabalhei antes e após o casamento sem nada receber. A desculpa era a mesma: “Não temos dinheiro, passe no mês que vem”.

A PRISÃO – O CAMINHO DE TODOS.

Em outubro, depois de dois meses de casado, recebi a visita da DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social. Recordo com clareza: era manhã de sexta-feira, estava sozinho na secretaria da escola, datilografando. Num passe de mágica, ao levantar os olhos do que fazia, recebi a ordem: ***“Mãos para o alto, não tente fugir, o prédio está cercado”.***

Quem dava as ordens era uma pessoa alta, vestida com jeans, camisa clara, empunhando uma pistola. Era um policial da DOPS, com a cobertura de mais três. Apresentou com a outra mão sua identificação. Após me revistar, fazendo palpação, deu ordem de prisão. Algemou-me e fui empurrado em direção à porta. Além dos policiais, não havia mais ninguém por

perto. No portão de entrada do colégio, estava estacionada uma Rural Willys. Embarcaram-me e foram em direção à delegacia de polícia.

A polícia de Medianeira tinha sua sede em uma velha casa de madeira, pequena e cheirando a mofo e lixo. O delegado, que viera da capital como castigo, virou muambeiro de uísque do Paraguai e um velho conhecido. Levou um susto. Ainda pálido e gaguejando, perguntou: “O que está acontecendo?”

O policial de Curitiba mostrou sua credencial e a ordem de prisão. Conversaram a uma distância impossível de se ouvir. “Vamos lá!”. Voltaram todos para o carro, com exceção do delegado, que entrou no seu fusca. Eu era empurrado e puxado sem direito a ouvir, muito menos a falar.

Chegamos a minha casa. Entramos e eles começaram a revistar tudo. Iniciaram pelo meu quarto e foram remexendo tudo no guarda-roupa. Na mesinha de cabeceira da Vera Lúcia encontraram uma carta da sogra, relatando à filha que estava sendo perseguida no Colégio Estadual do Paraná, onde trabalhava como orientadora educacional, porque seu filho era comunista. O policial que leu a carta ficou eufórico e entregou ao que parecia ser o chefe. Este, com carinho colocou a carta de novo no envelope, dobrou e guardou no bolso da camisa. Tinha documento de mais um comunista!

A vistoria não parou, puxaram a mesa de refeições, na qual um policial subiu, tirou o alçapão e sumiu no forro da casa. Depois de alguns minutos, berrou no escuro: “Aqui não tem nenhuma arma. Devem estar enterradas no quintal”, sentenciou o comandante. O quintal era minúsculo. Existia somente um poço seco, fechado, com pequena abertura, usado como depósito de lixo. Medianeira não possuía serviço de coleta público de lixo. Olharam, iluminaram com a lanterna e perguntaram com agressividade: “Porra, onde estão às armas?” “Não existem armas”, falei. “Isso você vai dizer ao delegado em Curitiba”. Entramos novamente em casa, soltaram a algema de um pulso e deram a ordem: “Prepare uma mala de roupas para viajar”.

Uma pequena aglomeração de pessoas olhava os acontecimentos.

“Vamos ao consultório”, ordenou o que tinha guardado a carta. Antes de sair, um dos policiais comentou: “Repararam que tudo na cozinha e na sala de refeições é vermelho?”. De fato, tudo era vermelho: geladeira, armário de cozinha, mesa e cadeira. Completou: “Com certeza também é torcedor do Internacional de Porto Alegre”.

Embarcamos todos na Rural, com exceção do delegado local, que acompanhava tudo a uma certa distância, sem interferir ou dar palpite.

Novamente fui algemado. Ao chegarmos na frente do consultório, fizeram novamente a mesma encenação. Armas em punho, um deles pulou o muro lateral e foi dar cobertura no quintal, fundos do consultório.

Não lembro se havia paciente na sala de espera. Vera Lúcia estava trabalhando lá dentro. Primeiro entrou o que estava chefiando, depois eu e o segundo policial. Todos de arma em punho. Em seguida, abriram todas as gavetas da escrivaninha, vasculharam o banheiro e só não subiram no forro. Avisaram Vera Lúcia: “O seu marido está preso e será levado para Curitiba”. Falei bem baixo: “Vá para Curitiba e procure um advogado”.

Na rua, outra aglomeração.

Sentei-me atrás, no meio de dois policiais. Na frente, o motorista e o comandante da operação. Levavam um preso e um troféu – a carta de minha sogra para a Vera.

Não lembro mais o que aconteceu durante a viagem até Cascavel. Recordo-me de que jantei na delegacia de polícia daquela cidade. Consegui um favor de um guarda que comprou um pacote de cigarro para mim.

De Cascavel fui levado para Curitiba em um ônibus comum, acompanhado de dois policiais. Ao embarcar no ônibus, algemado, fui outra vez motivo de curiosidade. Como a rodoviária era maior, a aglomeração também era grande.

Deram-me uma poltrona de janela, com um policial ao lado e outro

no banco de trás. Lembro que pedi autorização para fumar e fui atendido. Com as mãos trêmulas, fumei vários cigarros. Na época, não era proibido fumar em ônibus.

A mente ficou outra vez clara. No meio da viagem, houve um acidente e o ônibus parou no acostamento. Acendeu-se a luz interna e como era natural as pessoas levantaram-se para ver o que tinha acontecido. Os dois guardas também se levantaram, mas de arma em punho. Será que eles pensaram que se tratava de uma armadilha para libertação do preso? Essa passagem ficou gravada na minha mente.

Ainda noite escura, chegamos à capital. A rodoviária ficava na rua João Negrão e a DOPS na quadra seguinte, na direção da Ponte da estrada de ferro. Era um prédio de dois andares. No térreo funcionava uma delegacia comum. No andar superior, sala do delegado e outras de administração e, à direita, um salão com quatro camas. Tiraram a algema de um dos pulsos, mandaram-me entregar o que eu tinha no bolso e contaram na minha presença o valor em dinheiro. Pediram para tirar o cinto e os sapatos. Prenderam a algema no arco de ferro do encosto da cama. Permaneci sentado e encostado da maneira que deu.

Fazia frio, não muito, mas o suficiente para ter crise de tremores. Pedi para fumar, não fui atendido. O cigarro e o fósforo estavam agora guardados. Amanheceu. Imagino que pelas nove horas da manhã apareceu um militar do exército fardado que se sentou ao meu lado. “Está com a vida complicada, hein seu Consentino?”, comentou o Coronel Gouveia.

“Dá para tirar essas algemas?”—implorei, completando: “Não sou bandido e nem vou tentar fugir”. Ele deu ordem para o guarda: “Tire as algemas do doutor”.

Ao ter o pulso solto na cama, ouvi a continuidade da ordem: “Coloque as mãos para trás.” E completou: “Guarda, aperte bem. Doutor, você está preso e aqui mandamos nós”. Ficou em pé, saindo da sala, e me ordenou:

“Venha junto”.

Entramos em uma sala bem decorada com móveis de couro. Atrás da escrivaninha estava o delegado, que pediu para o policial tirar as algemas. Ficamos somente nós três. Tremia e fazia massagens nos pulsos. Ao lado da escrivaninha em uma mesa, uma garrafa térmica de café. O delegado ofereceu-me uma xícara. Aceitei e, tremendo, tomei o café. Ofereceu também um cigarro, que levei à boca e comecei a dar profundas tragadas.

O delegado, olhando para o militar, falou:

– Não é mesmo, Coronel Gouveia o nosso dentista pode colaborar conosco e hoje mesmo ir para casa.

– Lógico. Primeiro o nosso hospede é jovem, tem um futuro brilhante pela frente e não seremos nós que vamos atrapalhar – disse o coronel.

– É só fazer – recomeçou o delegado – como fez o estudante de jornalismo, preso e solto no mesmo dia. Responda umas perguntinhas e irá embora.

Tinha um sorriso fino, próprio do poder. Falando um pouco mais alto, continuou:

– Quem levou e onde estão as armas?

– Não sei do que o senhor está falando – foi a minha tímida resposta, dada de cabeça baixa.

– Vamos lá, doutor – recomeçou o coronel. Nós sabemos que seu envolvimento é muito pouco e não vale a pena ficar escondendo o que já sabemos. Fale e vai já pegar suas coisas e ir para rua.

– Não sei de nada – respondi com a voz ainda mais baixa.

– É, coronel, — completou o delegado, — pelo jeito temos que fazer uma sessão especial para melhorar a memória do Consentino. Gritou em seguida:

— Algeme-o, e o levem para o quartel.

O Jeep era do exército, sentei-me no banco de trás com um guarda,

rumo ao quartel da praça Rui Barbosa. Praça da Igreja, onde tinha recentemente casado. Naquela época, a Rui Barbosa já era um terminal de ônibus. O quartel ficava de frente e ocupava uma quadra inteira. Possuía um enorme portão voltado para o meio da praça. Era uma construção antiga de três andares.

A entrada dava acesso a um pátio interno retangular enorme revestido de pedras. A prisão ficava à esquerda de quem entrava. Era um corredor de paralelepípedo no mesmo nível do pátio. Era como se fosse uma ruela sem saída, sem aquele retorno no final para manobrar os veículos.

O Jeep entrou e parou logo no começo. Passei a ocupar a primeira cela à direita de quem entrava. Passava das onze horas da manhã. A cela era estreita e comprida, tinha um piso de concreto coberto de vermelhão e possuía duas camas de ferro presas na parede da direita. Uma sobre a outra, formando um beliche, eram dobráveis contra a parede. No fundo, numa abertura sem porta, ficava o banheiro: uma pia, um vaso sanitário de apoio de pé e um chuveiro frio no meio. Dentro da cela havia uma mesa tosca de madeira e duas velhas cadeiras.

Puxei as camas, colocando na de cima minha maleta de viagem.

Com a saída de ré do Jeep, comecei a ouvi vozes vindas do corredor: “Aí, companheiro, tudo bem?” Respondi que sim, e em seguida outra pergunta: “Por que foi preso?” Sem muita convicção, respondi: “Deve ser engano. Confundiram-me com outra pessoa”. O riso foi geral. “Todos nós somos inocentes — continuaram rindo.” “Você vai saber da sua importância para eles e da gravidade de sua situação se o Jeep voltar à noite. A hora do retorno é meia-noite e você vai para a sessão de tortura” – falou a mesma pessoa que tinha iniciado a conversa.

O corredor tinha – também não tenho certeza – três celas pequenas de cada lado e, no final, duas grandes celas. O preso que iniciara o diálogo

chamou o policial para o fundo do corredor. Em questão de segundos, o guarda voltou com um pedaço de bolo caseiro. Agradei e coleí o meu rosto na grade de ferro na tentativa de ver a cara de alguém. A cela em frente a minha estava vazia. O ângulo de observação era muito pequeno para visualizar as que ficavam na sequência.

Não tinha dormido aquela noite. Acomodei-me na cama de baixo e, sem muito esforço, adormeci. Acordei com o barulho do jantar. Era uma caneca de chá, que todo mundo dizia ser broxante e dois pães adormecidos com manteiga. Como tinha o bolo, fiz a minha primeira refeição. Também não tinha fome.

Estava agora a pensar na fala do coronel e do delegado: “Vamos fazer uma sessão”. Ao chegar ao quartel, a ida à sessão foi confirmada pelo outros presos. Na cela dos fundos o pessoal jogava cartas com muito barulho e muita conversa. Soube mais tarde que aquele pessoal era mineiro e fazia parte de outra organização.

Fiquei acordado, sentado, esperando a chegada do Jeep. Não tenho ideia, mas acabei dormindo e nada aconteceu. Acordei com o toque de alvorada. Serviram-me o café na mesma caneca que tinham me dado para o chá, mas com um pão novo e manteiga.

Todo o período da manhã foi de tentativa de conhecimento dos outros presos. O cuidado era grande, poderia haver elementos infiltrados da polícia para colher informações. O medo era geral, ninguém falava nada que pudesse comprometer mais do que já estava.

Lembro, também, sem muito esforço do primeiro bandeirão do almoço. Tinha um picadinho de carne com batata, arroz, feijão e uma fruta. O gosto era horrível. Ao comentar a porcaria da comida, fui outra vez motivo de risos. “Companheiro, esse é o almoço de domingo, a sobra da refeição dos soldados”.

Dos primeiros dias de prisão não tenho mais lembrança.

Provavelmente nada de excepcional aconteceu. Nenhuma autoridade chegou até mim. No terceiro dia, no período da manhã, vi passar pelo corredor o pessoal das últimas celas. A lembrança não é perfeita, mas devia ser em torno de umas dez pessoas acompanhadas por dois militares.; indo para o pátio fazer exercícios e tomar sol. Tinham direito ao passeio duas vezes por semana. Em outra oportunidade, perguntei ao sargento por que eu também não podia tomar sol. A resposta foi seca e alta: “Não tenho ordem para levá-lo”.

No quartel aprendi alguma coisa. Os militares não falam, gritam. Deve fazer parte da educação militar. O comandante tem o berro mais alto. Na faculdade eu tive cinco colegas militares, todos sargentos, três da aeronáutica e dois do exército. Relacionei-me bem com todos. O Sargento Onofre fazia parte daquele quartel. Num dia, observando, através da grade, o pátio, da minha posição, era possível ver 20% dele. Nesse dia, vi-o passando e berrei: “Onofre...é o Lauro da faculdade”. Não obtive nenhuma resposta nem sequer um olhar em minha direção. Fiquei puto. O sargento, no último ano, tinha ficado para segunda chamada de clínica do quarto ano. Para se preparar, pediu um livro meu emprestado e não tinha devolvido até aquele momento.

A partir de minha permanência no presídio, passei a ver os militares com profundo desprezo. Anos mais tarde, soube que eles tinham um percentual de vagas nas universidades federais. Além de tudo, assim não precisavam fazer o vestibular! Eu dizia: “Isso é uma tremenda safadeza ao brasileiro civil. Por que esse privilégio? Essa era a única maneira de um militar fazer o curso superior?” Mais tarde soube que eram “estudantes informantes”.

Passou-se à primeira semana. No início da segunda foram presos dois seminaristas. Um ocupou a cela em frente e outro foi fazer companhia a mim. Tremi, pensei que era um policial. O moço falava demais. A mineirada pegava no pé, dizendo que o dentista ia faturar o padre. Os dois ficaram no máximo três dias. Uma autoridade eclesiástica, deveria ser o Arcebispo de Curitiba, em companhia do comandante, de cujo nome também não tenho a

menor ideia, chegaram à prisão e levaram os calouros de padre. Nunca mais tive notícia e nem soube o motivo da prisão.

Tentava de qualquer maneira manter um diálogo simpático com os guardas, na esperança que um deles levasse notícias minhas para fora do presídio. O que mais me intrigava era não me chamarem para depor.

Certo dia, no fim da tarde, chegou o Jeep com outro preso para a cela da frente. Reconheci-o na hora, era um companheiro, o estudante de arquitetura, apelidado de “O Barão”. Era paulista. Juntos fizemos política estudantil. Ele pertencia à outra organização.

Os policiais fecharam a grade e a cobriram como uma lâmina de compensado. Mas eu já o tinha reconhecido. Dei um alô, e ele me falou da preocupação com a tortura. Naquela noite o Jeep chegou e levou o companheiro de volta para a DOPS. O setor de tortura ficava no subsolo, nos fundos do prédio. Voltou antes de o dia clarear, estropiado. Levaram-no na segunda noite. Na volta ficou algemado dentro da cela com os braços para cima na grade. As necessidades fisiológicas escorriam pelas pernas. Os guardas lhe davam água e comida na boca. Chegou a ter crises de desmaios. Ficou mais alguns dias conosco e foi levado para interrogatório em São Paulo.

Anos mais tardes eu soube que, quando mataram o Mariguela, foi encontrado em seu bolso um livro de endereço com os nomes de todo o Brasil. Prenderam o Barão e sua mulher em um apartamento no centro de Curitiba, perto da universidade. O nome dos dois estava no caderninho de bolso do Mariguela. Nunca mais vi o Barão, que, após as sessões de torturas, segundo me informaram, continuou vivendo em Curitiba, mantendo o equilíbrio e o humor que sempre tivera.

Anos depois acabei sabendo que, quando o pessoal do MR-8 foi preso no Rio, dois companheiros que escaparam, saíram para me socorrer. Pegaram a Kombi branca com destino a Medianeira, com a intenção de “limpar” o consultório, transferindo assim as armas para a fazenda.

Chegando a Cascavel, o carro teve um problema mecânico. Deixaram numa oficina e alugaram um táxi.

Por razões que até hoje desconheço, os companheiros – nunca soube seus nomes – resolveram fazer o caminho mais longo. De Cascavel rumaram para o sudoeste para chegar a Medianeira, passando por Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema e depois atravessando o Parque Nacional do Iguaçu para, enfim, chegar ao destino.

A história ficou ainda mais confusa, e não tenho certeza até hoje se o fato foi verdadeiro. Segundo um relato, os dois, por volta de meio-dia, ao passarem por um Banco em Pato Branco, teriam tido o seguinte diálogo: “Olha, que Banco fácil de assaltar”. Na continuidade, pediram para o motorista parar em uma churrascaria. O taxista agradeceu o convite para almoçar junto e, dizendo que ia abastecer o carro, foi direto à Delegacia de Polícia local e reproduziu o diálogo que tinha ouvido na viagem. Assim, os dois que saíram para socorrer o dentista foram presos e registrados na delegacia como assaltantes de banco. A outra versão é que tinha saído do Rio uma Kombi carregada para levar as armas diretamente à fazenda e depois retirar aquelas que estavam no consultório. Fez mais sentido essa versão. Um táxi iria fazer o carregamento das armas para a fazenda? O pessoal da Kombi teria sido preso em Laranjeiras do Sul.

Um coronel do Exército era o chefe do IPM (Inquérito Político Militar) em Curitiba e estava subordinado à Primeira Auditoria da Marinha – RJ e teria um capitão de Marinha e Guerra – Fuzileiro Naval como encarregado do inquérito do MR-8 em nível central. O coronel local tinha informações de tudo, mas muito vagas e não conseguia relacionar os fatos. Sabia que uma Kombi branca, carregada de armas tinha saído do Rio para Medianeira. Porém para levar até Medianeira e para jogá-las no Rio Ocoy ? Essa era a grande pergunta que fazia. Ele nunca fez menção de presos em Pato Branco ou

Laranjeiras, pelo menos naquela época. Para completar a situação, o homem da lanterna da pedreira afirmou em depoimento que foi uma Kombi que descarregou as armas. Diante dos fatos, a participação do dentista era praticamente nula. Eu não tinha carro e a única Kombi da cidade não fora emprestada para ninguém, segundo depoimento do proprietário do veículo.

Agora a memória volta para a prisão. Recordo-me que, depois de duas semanas e antes de ir para o primeiro depoimento, recebi a visita de Dona Gorda. Estava deitado no chão da cela, com a cabeça encostada na grade quando a vi passar pelo pátio interno, acompanhada de um oficial do exército. Em seguida, o mesmo tenente, acompanhado de dois guardas armados com metralhadoras, levaram-me para uma sala do segundo andar. Era um recinto muito pequeno, com apenas uma porta de saída, guardada pelos dois milicos armados. Lembro bem que tinha uma janela com grade que dava para a Praça Rui Barbosa. Não consigo voltar no tempo para refazer o diálogo que houve entre nós.

Fiquei olhando pela janela, vendo o povo em passos rápidos indo pegar os ônibus. Estava lá preso por defender um país mais justo para aquele mesmo povo que corria para pegar condução. Mas, estava lá sozinho, e ninguém sabia de nada. Era o sonho de minha geração.

Após aquela visita, minha situação na cadeia melhorou sensivelmente. Começaram a chegar revistas, comidas e, muito importante, Coca-Cola batizada com cachaça – ficava meio turva. Os guardas sabiam e faziam vista grossa. Era o meu cunhado Vicente que levava até a guarda de entrada do quartel e de lá chegava à minha cela. Também recebi material de desenho: papel, cartolina, lápis, borracha, etc.

Tinha habilidades e passei a preencher o meu tempo desenhando. Lembro-me de que, aos dez anos de idade, quando o Paraná comemorou o seu Centenário de Emancipação Política da Província de São Paulo, o governador da época instituiu um concurso de aquarelas em todo o Estado.

Concorriam todas as crianças matriculadas nas escolas públicas. Naquela época nunca tinha mexido com aquarela, mas o meu trabalho foi selecionado. Foi o único de Morretes, fez parte dos cem melhores do Estado e ficou em exposição no Palácio Iguçu, sede do governo. Não ganhei nenhuma premiação, mas o fato de ter sido selecionado foi motivo de orgulho. Fui incentivado a fazer o curso de Artes Plásticas e ser um grande pintor como o Theodoro De Bona, diziam. Mas tudo era o entusiasmo da família, dos parentes e amigos. Mesmo criança, eu tinha consciência das minhas limitações.

Mas no quartel fiz algum sucesso. Os oficiais mais modestos e principalmente cabos e sargentos gostavam ou eram gentis, pediam os meus desenhos como presente. Eu desenhava o rio Nhundiaquara, fachadas de casas antigas, a Igreja Matriz, paisagens da Serra do Mar. Tudo a lápis.

Lembro-me de que um sargento me procurou e pediu o desenho de uma casa, pois tinha um terreno e planos de construir sua residência. Desculpei-me, dizendo que desenho e planta de casa era trabalho de arquiteto e engenheiro civil.

Finalmente, vieram buscar-me para depoimento. Sempre a mesma encenação. Dois guardas armados de metralhadoras, olhando para todos os lados e acompanhados por um superior. Entrei numa sala onde me aguardavam o Coronel Gouveia, um advogado e um datilógrafo.

O Coronel era um militar de meia-idade, evidentemente dono da verdade e da situação. Pelos seus relevantes serviços prestados à pátria, comandava aquele inquérito e, de olho, como de fato aconteceu, numa promoção a Tenente-Coronel. Deve ter encerrado sua carreira militar como general. Mas, voltando a sua aparência, era alto, corpo esbelto, postura firme e um olhar penetrante que provocava medo. Não por acaso fora escolhido, pelo menos no Paraná, para presidir o IPM do MR-8.

O advogado regulava em idade com o coronel. Usava terno e gravata

extravagante, cabelo preto liso e bigode estilo cafetão de zona. Tinha também um sorriso sarcástico, transmitindo e criando um ambiente de superioridade extrema. Deveria ser Promotor da Justiça Militar. Também chamava atenção o tamanho do seu anel de formatura. Era para ninguém ter dúvidas de sua formação profissional.

À mim pouco sobrava, a não ser contar tudo que sabia e que não sabia, evitando assim a tortura. Com a minha colaboração, todos ganhariam. Eles seriam promovidos pela excelência do trabalho, sem o uso da força bruta, e o prisioneiro teria a compensação de uma pena branda ou a absolvição. Diziam saber de tudo, só precisavam da confirmação para encerrar o processo e enquadrar-me nos artigos mais leves da Lei de Segurança Nacional. Nos artigos mais brandos, insistiam.

Sabiam de minha origem. Família tradicional e respeitada não só em Morretes, mas também em Curitiba, pois havia Consentinos ocupando posições de destaques. Diziam, embolando a voz, “Sabemos também de sua brilhante atuação como aluno da faculdade de Odontologia da Federal. Não concordamos” – afirmavam – “somente com sua atuação política desde o movimento estudantil até o envolvimento com a luta armada. Mas sabemos” – continuavam – “que sua participação é muito pequena, porque não tem índole e nem passado para sair assassinando brasileiros, civis e militares”. Esse era o tom da conversa do Coronel, corroborada pela intervenção sempre oportuna do Promotor, com seu sarcástico sorriso.

Dizia o Coronel: “Parece mentira”, olhando para o advogado. “O avô do Lauro foi namorado de minha sogra. E o pior é que ela vive pedindo todo santo dia que eu o solte”. Dirigindo-se sempre ao bigode de cafetão, concluía: “Eu disse para minha sogra, é só ele dar umas pequenas informações”. Aí vinham as mesmas perguntas:

– Quem levava as armas para Medianeira?

- Onde você escondia?
- Onde é o acampamento fazenda do grupo?
- Quem mais em Medianeira faz parte do grupo?
- Você é o Levi, não minta.

Eu mantinha a mesma resposta: “Fui convidado para entrar na organização, mas não aceitei. Primeiro porque sou democrata e segundo porque não concordo com a luta armada”. Concluía: “Tenho um projeto de vida, quero me firmar como dentista, ter filhos e levar uma vida tranquila como todo mundo”.

Voltavam sempre ao mesmo assunto:

– O André disse em seu depoimento que você recebia as armas. Era o apoio logístico do MR-8.

– O André – respondia – pode ter dito isso, porque eu não concordava com o projeto. Conversava, é verdade, muito com ele. Fiz até tratamento dentário, mas nunca recebi arma de ninguém.

– Onde você escondeu a Kombi?

– Não sei de Kombi. Nem sei dirigir – respondia.

Na verdade, o depoimento do André era igual ao que eu dava a eles. Pura sorte. Por outro lado, o MR-8 estava desmontado. A direção central estava toda presa. Sobrava muito pouca gente e sem importância. Essa situação livrou-me da tortura.

Na segunda e última vez em que fui para interrogatório, às perguntas e respostas foram as mesmas. Não caí nenhuma vez em contradição. Durante todo o tempo em que estive preso, imaginava as perguntas possíveis e tinha as respostas prontas, sem vacilar.

Lembro-me bem da afirmação e da resposta que devem ter contribuído com minha liberdade.

O Coronel acrescentou:

– O Arnaldo, preso na ilha das Flores, no Rio, em seu depoimento

afirmou e assinou embaixo que o Levi é quem recebia as armas em Medianeira, e o Levi é você.

Respondi sem titubear:

– Não conheço esse Arnaldo. Ele é um tremendo mentiroso e quero que vocês me levem até ele. Quero ver se ele confirma essa mentira, olhando nos meus olhos.

– Pois amanhã você será transferido para o Rio.

– Tudo bem, assim tudo se esclarece de vez – respondi com segurança.

Foi o nosso último diálogo junto como o Promotor. Com 30 dias de prisão, mandaram arrumar minhas coisas. Levaram-me para uma sala onde fui fotografado de todos os ângulos e tive minhas impressões digitais arquivadas.

Minha última conversa com o Coronel Gouveia foi mais ou menos assim:

– Consentino, tenho idade para ser seu pai. Sei também que é uma pessoa de caráter. Como pai, vou dar um conselho. Saia da militância comunista.

– Mas eu nunca fui – respondi sem muita segurança.

– Não precisa mais mentir, você está solto. Mais um conselho: mude-se de Medianeira, procure outro local para trabalhar, de preferência o mais longe possível. Vá para outro Estado, porque se você continuar lá, qualquer manifestação política na região, você será sempre o primeiro a ser preso.

– Vou pensar nos seus conselhos – respondi aliviado.

– Não me queira mal. Estou cumprindo ordens superiores, também não é fácil para mim – encerrou o Coronel.

Ao colocar o pé na calçada da praça Rui Barbosa, tive uma sensação impossível de descrever. A liberdade é inerente ao ser humano. Foram somente trinta dias, mas a marca ficou para o resto da vida. Prisão política não desejo nem aos meus adversários.

Enquanto estive preso, recebi carta de um aluno meu da Escola de Medianeira. Foi a única e dizia: “liberdade não está limitada pelo espaço físico de uma cela, mas no pensamento de quem sempre lutou por ela”. Ao sair, lembrei-me da carta, apesar de concordar parcialmente. Você, enjaulado e tratado com desprezo pelo seu semelhante, cuja única diferença é a farda – a teoria do aluno sofria grandes abalos de pensamento.

Emocionei-me quando entrei pela última vez naquele corredor ou ruela de paralelepípedos sem saída para dizer adeus aos que ficavam.

Tinha aprendido que a direita quando não chega ao poder pelas urnas, faz acordo com a farda. Em verdade, a elite ou classe dominante, no jargão da esquerda da época, tinha chegado ao poder por intermédio de Janio Quadros o Presidente eleito. Que tentou o golpe no primeiro ano de governo. Não recebeu apoio popular por ser mal planejado. Ficaram apenas alguns meses no poder, mas continuaram articulando outro golpe que aconteceu em 1964 com a derrubada do governo do gaúcho João Goulart que era o Vice-Presidente eleito separadamente. Na época o cargo de presidente não era vinculado com o do vice como é hoje.

Os militares tinham, portanto, a sensação do poder irrestrito, sem imprensa e sem qualquer oposição, a não ser dos infelizes estudantes.

O golpe de 31 março foi consolidado no dia 15 de abril de 1964 com a posse do General Humberto de Alencar Castelo Branco com aprovação do nosso querido Congresso Nacional.

Essa foi à herança de minha geração. Fazia esse discurso depois que saí da cadeia.

O sentido de poder era tão irrestrito que veio à memória um diálogo de meu cunhado João nessa época já formado e advogando em Luanda, nordeste do Paraná. Essa foi à história. Estava ele viajando para Curitiba, dando carona ao Delegado de Polícia daquela cidade e aconteceu a conversa.

– Pois é, delegado, estou indo para Curitiba para ver se consigo livrar

o meu cunhado da cadeia, preso por subversão.

– Mas, Doutor, quanto tempo sua irmã é casada com esse comunista?

– Não passa de dois meses – respondeu meu cunhado.

– Então está fácil anular o casamento – falou com convicção o delegado, em seguida complementando – tanto no civil como no religioso.

Evidentemente que as coisas não eram bem assim, mas era o pensamento dos aliados e defensores dos militares. Por isso, minha liberdade não podia ser motivo de euforia. Estava como diziam naquela época, fichado, sinônimo de marcado.

Depois que saí, avisei meu irmão e o amigo de Morretes que já estava livre. Meu pai e minha mãe só vieram saber da prisão muitos anos depois.

Resolvi de imediato voltar para Medianeira. Chegando lá, comecei a avaliar o estrago em minha vida de marcado. Houve uma grande retração. As amizades, por motivos não difíceis de entender, sumiram. Era comunista fichado e ser meu amigo poderia, sem dúvidas, trazer prejuízo para quem se aventurasse a mantê-la. Existia um novo poder estabelecido no País.

Lembro com facilidade das pessoas que continuaram sendo as mesmas. O prefeito, o médico, um advogado, e para o restante sobravam o cumprimento e algumas palavras ocasionais na rua. Surgiu uma única nova amizade. Cezário bancário do Banestado e sua esposa, minha aluna da Escola Normal. Fizeram uma visita de solidariedade. Esse fato ficou na memória. Anos depois, passamos juntos a fazer política local. O casal teve um filho ao qual deram o nome de Régis, em homenagem ao escritor pensador francês - Régis Debret.

O período em que estive preso resultou no maior sofrimento da vida de Dona Gorda. Trabalhava todos os dias e nos finais de semana pegava o ônibus, viajando a noite inteira, para chegar e continuar o sofrimento em

Curitiba. Como éramos recém-casados, tínhamos dívidas em várias lojas e principalmente na fabriqueta de móveis. No consultório ela recebia pacientes novos, pacientes antigos, cobradores e principalmente curiosos. Com isso, o trabalho aumentou e ela ganhava o suficiente para pagar as dívidas. Os pacientes mais simples, que nada entendiam o que estava acontecendo, faziam visitas e se solidarizavam: “É, na minha família também tivemos um preso, é assim mesmo, logo, logo, foi solto”. Eram casos de brigas, roubos, assassinatos, etc.

Diante desse clima desfavorável, o conselho do Coronel Gouveia passava a ter outro sentido. Eu estava marcado. Refletimos muito, eu e Dona Gorda, sobre a nova situação. Sair, retirar-se, mudar de endereço, significava ser culpado e humilhar-se ainda mais. Ficamos mais oito anos.

Após o meu retorno apareceram novos problemas. No emprego de dentista do Posto de Saúde e na Escola, as faltas ao Posto foram discutidas diretamente com o prefeito. Ele entendeu a situação, não pagaria o mês ausente e, para me ajudar, pagou alguns meses atrasados. O Prefeito foi sempre uma pessoa diferenciada.

Na Escola Normal, como funcionário público efetivo, o abandono ao trabalho sem justificativa significava automaticamente demissão. A diretora, esposa do médico, chamou-me e foi categórica: “Lauro, sua ausência por um mês é do conhecimento da cidade inteira. Não posso abonar essas faltas sem justificativa legal, sou obrigada a mandar com todas as faltas, e a decisão de demissão por abandono será julgada pela direção da Secretaria de Estado da Educação”. De fato, ela tinha razão. Minha ausência não poderia ser abonada por ela e nem por um falso atestado médico dado pelo marido.

Liguei para o meu cunhado mais novo Cristovão, na época com dezesseis anos de idade, pedindo que fosse até a DOPS e conseguisse um documento oficial para justificar meu desaparecimento, contra minha vontade,

da cidade e do trabalho. Com muito esforço ele conseguiu o tal documento, afirmando, de forma resumida, que eu havia ficado à disposição da delegacia, prestando serviços. É a maior mentira oficial de minha vida. Esse documento, encaminhado junto com a frequência faltosa, foi para a Secretaria. Não tive desconto e nenhum questionamento.

A minha rotina continuou e estava incluída, depois do consultório; uma parada no bar Central, recinto exclusivo de machos. Chegava em casa, normalmente, depois das dez horas da noite. O boteco, na minha geração, era uma obrigatoriedade masculina. Só muitos anos mais tarde é que tive consciência da injustiça com Dona Gorda. Ela, sozinha em casa, esperando-me com o jantar pronto. Uma vez, ela propôs que colocaria na mesa tudo que era oferecido pelo boteco. Jogaria até general. Carrego até hoje o peso dessa injustiça.

Fui desde adolescente, um frequentador assíduo de bar. Muitas revoluções e soluções para a humanidade eram discutidas pela minha esquerda e as soluções apareciam na proporcionalidade do teor alcoólico. Naquele final de ano discutia-se no boteco o desaparecimento dos antigos partidos, assim como, o nascimento da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que aconteceu no ano de 1966. Em 1968, o general presidente Humberto de Alencar Castelo Branco assinou uma lei que acabava com as eleições nos municípios que faziam fronteiras com outros países. Eram as áreas “de interesse nacional”. Medianeira fazia fronteira com a Argentina. A lei ia mais longe, os prefeitos seriam nomeados pelo governador, “mediante prévia aprovação do presidente da República”.

Esses fatos “importantes” eram altamente discutidos no bar Central e elevavam ainda mais o teor alcoólico, que justificava ainda mais a chegada tarde em casa.

Ensinaram a Dona Gorda a usar um prato raso com vinagre, colocado na mesinha de cabeceira do quarto, na tentativa e luta contra o “bafo

de onça” do marido revolucionário.

Em 1968 o grupo escolar de Medianeira foi rebatizado com o nome de Grupo Escolar Costa e Silva. Em março de 1969 foi inaugurada a BR 277 com as presenças do General Presidente Castelo Branco, do Ditador Alfredo Stroessner do Paraguai e do Governador Paulo Pimentel do Paraná.

Essa sequência de fatos elevava a temperatura no bar, principalmente quem seria indicado a interventor.

O nome Luiz Bonatto surgiu no início de 1970. Na conversa de boteco falavam que era administrador de uma fazenda chamada Três Pinheiros, propriedade do General Ney Braga ex-governador do estado e localizada no sudoeste paranaense. O administrador de fazenda foi promovido a Comandante da cidade. Houve eleição para vereador. O MDB, em protesto, não lançou candidato. O poder era todo militar, fantasiado com o nome de Arena.

15 de fevereiro de 1970. Palanque em frente à Prefeitura, um contingente do 1.º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu e banda a postos. Palanque quase todo verde oliva. No centro, o interventor Luiz Bonatto, alto, magro e ao seu lado sua esposa, baixinha e gordinha. Em volta do palanque, a população medianeirense. Após o Hino Nacional, discursos de autoridades. O interventor, último a falar, no meio do discurso, com o braço e o dedo indicador para o céu, berrou: “No meu governo não haverá participação de comunistas”. Aplausos. “O dentista vermelho, terrorista do Posto de Saúde está demitido”. No meio do povão, assistia e ouvia o meu nome. Eu era um homem perigoso. Os conhecidos próximos se afastaram um pouco. Assim fiquei mais conhecido. Era um domingo.

Na segunda-feira, com o contrato na mão, apresentei-me ao tesoureiro da prefeitura para receber os meus sete meses de salários atrasados. A resposta foi a mesma: “Não temos dinheiro”. “Quero então conversar com o interventor” – respondi. O funcionário desapareceu. Pouco

tempo depois, reapareceu e ordenou: “Me acompanhe”. Entrei no gabinete. Ao lado do interventor estava um comerciante, dono de um grande armazém que vendia de tudo: móveis, pratos, panelas, maquinário, instrumento agrícola e um balcão de alimentos.

O interventor, inicialmente, fez um discurso contra o ex-prefeito eleito. Acusava-o de vagabundo e de ter deixado os cofres vazios. Após o discurso do poderoso, ponderei: “Senhor interventor, tenho aqui o contrato e quero receber os sete meses atrasados. O senhor demitiu-me e só quero receber o que é meu de direito”. O comerciante interveio: “Senhor interventor, o dentista é recém-casado e naturalmente deve faltar alguma coisa em sua nova residência. Eu proponho que o valor total da dívida seja pago com produtos do meu comércio. A prefeitura repõe o valor devido dentro das suas possibilidades”.

Assim deixei de fazer trabalho para o serviço municipal de saúde.

Anos 69/70, desaparece o MR-8 do oeste paranaense. Desses fatos tive conhecimento muitos anos depois. Eu e o André fomos presos e identificados em 69. Miguel, o paraguaio, preso em 31 de agosto de 1970, condenado a quatro anos de prisão na Ilha das Flores. Por meio de recurso judiciário teve redução de pena. Cezar, o motorista do Jeep que retirava as armas do consultório, foi preso. No cerco militar, levou um tiro no pescoço e ficou com problemas de fala. Seu nome mudou para O Rouco. Do catarinense tive poucas notícias. Sei que se elegeu prefeito por duas vezes em sua cidade natal. O Arnaldo, também carioca, preso em 1969, cumpriu pena também na Ilha das Flores. Ivan, o meu primeiro contato, foi para o exílio.

De todos, mantenho contato com o André, hoje com o nome de nascimento Aluizio Palmar, morador de Foz do Iguaçu, trabalhando como assessor de imprensa da Câmara de Vereadores. O paraguaio é industrial. Em um período foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de Foz.

Ficaram ainda muitas dúvidas. A fazenda em Matelândia ganhou o

apelido popular de “matadouro das forças armadas”. Quem ficou como proprietário?

Ano de 1970, General Emilio Garrastazu Médici é o novo comandante do Brasil e acontece a nova Copa do Mundo no México. O Brasil vence a Itália e é tricampeão de futebol. O país se transforma em uma grande festa. Os militares aproveitam e trabalham a mídia: “a conquista é produto do trabalho e competência do governo Militar”

Eu também vibrei. A dificuldade era ter que ir até Cascavel para assistir aos jogos pela TV. A imagem televisiva levou muitos anos para chegar a Medianeira.

O futebol sempre foi a paixão do brasileiro, mas talvez maior entre os gaúchos. A rádio Guaíba era a mais ouvida e o Gre-Nal, a disputa mais importante de futebol. Chegaram a fundar um time de futebol com o nome de Grêmio Medianeirense, mas a camisa era vermelha, igual à do Internacional. Era a tentativa de unir a gauchada. Não deu certo. O União, primeiro time fundado, teve momentos de glória. Foi campeão amador do Paraná. Eu acompanhava os jogos aos domingos, levando o meu rádio de pilha para saber como ia o meu Coritiba.

ENQUANTO ISSO... AMIZADE E A SOLIDARIEDADE BRASILEIRA

Em maio de 2005, desembarca, no aeroporto de Curitiba, uma paciente de 17 anos de idade acompanhada de sua mãe. Viajando pela primeira vez na vida de avião, vinham de Santana do Araguaia, no Estado do Pará, divisa com o Estado do Tocantins. Sem qualquer roupa de inverno, mas com endereço do CAIF/AFISSUR. A primeira providência foi agasalhar ambas

com as roupas usadas e doadas ao nosso “shopping atendimento” – a temperatura naquele maio esteve perto do zero grau. Por que duas negras analfabetas tiveram esse privilégio de chegar ao Sul do Brasil de avião? A resposta é simples. A paciente nasceu com uma malformação arteriovenosa de face e lábio e deveria ter sido operada dos 4 aos 5 anos de idade. A malformação conhecida popularmente como hemangioma, com o tempo, havia bloqueado a passagem de ar pelas narinas ou mesmo pela boca e a alimentação só acontecia com líquidos. Foi realizada, em um hospital do Pará, a traqueostomia (colocação de um tubo em uma abertura no pescoço para circulação do ar). A moça ficou 45 dias aguardando aqui em Curitiba uma solução para seu caso, respirando pelo pescoço, e o serviço de saúde sem solução. Esse ser humano estava a caminho do fim da vida aos 17 anos de idade.

Primeiro obstáculo: a falta de documentação, o famoso TFD (Tratamento Fora de Domicílio) ou, mais raro ainda, o CNRAC (Central Nacional de Regulamentação de Alto Custo) e, se possível, a carteirinha do SUS. Tudo isso é a grande inteligência nacional dos operadores das secretarias estaduais de Saúde sob o comando do Ministério. Os grandes pensadores da burocracia nacional nunca entraram em um postinho de saúde, muito menos conheceram um paciente. Só conhecem números e valores que eles insistem em tornar cada vez menores. Por que não vão até Santana do Araguaia e visitam a Secretaria Municipal de Saúde e perguntam por que não mandaram o paciente com o CNRAC de que eles nunca ouviram falar? E pior, vem a acusação de que o CAIF/AFISSUR fez BUSCA ATIVA, trouxe pacientes de outro estado sem planejamento, transferindo despesas não programadas para a Secretaria da Saúde de Curitiba e para o Coordenador de Serviços de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

Esquecendo os primeiros dissabores, vamos à continuidade da história da moça e de sua mãe, alojadas na pensão e aguardando chamada para os exames exigidos pelos médicos para a realização da primeira cirurgia. Primeiro exame: ressonância magnética. Posição de Curitiba: “É uma irresponsabilidade trazer pacientes sabendo que existe uma lista de espera de quatro meses”. Foi montado um processo, justificando o pedido. Como a papelada não andava, fiz uma ameaça: “Ou sai a autorização ou a mãe e a

paciente vão para o Ministério Público.” Houve xingamento, mas saiu o exame. Para a realização da cirurgia ainda precisava de mais uma intervenção, a angiorrressonância, que não é feita pelo SUS, e custa R\$ 15.000,00. Aqui é realizada por um hospital privado muito famoso. Outra briga, agora com a Secretaria Estadual. A pessoa perguntava da onde iria retirar o dinheiro do exame e a resposta: “Com certeza o pagamento não vai sair do saldo bancário do presidente operário ou do governador do Paraná e muito menos do Secretário, e sim do cofre do contribuinte brasileiro”, eu respondi. Outra espera e o exame foi realizado. O médico explicou que, para fazer a redução da língua e dos lábios, era necessário conhecer as terminações das veias e artérias para não acontecer um insucesso muito grave. Ele, o médico, disse: “Só aqui, no hospital da USP e no hospital da Faculdade de Medicina da Federal de Porto Alegre é realizado esse tipo de cirurgia via SUS”.

A mãe, após semanas de espera, vem à direção, preocupada. “Quando saí do Araguaia”, disse ela, “o meu marido, que é vaqueiro e partiu levando gado até Palmas no Tocantins, me alertou: ‘Quando eu voltar e você não estiver, procuro outra mulher’. Por isso, doutor, eu estou ficando preocupada”. Olhando para aquela mulher, negra, com poucos dentes, o que deixou sua face encolhida, pensando na sua filha e em seu marido, propus a solução: “Você vai voltar linda”. Foram convocados dois dentistas para o tratamento e a colocação de prótese dos dentes em falta. Assim, a mãe em tratamento justificava sua presença em Curitiba. Passou um mês e, antes da cirurgia da filha, seu tratamento dentário estava concluído. Fotografada aquela mulher, que tinha rejuvenescido, disse a ela: “Você está linda. Se seu marido estiver com outra na sua chegada, podem acontecer duas situações: ele abandona a nova esposa e volta para você e, se não voltar, você arruma outro companheiro, pois assim, linda, não ficará mais sozinha.” Sorrindo, ela foi dizendo: “Se eu arrumar outro, será o terceiro marido na minha vida”, e deu um lindo sorriso inesquecível.

Vinte e sete dias após a chegada, a paciente é internada no hospital. A cirurgia de glossectomia parcial é realizada com sucesso.

Com seu belo sorriso, a mãe nos procurou pedindo para fazer a troca da passagem aérea para ônibus. “Tem medo de viajar de avião?” fiz a pergunta: “Não”, respondeu. E foi contando que durante sua estada na Pensão

Ideal, ficou conhecendo uma mãe de Goiânia cuja filha também tinha tido alta e iria retornar de ônibus e ela queria ajudá-la na viagem. Era um ato de solidariedade. A Assistente Social fez a troca das passagens. As perguntas foram respondidas. Ela iria até Goiânia, lá trocava de condução até Palmas, e dali outro ônibus as levaria até Santana do Araguaia. Era em torno de três dias de viagem.

O tratamento da filha foi programado. Teria que fazer mais duas cirurgias. À primeira, marcada para outubro de 2006, não compareceu. Não temos notícias, apesar das correspondências enviadas à prefeitura de Santana do Araguaia, pelo nosso Centro.

MUDANÇAS

-1971/1982-

A volta à legalidade partidária.

“Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas.”

Friedrich Nietzsche.

No mesmo ano de 1970, recebi em meu consultório, pela primeira vez, a visita do Diretor do Frigorífico Medianeira-Primeza. Veio para uma consulta, foi a justificativa. O exame mostrou dentes muito bons, apenas foi feita uma pequena profilaxia. Após a consulta, sentou-se em uma cadeira em frente a minha escrivaninha e começou a falar sobre o loteamento da empresa. De fato, os terrenos ficavam a área mais alta, e virou o local nobre da cidade.

– Dr. Lauro, os nossos terrenos começaram a ser urbanizados. Abrimos a Rua Rio de Janeiro e eu trago uma proposta irrecusável. Vendemos para o senhor dois lotes conjugados, sendo um de esquina. O valor da mensalidade fica à seu critério, assim como o tempo de financiamento. Não cobraremos juros em caso de atraso ou aumento do tempo de quitação. Seu terreno ficará na melhor área da cidade.

Após alguns momentos, respondi:

– Obrigado, mas não tenho interesse.

Ficou perplexo:

– O senhor não aceita?

– Agradeço a proposta, mas a compra de lotes não faz parte dos meus planos.

– Então o senhor – continuou – não pretende continuar trabalhando aqui?

– Senhor Diretor, ainda não pensei no assunto.

– Se não tem planos definidos, a compra é um excelente investimento. Trocando de cidade será fácil a venda.

Continuei reforçando as palavras.

– Não tenho planos para o futuro.

Houve uma pausa na conversa. Ele parecia não acreditar no que estava ouvindo. Fitou-me e continuou:

– Dr. Lauro, tenho agora mais uma proposta irrecusável. A minha empresa contrata sua esposa como dentista. Como o senhor já sabe, damos assistência médica aos funcionários e seus dependentes. Ampliaremos o serviço para odontologia.

Sem muita vacilação, respondi:

– Agradeço as duas propostas.

Assim terminou o encontro das propostas irrecusáveis.

Essa conversa vazou. A esposa do diretor frequentava muito o salão de beleza, único na cidade, e comentou: “Esse casal de dentista é muito esnobe. Imaginem” – continuava o papo, contando o encontro entre o marido e o dentista – “não aceitaram essas duas excelentes propostas de meu marido”.

A história era repetida para cada freguesa que lá chegava.

Evidentemente que não havia nenhuma bondade do diretor. A proposta, se aceita, seria o início do processo de vendas e a garantia da continuidade de residência em Medianeira dos dois únicos dentistas formados.

Nunca ninguém soube na cidade a minha posição com relação ao assunto. Eu era contra fazer patrimônio. Discuti esse ponto de vista inúmeras vezes na época de estudante. Dizia: “O ser humano é insaciável. Se possui uma casa, logo em seguida ela fica pequena, constrói-se uma maior, depois é necessário piscina, ar condicionado central, lareira, etc. Vem em seguida à casa de praia para os filhos passarem temporadas, casa de campo para fins de semana.” Eu assim terminava: “Ter casa é investimento rentável e, então, passa-se a construir para alugar. É como carro. Tirando o usado para o trabalho, o veículo passa a ser instrumento de vaidade. Primeiro é o carro nacional, depois o importado”.

Em Medianeira, todos os Doutores tinham carro. Era uma disputa do modelo, ano e marca.

Do meu consultório, não saía um português, conhecido vendedor de carro da Concessionária Volks de Foz. Dizia sempre: “Doutor, carro é status”.

Na época não conhecia nada do **pensamento budista**. Depois de velho, li alguns ensinamentos:

– A vida é sofrimento.

–O sofrimento é causado por apegos (às coisas, às ideias, às pessoas e à própria vida).

– Há um remédio para o sofrimento: a cessação do desejo, do apego, do eu.

Eu não tinha sofrimento pelo apego às coisas, principalmente materiais, que dão *status* social. Meu sofrimento era, porém, o envolvimento com a proposta socialista que não está no pensamento budista.

*

Aceitei um convite do Lauro Gordo para irmos de Dodge Dart velho até Toledo. O Lauro, gaúcho de Panambi, era proprietário da única gráfica de Medianeira.

Fomos a Toledo para comprar papel para o seu negócio na gráfica do Dr. Ernesto Dall'Óglio médico, dono de um hospital e prefeito local.

Na gráfica estavam o advogado Nilton Miguel Friedrich futuro genro do médico, com ambições políticas e Alencar Furtado Deputado Estadual pelo MDB. Após a compra, o deputado pediu carona, tinha um compromisso em Matelândia e o seu fusca estava para conserto em uma oficina.

De Toledo até Matelândia eram umas três horas de viagem pela estrada de terra. Foi o início de minha amizade com o Nordestino de Araripe, Ceará, Alencar Furtado, que tinha sido eleito em 1967 e era o líder da oposição na Assembléia Legislativa. Na época, o MDB tinha oito deputados e a Arena, trinta e sete.

Na conversa de viagem, eu colocava a posição do exilado Brizola (Leonel 1922-2004) contra a participação no partido de oposição e o nordestino defendia o envolvimento na organização pela luta da

democratização. Era na verdade um retorno à tese do Partidão: lutar pacificamente na conquista da liberdade. Fui convencido, começava mais uma longa caminhada. Agora dentro do partido de oposição legal.

Por várias vezes fui convidado para entrar no partido. Conhecia o primeiro presidente do diretório local. Era moreno, meio careca, bigodinho ralo, baixinho e gordinho, sócio de um primo. Eram comerciantes modestos, sem pretensões eleitoreiras. Os dois representavam uma marca de cerveja e vários refrigerantes. O presidente era o motorista na entrega de bebida. Sofreu todo o tipo de pressão do governo local e perseguições do estadual à procura de irregularidades na empresa da qual eram proprietários.

O segundo mandatário do partido era um pequeno agricultor de uma pequena chácara perto da cidade. O primeiro encontro, também não esqueci. “Doutor Lauro” – iniciou — sou o presidente e todo o presidente é como um bom pescador. Joga a linha no poço, se o peixe não beliscar, troca de poço, se também não houver peixe, vai trocando de pesqueiro. É ou não é? O pescador, depois de várias tentativas sem nenhum belisco não enrola a linha e vai pra casa? É ou não é? Eu como presidente do MDB também jogo a linha, se nenhum político beliscar, eu fecho o livro”. Dizia isso, fazendo movimento com ambos os braços e mãos como se fechasse um livro. Era o livro de atas do partido. Ele fazia essa preleção com a maior tranquilidade, ou o político entrava com dinheiro direto a ele ou não tinha o seu apoio. Completava: “Se não aparecer nenhum, fecho o diretório”. Conteí essa história ao deputado nordestino, mas, mesmo assim, ele me convenceu a filiar-me ao partido.

Ao procurar o diretório, sabendo do pensamento do presidente, impus condições: pelo menos a direção municipal teria que conhecer o programa do partido. Ficou estabelecido que todo sábado, no período da manhã, na residência de um dos membros do diretório, haveria reunião com toda a diretoria. As reuniões acabavam acontecendo sempre na casa de um gaúcho, alto, diferente dos demais por ser loiro, farto bigode, sempre de

bombacha e armado. Era o gaúcho completo, de bota, guaiaca, camisa xadrez, lenço vermelho no pescoço e chapéu. Simpático, largo sorriso e bons dentes brancos. Nunca soube sua profissão. Era meio **mocinho**, meio **bandido**. Em qualquer situação, sua presença impunha respeito pelo medo. Anos mais tarde, respondeu a inúmeros processos judiciais. Nunca soube do que o acusavam.

Naquele ano houve eleições. Particpei da campanha do cearense Alencar Furtado para deputado federal e para estadual, Maurício Fruet (1939-1998), de Curitiba e muito conhecido.

O primeiro comício de que particpei foi em Diamante do Oeste, distrito de Matelândia. Na carroceria de um velho caminhão estavam os dois candidatos, os políticos locais e eu, único desconhecido do pessoal local. O discurso do curitibano terminou assim: “As nossas candidaturas só foram possíveis graças à bondade do deputado federal de Santa Catarina (inventou um nome e apontou para mim), empreiteiro bem-sucedido em Blumenau, que está arcando com as despesas. Graças a esse bondoso homem (botou a mão em meu ombro), graças a esse espírito partidário, eu e o companheiro, como vocês sabem, que somos pobres e vivemos em dificuldades como vocês, estamos aqui e, se eleitos, iremos defender o povo humilde”. Assim encerrou sua fala. Eu era o mais novo personagem da política partidária do oeste. Terminado o comício, fui cercado por uma pequena multidão com pedidos de toda natureza. A certa distância, o Fruet candidato da confusão que tinha armado.

Ambos se elegeram para o mandato 71/75.

Iniciava, assim, um aprendizado do comportamento do eleitor brasileiro. A troca do voto por algum favor, promessa ou dinheiro vivo. Ser político é, essencialmente, no corpo-a-corpo, saber administrar um mar de pequenos e grandes interesses em troca de votos.

O único político que conheci e que se elegera fora desse contexto era o cearense que atingiu uma parcela do eleitorado consciente e politizado. Ele

recebia votos, em pequena quantidade, mas de todas as cidades paranaenses. Enquanto foi candidato recebeu o meu voto.

ENQUANTO ISSO

A VIDA DE DUAS CRIANÇAS NASCIDAS NO AGRESTE DO NORDESTE BRASILEIRO

Em 20 de dezembro de 1996, em Augustinópolis (Tocantins), nasce um paciente de malformação rara. Um mês depois, no dia 20 de janeiro de 1997, em João Lisboa, cidade próxima a Imperatriz (Maranhão), nasce outro nordestino com sérios problemas de face. Ambos portadores de malformações congênitas raras de face. Três meses depois, as duas famílias encontram-se pela primeira vez em Teresina (Piauí), onde haveria médicos para reabilitar os dois recém-nascidos. Um ano depois da primeira cirurgia parcial de lábios, os dois têm seus palatos fechados. Mas o caso não está concluído, pois em ambos a deformação atinge toda a face. A deformidade levou à ausência do globo ocular esquerdo do maranhense.

Os dois pequenos foram crescendo e se encontrando em Teresina, tornaram-se amigos, pois eram parecidos. A mãe do de João Lisboa muda-se para Olho d' Água, vilarejo de Vitorino Freire, também no Maranhão. A avó do paciente de Tocantins, moradora de Vitorino, ao saber da nova residência do caso parecido, traz o neto para que possa viver junto com o único amigo e companheiro, dando um exemplo de amor. Fatos como esse mostram a existência da solidariedade humana. Os seus conceitos e pensamentos são revitalizados: “Estamos juntos!” — duas famílias à procura da solução.

Por informações dos médicos do Piauí, os pais ficam sabendo da presença, em Goiânia, de uma Missão americana – Operation Smile Internacional - que trata de malformações de face. (Isso aconteceu em 2003) e para conseguir passagem de ônibus somente de ida até Goiás, tiveram que

apelar para o Poder Judiciário. Os dois meninos ficam sob a responsabilidade do médico da nossa equipe que participava do trabalho. Ele realiza a terceira cirurgia, a nossa primeira participação. Os dois casos são complexos, por isso é feito agendamento para dar continuidade ao atendimento em fevereiro de 2004, em Curitiba.

Outra vez a luta da mãe e da avó para conseguirem passagens de ônibus, de ida, até Goiânia. Com auxílio de voluntária da organização americana, chegam de ônibus até aqui. Maio, Curitiba já em pleno inverno. Demos a eles roupas conseguidas de doações, mas isso não impediu que ambos ficassem gripados. E entre o pré-operatório, o ato cirúrgico e a alta para voltar, passaram-se 45 dias. Com dificuldades próprias das filantropias, o serviço parte à procura de recursos financeiros para pagamento das diárias da pensão e das passagens de ônibus – são 61 horas de viagem de Curitiba a Vitorino Freire. Duas fornecedoras de aparelhos auditivos do Centro que, na época, tinham um bom valor pago pelo Ministério, fizeram um ato de “misericórdia” e pagaram as despesas.

Por intermédio dos proprietários da pensão, chegou o restante da história. Quando os dois meninos/pacientes souberam da viagem de retorno, começaram a chorar. Enquanto um dizia: “Mãe, por que vamos voltar, se aqui nós temos café, almoço e janta?”, o outro completava: “Vó, eu não quero mais voltar. Vamos ficar morando aqui.” O dono da pensão presenciou: “Na hora da saída, por eles terem ficado tanto tempo, todos os funcionários foram se despedir, e alguém perguntou quanto dinheiro eles tinham e a resposta foi: ‘Não temos nada, mas não é preciso’. ‘Como não é preciso’? — falou o faxineiro — ‘São mais de três dias viajando’.” A história termina com os trabalhadores da pensão, cada um dentro de suas possibilidades, repassando moedas ou notas de 1 a 10 reais. A pensão deu pacotes de leite, bolachas e saquinhos de doces. O serviço tinha se esquecido desse detalhe, na próxima vinda isso não se repetiria. Assim foi a história da despedida, contada na visita que faço regularmente à pensão para verificar as condições de higiene, alimentação e acomodação dos pacientes.

Um ano depois, 2005, voltam os quatro viajantes. A aparência dos dois tem uma sensível melhora, mas é preciso ir por etapas para a reconstituição do aspecto físico da face. Já não estão assustados como da

primeira vez. A cidade não parece tão grande e tão complicada. A mãe, companheira de um menino, está novamente grávida, vai nascer seu sétimo filho. Trabalha como empregada doméstica e ganha 100 reais por mês. “Como?”: “É o preço que eles pagam lá, doutor”. O seu filho mais velho, com 18 anos, trabalha no corte do juquira e ganha 60 reais por semana. Evidentemente, não sabia o que era juquira, e ela explicou: “É o mato ruim e que pode destruir a pastagem. Não arrancando, pode acabar com a comida do rebanho de gado.” A dúvida: recebem bolsa-escola ou bolsa-família? A resposta é sim, a partir do final de 2004. “Dá pra viver? São oito pessoas: além da mãe e os seis filhos, mora também a avó deles.” “Vocês não conhecem nada.” continuou a mãe: “Nossa casa de barro (taipa) não tem geladeira, o fogão é a lenha e temos poucas lâmpadas. Duas camas de casal e uma de solteiro acomodam os cinco grandes, as crianças dormem em redes, colocadas à noite. Nossa comida é arroz e feijão. Quando sai o pagamento, compramos a carne mais barata, de porco, 3,00 reais, ou a de bode, 5,00. A de boi é muito cara. Tem ainda farinha de mandioca, o nosso galinheiro e os ovos. Comemos todo o dia”.

A sua sala do CAIF é muito fria, a mãe fica olhando para a janela: “Por que não tem ar condicionado nessa sala?”. “Porque não precisa”.— foi a resposta. “Com esse frio? Lá é muito quente e o nosso Prefeito tem. A gente vê da rua aquela grande caixa barulhenta pingando água.” Aquela pobre mulher, morena, magra, com os sinais de gravidez já aparecendo, cabelos crespos, que, com esforço, são puxados para trás, faltando dente e um olhar sem brilho. “E o banheiro?”. Outra dúvida. “Não tem. Nos fundos tem uma casinha com um buraco na terra. Também não temos água, o nosso poço é muito ruim. Nós pegamos água da nossa vizinha. “A curiosidade permanece: “E o banho?”. “Antigamente era em bacia de barro, hoje é de plástico, bem grande. Eu dou o banho nos pequenos e também me lavo”.

Na segunda visita, o médico cirurgião plástico pediu um exame oftalmológico. Conhecemos o proprietário do Instituto da Visão, uma clínica sofisticada que atende a classe “A” curitibana. O pedido para os dois nordestinos foi atendido sem custos pelo dono do serviço, o oftalmologista Dr. Marcelo Fonseca. Se esse exame fosse pelo SUS, eles levariam anos para conseguir. O resultado foi miopia, agora o problema seriam os óculos. A

solução: Deputado Estadual Cleiton Kielse (1967). Um telefonema para a Assembléia Legislativa e ambos voltaram ao Maranhão, além da cirurgia, com óculos bem sofisticados, até com encaixe para lente escura. As passagens de volta e a pensão foram pagas pelas duas empresas. Ao perguntar a eles se tinham dinheiro, responderam que sim. Cada um tinha recebido duzentos reais do Conselho Tutelar de Vitorino, além das passagens de vinda. Dessa vez não foi esquecido que viajar três dias fechados dentro de um ônibus também dá fome.

Em março de 2006, as duas famílias retornaram a Curitiba. A diferença foi a ausência da mãe de mais uma pequena criança; foi substituída pelo filho mais velho, o cortador de juquirá. O paciente foi entregando: “Ele também tem mulher que mora junto com a gente.” Com meio sorriso, confirmou a presença da companheira de 16 anos. Com essas conversas vem o conhecimento de que o casamento formal nessa classe social não existe. Moram juntos e trocam de companheiro(a) com muita tranquilidade. A mãe de sete filhos – três maridos — hoje está sozinha, com os filhos. O outro Brasil que passamos a conhecer por intermédio dos pacientes! A imaginação vai longe. Em São Luiz, capital do Maranhão, a cor da pele da população é marrom. A origem portuguesa, negra e indígena deu esse colorido, além da riqueza do folclore. Também soubemos da ausência de pedintes ou de carrinhos de lixo, tão comuns no Sul maravilha. Sem conhecer a história, é possível conjecturar. A mistura de origens levou a conceitos completamente diferentes quanto à relação conjugal. Para os netos de avós italianos natos e misturados com espanhóis e portugueses, os conceitos de família são ou eram muito fortes com a presença do pai e mãe biológica na formação de gerações de brasileiros sulistas, porém, lá no Norte, como eles dizem – “Nós não somos nordestinos” –, perguntamo-nos se prevaleceu a cultura indígena. O importante é que não são sentidos nos filhos esses questionamentos. A ausência do pai, como também a vida em comum com irmãos de pais diferentes, é pacífica.

O nascido no Tocantins, acompanhado pela avó, tem outra história. Quando nasceu, há nove anos, o pai era trabalhador rural sem terra. Morava em Augustinópolis. Na luta, conseguiu há quatro anos um pedaço de terra no assentamento Bananal, no município de Axixá, também no Tocantins. Hoje

tem sua terra própria, planta arroz, feijão, cria porcos, galinhas, vaca de leite e alguns bois. Seu grande projeto é ter fazenda de gado. A avó, moradora também de Vitorino Freire, tem a companhia de mais oito pessoas.

Os dois pacientes são integrantes de grandes concentrações familiares. Moradias minúsculas, sem água encanada; a luz elétrica é precária, mas cada casa tem uma televisão. Segundo eles, a imagem é muito ruim porque falta dinheiro para comprar a antena parabólica. “Quais os canais”? a curiosidade continua.

No final de março de 2006, os dois meninos vão para a quarta cirurgia da equipe. Um para enxerto no osso da face. O outro para abertura e colocação de prótese ocular do lado esquerdo. Nele também foi colocado um expansor dentário pelos dentistas, com instruções de manipulação do aparelho. Foram levados de carro para a pensão, e o irmão mais velho ficou com a responsabilidade pelo controle diário lá no Maranhão, para que haja a correção óssea da boca por meio da manipulação diária da prótese colocada.

O tratamento não está concluído, terão de vir várias vezes para aproximar sua face da normalidade. A alta será dada quando atingirem a idade adulta.

*

A Escola Normal Helen Keller de Medianeira iniciou suas atividades em 1967 e eu comecei a trabalhar como secretário e professor em 1969, ano em que ocorreu a primeira formatura. Como toda escola de formação de professor primário (hoje não existem mais escolas normais), a maioria dos alunos eram mulheres. Houve um momento em que nas três turmas em funcionamento, em torno de sessenta alunas, havia só um do sexo masculino.

Na época, o mundo vivia um grande movimento feminista. Era a luta das mulheres no avanço da relação mulher/homem, no mercado de trabalho, espaço no ensino superior, formação cultural, esportes e, principalmente, a participação feminina no contexto político e social.

As fontes de informações do que acontecia no resto do mundo eram muito precárias principalmente em regiões como o interior do oeste paranaense.

Como professor e dado o meu relacionamento com professores, políticos, tudo isso somado à leitura – era sócio do Clube do Livro –, passei a repassar e levar a discussão os fatos que estavam acontecendo no resto do mundo. Essa relação provocou uma grande aproximação entre o professor de Estudos Sociais e as alunas. Assim nasceu o jornal estudantil “O dinâmico”.

Esse relacionamento muito próximo também me rendeu algumas homenagens nas formaturas. Na segunda ou terceira turma de formandos, fui escolhido como paraninfo. O Juiz de Direito da Comarca Dr. Sergio Arenhart e o Interventor de Medianeira Luiz Bonatto, foram igualmente homenageados. Um era o nome da turma, outro patrono. A nova diretora da Escola era uma professora ligada ao novo grupo político e substituíra a professora Nelza fundadora. A solenidade foi na Igreja Nossa Senhora de Medianeira sob o comando de dois padres holandeses, que tinham o domínio de nossa língua.

Nessa solenidade, a Missa de abertura foi rezada pelo Padre mais novo.

Após a missa, começou a formatura propriamente dita, entrega dos diplomas, palavras da direção, homenagens especiais aos professores e o discurso da oradora da turma. Por último, faltava a palavra do paraninfo. Nesse exato momento, por ordem da diretora, começou em um aparelho de som, o Hino Nacional. Todos os participantes em pé. Ao término da última estrofe, a diretora deu como encerrada a formatura. Nesse instante, o Padre Adriano pediu a palavra e, de posse do microfone, solicitou que todos os presentes voltassem a sentar-se.

Assim, iniciou seu depoimento sobre a liberdade e o direito da palavra. Citou a democracia holandesa e disse que rezava muito para que um dia o Brasil também chegasse ao mesmo nível de respeito aos outros seres humanos com pontos de vista diferentes. Não citou o meu nome, mas deu o recado ao veto às minhas palavras e à dos que não concordavam com o modelo político brasileiro. Assim foi encerrada aquela formatura.

No ano seguinte, novamente fui escolhido paraninfo. Era resposta das alunas que se formaram na sequência dos acontecimentos. O nome dos outros homenageados não me ocorre, só sei que a solenidade foi realizada nas dependências do único cinema existente. A professora diretora continuava a mesma, comandando a nova formatura. O Padre era também o mesmo. Dessa vez tive direito à palavra como paraninfo.

Mais um ano terminou. Na moradia de fundos a Vera Lúcia resolveu colocar um quadro na parede sem prévia consulta ao proprietário. Um único prego pequeno foi o suficiente. A batida de martelo fez surgir o dono do imóvel: “O que a senhora está fazendo?” – foi a ríspida pergunta. Ela respondeu: “Ora senhor, estou colocando esse pequeno quadro”. O prego foi motivo para um grande mau humor recíproco.

Quando cheguei em casa, soube das palavras secas e diretas do proprietário. “Gorda, precisamos mudar de residência”. Foi minha sugestão.

Aí aconteceu um milagre. O coletor estadual de rendas, nascido em Paranaguá, foi transferido para Cascavel. Possuía uma casa de madeira recém-construída. Tinha as paredes duplas, três quartos, banheiros, lavabo, uma enorme sala de visitas, garagem e janelas grandes e altas para a rua. Atrás, outra construção, dependência de empregada, área de serviço e um enorme salão com churrasqueira. Na continuidade do longo terreno, uma horta abandonada. O endereço era rua Argentina, vizinha do Sr. Arlindo Vannini (in memorian) e Dona Clary.

O parnanguara me procurou para alugar. “Lauro, estou de mudança. A casa é nova e vocês não possuem filhos”. Segundo ele, os responsáveis pela destruição de casa são os filhos dos pais que moram de aluguel.

Outro fato aconteceu, compramos um novo consultório odontológico. Os nossos pacientes com necessidade de RX continuavam sendo encaminhados para Foz quando era necessário um diagnóstico mais detalhado.

Resolvemos instalar o consultório antigo nas dependências dos fundos da nova moradia. A justificativa era a disponibilidade de tempo da Dona Gorda no período da tarde. Ela trabalhava somente pela manhã, enquanto eu dava aulas na escola pública.

O tempo de ocupação da nova casa durou em torno de um ano. Certo dia chegou o proprietário:

– Lauro, meu amigo morreteano, apareceu uma boa oferta e eu vendi a casa. Estou necessitando de dinheiro para concluir a casa que estou construindo em Cascavel. Tem mais um detalhe assumi o compromisso de entregar a casa em um mês.

– Não vou criar problemas – respondi – mas você sabe que não

existe casa disponível na cidade. Você vai ter que ajudar a achar, vamos juntos sair à procura.

Antes de completar o mês, mudamo-nos sem criar confusão. A nova casa recebeu de Dona Gorda o apelido de favelinha. Sem fugir à regra, a casa de madeira fora construída em um terreno de grande desnível. A que alugamos ficava no nível da rua. O dono aproveitou o declive e, no lugar do porão, fez mais duas mini casas. A parte superior era muito parecida com a nossa primeira casa. Uma área lateral coberta e aberta. A primeira porta da varanda dava para uma pequena sala, a segunda era a entrada da cozinha e, nos fundos, no fim da área, a terceira porta, o banheiro. O sistema hidráulico resumia-se a três torneiras. Uma na cozinha, outra no banheiro e uma terceira que coloquei, bem em baixo, na parede do segundo quarto. Era a única que recebia água, as outras torneiras ficavam numa altura normal mais a pressão era insuficiente para abastecer.

O poço, no fundo do terreno, ficava na parte mais baixa, tendo um motor de baixa potência;. Um monte de baldes era a nossa reserva diária, para usar na cozinha, na preparação dos alimentos e lavagem de louça, além de outros, para fazer a descarga do vaso sanitário e, o mais complicado, para o banho. Aquecíamos inicialmente a água no fogão a gás e depois era abastecida a lata-chuveiro. Tinha uma corda para elevá-la e uma abertura com regulagem de saída da água. Era muito complicado.

A cidade com ruas sem calçamento geravam muita poeira ou lama, de acordo com a vontade do sol e da chuva. Tomava dois banhos diários, afinal éramos profissionais de saúde. Nos sábados, invadíamos a casa dos Vanninis e tirávamos o restante da poeira.

Além desse grande incômodo da água, nas residências do porão moravam duas famílias com filhos pequenos. O choro do recém-nascido, que era muito freqüente, atrapalhava muito o nosso sono. Não havia forro na parte de baixo. Só com assoalho, o som era transmitido de duas maneiras: de baixo para cima e de cima para baixo. Assim, nosso simples caminhar também incomodava os vizinhos.

Um fato interessante é que a nossa porta da cozinha não possuía chave. Somente uma maçaneta grande de ferro. Moramos mais de um ano sem nenhum roubo e viajávamos com frequência para Curitiba. Os tempos eram outros.

Depois de três anos casados e três amargas experiências de casas alugadas, fui convencido a jogar no lixo a tese de estudante revolucionário de não ter casa própria.

Também, com a saída da melhor casa, o consultório antigo ficou outra vez desativado, já que era impossível montá-lo na nova residência.

Em Matelândia, como em São Miguel do Iguaçu, não havia profissionais formados. A clientela com recursos financeiros nos procurava. Semanalmente chegava uma Kombi lotada de pacientes do primeiro município.

Resolvemos instalar o equipamento ocioso em Matelândia.

Não fomos bem-sucedidos. Acho que os pacientes gostavam de fazer um passeio até a cidade maior, ir às compras e aproveitar para tratar os dentes.

Surgiu nova situação que trouxe de volta o meu velho conhecido português, vendedor da concessionária *Volks* de Foz. “Dr. Lauro, o senhor chegando para trabalhar de ônibus? No pensamento dos moradores de Matelândia é que o senhor não é bom dentista. Não conseguiu ainda comprar um carro? Devem ser as perguntas. Agora, se chegar e desembarcar de um belo carro para o trabalho, é prova de que é um profissional competente, bem-sucedido. De ônibus sua imagem é de pobre incompetente”

A experiência durou pouco tempo. Apareceu um casal de dentistas recém-formados, vindos do Rio Grande Amado. Tinham comprado os equipamentos novos, mas não chegava nunca. Procuraram-nos para alugar no horário ocioso. Passei a eles no tempo integral e deixei de viajar de ônibus.

AMIGO DO ZÉ DO BAR – MORRETES

Ano de 1972, chegava aos 30 anos de idade em 3 de setembro. A proximidade do dia 7, feriadão nacional, correspondia a praticamente uma semana de folga. Eu e Vera Lúcia fomos para Morretes.

O Bar e Restaurante Apolo do amigo Zé do Bar, preparou tudo para o meu aniversário. Estavam presentes amigos e parentes de longa data. O Zé, cozinheiro famoso da cidade, preparou uma paca recheada no forno. Era o melhor presente de um amigo de muitos anos.

A história do Zé era longa.

Ele, muito discreto, pouco falava de seu passado. Eu consegui saber uma minúscula parcela. Era de Ponta Grossa, onde se casou e teve filhos. Trabalhava como cozinheiro em um vagão restaurante do trem da rede ferroviária federal que fazia o percurso Curitiba-São Paulo. Algo aconteceu...

Ele chegou sozinho em Morretes, trabalhando no pequeno bar da estação ferroviária. Cozinhava e preparava doces e salgados que eram vendidos aos passageiros na rápida parada dos trens da linha Curitiba-Paranaguá e Morretes-Antonina. Eram poucas horas de movimento de passageiros e consumidores do seu trabalho. Saiu da estação e foi contratado pelo Bar Nhundiaquara. Era o bar mais recentemente inaugurado na cidade, ao lado do único cinema, na rua XV de Novembro, a rua principal da cidade.

Eu era adolescente, fazia o segundo grau e era frequentador do boteco da moda. De fato, o Zé preparava deliciosos aperitivos salgados. Vestia uniforme branco e pouco aparecia no balcão. Sua tarefa era na cozinha, que não era visível aos fregueses.

Morretes, na época, tinha uma prática histórica. O jantar do dia 31 de dezembro era dedicado à família. Os bares em grande número, como dizia Dona Gorda, “um bar para cada casa”, e os poucos restaurantes fechavam ao

se aproximar das vinte e quatro horas de passagem de ano.

Numa noite de um fim de ano, o dono do bar começou a chamar a atenção: fecharemos dentro de 15 minutos. Todo mundo pagando as contas e do outro lado do balcão o Zé, a quem perguntei :

– Zé, pra onde você vai?

–Ora, Lolito — meu apelido da infância — vou tomar banho e dormir.
(O quarto dele ficava no bar).

– Então – respondi –, tome bem rápido o banho. Você é meu convidado. Vamos jantar na casa do seu Lauro.

Ele ficou pensativo e agradeceu:

– Lolito, é um jantar familiar.

– Zé, você agora é da família. Vamos rápido.

Chegando em casa, fui anunciando:

– Hoje trouxe um convidado.

O pai e a mãe tiveram uma surpresa. Mas não houve olhares de desaprovação e foram logo puxando uma cadeira na mesa do jantar de fim de ano.

No ano seguinte, semanas antes da data, fui anunciando:

– Não se esqueça do jantar, seu Zé.

Ele completou:

– Vou novamente?

—Sim, como já disse, você é membro da família.

Emocionado, complementou:

– Diz para Dona Alaíde que o peru assado eu levo.

Assim começou um fim de ano diferente.

Com o passar dos anos, outras pessoas foram chegando. Alguns, depois de jantarem em casa e outros não. O final de ano do seu Lauro acabou ficando famoso. Dona Alaíde com doces e salgados e preparava ponche em uma tina cada vez maior. O pessoal do Chorinho tomava assento. Havia

espetinho de carne que Seu Lauro preparava antes e os amigos ajudavam a assar. Corria cerveja, cachaça e muita gente. O Zé chegava com o maior peru que conseguia. A festa de final de ano só acabou com o falecimento de meu pai, muitos anos depois.

O relacionamento com o Zé permaneceu até sua morte.

Do bar Modelo, ele passou para o bar Snock, que ficava no andar térreo do famoso clube da cidade. O melhor baile era na data do aniversário, 7 de Setembro. O bar embaixo fechava antes do fim do baile. O Zé ficava na portaria, esperando eu e amigos, já estava na faculdade. Dona Gorda também tem lembrança dos jantares por ele preparados para o final da noite.

Depois desse emprego, o amigo Zé alugou uma casa na mesma rua, na outra quadra. E nasceu o Bar e Restaurante Apolo, homenagem à nave espacial americana. A casa era grande, colocada junto à calçada, como as outras. Duas janelas ao lado direito da porta. Era o seu quarto, as outras duas eram o bar, antiga sala de visita da casa. A sala de jantar enorme dava para um pátio interno que ele cobriu com palha natural, aumentando assim o número de mesas para refeições. Ampla cozinha. Bem nos fundos, foi construída uma churrasqueira.

O Zé do Bar acabou se casando com a Chefe da cozinha, com quem teve uma filha. Ele atuava diretamente no bar. Grande bebedor e maior fumante do local, os dedos já estavam amarelados pela nicotina. Gozador, mais falava sempre muito sério e as pessoas que não o conheciam acreditavam em tudo que dizia.

Quando alguns sábados, os curitibanos de fim de semana acabavam de jantar e continuavam a beber sem fim, noite adentro, ele, e os amigos, inventavam uma sessão que dizia ser de macumba. Na sala de jantar coberta de palha, na parte superior da parede, uma longa tábua, formava uma prateleira fora do alcance das mãos. Ali ficavam expostos os tipos de cachaças fabricadas na cidade.

Ele possuía os tambores e os apetrechos para a sessão. Os

frequentadores do dia a dia começavam a bater os tambores. Outro iniciava a dança no centro da sala. Os visitantes paravam a conversa e passavam a observar os movimentos. O ritmo puramente amador, mas bem representado por todos. Em dado momento baixava o santo no dançarino e era o Exu, o diabo. A platéuia começava a ficar preocupada. O som aumentava e, em um dado momento, um dos bateristas desafiava: “Se você é mesmo o diabo, quebre então aquela garrafa de cachaça” e apontava a marca na prateleira inalcançável. Na encenação, escondido por detrás da porta da cozinha, o Zé detonava a espingarda de chumbinho e a garrafa explodia. O susto levava a uma correria dos fregueses amedrontados. Alguns ficavam brancos de medo e todo mundo corria para fora do restaurante. O Zé, já no balcão do bar, recebia o pagamento das despesas dizendo que aquelas umbandistas não mais pisariam em seu estabelecimento. Fechava a porta de entrada e só os morreteanos continuavam a bebedeira.

Assim era o Zé do Bar.

Eu não concordava, mas dizia ele: “É a maneira de fechar”.

Com o tempo, começou a aparecer no pescoço dele um caroço que lentamente foi crescendo. Todos nós ficando velho e dizendo ao Zé: “Vá a Curitiba, você tem um irmão dentista que pode indicar um médico”. Pessoalmente disse a mesma coisa dezenas de vezes.

Morando longe de Morretes, eu pouco aparecia por lá.

Numa véspera de 1.º de maio, não lembro o ano, cheguei ao bar e o Zé estava com uma toalha cobrindo o pescoço. Cumprimentei-o e ele pegou uma folha de papel e escreveu: “Era câncer provocado pelo cigarro, não tenho mais voz”.

Olhei para o meu bolso da camisa, peguei o meu maço de cigarros e joguei no lixo. Nunca mais fumei na vida.

Na última visita, ele estava deitado na cama, o corpo era pele e osso. O bar não existia mais. A modesta casa era da companheira e foi seu último

paradeiro. Grande amigo, o Zé do Bar. Quando lembro da cama, fico muito triste.

ENQUANTO ISSO...

A AMIGA DE VIAGEM

A mãe de Goiás veio pela primeira vez em maio de 2004. Sua filha nascida em março de 2003 com uma malformação indescritível de face e crânio, é também excepcional e sem movimentos musculares. Durante um ano a família perambulou por Goiânia e Brasília. O pai, empregado de uma oficina mecânica na capital federal, percorreu todos os hospitais estatais ou com credenciamento no SUS das duas capitais, e nada conseguiu. Todos lhe davam a mesma resposta: “Nosso hospital não trabalha nessa área de reabilitação” ou então “Essa criança não sobrevive”. A menina não fala, não anda, apenas chora, nos momentos de dor ou de fome. Mas também sorri. O sorriso da criança é a repetição do sorriso dos pais, ou é a força do coração deles que leva ao riso? Ou o seu cérebro tem alguma área de entendimento? Evidentemente ninguém sabe. O pensamento de todos e olhando o caso mais complicado do serviço, vem à lembrança a conversa com o médico da universidade de Yale, “Nos Estados Unidos a maioria dos estados tem autorização para realizar o aborto”. Pensamos que num caso desses deveria ser indicado o aborto, não só lá, mas aqui também. É um ser humano sem nenhum tipo de raciocínio, sem articulação para locomover-se e malformação de face que inclui lábio bilateral e palato, olho direito sem funções e projetado para fora, via lacrimal, mais craniossinostose – de difícil descrição. Essa situação caótica nada tem a ver com o que pensa a família. Esse é o outro lado da história, que também é difícil de imaginar. Qual a expectativa do resultado final do tratamento? Na equipe vem sempre a mesma determinação: vamos fazer o que é possível; é um serviço público, e tudo que for possível fazer será realizado, com carinho, amor e respeito. Quando veio pela primeira vez, tinha somente recursos para chegar aqui, também não tinha parentes na

cidade. Colocamos na pensão, e fomos atrás de uma empresa para ser a “tutora” ou o “padrinho”. Assumi esse papel uma importadora de aparelhos auditivos com matriz em São Paulo. Começou o tratamento.

Foi na terceira cirurgia quando aconteceu a amizade das mães. Uma de Goiás e outra do Pará; a paraense, vendo aquela criança com três anos de idade, pesando quase vinte quilos e sem movimento motor, imaginou a dificuldade da mãe na viagem de Curitiba até Goiânia. “Vou junto para ajudar a levar sua filha. Na hora em que ela precisar ir ao banheiro, ou desembarcar em um ponto de parada do ônibus para comprar alguma comida, eu junto faço revezamento. Entenderam?” Fiquei olhando para aquela figura humana, analfabeta, no mais baixo nível de pobreza nacional, trocando uma viagem aérea para ser companheira de outra mãe igual a ela, pobre, sem futuro nenhum para a filha dependente em todos os sentidos.

Estamos juntos, penso assim. Qualquer pessoa pode nascer pobre, permanecer analfabeta e ter um filho nas mesmas condições dos casos citados.



A CHEGADA DOS DÓLARES

O tempo recua outra vez

Numa tarde, surgiu um paciente diferente no consultório em Medianeira. Entrou e sentou na sala de espera. Quando chegava sua vez, ele cedia para o próximo da espera. Na fala foi possível identificar: era nordestino. Acabou sendo o último a ser atendido.

Enquanto eu atendia os outros, passaram pela minha cabeça várias situações. É medroso? Tem outro interesse, é vendedor?

Chegou a sua vez de sentar na cadeira do medo, mostrou uns dentes que estavam incomodando. Examinei e nada encontrei. Não via nenhuma

situação de dor. Depois de muita vacilação, o paciente identificou-se: “Sou companheiro do André, estou vindo do Chile”. Nesse momento, eu tremi. Podia ser um informante do Exército.

Continuou a conversa: “Para provar que venho por indicação do André, ele meu deu essa ponte móvel que você fez. Ele a tirou da boca para eu trazer”. Olhei a prótese e pensei que até poderia ser, mas era ponte muito comum. Naquela fase da vida, vivia um clima de medo e terror. Na hora tive outro pensamento. Se fosse informante, não mandariam um nordestino. Observei bem a prótese e o paciente. Havia nesse momento um clima novo e de mútua desconfiança. Eu poderia ter passado para o lado Militar.

Apresentou-se com o nome de Atanásio. Disse que, após uma série de reuniões, junto com várias organizações com representação no Chile, acharam por bem refazer, em conjunto, os contatos no Brasil.

A proposta era levantar a possibilidade de reorganização de todo o pessoal que permanecera no Brasil, tanto os estabelecidos legalmente como os que estavam ainda na clandestinidade.

E, após esse estudo preliminar, complementou: “Discutimos uma nova estratégia política contra os militares”. Seria agora uma somatória, independente das origens organizacionais. “Os participantes esperam contar com seu apoio”.

Ponderei que eu era uma pessoa extremamente visada e que, morando em uma cidade pequena, a minha participação seria muito restrita. Também não acreditava, agora com mais segurança, em luta armada. Estava filiado ao partido permitido pelos militares e fazendo trabalho pela redemocratização pela via legal.

Em seguida ele fez um pedido como amigo: “Estou com dólares e preciso trocar por cruzeiro. Tenho que continuar a viagem”. Fiquei outra vez muito preocupado. Só havia uma casa de câmbio em Foz: Casa Ortega. Ele completou: “Você tem endereço definido, profissão e identidade legal para

fazer a troca”.

Outra vez aceite o desafio. Peguei o maço de dólares, todos em nota de cem, cheirando a couro cru. Perguntei o porquê do cheiro. Ele justificou: “Eu fiz um fundo falso no solado do meu sapato e coloquei o dinheiro”.

Peguei o ônibus e fui até a única casa de troca de dinheiro em Foz. Dei uma de turista, perguntando como estava o câmbio. Concordei com os valores e entreguei os dólares. O funcionário começou olhando nas notas contra a luz e, em seguida, fez a mesma pergunta: “Por que está cheirando a couro cru?”. Respondi tranquilo: “Tenho um baú novo, feito de couro cru, onde guardo as minhas economias”. Foi realizada a troca.

Ao voltar, entreguei o dinheiro. Ele deixou a prótese e disse que voltaria dentro de um mês e pegaria de volta a ponte móvel do André.

Meses depois o cearense retornou, pegou a prótese e marcou uma reunião em Posadas, Argentina. Deu data, local do encontro e o objetivo: confecção de documentos falsos para facilitar e dar mais segurança aos companheiros que viviam no exílio e precisavam fazer a travessia da Argentina para o Brasil. Concordei. Eu não tinha mudado, continuava muito doido.

Dias depois, fui colocar a ponte em uma cliente e a prótese não se encaixava. Percebi que tinha trocado com a do André. Os dois aparelhos eram iguais, faltavam os mesmos primeiros molares inferiores. Fiz nova moldagem, pedi desculpas e mandei para o protético.

Na data marcada eu e Dona Gorda viajamos de ônibus até Foz, atravessamos de barco de Porto Meira para Puerto Iguazú, Argentina e de lá, novamente de ônibus até Posadas. Era muita coragem. Não houve nenhum outro contato.

André tinha envelhecido, mas continuava calmo. No abraço, depois de muito tempo, fui cobrado: “Que sacanagem, hein Lauro? Você martelou a minha ponte móvel? Não encaixou mais, tive que jogar fora”. Conteí a história da troca e prometi que um dia faria uma nova.

Ficamos no mesmo hotel, junto com o Atanásio ou Ceará — ficou o apelido, o codinome era muito feio. Com as copias que levamos, os dois passaram a fotografar para confecção e montagem de documentos.

Numa manhã, estávamos nós quatro no mesmo quarto, quando fortes batidas acontecem na porta. O André encostou-se na cabeceira da cama, segurando um revólver escondido por debaixo de um travesseiro. Eu e a Vera entramos no banheiro e nos fechamos lá dentro. O Ceará abriu a porta. A pessoa identificou-se como funcionário do hotel e queria tirar umas medidas no banheiro para construção de armários. Saímos sem jeito e sem olhar para a pessoa.

Depois do incidente ficamos discutindo. Aquela pessoa não era um informante e queria saber o que faziam quatro brasileiros reunidos no mesmo quarto? Era um final de semana. Pegamos um avião de retorno ao Brasil.

Na época estava em ação à operação Condor, um acordo internacional envolvendo os países sul-americanos para eliminação dos adversários aos regimes militares.

Enquanto morávamos na favelinha, o Sindicato Agrícola Patronal Rural de Medianeira, dirigido por um fazendeiro proprietário e sua esposa, ao comprar equipamento odontológico, convidaram a Dra. Vera Lúcia para atender aos seus associados no período da tarde, porém sem carteira de trabalho. O sindicato ficava em uma local elevado da cidade e a certa distância da nossa favelinha.

Dona Gorda engravidou. Agora sim resolvemos atender ao português vendedor. Desse modo, apesar de o dinheiro ser curto a compramos um velho fusquinha. A Dona Gorda era motorista com carteira vencida. Fomos a Cascavel para renovação. Ela, grávida, não mais faria tanto esforço para ir ao

trabalho. Ia de carro bem velhinho de cor amarela.

A JUSTIÇA DA MINHA CIDADE.

A “favelinha” ficava na rua Alagoas na mesma quadra da delegacia de polícia, minha velha conhecida instalada na esquina. A delegacia tinha no fundo do terreno duas celas, também de madeira. Quando havia mulher presa, faziam uma cela masculina e outra feminina.

A polícia de Medianeira tinha um hábito que eu nunca entendi. De tempos em tempos, faziam um arrastão na zona de meretrício e enchiam uma cela de prostitutas. Achava interessante porque só prendiam as mulheres e soltavam no dia seguinte. Na noite que ficavam presas, a vizinhança da quadra não dormia. O pessoal brincava que eram presas somente as que não tinham dinheiro para pagar a taxa de permanência na zona.

Fora das celas havia uma churrasqueira, que não podia faltar em um local de gaúchos, uma longa mesa de madeira bruta e dois longos bancos laterais. Em alguns fins de semanas a quadra cheirava a churrasco.

Num dia qualquer, de algum mês, aconteceu um crime que abalou a todos.

Na cidade havia uns quatro ou cinco táxis. Os pontos principais eram o da rodoviária e o outro, ao lado do Banestado, na Rua Brasília, centro.

Entre os motoristas, um era muito conhecido e amigo de todo mundo. Moço, alto e magro, extremamente alegre, comunicativo e da cor branca. Não sei se casado ou não.

O fato é que um moço, jovem como ele, magro e negro, contratou-o para uma corrida de táxi até Capanema, cidade distante uns 40 km, do outro

lado do Rio Iguaçu, e cujo acesso, naquela época, era feito atravessando o Parque Iguaçu pela estrada do Colono, lugar ermo de mata fechada.

A corrida, na verdade, era um assalto, que aconteceria no parque. O taxista foi brutalmente assassinado por detrás com uma machadada no pescoço. Quando o corpo foi encontrado no automóvel, houve uma grande mobilização da polícia e de toda a população para prender o assassino. Após uns dias de procura, a polícia, com a colaboração da população, prendeu o marginal que foi colocado isolado em uma das celas.

À medida que a notícia corria na cidade, uma pequena multidão formava-se em frente da delegacia. Não levou muito tempo, alguém propôs: “justiça imediata.” O pequeno número de policiais foi insuficiente para evitar o acontecido. Abriram a cela e mataram o assassino a socos e pontapés. O corpo deformado foi colocado em cima da mesa de churrasco. Transitava e observava o cadáver, praticamente toda a população. Instalou-se até carrinho de pipoca na rua. Eu só cheguei quando alguém identificou o corpo. Era um morador de Matelândia e filho de uma mãe solteira negra ou quem sabe viúva. Também não levou tempo para que alguém fizesse uma tétrica proposta: vamos levar o corpo para Matelândia, colocar em frente à casa da mãe e fazer dele uma grande fogueira. O discurso inflamado recebia cada vez mais aplausos. Era um conhecido morador e querido por todos. Os gritos e aplausos ficavam cada vez mais próximos da unanimidade.

Alguém complementou o quadro: “A mãe terá que assistir à queima”. Quando havia mais urros e gritos que palavras, subi no banco de madeira e comecei a falar. Lembro-me bem do teor do discurso. Comecei com a figura da mãe, chamando a atenção de todas as mulheres presentes que já eram mães. Em tom patético, falava do amor de mãe e o quanto todas faziam para que seus filhos fossem homens dignos, honestos, trabalhadores e que vencessem na vida. brancos e negros. Dramatizava a situação. Apelei para o cristianismo,

falando dos que ali se encontravam e estariam na missa no próximo domingo. À medida que os ânimos foram se acalmando, parti para o discurso político, da sociedade injusta que acaba empurrando alguns para a marginalidade. Aos menos eufóricos, eu pedia que ajudassem. Aos poucos, foram se retirando. Alguns envergonhados, outros preocupados e com medo de se comprometer perante a justiça. Aos mais exaltados, falava que a justiça já tinha sido feita. O fato acabou ficando restrito à minha quadra onde morava.

Esse momento ficou gravado em minha memória para sempre e é bem provável que também na de todos os que participaram do fato naquela tarde, na churrasqueira da delegacia de polícia.

Esse fato levou-me a uma aproximação com a Igreja católica. Ainda na casa da favelinha que, uma noite, eu e Dona Gorda recebemos para um jantar os dois Padres, João e Adriano. João o mais velho era o superior na ordem. O mais moço, baixinho e elétrico já era meu amigo, tinha participado da formatura em que fui homenageado sem direito a palavra. Ambos simpatizantes ou participantes da ala progressista da Igreja. Juntos, jantamos e tomamos um garrafão de vinho tinto Sangue de Boi. Discutimos a situação nacional. Como eles eram holandeses, com uma prática secular de democracia, tinham dificuldades de entender muitas coisas que aconteciam no Brasil e na América Latina.

Fui convidado a participar das atividades da igreja. Na época, o modismo cristão era o Cursilho. Aceitei e, meses depois, participava de um encontro na cidade de Toledo. Entendi o movimento como uma análise psiquiátrica em grupo, da prática e filosofia cristã. Foi uma experiência diferente e confesso que tive certa empolgação no começo.

Num determinado momento do encontro, em uma sala semiescura, realizava-se uma catarse coletiva. Como fazia parte de um grupo de

conhecidos de Medianeira, fiquei sabendo de “pecados impublicáveis” de alguns frequentadores da missa de domingo. Considerei-me, dentro do moralismo cristão, um anjo. Ainda não tinha pecado de impacto para revelar na sessão de purificação.

Quando voltei, a amiga Clary fez e distribuiu um santinho com o corpo de São Francisco de Assis sem a cabeça, substituída por uma montagem com minha fotografia.

Depois da purgação em Toledo, o grupo reunia-se semanalmente em uma sala da paróquia para a sessão de autocrítica. Você tinha que dizer qual a boa ação praticada na semana. Não podia mentir, é claro. Caso não tivesse feito nenhuma, ficava devendo para a próxima semana. Não era bem assim, mas lembrava um pouco as reuniões semanais do Partidão.

Não tive paciência e logo abandonei as reuniões, mas continuei mantendo uma boa convivência com os holandeses. E nunca coloquei em nossas conversas o pensamento de **Marx** que dizia: ***“Será que todas as religiões fincadas na libertação ou na vida melhor depois da morte não visavam aos pobres, aos sofridos, aos escravos?”***

*

O desconforto da casa, o agito da delegacia, a rua e o terreno situado na baixada fizeram com que nós procurássemos alternativas. Como não havia casa para alugar, começamos a pensar seriamente na compra e construção de uma casa própria. O incentivo maior era dado por Dona Gorda.

Não procurei o diretor do frigorífico. Preferi um terreno mais central e perto do consultório. Acabamos comprando um pequeno terreno, quase em frente da casa do Parnanguara. Em conversa com o gerente do Banestado, fui informado de que havia financiamento para casa própria. Existia, contudo, uma

exigência: a construção só poderia ser feita por firma credenciada pelo Banco e no oeste do Paraná tinha uma conhecida Construtora, com sede em Cascavel. Fiz contato com o engenheiro proprietário da empresa, que, por sua vez, impôs outra exigência: só deslocaria seu pessoal se houvesse pelo menos três casas para construir.

Não foi difícil arrumar mais dois interessados. Em pouco tempo, era aprovado o financiamento do crédito imobiliário do Banestado para a agência de Medianeira. O contrato entre o banco e a empreiteira era claro: os recursos seriam repassados em cinco parcelas de conformidade com o andamento da obra e acompanhamento e fiscalização dos fiscais do Banco.

Financiamos uma casa de alvenaria, de mais ou menos 120 m², para pagamento em 10 anos. O terreno comprado tinha um barranco de uns dois metros de altura em relação ao nível da rua. O terreno vizinho já estava rebaixado. Havia, então, necessidade de remoção de terra excedente para nivelar à rua e ao outro terreno. Esse trabalho era realizado para todos pela Prefeitura Municipal. O interessado fazia um requerimento e se comprometia a pagar o combustível utilizado pelo trator e pelos caminhões responsáveis pela remoção da terra. Fiz o pedido e fiquei aguardando o trabalho. A firma construtora iniciou as outras duas casas. Passado algum tempo, as outras casas estavam a meio caminho andado e, apesar de minha cobrança junto ao departamento de obras da Prefeitura, nada de aparecer o trator. Havia sempre uma desculpa. Como não tinha outra escavadeira na cidade e, talvez por questão política, não haveria trator algum, acabei contratando um pessoal para fazer o nivelamento com pás e enxadas, e, usando carrinhos de mão, foi feito o transporte da terra excedente para um terreno baldio na rua da baixada, onde morava. Foi um serviço difícil e demorado. Anos mais tarde soube que houvera ordem direta do Interventor para não ceder o maquinário da Prefeitura.

Vencida a primeira barreira, surgiu outro impasse. A cidade não possuía sistema de água encanada. Havia necessidade de perfuração de um

poço artesiano doméstico, como todo mundo tinha. Outro trabalho manual feito com maestria pelo poceiro famoso da cidade. Com sua varinha mágica, que de fato vergava na ponta para onde, dizia o mestre, estava o lençol d'água.

Definido o local, começou a perfuração, que, ao atingir a profundidade de uns seis metros, encontrou uma barreira de pedra, intransponível.

O vizinho do lado dizia: “A água é ótima, mas tem que aprofundar mais uns quatro metros, onde está a mina d'água”. Só havia uma solução: a utilização de dinamite para romper a barreira de pedra.

Naquela época só se comprava dinamite com uma autorização da Prefeitura e depois de passar pelo visto do Exército em Foz do Iguaçu. Como já tinha a experiência do trator, mandei outra pessoa fazer o pedido. Consegui a autorização e a compra das dinamites, mas a quantidade foi insuficiente. O poço avançou pouco mais de um metro de profundidade.

O Interventor soube da manobra e o segundo pedido foi indeferido. Dessa vez ele justificou para amigos comuns: “Não posso correr o risco de autorizar a compra de dinamites a um subversivo conhecido por todos. Ele pode utilizar para atividades terroristas”. Transformei o buraco em depósito de lixo.

Em frente ao terreno era a moradia do casal Vannini. Possuíam uma enorme casa de madeira em forma de L e um excelente poço, com água à vontade. O casal tinha o espírito solidário e ofereceu gratuitamente a água. Como ficava do outro lado da rua, felizmente ainda sem asfalto, numa madrugada, cavamos uma valeta para abrigar a passagem de uma mangueira, que abasteceria uma cisterna em meu terreno. Dessa valeta o Interventor nada fez, não quis entrar em atrito com o casal.

Mas o drama da casa própria estava apenas começando. A construtora iniciou seus trabalhos. As outras casas já estavam na fase de acabamento.

Quando a nossa casa estava ainda na primeira fase, que

correspondia à liberação da 2.^a parcela para o construtor, a empresa faliu.

A famosa moradia estava levantada e coberta. Estavam compactando a terra para colocação do piso, quando foi interrompida a obra. Procurei a empresa em Cascavel, porém o engenheiro tinha sumido. Fiz contato com a gerência do Banestado, que ficou de resolver o impasse. Passaram-se alguns meses e veio, pelo banco, o aviso de pagamento da primeira prestação.

Questionei mais uma vez que, pelo contrato, as prestações só seriam cobradas após a entrega das chaves ao mutuário. Então, vim saber que, para a direção do banco, a casa estava concluída, visto que todas as parcelas do financiamento tinham sido pagas à construtora.

Fiquei possesso e escrevi uma carta ao diretor de crédito imobiliário do Banestado, acusando-o de corrupção. Como o fiscal poderia ter liberado a última parcela do financiamento, visto que a obra estava apenas entrando na 3.^a fase? A carta foi extremamente agressiva. Semanas depois, recebi convocação para participar de uma reunião em Curitiba.

Em uma ampla sala com uma mesa retangular também grande, encontrava-se sentado na cabeceira o Diretor, ao seu lado direito dois funcionários e, em frente desses dois, eu e a Vera Lúcia.

Com a carta enviada na mão, o Diretor iniciou o diálogo do poder. “O senhor fez sérias acusações ao Banestado.” Uma pequena pausa e continuou: “Eu tenho em minhas mãos” – levantou uma pasta preta fechada – “a sua história como guerrilheiro e sua ficha da DOPS e do Exército”. Disse, levantando a voz: “Esses documentos são suficientes para eu colocá-lo na prisão, por atividades subversivas, por desacato à autoridade e difamação de uma instituição oficial”.

Naquele momento sabia que a manutenção da acusação significaria, sem dúvidas, novamente cadeia e com desdobramentos impossíveis de prever-se. Continuei calado, ouvindo a exposição do poder:

– Caso queira retratar-se, poderemos fazer um acordo.

Sem opção e outra vez acuado, respondi em baixa voz.

– Qual a proposta?

- Repassaremos recursos diretamente ao doutor – continuou o Comandante da Reunião – e o senhor conclui sua casa.

– Mas vou ficar com uma dívida maior – falei em voz baixa.

– É, infelizmente sim. O senhor é o culpado, deveria ter nos informado em tempo hábil da paralisação da construção.

Fiquei quieto. Não toquei no assunto da fiscalização e autorização do pagamento da responsabilidade do Banco.

—Na nossa proposta – voltou a voz de Comando – o número de anos para pagamento poderá ser aumentado, ficando o senhor com o mesmo valor das atuais prestações.

Entre ser novamente preso e pagar mais alguns anos e 50% a mais do valor inicial, aceitei a segunda opção.

No retorno de ônibus para Medianeira, vim refletindo com Dona Gorda. Como o Diretor tinha o meu passado em suas mãos? A única resposta aceitável era que o gerente local, que talvez tivesse alguma culpa na liberação das parcelas, repassara as informações de meu passado político. Pegar o dossiê da Dops e Exército, em se tratando de inimigo do regime, não deveria ser difícil. Ou então, aquela pasta negra não possuía documento algum e o Diretor blefou, usando apenas as informações repassadas pelo gerente de Medianeira. Lembrei ainda que, na minha prisão, dois policiais me levaram para Curitiba de ônibus e dois foram de carro. Esses últimos tinham voltado à Medianeira e foram ao banco para ver minha movimentação bancária, procuraram o dono da única Kombi e pediram informações sobre os meus relacionamentos. Naturalmente o gerente do banco tomou conhecimento de tudo e os motivos de minha prisão. Nunca soube o que de fato aconteceu.

Felizmente a casa ficou concluída, só faltava o “Habite-se”, que era fornecido pela Prefeitura. Começava a última etapa. Ao procurar o serviço municipal, fui informado da necessidade de apresentar a certidão negativa do INSS.

Fui a Foz, onde ficava o escritório regional do serviço. Mais um susto. A construtora tinha entrado com a documentação e pedido de parcelamento do pagamento, e tinha pago apenas a primeira parcela. O restante já estava vencido há muito tempo. A certidão só seria fornecida com o pagamento integral e sem direito a parcelamento. Voltei ao banco de Medianeira, fiz um empréstimo bancário, paguei a dívida e, assim, obtive o “Habite-se”.

Prometi a mim mesmo nunca mais construir coisa alguma com dinheiro oficial. Se tiver recursos, comprarei o imóvel pronto.

No meio dos transtornos da moradia, a Dona Gorda grávida. Nos últimos meses de gravidez transferiu-se para Curitiba. Nosso André nasceu na Maternidade Santa Cruz, na Rua do Rosário, centro da capital. Tínhamos quatro anos e dois meses de casados. A escolha do nome foi em homenagem ao companheiro André, que sempre conheci com esse codinome do MR-8. Foi meu reconhecimento a uma pessoa digna, correta, leal e um grande amigo.

A maternidade onde nosso filho nasceu era o hospital da moda, usado pela elite curitibana. Nasceu de parto natural e Dona Gorda recebia o Andrezico todo embrulhado com roupas de recém-nato para dar de mamar no quarto.

Dias depois teve alta. Chegamos à residência da sogra Elin. Entramos no apartamento e imediatamente resolvemos tirar toda a roupa para dar banho e conhecermos integralmente o nosso filho. Ao despi-lo, tivemos um grande choque. Ele tinha um pé com defeito estrutural. Era sábado. Não

conseguimos conversar com nenhum médico da maternidade. Eu e a Gorda não conseguíamos entender por que tal malformação não nos fora mostrada na maternidade. O gineco-obstetra era famoso no meio médico, também fora acompanhado por vários pediatras, a enfermagem, responsável pelos banhos e troca de roupa e ninguém trouxera ao nosso conhecimento esse fato. Por medo da nossa reação? Não acredito. Foi irresponsabilidade coletiva da famosa maternidade.

Consegui falar com um médico ortopedista do Hospital Nossa Senhora das Graças na segunda-feira. O doutor, um senhor muito calmo, deu-nos as explicações. Foi somente um mau posicionamento no útero, durante a gravidez. O caso não era complexo e nem muito comum. O pé esquerdo era virado para dentro, ficando o dorso na posição da planta do pé e o tendão de Aquiles, muito curto, necessitava de cirurgia de alongamento.

Depois de quarenta dias, o André foi operado. Chegamos a Medianeira nessas condições. A nossa casa ainda era a favelinha.

O grande problema era ter que vir até Curitiba a cada 15 dias para trocar do gesso. Foram mais quatro meses. Nesse espaço de tempo, mudamos para a nossa famosa casa própria.

O André foi um bebê excepcional. Gesso, depois bota ligando uma perna na outra e ele sempre tranquilo, no berço, ao som de suave música clássica.

Eu estava com 30 anos de idade e já tinha passado por vários momentos difíceis. De todos os amigos, outra vez o casal Vannini acompanhava a nossa angústia. Sem que pedíssemos, deram-nos retaguarda financeira para o tratamento na capital. Dona Clary não perguntava, quando íamos nos despedir para a viagem, ela colocava no bolso da minha camisa um valor em dinheiro e eu, sem recursos, agradecia. No ato não sabia o valor, e ela complementava: “Podem precisar”.

O André ficou livre do gesso e da bota aos 10 meses de idade e, sem engatinhar, começou já andando. Segundo os médicos, o engatinhar é

importante para os movimentos do corpo e, principalmente, das extremidades das mãos. Nós nada pudemos fazer.

As despesas financeiras repassadas pelos amigos levaram mais ou menos dois anos para serem pagas. A nossa gratidão para com os vizinhos não tem palavras.

Estávamos instalados. A casa fora projetada por um amigo da família da Vera Lúcia. Como eram somente dez metros de frente, pedimos para dar espaço também para um consultório. O engenheiro fez milagre.

Havia uma porta para a sala de visitas da casa e uma porta para a sala de espera do consultório bem pequena. Também de frente ficava o local de trabalho e mais um banheiro. Nunca transferimos o consultório. Evidentemente não sobrava espaço para mais nada. A casa ficava recuada uns quatro metros da calçada. Internamente, três quartos, dois banheiros, copa/cozinha e uma sala de jantar. Tudo muito pequeno.

A água vinha do vizinho, ia para a cisterna e dali para a caixa d'água impulsionada por um motor. O trabalho foi bem feito, nunca faltou água. O banho era delicioso, você via sair pelo ralo a água com cor de barro até ficar branca.

*

Assumi o terceiro presidente do MDB local, um gaúcho, descendente de alemães, dono de um comércio no distrito de Jardinópolis, sul de Medianeira e divisa com o Parque Nacional do Iguaçu. Seu comércio era variado: além de um armazém que vendia de tudo, tinha um bar e um bolão, um tipo de boliche de gaúcho, muito comum na região. Todas essas atividades eram na mesma área construída.

Comecei assim a viver fora do eixo central da cidade. Passava os finais de semanas na área rural. Participava de festas familiares, religiosas,

churrascos, jogos, etc. Quem odiava essa nova atividade, com razão, era Dona Gorda. Deixei de ser conhecido somente como dentista da cidade. Era agora um dirigente partidário do meio rural. Tive inúmeros dissabores, principalmente quando, junto com o presidente, fazíamos vistas aos colonos e, depois de muito papo, convidava-os para se inscreverem no partido. Quase sempre o dono da casa ficava constrangido de dizer não. Pedia tempo para pensar. Era nesse momento que, invariavelmente e aproveitando essa insegurança, surgia a mulher, mandando todo mundo embora, discursando que seu marido tinha filhos para criar e muito trabalho para ficar perdendo tempo com política.

Vivíamos o clima de terror do País. Participar de um partido de oposição era o mesmo que fechar conta no Banco, acabar com o crédito no comércio. Ser colono da oposição era não ter mais manutenção em sua estrada, no reparo da ponte ou benfeitorias em sua região. Se comerciante, a receita municipal, estadual e federal entravam de plantão em seus negócios.

Dificuldades imensas para conseguir filiação. Quando se conseguia do chefe, filiava-se toda a família. Mulher, filhos maiores, sogros, cunhados etc. A filiação era necessária para cumprir a exigência legal de um número mínimo para registro na justiça eleitoral. Na maioria dos municípios havia comissão provisória.

Voltei a receber visita do Atanásio, agora acompanhado da esposa Carmem. Ele, alto, comunicativo, brincalhão, excelente garfo. Quando terminava o almoço, vinha a pergunta: “E a ‘merenda’, quando fica pronta?” Ela, pequena, muito jovem, também risonha e simpática. Fizeram muitas amizades.

Continuavam trazendo dólares no solado do sapato. Nunca tiveram a ideia brilhante, que surgiu muitos anos depois, de transportar os dólares na cueca. Mais tarde o maior avanço partidário do Brasil democrático. Mas também não seria justo para o funcionário da casa de câmbio Ortega. Inclusive

eu ficaria numa posição muito difícil. Como justificar aquele aroma. Com o cheiro de couro ele acostumou-se, mas, e com o cheiro de cueca?

Só ficava abismado com o número das notas e com o valor sempre de cem dólares. Eu também. Anos mais tarde soube da origem. Eram do VPR e foram “desapropriados” \$ 2.600 (dois milhões e seiscentos mil dólares) do cofre da amante do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros.

O Atanásio ou Ceará nasceu em Crato – Ceará, filho de um Coronel do Exército.

A Carmem Lúcia, também codinome, nascida no Rio, era originária de família revolucionária. Seu pai, membro do Partido Comunista Brasileiro, também fora trocado pelo embaixador suíço. Sua irmã estava presa no Rio, pois havia participado em 1970 da tentativa de sequestro de um avião da companhia aérea Cruzeiro. A proposta era tirar da prisão 40 presos políticos em troca de 40 passageiros do voo Rio/São Paulo. Não deu certo. O avião retornou ao Galeão e acabou sendo invadido por soldados da aeronáutica. Um dos companheiros do sequestro foi morto.

Os dois eram membros do VPR, desmobilizado no ano de 1973. Dessa realidade tomei conhecimento muitos anos depois. Na época sabia apenas que a Carmem e o Atanásio tinham residência em Arapongas, norte do Estado.

Atanásio era fotógrafo. Fotografava as crianças numa charrete puxada por um carneiro durante o dia. À noite, eram prostitutas. Na época era moda um monóculo de plástico em diapositivo. Você olhava no monóculo e via a foto ampliada e bem nítida.

Mais tarde montaram uma casa de artesanato. Ele era muito hábil na manipulação de couro. Minha sogra tem até hoje um baú e três quadros de couro trabalhado.

Ficaram em Arapongas até 1975, ano em que estourou a Operação Marumbi, uma ação do Exército, DOPS e polícia estadual. Foram morar em

Porto Alegre.

Continuaram nos visitando. Cheguei a guardar para eles 20 mil dólares. Colocava as notas dentro dos livros de minha biblioteca. Uma vez, contratamos uma nova empregada doméstica que, querendo mostrar serviço, resolveu tirar todos os livros da prateleira para tirar o pó vermelho, usando uma toalha molhada. Eu e Dona Gorda no trabalho. Na manipulação, muitos dólares caíram no chão e ela não sabia em que livro estava. Quando a Gorda chegou, ela estava apavorada. Tinha desmarcado o que seu patrão estava lendo. Como a maioria, a população na época não conhecia o dinheiro americano. Para ela, deixou cair um simples marcador de livros.

Todo esse valor foi gradativamente trocado pela nossa moeda e repassado ao casal. Nunca usamos pessoalmente os dólares sem repormos.

Em setembro de 1973, véspera de 7 de setembro, um funcionário de carreira da prefeitura e simpatizante clandestino do MDB me procurou: “Dr. Lauro, chegaram hoje à prefeitura caixas de panfletos vindos de uma gráfica de Cascavel. Li, é um panfleto contra as forças armadas. Um ataque violento e embaixo está escrito: Diretório do MDB de Medianeira”. Agradei e pelas suas informações os panfletos iriam forrar as ruas onde passaria o desfile escolar de 7 de setembro.

Corri até o presidente do partido e propus: “Vamos até a casa do Juiz de Direito”. Já era noite quando o Doutor, muito bem vestido, de gravata e em vez de paletó um roube de seda, com a filha no colo, nos recebeu. Não fomos convidados a entrar. Do alto da escada, ouviu o nosso relato. Foi categórico: “Não posso fazer nada. É uma suposição. Se o fato ocorrer, tomarei providências”.

Sáímos desapontados, mas juridicamente ele estava certo. Era apenas suposição. Imediatamente montamos uma estratégia: colocar em cada esquina um companheiro nosso. Ficamos a noite inteira de guarda. Na prefeitura também as luzes ficaram acesas durante toda a noite.

Assim evitamos um grande aborrecimento. Como iríamos provar que

o ataque ao poder, na data máxima de comemoração nacional, não era obra nossa?

Também em setembro de 1973, morreu Salvador Allende. Assassinato ou suicídio? Até hoje não foi esclarecido. A grande maioria dos exilados brasileiros estava no Chile. Mais um golpe da direita internacional.

Começa o ano de 1974. Em Morretes, o André é batizado. Os padrinhos, o cunhado Vicente e a irmã Beatriz. Estavam também presentes o Ceará e a Carmem. Foi uma decisão conjunta. A proposta de não batizar, como projeto antes do casamento, ficou no passado.

Depois das férias, Vera Lúcia foi convidada novamente a trabalhar no Sindicato Rural. Durante o tratamento do André, ela tinha que viajar a cada 15 dias a Curitiba para trocar os gessos dos pés e pernas do nosso filho. Por isso foi demitida. O retorno foi aceito porque vivíamos sempre com dificuldades financeiras. O seu Arlindo Vannini foi, como um pai, avalista de papagaio – empréstimo bancário contínuo.

Nesse ano apareceu um novo personagem na cidade: José Fonseca advogado casado com médica Glades tinham uma filha na mesma idade do nosso filho.

O escritório dele ficava na casa da imobiliária, local de trabalho do fundador Pedro Soccol passar o dia. Ali o advogado soube da minha história. Começou um processo de tentativa de aproximação. Outra vez o medo de ser informante da repressão ou “cachorro” como a esquerda chamava os traidores, os que trocaram de lado.

Para tirar as dúvidas do interesse da aproximação, fiz um plano. Numa conversa a sós, na calçada da imobiliária, perguntei se ele tinha disponibilidade de me levar de carro até Foz naquele sábado. Prontamente

disse que sim. Partimos na manhã do dia marcado, em seu Karmann Ghia, carro de dois lugares e muito usado pelos jovens abastados da época.

Comecei a contar o que tinha inventado para a viagem.

O nosso destino era a Argentina. Eu tinha um encontro secreto com um grupo. Fiz uma grande encenação dos riscos que corríamos. Ele ouvia o relato sem demonstrar preocupação. Fiz a pergunta direta:

– Você está disposto a me levar e correr o mesmo risco de prisão?

– Sou companheiro – respondeu. —Já estive preso e não mudei de posição.

Foi um teste de amator, reconheço. Mandei-o fazer meia volta no carro e nos tornamos amigos até hoje — José Antonio Fonseca (1943).

Ano eleitoral para a Assembléia Legislativa e Congresso Nacional. O médico de Toledo Dr. Ernesto Dall'Óglio me procura. Artigo reunião com o Diretório do partido. A minha tese de apoio era seu passado. Duas vezes prefeito pelo PTB e também emigrante dos pampas. Foi aprovado, sem muito entusiasmo. Assumi o comando da campanha em Medianeira. Peço um carro com alto-falantes e dois seguranças. Dois gaúchos irmãos e aparentemente dispostos a dar segurança foram apresentados. Cada um com seu revólver passaram a ser meus acompanhantes. Nos dois últimos meses abandonei o consultório. Dona Gorda ficou uma fera. Trabalhei praticamente só no interior. O pessoal da cidade mantinha distância da campanha de candidato contrário ao Prefeito interventor.

O resultado final não foi animador, fizemos 30% dos votos. O candidato da ARENA, com apoio direto do governo, 70%. Ambos foram eleitos.

O deputado médico, dois anos depois, procurou-me em minha casa e fez um convite: “Na próxima eleição saio para federal e você em dobradinha para estadual”. Respondi que não tinha recursos financeiros. “As despesas são minhas. Como você sabe, tenho gráfica e carros”. Dona

Gorda interferiu: “Se você sair candidato, meses antes eu vou para Curitiba. Não vou ficar fazendo dentaduras sem fim no consultório e de graça”. De fato, não fazia parte de meu projeto ser candidato a nada.

Naquele ano, aconteceu o fuzilamento de cinco brasileiros e um da oposição a ditadura argentina. A conversa ferveu na cidade. Havia duas versões: a mais aceita é que foram assassinados na estrada do Parque Nacional. Na segunda é que tinham sido presos no Parque e levados ao sítio do Banhadão e lá, depois de muita tortura, foram fuzilados. O povo de Matelândia, bem baixinho, comentava que o sítio antes do MR-8 era centro de tortura e morte. O cemitério tinha virado propriedade do Exército Nacional?

Até hoje não encontraram os corpos. No ano 2000, após 26 anos do assassinato, recebi correspondência de Lilian Ruggia irmã do argentino que morreu aos 18 anos de idade. Enrique era estudante de Veterinária em Buenos Aires e se **“une a um grupo de MILITANTES DE VPR DE SAN PABLO, que fueram tentados por colaboradores del Ejército a volver a Brasil com supuestas misiones revolucionarias. Cayeron em la celada y fueron apresados, torturados y muertos em Medianeira por el Ejército”** Lilian continua: **“con la esperanza de pueda ayudarme con la localización de los restos mortales de mi hermano Enrique”**. Respondi que também não sabia onde estavam enterrados os corpos. O companheiro André (Aluizio Palmar) trabalhou durante anos na procura e acabou lançando um livro “Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”.

Nas conversas da época era muito citado Alberi Vieira dos Santos, que seria o traidor trazendo os companheiros para a emboscada preparada pelo Exército. Foi preciso anos para a confirmação – Alberi foi o grande traidor responsável pelo fuzilamento. Morreram Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavéchia, Vitor Ramos e Enrique Ernesto Ruggia jovem argentino. Durante muito tempo, esses rumores circularam pela cidade.

Eu também não conhecia os fuzilados.

Em pouco tempo, muitos acontecimentos marcaram para sempre minha vida. A região foi rica em fatos políticos de esquerda. A minha organização era, na verdade, um grupo de uns trinta jovens, um pouco mais do que tinha previsto quando entrei. A maioria de Niterói-RJ. Em 1970, em Nova Aurora, cidade bem próxima, as forças da repressão desmancharam mais um grupo de guerrilheiros que também tinham escolhido o oeste do Paraná para criar um foco de guerrilha.

Sob a liderança de Lamarca, o que restou do MR-8 foi para o interior baiano e lá as forças de repressão acabaram tudo o que restara da esquerda revolucionária brasileira. Lamarca (Carlos 1937-71) foi morto.

Ficou a certeza de que éramos sonhadores e muitos foram mortos entre os vinte e trinta anos de idade.

Na vida pessoal, sempre com dificuldades financeiras, recebi mais uma proposta de dinheiro fácil. Os dentistas da região contavam com duas empresas que vendiam material de uso odontológico. Uma de Toledo e outra de Londrina. O serviço era feito de Kombi. A primeira era a Dental Oeste, que passava pelos consultórios a cada trinta dias. A outra levava mais tempo.

Um dia, depois da entrega de material, o dono da empresa Oeste, começou um longo papo. Dizia que vários dentistas, clientes dele, também prestavam serviços para Sindicatos Rurais. Na prática, eles misturaram as compras do particular com a do sindicato. “Lauro, você e a Vera Lúcia fazem o mesmo pedido e eu tiro uma nota fiscal para o sindicato. Eles não têm pessoas com conhecimento para fazer fiscalização. Assim você reduz drasticamente sua dívida comigo e eu recebo em dia as minhas vendas”. Foi essa a proposta. “Não se preocupe, eu sei fazer. Os seus colegas em atividade nos sindicatos,

estão muito bem economicamente” – complementou. Olhando fixamente a ele respondi: “O senhor não nos conhece. Jamais eu e a Vera Lúcia entraríamos nesse negócio sujo. Exijo respeito a nós”.

Para mim, a corrupção é inerente à grande maioria dos seres humanos, e o maior problema brasileiro continua sendo a impunidade.

A ditadura militar, com os órgãos de informações sob censura, mostrava um País perfeito, assim os milicos tiveram um grande apoio da nossa classe média. A impunidade, com certeza, era maior.

Em frente do meu consultório, na esquina da quadra, foi construído um posto de gasolina. Fiquei amigo do proprietário e de seus poucos funcionários. Em uma data, a memória não chega lá, aconteceu outro fato marcante.

O proprietário chegou mostrando um cheque da Arena: “Não tem fundo” – complementou. Comprei o cheque. Estava assinado pelo Orlando Presidente do Diretório Municipal da Arena.

O Banestado, nessa data, ficava em frente ao posto. Tinha se mudado recentemente para o novo prédio. Cheguei ao caixa, entreguei o cheque. O funcionário fez uma consulta e complementou: “Não tem fundo”. “Então carimba” – pedi a ele. Saí feliz da vida.

No outro dia voltei ao Banco para o segundo carimbo. Fui recebido na portaria pelo gerente que me levou, pela primeira vez a sua sala reservada.

– Doutor Lauro, o meu funcionário, irresponsável, carimbou um cheque que tinha fundo, o senhor me dê que já lhe faço o pagamento.

– Obrigado – agradei a ele –, mas não tenho mais o cheque,. Passei pra frente.

– Pra quem? (Não dei resposta.)

Imediatamente procurei o presidente do nosso partido. Ele olhou o

valor (era pequeno) e o carimbo. “Qual a sua idéia, Lauro?” “Presidente, pega o carro e tire umas cem cópias em Foz”. Na cidade, na época não existia um escritório que fizesse reprodução de documentos.

Alguns dias depois, logo após o almoço, tocou a campainha. Ao abrir a porta de casa, levei um susto: uma caminhonete verde oliva estacionada, cinco militares armados de metralhadoras cercavam a frente da casa. Devia ser um tenente ou capitão no comando da operação e acompanhado do presidente da ARENA, deu a ordem.

-- Entregue o cheque.

-- Não está mais comigo e já foram feitas cem cópias que serão distribuídas por todo o município.

– Doutor – falou calmamente o militar –, o senhor sabe de sua liberdade é precária e mesmo assim, continua desafiando as forças armadas. Vou buscar novas instruções com o meu Comandante. Isso não vai ficar assim.

Não voltaram. O cheque foi usado na campanha eleitoral, mas pouco resultado deu. Assim funcionava o Brasil dos militares no poder: a Arena dava cheque sem fundos e o MDB ia para a cadeia. Esse era o pensamento.

Ano de 1975, eleição no diretório do partido. Chapa única e permaneceu o presidente e eu era o novo secretário e delegado do MDB.

Dona Gorda em gestação pela segunda vez. Final de agosto, maternidade de Foz do Iguaçu. O Hospital Maternidade ficava no centro da cidade, vizinho do quartel do Exército Nacional. Outra vez fizemos a opção de sair da cidade, por não haver médico obstetra e nem pediatra.

Era pai de um menino de dois anos de idade, que nascera com problemas pela má posição no útero. Na época não existia ecografia. Sobrava apreensão que algo parecido pudesse se repetir. Conosco estavam o Ceará e a

Carmem.

O médico obstetra, proprietário do hospital, visitava Dona Gorda em espaços de tempo programados e cada vez menores. O quadro não evoluía e, no segundo ou terceiro dia, propôs cesariana. Pela manhã veio a maca e levou Dona Gorda para a sala de parto. Ficamos aguardando. Minha sogra também estava presente, fumando um cigarro atrás do outro. O tempo foi uma eternidade. Estava no corredor quando o médico apareceu: “É uma bela menina e a mãe está bem”. Manhã do dia 26 de agosto de 1975, ela nascera com a diferença de três dias antes do aniversário do André.

A angústia tinha diminuído o medo de um acontecimento inesperado e os riscos desapareceram. A tensão agora era ver, com os próprios olhos, a “menina belíssima”. Levou algum tempo, chegou a Vera, ainda sonolenta, reclamando e falando palavras incompreensíveis. Acabou dormindo novamente. A gravidez pouco mudara o seu belo aspecto físico.

Chegou a menina. De fato era muito bela, perfeita, carnuda, olhos grandes, pouco cabelo. Em seguida o médico pediatra examinou, passou instruções, cumprimentou pelo nascimento e retirou-se.

No outro dia levei o André para conhecer a irmã. Tirei uma fotografia dos três no leito do hospital.

O tempo de permanência foi grande. No acerto de contas, a Carmem sugeriu que eu pagasse com dólares. O médico concordou e veio a mesma pergunta: “Por que tem cheiro de couro cru?” Dei a mesma resposta do porta--jóia.

O nome da nossa filha foi escolhido por Dona Gorda, que depois de dias folheando revistas na maternidade viu escrito o nome Marianne, com dois enes.

Pegamos o fusca e, na chegada em casa, a nossa doméstica exclamou em visível estado de graça e alegria: “Mas que Tica linda”. O Tica, que em espanhol é menina, ficou para sempre.

Outra vez o mesmo problema com o Sindicato Rural. O presidente categórico: “Os dias ausentes não serão pagos”. Em um boteco, era noite e tivemos uma violenta discussão.

No outro dia, chegou ao consultório um gaúcho vestido a caráter e baixinho foi falando:

– Estava ontem no bar. Conheço e respeito muito o senhor. Aquele presidente não presta. Estou de mudança e ofereço de graça: **apago** aquele infeliz, sem custo algum para o senhor. Saio daqui, passo um tempo no Paraguai e de lá sigo para o Mato Grosso. Não piso mais aqui. O senhor autoriza?

Era um dos matadores de aluguel que existiam na região.

– Não, em hipótese nenhuma. Vou com minha esposa para Curitiba contratar um advogado.

Viajamos e contratamos um advogado trabalhista bem conhecido.

O processo correu e, no dia da audiência de conciliação no fórum, o Fonseca, o advogado mais novo conhecido, representou o contratado curitibano e foi feito um acordo.

O SEGUNDO COMEÇO NO OESTE

As obras da hidroelétrica de Itaipu tinham começado. Dona Gorda começou a perguntar: “Por que nós não tentamos arrumar emprego lá?”. Eu respondia: “Gorda, com a minha folha corrida na DOPS e no Exército não há a mínima possibilidade”.

No ano de 1976, como secretário do partido, propus enviarmos um convite para o Senador Pedro Simon (1930). A justificativa tinha apoio quase

integral. O Gaúcho era oposição e era muito conhecido. Todos tinham a curiosidade de conhecê-lo pessoalmente.

Mandamos convite para Brasília. A proposta era de uma palestra para agricultores migrantes do Rio Grande do Sul.

Chegou resposta, dando a data disponível.

Iniciamos um trabalho de casa em casa, anunciando a presença do Senador. Na época existia uma rádio em Matelândia, porém não conseguimos apoio. As rádios também eram censuradas, e os seus proprietários eram do poder constituído.

A vitória foi conseguir as dependências do Clube União, que estava em sede nova. O salão de festas era enorme, tinha uma galeria, com degraus que iniciavam no piso do salão.

Fui esperá-lo no aeroporto de Foz. Conheci um grande homem.

O clube integralmente lotado. Era orgulho nosso e dos presentes. Sua palestra foi sobre migração: a caminhada dos agricultores gaúchos do oeste, que passaram por Santa Catarina e estavam agora no Paraná, com planos de seguir para o Mato Grosso. O Senador fez uma bela explanação do porquê dessas mudanças. O início da mecanização agrícola, famílias numerosas e o espírito de aventura do povo gaúcho. Finalizou dizendo que, quando não houvesse mais terra no território brasileiro, haveria ainda o Paraguai. De fato, sua previsão aconteceu. Nasceu o brasiguai.

O encontro foi o maior sucesso já alcançado pelo Diretório do MDB. Levei o Senador de volta para o aeroporto e começou nessa data uma longa amizade.

O nosso partido tinha tido algumas vitórias, como a da eleição para o senado de Francisco Leite Chaves junto elegeu-se Deputado Federal Paulo Marques professor de Cascavel, tudo na mesma eleição do candidato médico

Ernesto Dall'Oglio em Toledo.

Não esqueci a passagem dos três no comício marcado no ano de 74. Não tinha mais do que vinte pessoas. Em vez de comício havia papo e abraços entre candidatos e eleitores. Mas aconteceu uma reviravolta nacional, o MDB ganhou o Senado em vários Estados e atingindo o Paraná e para nossa alegria chegando aos municípios. O povo estava dando, pela primeira vez, um recado aos donos do poder.

Nas eleições para vereador, o máximo que conseguimos foi, até aquele momento, eleger três para as nove cadeiras da Câmara Municipal de Vereadores.

Em 22 de abril de 1976, na calada da noite, a fim de apagar os roubos e os documentos dos devedores, foi provocado um incêndio, criminoso ou não, que destruiu a nossa Prefeitura. Houve tentativa sem sucesso, na Assembléia Legislativa do Estado, de cassação de mandato do interventor municipal. de Medianeira. Ele ficou doze anos como prefeito. Quando saiu, foi candidato a deputado estadual e não se elegeu. Assumiu provisoriamente um comparsa seu até as eleições que ocorreram três anos mais tarde. Medianeira viveu quinze anos sem o direito de eleger seu mandatário.

O ano ia passando e Dona Gorda na luta pela mudança para Foz. Elaboramos nossos currículos e protocolamos no escritório da área de saúde da Unicon – União das Construtoras.

Todos os sábados, ela pedia: “Vamos até lá ver se há alguma novidade”. Ela nunca foi recebida por alguém da direção. A resposta era dada pela recepcionista: “Não tenho nenhuma novidade”. Eu não saía do carro.

No final do ano aconteceu o milagre. O cunhado advogado João e fazendeiro em Rio Branco (Acre), conversando num domingo com um belga, engenheiro, responsável pela construção das Usinas de Furnas (Minas

Gerais), onde ele era mestre em hidroelétrica. Um aluno dele o Francisco Fortes Filho tornou-se o engenheiro chefe responsável pela obra de Itaipu. O belga deu um só telefonema do Acre para Foz. Na segunda-feira, o médico diretor da saúde ligou para Medianeira, pedindo nossa presença.

O destino mudou a nossa vida.

Vera Lúcia, com oito, e eu com nove anos de Medianeira, estávamos saindo para não mais voltar.

Medianeira representou os anos mais marcantes de toda a minha vida. O medo, o terror diário. Mesmo em casa, nós não conversávamos sobre política. Tínhamos medo até da nossa empregada. Poderia estar a serviço dos policiais da Dops, ser informante, dedo duro – palavras muito usadas na época. Por outro lado, fizemos muitos amigos, fomos padrinhos em batizados, casamentos e recebemos muitas homenagens de alunos, professores e pais.

Na minha passada pela terra de gaúchos tentei transmitir aos medianeirenses tudo que achava justo e correto para um país mais humano, mais solidário e mais igualitário. Também mudei radicalmente de posição. Não defendia mais a troca de ditadura de extrema direita por outra de esquerda.

CHEGADA A ITAIPU

Ao recebermos a convocação, apresentamo-nos ao Superintendente de Saúde, um médico paranaense muito educado. Explicou que estava recebendo ordens do diretor geral da Unicon e que, no momento, havia somente uma vaga para dentista.

Na estrutura de saúde, tinha um responsável pela odontologia o Silvio colega nascido também no litoral do Paraná. Seu pai, médico, com residência há muito anos em Foz, colocou seu filho como o primeiro Dentista da Itaipu. Ele dirigia a área odontológica e também trabalhava atendendo

pacientes.

Tinham acabado de construir o primeiro lote de casas, na Vila A, onde estava em fase final de acabamento um colégio, que atenderia as crianças da pré-escola até o segundo grau. Na construção foi feito um anexo para saúde: dois consultórios odontológicos, um médico e uma sala de enfermagem.

Um colégio foi construído pela Itaipu e a administração foi dada ao Colégio Anglo-Americano com sede no Rio de Janeiro, tendo como proprietário Ney Suassuma, futuro Senador pelo Estado da Paraíba. A área de saúde era da competência da Superintendência Geral de Saúde, ligada à Unicon.

“A sua vaga” – falou o diretor, olhando para mim – “só quando terminarem a ampliação do ambulatório do canteiro de obras”.

Havia outro problema: como as vilas estavam ainda em construção, era difícil encontrar casas disponíveis para alugar. A procura e o pagamento dos aluguéis também eram da competência da empresa.

A proposta da Itaipu foi de Dra. Vera Lúcia começar a trabalhar em janeiro de 1977 no Colégio, e eu ficaria aguardando. Evidentemente que aceitamos. O salário era ótimo e ainda tinha direito à moradia. A contrapartida era a carga horária de 44 horas semanais, o que incluía as manhãs dos sábados. Também era exigida dedicação exclusiva. Dona Gorda tinha sido aprovada em um concurso do antigo INAMPS do Ministério da Saúde. Quando foi chamada, não assumiu, desistindo de um emprego vitalício federal para continuar na Itaipu.

Assim começou a nova etapa de vida. Como não havia casa disponível, ela viajava diariamente Medianeira/Foz/Medianeira. A distância entre as duas cidades é de 60 km. Eu a aguardava todos os dias no final da tarde, sempre preocupado, pois o tráfego já era bastante movimentado.

Passaram-se três meses e surgiu uma casa alugada pela empresa

para um engenheiro que fora transferido. Era de madeira, bem construída e com uma divisão arquitetônica muito boa. Seu proprietário era funcionário do Banco do Brasil, e também estava morando em outra cidade.

Fizemos a mudança, que levou à inversão de papéis. Quem fazia a viagem diariamente agora era eu. Saía cedo e passava o dia lá na velha e conhecida cidade. Como não dava para acumular a odontologia e a educação, pedi minha exoneração da Secretaria Estadual de Educação. Foram 14 anos na área de que mais gostava.

Dizia para meus amigos, professores e alunos: “Deveria ter feito faculdade de educação e seria de preferência professor de filosofia ou de história”. A resposta deles: “Está em tempo, professor”. Era verdade.

A nossa casa foi alugada para um médico, também vindo do Rio Grande do Sul, já de certa idade e com filhos adolescentes.

Comecei a trabalhar em 4 de outubro de 1977, no canteiro de obras. No dia de minha apresentação, o Superintendente era outro. Médico, mineiro impecavelmente vestido de branco, de fala lenta e baixa. De suas palavras iniciais, não esqueci: “O senhor foi contratado para trabalhar como dentista e não para fazer política.”

Deixou claro que já tinha informações sobre o meu passado. Em verdade, eu tinha feito um pacto com Dona Gorda. “Vou trabalhar sob o comando do General Costa Cavalcanti o tempo suficiente para adquirimos uma residência – casa ou apartamento – em Curitiba”. Também tínhamos consciência de que a vinda para Curitiba seria, com certeza, o destino para a educação do André e da Tica.

Os salários pagos tinham como referencial o dólar, visto que os funcionários eram 80% brasileiros e o restante, paraguaios e de outros países. Cada um recebia na sua moeda, de conformidade com o câmbio. O salário inicial para o nível superior de saúde, tempo integral, eram dois mil dólares. Em toda nossa vida, nunca recebemos tal valor. Ficava imaginando os salários

dos meus superiores. A obra de Itaipu custou três vezes mais do que o inicialmente planejado. Havia outro detalhe, os melhores profissionais recebiam prêmios anuais, representados em aumento salarial. Inicialmente o prêmio era 10% sobre o salário. Na área odontológica, éramos 22 profissionais, sendo apenas quatro paraguaios. Somente dois recebiam os prêmios. Dra. Vera Lúcia, em seis anos de trabalho, recebeu seis prêmios e eu, em cinco anos, cinco prêmios. Com o passar dos anos, o valor do prêmio foi sendo reduzido até deixar de existir. Mesmo assim, eu dizia que ganhávamos “um fusca” por mês.

Quatro meses após meu ingresso, Dona Gorda e as crianças saíram de férias. Janeiro de 78. Sozinho em Foz. Recebi convite para o aniversário da filha de outro amigo advogado, também originário do Rio Grande do Sul, solteiro e separado. Trabalhava no mesmo escritório do Fonseca, companheiro de esquerda. Arrumou uma nova companheira e tiveram uma linda menina.

Era domingo, almocei em sua casa, esperei a festa infantil e, ao entardecer, embarquei no meu fusca novo para casa.

Já a caminho e antes de chegar ao meu destino, havia uma enorme reta de asfalto, passando por Santa Terezinha, distrito de Foz, hoje Santa Terezinha de Itaipu, também município.

O sol tinha desaparecido, mas ainda não estava escuro, era o “lusco-fusco”. Na minha frente um corcel atrás de um caminhão vazio. Com uma longa distância de asfalto livre, eu não entendia por que o corcel não ultrapassava o caminhão. Cheguei a pensar que o carro iria logo entrar em uma estrada lateral à direita.

Ultrapassei o corcel e, na metade da ultrapassagem do caminhão, este fez um balanço, saiu de sua pista e bateu violentamente no meu carro. Saí da pista e levei azar, havia uma barreira de pedra no acostamento esquerdo.

O que aconteceu em seguida foi relatado pelas pessoas que ocupavam o corcel. O motorista do caminhão estava bêbado ou com sonolência. Essa foi a razão de o corcel não ter ultrapassado. Estava no depoimento que vi depois no Posto da Polícia Rodoviária Federal.

Na descrição desses passageiros, oriundos de Guarapuava, eu fui lançado para fora pelo vidro da frente, pelo pára-brisa. O carro bateu no muro de pedra, voltou capotando e ficou imóvel no acostamento da direita. O veículo não ficou rebaixado. Se houvesse cinto de segurança na época, o meu corpo ficaria dentro do carro, com escoriações.

Na saída do carro ou no choque com o asfalto, aconteceu fratura de base de meu crânio, com extensão ao ouvido esquerdo. Fiquei imóvel bem no meio da pista.

O caminhão continuou sua viagem e o pessoal de Guarapuava me socorreu, levando-me para o único hospital de Santa Terezinha, localizado nas margens da rodovia. Deixaram-me e seguiram viagem até o Posto Policial onde registraram o ocorrido.

Fiquei desacordado em uma maca do hospital, que nada fez, a não ser uma péssima sutura na pele do crânio. Como não tinha acompanhante para assumir as despesas, lá fiquei. Por quantas horas, nunca soube.

Indo para Foz, uma amiga viu meu carro na barranca do asfalto. Chegou ao hospital e tomou conhecimento do ocorrido. Ligou para Medianeira para os Vannini, meus eternos amigos. O casal chegou ao hospital e assumiu todas as despesas. Ao mesmo tempo, a amiga foi ao hospital da Itaipu e também relatou a história. Meus amigos estavam ainda em Santa Terezinha quando chegou a ambulância da Unicon. Desacordado, fui transferido. O hospital que a empresa tinha alugado era a maternidade onde nascera a Tica.

Dona Gorda, iniciando suas férias, levou o maior choque. “Seu marido está hospitalizado e seu estado é grave” — foram as palavras ouvidas

em Curitiba.

Partiu imediatamente, deixando os nossos filhos com os avós. Ao entrar no quarto, a pedido dos médicos, fez a pergunta: “Você sabe quem sou eu?”. Dizem que eu a olhei um longo tempo e respondi com outra pergunta: “Você é professora, né?”

Meus pais também foram me visitar. Não os reconheci. O velho Lauro, quando voltou a Morretes, comunicou aos meus amigos que ele não via possibilidade de vida.

Fiquei nesse estado de sobrevida por uns dez dias. Quando os médicos constataram o início da perda de sensibilidade nas extremidades, fizeram um diagnóstico:

– Dra. Vera Lúcia, o Lauro tem que ser submetido a uma cirurgia de cérebro. Há um enorme coágulo entre as duas faces cerebrais, fazendo pressão. Há duas opções, cirurgia em Cascavel, onde há dois neurologistas com pós-graduação na Alemanha ou ir para São Paulo. A decisão é sua.

Talvez tenha sido o maior desafio imposto a Dona Gorda. Optou por Cascavel. Fui embarcado em um avião monomotor pago pela empresa.

Acordei no hospital, depois da cirurgia. No quarto, a companheira e seu irmão Cristovão Tezza o cunhado mais novo. As minhas primeiras palavras: “Que estou fazendo aqui?” Tirei a agulha do soro e, como era verão, complementei: “Vou tomar uma cerveja”.

Ao tentar ficar em pé, senti que não tinha equilíbrio.

A minha passagem por esse hospital ficou marcada pelas confusões que armei.

Anos mais tarde, em uma farmácia em Foz, uma moça perguntou se eu a reconhecia. Respondi que não me lembrava dela. Aí ela identificou-se: tinha sido enfermeira no hospital onde acontecera a cirurgia. Segundo ela, o corpo de enfermagem rezava que eu morresse. “Por que aquele infeliz não morre”, diziam.

Com alta hospitalar e em casa, tinha duas grandes dificuldades. A primeira era o equilíbrio. A fratura tinha atingido o labirinto esquerdo. Levantava por etapas: primeiro sentava na cama, depois ficava em pé com as mãos na parede e só então dava os primeiros passos. Não podia fazer nenhum movimento brusco com a cabeça porque perdia o controle e ia para o chão. A segunda dificuldade era a alimentação. Achava que a nossa empregada era a pior cozinheira do mundo.

Passaram-se alguns meses e minha sogra, Elin, junto com seu companheiro, levou-me para fazer exames na capital. Na viagem, em Laranjeiras do Sul, meio caminho, paramos para abastecer. Ao lado do posto de gasolina, havia uma lanchonete. Fomos até lá e comemos uns salgados com refrigerantes. Retornamos à estrada. Em determinado momento Elin comentou: “Interessante, Lauro, você que sempre teve pavor de queijo, comeu o pastel sem reclamar”. “Como? Não era queijo”. Depois de discutir, demos a volta e retornamos à lanchonete do posto. Eu tomei a iniciativa e perguntei: “Que pastel vocês nos serviram?” “De queijo, é o único que fizemos hoje” – respondeu a atendente.

Eu não acreditava no que estava acontecendo.

Chegamos a Curitiba. A razão da viagem era fazer uma avaliação da minha situação de saúde com um médico da área, muita experiente.

No consultório do famoso médico Doutor Afonso Antoniuk neurologista e catedrático da Universidade Federal do Paraná que após avaliar exames e radiografias, fez algumas perguntas:

– Lauro, você comeu muito peixe, quando criança?

– Doutor, meu pai era um pescador inveterado de fim de semana. Assim, toda segunda-feira o prato do almoço e jantar era peixe. Como sempre havia sobra, na quarta-feira voltava o peixe no escabeche. Eu não reclamava, pois gosto de peixe e frutos do mar até hoje.

– O peixe salvou sua vida. Você tem uma consistência óssea invejável. Parabéns também aos cirurgiões de Cascavel. Fizeram um belo

trabalho – complementou o professor.

– Doutor, só uma pergunta. Eu não tenho mais paladar?

– Infelizmente, nem paladar e nem olfato. Os nervos responsáveis por esses dois sentidos foram rompidos. Aconselho a não fazer refeições de peixes sem acompanhante. Assim será identificado se não estiver bom.

Ainda em Itaipu, um médico amigo sugeriu que eu colocasse três copos com água na geladeira: um com água comum; outro, extremamente doce e o terceiro salgado. Tome um pequeno gole dos três copos, — me disse.

Assim comecei, e se passaram anos, quando um dia, eu gritei: “Esse é sal”.

Hoje, acredito que tenho de 30 a 40% de paladar. O olfato, só quando o cheiro é muito forte. Pode ser perfume francês ou esgoto, a sensação é igual.

O tempo passou e só depois de alguns anos é que percebi que também tinha dificuldades para lembrar o nome de pessoas e, principalmente, de objetos ou coisas banais. Parecia que uma parte de minha memória tinha sido apagada. Uma vez, numa feira de alimentos de rua, estava fazendo compras, olhei uma prateleira com caixas de frutas diversas. Apontei para uma das caixas, queria saber o preço. O vendedor perguntou de qual fruta, e eu não sabia o nome. “O senhor quer saber o preço da caixa de goiaba? De maçã? De caju?” Eu, já nervoso, disse alto: “Qual o preço desses bagos?” Aí ele entendeu que eu queria saber da caixa de uvas. O médico neurologista depois me explicou que a fratura na base do crânio também tinha danificado a área da memória.

Uma vez, na casa de um amigo, festejando o aniversário de um de seus filhos, tomava cerveja com os demais presentes. Alguém se lembrou da história do paladar e uma senhora presente, que escutava a conversa, fez a tradicional pergunta: “Se não sente gosto, por que não toma água?” Olhei

atravessado e complementei: “Bebo para encher a cara, ficar torrado, ora.” Essa pergunta já foi feita centenas de vezes: Por que bebe? Com o tempo, passei a sentir o sabor amargo, principalmente de bebida como o Campari.

Passados seis meses após acidente, solicitei ao Superintendente para voltar a trabalhar. Ele perguntou se eu tinha condições. Respondi que trabalhando seria mais fácil superar os problemas do que ficar em casa pensando. Ele concordou. Eu decidiria quantos pacientes podia atender.

Meses antes das eleições de 1974, recebi a visita de um novo Deputado. O endereço lhe tinha sido dado pelo colega deputado, meu velho conhecido Alencar. Sebastião Rodrigues era Deputado Federal e já tinha passado pela Assembléia Estadual e estava se candidatando à reeleição para Brasília. Advogado formado no Rio, funcionário do Banco do Brasil, veio para o Paraná como gerente em Pato Branco. Ali iniciou sua carreira política. Mineiro, baixinho, careca, bom papo e grande sorriso. Ficou, praticamente, a noite toda conversando. Contou suas passagens engraçadas, falou de sua vida pessoal, era casado com uma professora paranaense e tinha duas filhas. Em nenhum momento, pediu voto para sua reeleição ou deixou alguma propaganda com seu nome. Muito mineiro.

O MDB do Paraná era dividido em dois grupos. Um sob a liderança do Senador José Richa [1934-2003] e do jovem Deputado Álvaro Dias, [1944] ex-vereador ambos de Londrina. Eram do grupo de centro. Na outra extremidade para o Diretório Estadual ganhou a esquerda, e o seu presidente foi o mineiro Sebastião Rodrigues. Estávamos juntos, a votação foi no plenarinho da Assembléia Legislativa. Ganhamos por nove votos de um colegiado de mais de trezentos delegados do Estado.

No primeiro sábado após a primeira visita do mineiro Sebastião fui até Medianeira. Na gráfica do agora compadre Gordo – tínhamos batizado a

segunda filha do casal amigo –, falei do mineiro de Pato Branco. Ele conhecia de nome, pois era político conhecido do sudoeste. Pedi para que ele imprimisse uns mil folhetos com a propaganda do mineiro. “Mas compadre, o diretório tem o seu candidato já escolhido em Assembléia e é do oeste”. “Eu sei, mas quero que você distribua como um pedido meu para fulano, sicrano e beltrano”. Dei o nome de uns quatro companheiros. O compadre pediu o número do candidato e eu não sabia. “Ora, vai ao cartório eleitoral do fórum”.

Voltei no dia da eleição. Eu e Dona Gorda não tínhamos transferido os títulos eleitorais para Foz.

No resultado das eleições de Medianeira: meu candidato fez 201 votos. Não tinha feito política, como pediu o Superintendente de Saúde da Unicon, tinha apenas dado um recado a alguns amigos.

Como não queria mais ditadura, o pensamento agora voltava para a democracia cantada em prosa e verso e nunca instalada no país. Tinha também a definição do quadro nacional. Os políticos, partindo do município até o quadro federal, eram “80% corruptos ou mais”. Como fazer mudanças para que o dinheiro da corrupção fosse aplicado nas classes mais humildes? Como trocar esses políticos?

Eles eram eleitos com objetivos muito bem definidos: primeiro fazer sua fortuna. Um patrimônio que deveria alcançar a família e seus descendentes por várias gerações. Situação muito clara nas oligarquias nordestinas e alguns outros estados. Para alcançar esses objetivos, os políticos, na minha visão, faziam alianças. Aliavam-se com os empresários que financiavam as campanhas. Com os industriais bem-sucedidos negociavam a manutenção ou elaboração de leis para aumentar o lucro ou manter a situação existente. Para os empresários em dificuldades, aproximação com o poder para financiamentos a juros baixos e obras públicas. Para os já falidos, acesso

ao dinheiro público das companhias estatais ricas, como a Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, hidroelétricas, cessão para exportação de minérios, madeiras, etc. No Paraná, há um empresário da área de construção de estradas, barragens, que sempre fala em alto e bom tom: “Eu não financio candidatos, eu compro o deputado já eleito”. Na retaguarda dos governos estaduais, tinham o apoio dos Bancos locais, construções a preços superfaturados, jamais pagamentos de impostos, desfalques milionários, dinheiro depositado fora do país, etc., etc. Essa era minha opinião nos anos 60 e 70.

Como mudar o quadro? Uma parcela dos pobres também vendiam a preços bem baixinhos, ou trocava seus votos por benefícios. Também negócio de compra e venda. Cansei de ouvir: “Preciso de dinheiro para comprar esse medicamento” e mostravam uma velha receita; “A minha sogra precisa fazer uma cirurgia”: “Quero uma bolsa de estudo para meu filho”; “As minhas terras não estão regularizadas”, “Preciso de empréstimo agrícola, estou inadimplente e voto em quem melhorar a minha situação”. Os políticos, sempre prestativos, prometiam as soluções e depois desapareciam. iam buscar votos na outra eleição em regiões novas, onde não eram conhecidos.

Será que foram esses fatos que impediram a aprovação do voto distrital? Nem o voto de legenda tão comentado na época foi levado em frente. Por que não se fazia uma reforma política neste país? Velho, continuo vendo tudo igual. A minha geração de esquerda ajudou o quadro político nacional?

Para mudar esse quadro era necessário reunir grupos, recomeçar as discussões, enfim, começar tudo de novo. Ou tudo é sonho?

Alguns fatos internacionais da época me davam alento. A queda de Salazar, em Portugal, que inicialmente transferiu o poder para fiéis amigos, e depois de dois anos houve uma resposta popular – a Revolução dos Cravos. O socialismo democrático na França e, com isso, Mário Soares e François Mitterrand vinham com novas propostas de uma democracia socialista.

ENQUANTO ISSO... ONDULAÇÕES DA MISÉRIA

Amanheceu mais um dia. Todo o serviço da noite anterior estava incompleto. O casal começou a separação: garrafas de vidro, plásticos, papéis, papelão, latinhas, etc. No barracão tinha local definido para tudo.

Rapidamente passou a manhã, meio-dia: hora de fazer uma refeição reforçada. O centro da cidade não é perto e a disputa para catar o lixo reciclável é grande. Partiu o casal. Quando a mãe vai ajudar, é preciso levar as crianças para a casa da avó que fica perto. A situação é sempre difícil.

O filho mais velho quer sempre ir junto – é a sua diversão. Nessa ida outra vez não foi e ficou contrariado. No mesmo barracão mora um irmão casado e sem filhos, também catador de lixo, e mais um irmão que toma conta do barraco. Não sai. Foi dependente de droga e agora está em tratamento. Tem crises, mas o Postinho de Saúde Municipal fica próximo. Toma remédios e, se necessário, é internado.

A família é composta de seis irmãos: cinco homens e uma irmã moradora de rua. Ali moram três e junto com a mãe deles mais dois. Eram camponeses do centro do estado. Com a falta de trabalho, migraram para a capital. Mãe e filhos tornaram-se favelados. Do pai não sei nada.

O casal catador de lixo a que estamos reportando teve em 2003 o primeiro filho. A mãe com apenas 15 de idade deu à luz um menino com fissura completa bilateral. Em 2004 nasce o segundo filho sem qualquer tipo de malformação. Em 2006 nasce uma menina com fissura completa unilateral.

A nossa convivência começou em 2003. Levamos e apresentamos ao pessoal do Postinho de Saúde. Foi enfatizado por toda a equipe que deveriam evitar ter mais filhos. O pessoal do Posto passou a fazer visitas praticamente todos os dias. Além de anticoncepcional, levavam alimentos, bolsa família, enfim tudo que está disponível na unidade de saúde municipal.

Quando os dois clientes faltam ao tratamento no Caif, por qualquer motivo, faço visita, pessoalmente, com o motorista. Numa ida, sentado na entrada do barraco, ofereceu-me pipoca o irmão com problemas mentais.

Agradei. O meu acompanhante por educação aceitou. Encheu as duas mãos com pipocas envelhecidas e aguadas, produto do irmão catador. Assim não é somente lixo reciclável, também sobras de alimentos, conforme sua aparência, são recolhidas.

Meados de 2008, mais uma gravidez. A mãe, quando trazia os filhos em tratamento, escondia-se de mim, pois a barriga estava ficando saliente. Procuo o pessoal da unidade de saúde da favela. Mais um notícia: o casal é portador de AIDS. A mãe está sob controle, sendo medicada. Nasceu mais uma menina, sem fissura, e com relação ao outro risco não tenho notícias. A filha mais nova com 7 meses de idade, e tenho a última informação: nova gravidez.

Nas conversas e trabalho da Assistente Social, a resposta sempre a mesma: é vontade de Deus. O trabalho da equipe continua.

*

A construção da maior usina hidroelétrica do mundo exigiu uma grande infraestrutura. Depois de um ano, fomos transferidos para a Vila A, que recebeu essa denominação por ser a primeira geograficamente situada. Existiam três tipos de casas. Umas, bem pequenas, outras de tamanho médio, mas todas de material. Essas eram ocupadas pelo pessoal de nível médio, com posições de mando em algumas áreas. As outras eram pré-fabricadas em madeira para o pessoal de nível superior. Casas excelentes, três quartos, dois banheiros, lavabo, dependências para empregada doméstica com quarto e banheiro próprio. Sala de visita com lareira, nunca acesa, abrigo para carro e uma área coberta com várias serventias – nos finais de semana era o local do churrasco. Na mesma vila, foi construído o hospital, que acabou recebendo o nome de Costa Cavalcanti, general primeiro presidente da Itaipu. O escritório

central da usina ocupava uma enorme área geográfica. E havia vários escritórios. O mais importante devia ser no Rio de Janeiro, onde o general Costa Cavalcanti dava expediente, pois, pessoalmente, nunca o vi. Havia outro em São Paulo, que diziam ser a central de compras, outro em Curitiba, também um enorme prédio. Do lado paraguaio, mais um escritório na margem do rio e outro, em Assunção.

A informação que nos chegava ao canteiro de obras era que foram contratados duzentos militares da reserva, que trabalhavam arduamente na construção da maior hidroelétrica do planeta. Os militares eram distribuídos pelos escritórios mais próximos de suas residências de aposentados. Assim, a maioria eram trabalhadores no Rio de Janeiro.

Também na Vila A havia um clube, com piscinas para adultos e crianças, quadras de esportes e uma sede com enorme salão de festas. Foi lá que vi e ouvi Roberto Carlos, Martinho da Vila, Jair Rodrigues e outros famosos cantores, na época, na parada de sucesso. Complementavam a vila um supermercado particular e uma pequena rodoviária.

Na sequência da rodovia dupla para o canteiro, na margem esquerda de ida, com portão de segurança de identificação, a Vila B. Lá todas as casas eram de material, de vários tamanhos, todas enormes, modelos diferentes, a maioria de dois andares. Ali moravam os diretores, militares, engenheiros e o médico do trabalho. O nosso Superintendente preferiu o melhor hotel da cidade. A vila B evidentemente também tinha o clube com piscinas, canchas de esportes, salão de festas, tudo em tamanho menor, visto a pequena população. Ficava à margem do rio Paraná, com ancoradouro para barcos.

Finalmente, na entrada do portão de acesso à obra, a Vila C. Lá as casas eram barracões, com cobertura de zinco, que transformavam as quatro casas embaixo em altos fornos durante o verão. Tinha um ambulatório médico e uma escola, também administrada pelo Anglo-Americano. Todas as construções da Vila C eram de madeira. Não havia clube. Os operários fizeram

um campo de pelada de futebol. Os diretores justificavam a precariedade dizendo que essa vila seria demolida após a construção da usina e que nas outras ficariam morando os responsáveis pela manutenção.

Do lado paraguaio, ao qual nós não nunca tivemos acesso, a organização era a mesma, mas as vilas eram menores, com exceção da Vila B, que apresentava um maior número de dirigentes guaranis.

Dentro do canteiro também havia grandes galpões, onde moravam os solteiros ou os casados já aprovados que aguardavam vagas nas Vilas A ou C.

A obra chegou a ter 40.000 operários. Essa era a informação que chegava até nós. Três restaurantes. O menor, construção de material, com serviço de garçons, era para os funcionários de nível superior, civil ou militar e para altos dirigentes. O segundo maior em área física, ficava ao lado. A comida era servida em bandejão para o pessoal de nível médio. Finalmente, o terceiro para os peões de canteiro de obras. Também bandejão, mas a comida era de qualidade inferior.

Nos restaurantes e nas vilas era obedecida a distribuição social brasileira, com o detalhamento e a perfeição próprios da cultura militar, simplificada em três escalas. No canteiro ficava o enorme escritório de engenharia. Todos os dias, o engenheiro responsável pela obra realizava às 7 horas a reunião para andamento e distribuição de tarefas. O horário e a disciplina eram rigorosos. Junto ficava o departamento de pessoal. Separado e um pouco distante, ficava um pequeno escritório, também de engenharia da Itaipu, que fiscalizava as obras efetuadas pela Unicon. O trabalho era ininterrupto, dia e noite. Não havia sábado, domingo, feriados ou dias santos.

Perto dos restaurantes estava instalado o Unibanco. A peãozada recebia o salário em dinheiro. Os dirigentes e de nível superior tinham conta bancária. Havia também um escritório para manutenção dos prédios e residências.

Como a grande maioria dos trabalhadores era originária do campo e analfabeta, havia escola de alfabetização, formação de profissionais em várias

áreas, de conformidade com o andamento e a necessidade da obra.

E por último vinha à segurança. Uma visível, pois os guardas andavam uniformizados circulando tanto no canteiro como nas vilas. Dava tranquilidade a todos. A outra era escondida, de segurança nacional, em parceria com a Dops, Polícia Federal e SNI (Sistema Nacional de Informações), que geravam montanhas de papel com o carimbo “Confidencial”. Hoje, dizem que toda essa documentação foi destruída. Por quê? Um trabalho grandioso, realizado pelos profissionais mais bem preparados do país, pagos com dinheiro do contribuinte, foi queimado? Em uma situação ocasional, fui apresentado ao general Diretor-mor da área, que me chamou para um local reservado e falou: “Doutor Lauro, eu tenho sua ficha completa. O senhor está sob observação, por favor, não nos traga problemas”. E depois de anos, com a maior curiosidade tento ver essa “ficha completa” e tive sempre a mesma resposta: não existe.

Inicialmente trabalhava no ambulatório médico a poucos metros da construção da barragem. Havia sempre uma longa fila de clientes, principalmente quando saía o pagamento. Por uma extração de dente o peão recebia 48 horas de folga. Com o pagamento, faltava mulher no meretrício da cidade. Também, façamos justiça, muitos queriam trocar um dente por uma visita à família que morava na região. Posteriormente, a folga do dente extraído diminuiu para 24 horas.

Em razão do número elevado de homens sem companheiras, a prostituição na cidade prosperou violentamente e, em decorrência, as doenças venéreas. O tempo passando e as gonorréias e sífilis trazendo muitos problemas para a área de saúde. Nós, dentistas do canteiro, ficávamos também preocupados em ficar sifilíticos durante uma cirurgia bucal.

Em determinado ano, chegou ao nosso conhecimento que a direção estudava construir casas de prostituição dentro do canteiro de obras. As prostitutas ficariam sob controle, com exames periódicos, evitando assim esse

tipo comum de doença. Todo mundo achou a idéia excelente. “Vamos ter putas saudáveis do nosso lado”, vibravam os peões.

Eu sabia que a última palavra era dos militares e tinha acabado de ler o livro do escritor peruano Mário Vargas Llosa, “Pantaleão e as Visitadoras”. Pantaleão era militar e comandava um navio de prostitutas que navegava pela floresta amazônica peruana, fazendo visita às unidades do Exército que davam segurança ao país. O livro era uma sátira aos militares isolados e mostrava a preocupação existente da entrega ao homossexualismo pela falta de companhias femininas. Enfim, para que esses militares não enlouquecessem se masturbando, o Ministério do Exército criou o “navio puta”, em vez de “navio pirata”. Perguntei ao meu chefe imediato e ele confirmou que de fato havia um estudo para saciar os desejos sexuais masculinos. Dei a ele o livro de presente, sugerindo que o “Pantaleão da Itaipu” também o lesse, assim ficaria “mais fácil a implantação do programa”. O restante da história nunca soube, mas, para a tristeza de todos as putas não chegaram.

Em razão do acúmulo de peões, construíram perto dos restaurantes um anexo da saúde com dois consultórios odontológicos, salas para assistência social e uma sala com leitos que seriam utilizados para repouso pós-hospitalar que nunca foram utilizados. Os consultórios tinham identificação: número um e número dois. Uma enorme sala de espera. Depois de doze horas de trabalho, iniciava-se a fila para os dentistas. Eu trabalhava na sala dois. Eram marcados dezoito pacientes para o turno da manhã e doze para a tarde. Tínhamos também que atender as emergências. A média diária era de quarenta pacientes/dia.

Fiquei conhecido em pouco tempo, a maioria preferia o dentista dois. O colega do lado dizia ser um absurdo os números de pacientes agendados, assim enganava o paciente. Quando tinha um dente um pouco inflamado, receitava antibiótico, se estivesse cariado, fazia a restauração em duas ou mais sessões. Ao contrário, vendo aquela triste situação, eu fazia o que era

possível por sessão. Ao meio-dia eu ainda estava atendendo, e o colega às dez horas abria o jornal. O mais interessante é que, no papel, sua produção era maior que a minha. Se ele extraía um dente e o peão já vinha com outras perdas passadas, ele colocava como trabalho seu. Nas restaurações, a mesma coisa. Fazia uma e dava uma polida nos outros dentes já restaurados, registrava tudo no prontuário, que depois ia para a folha de produção do mês. O colega nunca teve aumento salarial por produtividade, porém eu recebia anualmente. O nosso Superintendente fazia visitas esporádicas, mas sempre no final do expediente. Eu estava com o paciente na cadeira e o amigo do lado ou estava lendo ou ausente da sala.

Ao sair do serviço às dezoito horas, entravam outros profissionais nos dois consultórios. Eles trabalhavam até as vinte e duas horas. A agenda era correspondente à carga horária e eles não tinham direito à residência. Não eram contratados com dedicação exclusiva.

Eu era o responsável pelos dois consultórios, tanto na reposição de material de consumo como no pedido de instrumental e na manutenção dos equipamentos. Era, entre aspas, o chefe da odontologia no canteiro.

Trabalhavam duas auxiliares por sala. No período da manhã apenas uma e a tarde eram duas, sendo que a segunda continuava auxiliando o profissional da noite. Pela manhã trabalhava comigo uma secretária bem moça e à tarde, uma senhora casada com um peão. Em determinada data, trocaram o dentista da noite do consultório dois. Gaúcho, recém-formado, sobrinho de um general dos Pampas. Veio para Foz, montou um consultório particular e vivia reclamando, para a auxiliar, das dívidas contraídas na compra dos equipamentos, do preço do aluguel e do valor pago no hotel. De fato, os preços da cidade de Foz do Iguaçu, em consequência da obra, eram estupidamente mais caros que em qualquer outro lugar do Brasil.

Depois de alguns meses de trabalho, começou a levar material de consumo. Se a auxiliar flagrava, ele rapidamente justificava: “Ora, a Itaipu é

rica e eu estou endividado”. Ela ficava quieta, com medo de ser demitida, afinal ele era sobrinho de general e “sobrinho de general não rouba”. Até que um dia ele embolsou instrumental. Os dois sabiam que, para pedir um novo, era necessário entregar o antigo e era de minha responsabilidade. Nessa situação ela me procurou num domingo em minha casa. Contou toda a história chorando. Estava morrendo de medo. Disse a ela: “Esse é problema meu”.

Na mesma semana, consegui audiência com o Superintendente. No dia seguinte à nossa conversa, o sobrinho do general estava demitido. Não teve nem direito à defesa. Ou o chefe já tinha algum conhecimento do caso ou acreditou piamente no subversivo. Fazendo outra análise, tenho que reconhecer o mérito do médico mineiro com a atitude correta, mesmo correndo riscos de desagradar os que mandavam na pátria amada. O gaúcho espalhou para toda a equipe que era mentira e que iria me matar. Meses depois, voltou para Porto Alegre.

Quando completou nove meses do meu pedido de demissão do cargo de professor, aceito e publicado no diário oficial, recebi um recado do gerente do Banestado. Solicitava minha presença. Ao sair de Medianeira tinha encerrado a minha conta bancária, mas mesmo assim continuava recebendo o salário da educação. Para ir, tive que pedir permissão ao meu chefe.

Quando cheguei ao banco, a primeira boa notícia, o gerente era outro. O antigo tinha sido promovido e estava em uma agência de cidade grande. O novo gerente, educadamente, na sala isolada do cargo informou-me da continuidade de meu pagamento. “Bem, o senhor faz e eu assino o retorno dos recursos para a secretaria responsável pela folha de pagamento”. Simplifiquei a situação.

“Não é bem assim, a devolução cria no mínimo dois sérios problemas: primeiro como contabilizar esse dinheiro sem justificativa; o outro

problema é a situação do funcionário responsável. Ou ele não teve acesso à portaria de demissão ou foi relapso e será punido”.

Pensei: “Como vou ficar com um dinheiro que não é meu, pois não sou mais funcionário, nem moro mais aqui?”. Tive a idéia de entregar todo o valor para a Associação de Pais e Mestres da primeira escola em que trabalhei quando vim de Curitiba. Informei ao gerente e dirigi-me à escola.

Fui recebido com surpresa e muito carinho. Quando dei a notícia do repasse dos meus salários, mais contentes e risonhos ficaram. Fiz a seguinte proposta: “Vamos até o banco para fazer a transferência do valor atual e a continuidade do crédito, caso não seja corrigido o erro. Agora tem outra situação, se o Estado pedir a devolução, vocês fazem o ressarcimento nos valores pedidos. Tudo certo?”. “Claro” – respondeu a presidente. “Damos um documento por escrito”. Assim conversamos com o gerente, que assumiu o compromisso de tomar as providências, por telefone, enfatizou. O salário continuou por poucos meses. Também não houve pedido de ressarcimento.

Ainda no período da Itaipu, conheci um engenheiro agrônomo, ex-funcionário da Secretaria de Agricultura do Paraná. Quando formado, pediu transferência para o escritório no oeste do Estado. A agricultura estava em ebulição, havia muito trabalho e muitos convites de assessoria a fazendeiros. “Montei uma empresa e pedi demissão do Estado” – disse ele para mim. “O meu pagamento, assim como o teu, continuou”. De fato a estrutura estatal era manual e totalmente irresponsável. Ele continuou sua história. Tinha conta bancária onde era depositado seu salário. Foi ao gerente do banco em Cascavel, abriu uma caderneta de poupança e autorizou o repasse automático do seu salário. “Pois é, Lauro, e se pedissem de volta, eu tinha os salários corrigidos pelos juros oficiais do banco estatal. Continuaram pagando por quase dez anos, quando descobriram que eu não era mais funcionário, nada pediram de retorno. Com o dinheiro, construí esta casa”. Ainda completou: “Não tenho nenhuma dor de consciência. Não roubei, não fiz nada de errado”.

Vieram as minhas primeiras férias. Fomos para praia, para a casa de Dona Elin. Ficava na praia das Gaivotas, entre praia de Leste e Matinhos. A casa era nova, tinha a idade da Tica.

Nas temporadas de verão, sempre fui um amante de caranguejos. Depois do acidente, o grande choque, não sentia nenhum gosto pela minha paixão marítima. Desde criança, quando se aproximava o final de ano e as cigarras começavam a cantar, meu pai dizia: “Está na época do caranguejo”. Na primeira lua cheia, quando a maré tanto crescia como secava, lá íamos nós à caça. No começo, ainda pequeno, ficava na canoa batendo uma lata sem parar. Era o ponto de referência. O som não deixava o caçador de caranguejos ficar perdido no manguezal. Quando cresci, também comecei a caçar. No final de ano acontece o acasalamento. Vários caranguejos brigam por uma única fêmea. A gente ensacava os machos que não conseguiam penetrar em suas tocas. A fêmea ficava. Era pequena e meu pai proibia que nós a levássemos. Como ele enfatizava: “Existe uma fêmea para quinze machos, se as ensacarmos não haverá reprodução e daqui a poucos anos o mangue ficará deserto”. Quando ele via fêmeas à venda no mercado municipal de Morretes, fazia o seu discurso.

Meu pai sempre se preocupou com a preservação. Com o camarão, era na quantidade. Eu remava o bote, normalmente de noite, e ele atirava a tarrafa, que ele mesmo fabricava em casa. O camarão era dividido; uma parte ficava no samburá para isca viva e outra parte ficava dentro da canoa para levar para casa. Como era de noite, ele pegava a lanterna e, no olhar, fazia os cálculos: “Já temos o suficiente para pescar e para o camarão aperitivo” – arrematava ele. Quando tinha companheiros, principalmente de Curitiba, eles ficavam brabos quando parava. “Lauro, o mar está cheio de camarões, vamos encher um saco para fazer festa em Curitiba”. A mesma situação se repetia na época em que a sardinha era a isca. Ele pegava o suficiente para a pescaria.

Meu pai começou a pescar nas baías de Paranaguá e Antonina em uma canoa motorizada. Era uma sociedade com o seu irmão mais velho. Eu era o terceiro. Para dormir, nos dividíamos assim: o pai na popa, o tio no centro do lado do motor e eu na proa – por ser menino cabia naquele pequeno espaço. Eu quase não dormia, ficava olhando o céu todo estrelado. Vi inúmeras vezes a “queda” de estrelas cadentes, que formavam riscos no céu. Quando moço, em Curitiba, contava essas histórias e ninguém acreditava.

Com o passar dos anos, a situação financeira melhorou e o velho Lauro mandou construir um barco que recebeu o nome de Beatriz, sua filha, minha irmã caçula. Essa embarcação era um luxo, tinha uma cabina para três pessoas dormirem. Toda fechada, com o vidro da frente de movimento para abrir e circular o ar. Uma porta para a proa; ao lado, um fogão a gás de duas bocas e um motor de baixa potência. Era um catarina de quatro pistões. Na parte traseira, dois viveiros com comunicação com o mar. Ali eram colocados os peixes e as iscas vivas. Junto ia um bote a reboque, o Jujuba, de minha propriedade. Foi um presente de Natal. O ideal eram quatro ou no máximo cinco pescadores.

Quando a isca era a sardinha, o mar tinha que ser uma tábua. Com o mar ondulado era impossível ver o cardume, que se locomove bem na superfície. O pai na cabina, com a tarrafa nas mãos, dando as ordens para mim, que ficava no leme. “Mais à esquerda, diminua o motor, até vir a ordem final: desliga”. Jogava a tarrafa que vinha cheia de sardinhas, sacudia bem e as iscas caíam no chão do barco, pulando de todo lado. Apanhávamos e colocávamos no viveiro. Quando já tínhamos o suficiente para a pescaria, segundo seus cálculos, descia e pegava o leme. Tocava o barco e manuseava um livro de bolso, o qual continha anotações como os meses, os dias, as marés, os pesqueiros e os resultados da pescaria nos anos passados.

Uma vez estava com o pai Lauro, o meu futuro cunhado João e o futuro político Roberto Requião. Já com o viveiro abastecido, paramos no

Pontão, um local de pescaria muito conhecido, onde havia afundado um navio com o mesmo nome. Seu casco afundado virou viveiro de reprodução de vários peixes. Estávamos pescando, isca viva na ponta do anzol, quando um cardume de sardinhas veio em nossa direção. A imagem da água na sua superfície é igual a uma panela com água fervendo. Borbulhava de sardinha em torno do barco. Os dois gritaram para meu pai, que estava comigo no barco Jujuba, a alguns metros.

– Seu Lauro, vem jogar a tarrafa.

E ele respondeu:

— Já temos iscas demais.

– Mas nós queremos levar sardinha para casa.

– Então joguem a tarrafa – ordenou ele.

Os dois nunca haviam usado a tarrafa, por isso não tinham a menor idéia de como lança-la no mar. Jogavam de qualquer jeito e as sardinhas se entrelaçavam na rede que caía no mar, totalmente fechada. Parecia uma linguiça retorcida. Encheram uma lata de dez litros. Foi a maior festa, contada depois em prosa e verso na faculdade de Direito Federal do Paraná.

Antigamente não existiam varas modernas de pescaria. A pesca era manual. Os peixes preferidos eram na sequência: o robalo, principalmente pela sua violenta resistência para ser embarcado, depois a pescadinha branca, pelo excelência no paladar, em seguida a pescada e, por último, o badejo. Quando pesquei o primeiro badejo e ele apareceu na tona d'água com aquela cabeça horrorosa, eu soltei a linha. Meu pai embarcou o peixe. Os abomináveis, primeiro o bagre e depois o baiacu. Naquela época ninguém sabia tirar o seu veneno. Era jogado fora. Às vezes jogávamos no mangue ou em cima de pedras e ficávamos olhando os pássaros. Nem o biguá nem os urubus faziam refeição, ficavam só olhando o baiacu saltar de todo lado. Hoje o mesmo peixe é vendido nas peixarias com o nome de cascudo e tem um bom sabor. Os entendidos dizem que o veneno tem de ser retirado enquanto estiver vivo,

assim não há risco nenhum.

Todas essas lembranças vieram depois que comi um caranguejo e não senti o gosto dele. Antes do acidente de automóvel, chegava à praia e imediatamente ia até o mercado do peixe de Paranaguá. Comprava dúzias de caranguejo, trazendo em sacos. Despejava no tanque de lavar roupas, tapava com a tábua de lavar e deixava a torneira semiaberta, para ir tirando o barro. Depois lavava individualmente com as mãos e os colocava em uma panela enorme, cheia de água. Usava uma tampa com o peso de um ou dois tijolos para impedir a fuga. Ligava o gás e, à medida que a água ia aquecendo, a briga pela sobrevivência aumentava. Depois de muitos arranhões, o silêncio dos mortos. Tirava os tijolos e esperava a água ferver por alguns minutos. Iniciava-se assim a caranguejada, uma refeição que levava horas. Eu era um bandido, assassinava os caranguejos em morte lenta. Depois que perdi o paladar, deixei de ser bandido, nunca mais comi caranguejo.

*

Desde que chegamos à Vila, com nossos dois filhos crescendo, foi dada a noção da situação em que vivíamos. Enfatizávamos que a construção da usina era passageira e um dia teria fim. Que todos nós seríamos demitidos, por isso fazíamos economia.

Os seus amigos de colégio e da vila estavam sempre com muitos brinquedos, bicicletas novas, bonecas de todos os tamanhos, bolas, etc. Eles reclamavam, pois recebiam presente só no Natal e no aniversário. No dia das crianças também não havia presentes. As avós Alaíde e Dona Elin é que faziam uma compensação quando chegavam a Foz. Os amigos deles iam mais longe: “Papai comprou uma lancha”, o outro rebatia: “O meu comprou uma Belina, zero quilômetro”. Nossos filhos então pediam: “Oh, pai, o senhor

gosta tanto de pescar, compre também um barco”.

Nós tínhamos um fusca, recém-adquirido, e depois compramos uma Brasília de dois carburadores, a maior fria em que entrei. Esses carburadores desregulavam com frequência e tinham que ser levados à concessionária, único local capaz de corrigir o desacerto. Acabei passando os carros para frente.

O André tinha outra reclamação. Ao entrar no primeiro ano do colégio Anglo, Dona Gorda também fez sua matrícula no Fisk para iniciar no inglês. Com seis anos de idade era acompanhado pela filha da nossa doméstica que tinha oito anos e também estava no Anglo com bolsa de estudo. O colégio só aceitava matrícula de filhos de funcionários da obra, outros alunos tinham que pagar mensalidade. Nos dois dias por semana de aula de inglês na cidade, o André ficava longe dos amiguinhos que iam para o clube ou brincar na praça. Daí a reclamação.

Em maio de 1979, dois anos após nossa entrada na empresa, viemos a Curitiba para comprar um apartamento. Circulamos pela cidade. Depois de muito andar, fizemos a seleção de três apartamentos. Fomos conversar com Nelson Galvão o dono da imobiliária.

Ele olhou os três prospectos de propaganda e pediu um tempo: “Voltem amanhã, vou pedir um estudo aos meus técnicos e vendedores”. No outro dia, fez um relato sobre as três opções e indicou o apartamento que ficava no centro. Os valores eram muito parecidos. A justificativa era a localização e a qualidade da construção, segundo ele, a melhor dos três. O apartamento de 118,00 m² de área exclusiva, era de fato, para nós, bem grande. O prédio tinha 19 andares e apenas dois apartamentos por andar. A outra vantagem, lembrada por Dona Gorda, era a proximidade dos colégios e cursinhos pré-vestibulares.

Fizemos um contrato de financiamento por cinco anos.

No ano da compra do imóvel 1979, aconteceu a Anistia para os presos e exilados políticos. O presidente era general João Batista Figueiredo que substituíra o Gal. Ernesto Geisel. Esse último esteve na cerimônia de desvio do rio Paraná na obra de Itaipu, na qual o Superintendente escalou-me como o único dentista para ficar de prontidão no ambulatório do canteiro. Estava lá uma equipe de saúde para qualquer eventualidade, inclusive para uma violenta dor de dente. Recebi um crachá que guardo até hoje: Presidência da República – Serviço de Segurança, número 203 e carimbo do Batalhão – Fronteira – PR. Acho que não consultaram o SNI, ou achavam que eu era agora um defensor da ditadura militar em função do belo emprego. Do local do plantão, não víamos absolutamente ninguém, só ouvíamos o som ensurdecedor das dinamites que demoliram as barragens de cimento armadas no canal de desvio. No serviço apareceu somente um membro da comitiva do general paraguaio que estava com dor de barriga.

Na verdade, eu tinha um bom conceito e como prova de minha atuação recebi um convite. Perto dos consultórios havia o escritório de manutenção das Vilas e de todas as construções do canteiro. O engenheiro que tinha sido um dos primeiros a chegar a Foz, responsável por toda a infraestrutura na construção e agora na manutenção, fora convidado para a mesma função em Tucuruí, no interior do Pará. Seria o início da construção da segunda maior hidroelétrica brasileira. Éramos amigos e com frequência tomávamos nossas cervejas no clube da Vila B, onde ele morava. A partir desse relacionamento e mais sua avaliação, convidou-me: “Lauro, vamos para Tucuruí.

O começo é difícil, tenho que dar início à construção da infraestrutura. Vamos morar em barracos, sem a presença da família. Tenho que construir as vilas, os escritórios, os restaurantes, enfim tudo que já tem aqui. O local é inóspito, distante de qualquer cidade, o clima é amazônico e há riscos de inúmeras doenças tropicais”. Depois de ouvir toda a explanação, perguntei: “Qual será a minha função?” Sem pensar, foi rápido na resposta: “Você será o

responsável pela saúde, inicialmente orientando na construção do ambulatório médico e, posteriormente, do hospital. Uma vez pronto você será o Superintendente, o cargo que o mineiro exerce aqui. O seu salário inicialmente será multiplicado por três, não terá nenhuma despesa no canteiro de obras, pois já existe um alojamento, ainda que precário, e o restaurante. Também terá direito à passagem aérea de ida e volta a cada seis meses e poderá ficar com a família por vinte dias. Quando as vilas ficarem prontas, sua família se transfere, sua esposa será também contratada e os filhos, de acordo com a idade, continuarão seus estudos lá”. Agradei o convite e fiquei de dar a resposta depois de fazer uma análise junto com a Vera Lúcia. De fato, era uma situação jamais imaginada. Eu estaria me transformando em barrageiro, como eram chamados os profissionais nômades, de hidroelétrica para hidroelétrica. Era o caso do engenheiro amigo. Havia muitos nessa situação, velhos amigos que faziam comentários como: a melhor barragem é a do melhor salário. Havia médicos com essa experiência em Itaipu.

Na conversa caseira, Dona Gorda sugeriu: “Por que não consultar o Dr. Francisco, chefe da obra que nos arrumou esse emprego?”. Concordei e pedi audiência. Prontamente fui atendido. Fiz um relato da conversa com o engenheiro que me convidara. O diretor geral da construção de Itaipu foi taxativo: “Você não está contente com o trabalho aqui?” Respondi que sim e acrescentei: “Mas a obra está se encaminhando para o fim, e depois?” Devagar ele continuou: “Primeiro, a obra ainda vai muito tempo e quando terminar há dois projetos na divisa do Paraná com São Paulo, são duas hidroelétricas bem menores que Tucuruí, mas fica próximo de sua origem. Terminada a obra, iremos para um novo desafio”. Agradei e levei a decisão para o engenheiro viajante, desejando-lhe sucesso nessa nova empreitada de sua vida. Era uma excelente pessoa e fiquei muito grato pelo convite.

Depois da mudança para a Vila, recebia com frequência as visitas do

Deputado Alencar Furtado(1925) e uma dessas vezes ele foi com seu filho, um moço, que brincou muito com o André. O mais assíduo era o mineiro Sebastião Rodrigues pois vinha de Brasília para visita a Pato Branco, sua área de compromissos políticos. Sozinho ou ambos, os deputados federais se hospedavam na minha casa. Havia espaço para abrigá-los.

Uma vez, quando levava o cearense para o aeroporto, ele me fez a seguinte proposta: “Lauro, na próxima eleição vamos sair juntos? Eu para federal e você para estadual”. Outra vez agradei, era o segundo convite de político para fazer dobradinha. Ele sentado ao meu lado no banco da frente do fusca, virou o rosto e propôs: “Então saio com você, Vera Lúcia”. E complementou: “Tenho muitos votos e o Lauro tem uma base política muito boa nas cidades do oeste, seremos eleitos”. Dona Gorda também recusou: “Eu? Não tenho vocação para ser política!”.

Outro político que passava por Foz, principalmente nas férias de julho ou de final de ano, era o senador Pedro Simon. Instalava-se com a esposa e seus quatro filhos em um hotel e ligava para que os acompanhássemos para uma visita a Puerto Stroessner, que, com a queda da ditadura paraguaia, passou a chamar-se Ciudad del Este. As crianças, todos com nomes de apóstolos, ficavam no hotel. Sua esposa, muito bonita e simpática, e Dona Gorda sumiam lojas adentro. Eu e o Senador ficávamos na calçada, conversando sobre política. Houve uma passagem que ficou gravada na minha lembrança. O Senador era fumante de cachimbos e aconteceu este diálogo: “Lauro, quer apostar que receberei um lindo presente, embrulhado em papel refinado, com laços coloridos e dentro uma caixa de madeira com um cachimbo dentro?” De fato aconteceu, as duas saíram da loja e sua esposa com um lindo sorriso lhe disse: “Amor, tenho um lindo presente, adivinhe o que é” Ele, educadamente, abriu e ficou encantado com o novo cachimbo. “Verdade” – disse ele, depois que as duas entraram na loja ao lado – “esse tipo não conhecia”.

O Senador gaúcho é o político do Congresso Nacional a quem mais respeito e admiro. O Brasil seria outro se houvesse mais políticos iguais a ele.

No ano da anistia recebi a visita do André do já antigo MR8, pai de quatro filhos, três nascidos no exílio. Veio nos dar um grande abraço e conversar sobre o seu futuro: “Lauro, vou ficar em Foz e estou com ideia de montar uma livraria e gostaria de contar com sua ajuda”. “André” – ponderei - eu não tenho experiência alguma em comércio, mas os brasileiros não lêem. ” A minha sugestão é de você colocar alguns livros que estão em evidência e junto uma papelaria com material escolar”. Não discordou e disse que ia à procura de uma sala comercial.

Outra surpresa foi à chegada de Leonel Brizola (1922-2004), ex-governador do Rio Grande do Sul. Ele desembarcou em um aeroporto paraguaio e atravessou a Ponte da Amizade a pé. Segundo me contaram depois, ele tinha dúvidas quanto a descer no aeroporto do Rio de Janeiro ou de Porto Alegre, pois poderia ir direto para a prisão. Em Foz, cercado de grande número de amigos e correligionários, haveria a possibilidade de retornar ao país vizinho. Não aconteceu nada de diferente. Em seguida pegou o voo com destino ao Rio Grande do Sul.

Virou mais um ano, férias nas praias e sem caranguejo. Com o acidente, fiquei muito medroso e só dirigia durante o dia. Assim, quando liberavam as férias, pegava o carro com Dona Gorda, as crianças e nossa empregada doméstica. Saía depois do almoço e parava em um hotel de beira de estrada, quase sempre em Laranjeiras do Sul. Jantávamos e depois de um bom sono, bem pela manhã, retornávamos ao asfalto e chegávamos para o almoço no apartamento de Dona Elin.

Depois do nascimento dos dois, com a casa da sogra na praia das Gaivotas, nossa ida para a praia incluía uma passada em Morretes, na casa dos avós Lauro e Alaíde.

Início da década de 1980, Dona Alaíde me puxou para uma conversa reservada. “Teu pai, há anos está com dificuldades de urinar, vai várias vezes ao banheiro e urina muito pouco. O problema é de próstata, diagnosticada há muito tempo. O médico urologista, professor da faculdade, fez um estudo e propôs a retirada do órgão. Como você sabe, meu filho, o seu tio advogado, morreu de câncer de próstata e seu pai diz que não adianta operar. O médico garante que a retirada aumentará sua expectativa de vida”.

Eu também sabia da resistência do velho Lauro. A história familiar era negativa. Havia uma predisposição genética. Meu avô paterno morrera de câncer de garganta com 64 anos de idade. Era um fumante inveterado. Sua morte me marcou muito, tinha 10 anos de idade. Como era o primeiro e o seu neto favorito, a lembrança era muito forte. No dia fatal, ele pediu minha presença. Não falava mais, com o bloqueio da garganta também fazia tempo, a alimentação era líquida e de difícil digestão. Era magro por natureza, mas naquele momento era pele e osso. No quarto semiescuro, cercado pelos filhos, ele levantou a mão e a passou no meu rosto. De seus olhos rolavam lágrimas. Eu também chorei. Essas lágrimas estão arquivadas. Fui o único neto a ser chamado por ele.

Prometi à mãe que falaria com o pai, o que de fato fiz. Sua posição era irredutível: “Não adianta, meu filho, seu tio operou e de nada adiantou, o câncer já estava disseminado por outros órgãos, foi só sofrimento”. Pensei: “Vou fazer umas consultas com os médicos amigos de Itaipu para uma melhor definição.”

Terminadas as férias, voltamos ao cotidiano do serviço. Num sábado, trabalhando pela manhã no canteiro, recebo um telefonema: “Lauro, o gaúcho Leonel Brizola está aqui e deseja conhecê-lo, estamos no hotel e iremos almoçar em uma fazenda. Podemos contar com sua presença?” Respondi que sim. Terminado o trabalho, peguei meu carro e me dirigi ao hotel. A maioria dos convidados já tinha embarcado para o local do almoço. No meu fusca

acomodou-se um velho companheiro do antigo PTB, que não via há muitos anos e uma senhora, presidente do Comitê de Anistia do Paraná, cujo nome não me vem à lembrança. No caminho até a fazenda, que ficava em São Miguel do Iguaçu, iniciamos nossas recordações. A minha primeira participação no PTB tinha ocorrido em numa eleição para governador. O candidato era Nelson Maculam(1915-2003), que havia substituído o nosso forte candidato Abilon de Souza Naves(1905-59), infelizmente falecido um ano antes. Perdemos a eleição para o general Ney Braga(1917-2000). Estava com dezoito anos de idade e foi o início de tudo. Na segunda eleição para governador já estava na faculdade.

E fui narrando isso no carro. “O candidato a governador está aqui sentado”, falei, dirigindo-me à senhora que estava sentada no banco traseiro. O local da convenção foi onde hoje é a Câmara de Vereadores de Curitiba, na época a Assembléia Legislativa. “O presidente da reunião era o companheiro”. Com a mão direita tocando no seu ombro, fazia a identificação.

No meio da reunião veio falar pessoalmente comigo e pediu que o acompanhasse na sua posição. Estava abrindo a mão de sua candidatura. Lembro que após o almoço, iniciou um discurso dizendo que tinha consultado os mais importantes convencionais: o mais velho e o mais novo. Nesse instante fez menção ao meu nome. “Está lembrado dessa passagem?” Ele, talvez por delicadeza, disse que sim, e eu contei que ser citado na convenção do partido tinha sido o maior momento de glória de um simples jovem estudante. A proposta aprovada naquela reunião foi a de apoiar a candidatura do Bento Munhoz da Rocha(1905-73). Perdemos a segunda eleição, foi eleito Paulo Pimentel(1928), apoiado por Ney Braga. Meu êxtase foi que em Morretes ganhou o PTB.

Chegamos à fazenda – para variar o almoço era churrasco – e ao ser apresentado ao governador (assim todos o tratavam), ele disse que precisava falar comigo.

No seu discurso, o gaúcho Brizola falou que **“*tinha ficado 15 anos debaixo de um mar de intrigas e agora deixaram-me colocar a cabeça para fora e não poderia arriscar a ter a cabeça novamente submergida pelo mesmo mar*”**. Pedia prudência aos companheiros.

Terminado o almoço saiu uma caravana de carros para o aeroporto. Lá me levaram para uma mesa onde estava Leonel Brizola e um deputado estadual do Rio Grande. Nós três sentados, ninguém próximo, ele, com a palma da mão no meu ombro, falou: **“*Tenho informações de que você tem o controle dos quarenta mil operários da Itaipu, gostaria que se filiasse ao meu Partido Democrático Trabalhista (PDT) e juntos partíssemos para um Brasil melhor*”**. Respondi que a informação não era certa, eu tinha alguma influência, mas não naquele exagero. Completei que antes iria conversar com o meu grupo do PMDB e a minha posição seria resultado da decisão consensual.

Foi a primeira e única vez que conversei com o líder gaúcho. Ele foi eleito governador do Rio de Janeiro na primeira eleição após a ditadura e eu recebi um cartão, trazido em mãos de meu amigo deputado mineiro, em que me convidava para participar do seu governo. Escrevi no mesmo cartão, no outro lado, que agradecia e desejava uma grande administração, mas que já tinha compromisso com o governador eleito no Paraná.

Era o ano da ebulição política. Recebi a visita do ucraniano Vitório Sorotiuk velho companheiro do Partidão quando estudante, com a proposta de eu criar o Partido dos Trabalhadores, o PT, em Foz. Em sua companhia, o André, que já tinha se filiado ao PDT. Os dois foram companheiros de cela na Prisão do Ahú, quando André ou o Carioca como também chamavam, foi pai de sua primeira filha, que nasceu em Foz. Continuaram amigos no Chile, onde o Vitório casou-se com uma chilena, com quem teve dois filhos.

Vitório, o mais falante, com muita convicção e argumentos quase

me convenceu que a saída era, de fato, o partido dos operários. Eu não tinha nada contra. O grupo principal do PT argumentava: era operário ou companheiros que saíram da cadeia, que voltavam do exílio, que foram cassados, que sobreviveram na clandestinidade, que viveram perseguidos pelos donos do poder, para os quais a tortura trouxera graves consequências físicas e/ou mentais irreversíveis. O companheiro dizia que os filhos de pais e mães que morreram na tortura ou foram mortos em combate estavam ajudando a criar o novo partido. Era um partido sério, com propostas definidas e o único em que um pedido de filiação era julgado. Não entrava vagabundo ou político profissional de carreira. Quase me envolvi para a fundação do PT em Foz e, como resultado, provavelmente, nas cidades onde eu tinha presença partidária.

Depois dessas visitas, o carioca André voltou a conversar comigo. Não tinha conseguido uma sala comercial em tamanho e valores econômicos compatíveis para montar uma papelaria/livraria. Tinha agora a idéia de lançar um jornal com um sócio em potencial, o professor de inglês. Vera Lúcia era sua aluna na cidade. Era quase fim de ano. Conversei muito com os dois. O jornal não poderia ser radical de início, dizia eu, pois não haveria patrocinadores. Dentro de dois anos, argumentava, aconteceriam as eleições para governador e deputados. O jornal iria radicalizando à medida que se aproximassem as eleições. Esse era o meu pensamento. A empresa teria ações de várias pessoas, todas com passado de oposição. Quando ficaram definidos os sócios, eu comprei o segundo percentual de ações.

O primeiro número do jornal Nosso Tempo foi para as bancas em dezembro de 1981. Nesse número tinha um encarte – um painel com a figura de Che Guevara(1928-67). No segundo número, o jornal era semanal, saiu com encarte de Adolf Hitler (1889-1945). Embaixo da figura do alemão estava escrito: “Se você não gostou do Che, pregue esse nazista na parede”.

O jornal radical de esquerda era uma tremenda crítica aos militares e, em especial, aos que administravam a construção de Itaipu. Comecei a ficar preocupado. O meu nome não aparecia no jornal, mas era um dos proprietários.

Virou o ano e tudo na maior calma para o meu lado. Entro em férias outra vez, passo por Morretes e volto a conversar com seu Lauro. Ele continua indeciso, o médico professor urologista propôs que a cirurgia fosse realizada no hospital local, assim, ele não precisava deslocar-se para a capital. Mas nada ainda definido. Era uma situação preocupante, no entanto pouco se poderia fazer. Meu pai era calmo e não parecia estar em conflitos internos. Pensei: “Vamos dar tempo ao tempo”.

Na volta a Foz, eu e Dona Gorda, levamos uma proposta para o Superintendente da Saúde. Nos dois colégios Anglo-Americano da Itaipu estavam matriculados dezoito mil alunos, de todas as idades. Eram quatro dentistas tempo integral, todavia não existia um planejamento de atendimento. Eram atendidos os alunos que estavam ou com problemas dentários ou por pressão familiar. Também o número de paciente por dentista era grande: doze pela manhã e doze à tarde. Aos sábados o número era o mesmo, mas, como o colégio não funcionava, a procura dependia de que as mães levassem seus filhos. Era impossível atender a todos.

No planejamento que levamos ao Superintendente, dividiria a população por idade. Primeiro seriam atendidos os alunos com seis e sete anos, na sequência, os de oito anos e sucessivamente até o final de ano. Ao terminar a exposição, o Doutor foi direto: “Nós não fazemos serviço público e vocês são do quadro da Unicon”. “Doutor,” — ponderei — “assim o serviço tem desaprovação de cem por cento do usuário. Sendo programado, pelo menos uns trinta por cento teriam o tratamento concluído e a direção receberia os louros dessas famílias”. Não se sensibilizou. Apresentamos outra proposta

para prevenção. Viria o professor Léo Krüque de odontologia social da Federal de Curitiba, daria aulas a todos os professores e, junto com os da disciplina de química, seria desenvolvido um produto na base do flúor, para bochecho semanal em todos os alunos. O Doutor respondeu: “Vou estudar a segunda proposta”.

Meses depois, fui convidar o Professor Léo de Odontologia Social, da capital para desenvolver o trabalho. Os colégios das Vilas A e C foram os primeiros estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná a receber o programa de bochecho com flúor.

Em seguida, fui convidado para fazer um levantamento epidemiológico no canteiro de obras. A proposta era examinar a mão-de-obra sem qualificação profissional. No serviço, essa força de trabalho era cadastrada como Ajudante de Serviço Geral e, então, fazíamos uma comparação com a mesma mão de obra do Paraguai. O resultado foi inesperado para a direção, não para mim, que atuava já há quatro anos com esses pacientes. O brasileiro, assim cadastrado, era geralmente originário da agricultura e 86% não tinham um dente restaurado. Havia muitos dentes sem recuperação e outros já extraídos. Do lado paraguaio, o número baixava para 52% sem dente recuperado por profissional. Em resumo, somente 14% dos brasileiros tinham ido ao dentista para salvar o dente, enquanto do lado paraguaio esse número era de 48%. A cultura paraguaia foi mais avançada em determinado momento da história sul-americana, pelo menos até a guerra do Paraguai. O brasileiro chegava ao consultório e, com o dedo esticado apontando para a boca aberta: “Quero tirar esse dente”. O paraguaio falava diferente: “Doutor, dá pra salvar esse dente?”

Com relação aos dentes, os nossos filhos tiveram uma atenção especial de Dona Gorda e o resultado final foi fantástico. Como na maioria das cidades paranaenses a água de consumo doméstico não continha flúor,

assim que os dentes começavam a erupção, diariamente era adicionada uma gota de flúor na refeição deles. Na época o produto existia em qualquer farmácia e era de baixíssimo valor. Tica teve um dente de leite cariado e nenhum dos permanentes. André passou a primeira dentição com cárie zero e na adolescência teve apenas um dente restaurado. Hoje ambos são adultos, com todos os dentes íntegros, com exceção dos quatro terceiros molares, extraídos por falta de espaço.

Em março de 1981 voltamos a Curitiba para adquirir uma sala comercial e, futuramente, instalar o nosso meio de sobrevivência. Um prédio da Marechal Deodoro quase esquina com a rua Monsenhor Celso, bem no centro comercial da cidade. Uma sala com 34,00 m², o suficiente para instalação de um consultório dentário. Dessa maneira, o compromisso de trabalhar e montar uma infraestrutura para sobrevivência na capital se concretizou em pouco tempo.

Alguns meses depois recebi a notícia de que o seu Lauro tinha sido operado e passava bem. Fui ao Paraguai, comprei uns licores de presente para o médico e viajei até o litoral. Conversei com o professor e o seu auxiliar cirúrgico, o primo médico, filho do tio pescador. A próstata retirada tinha sido levada para um laboratório na capital para identificar se o seu crescimento era benigno ou não.

A situação esteve tranquila enquanto a alimentação do pai era o soro. Quando começou a ingerir alimentos leves surgiu o grande problema. A retirada da próstata, segundo os médicos, é realizada pelo tato. É impossível ver o órgão a ser removido e, no ato cirúrgico, houve perfuração do intestino. Assim, parte das fezes vazou para o baixo ventre. Imediatamente ele foi transferido para Curitiba, para realizar a desinfecção e fazer a colostomia. As fezes eram coletadas em uma bolsa plástica externa.

Outra vez, aprendi com o meu pai. Em nenhum momento perdeu o

equilíbrio. Jamais acusou alguém de tê-lo forçado a fazer a cirurgia. Todos foram unânimes em colocar o ato cirúrgico como a decisão mais correta, mas eu tenho certeza de que a minha palavra teve o peso maior. Para complementar, o exame de laboratório apresentou como resultado crescimento benigno. Não era câncer.

Consultando meu amigo urologista da Itaipu, ele me pediu um relatório do ocorrido, o qual foi redigido, de forma quase impossível de interpretação, pelo médico responsável pela cirurgia. Esse documento foi parar nas mãos dos professores da USP, onde o meu amigo de Foz tinha se formado. Recebi o nome do médico daquela universidade que tinha solução para o caso de redução do reto.

Era janeiro de 1982, fui levar ao conhecimento do meu pai essa alternativa, dizendo que tinha condições econômicas para levá-lo a São Paulo. Em seguida, procurei o urologista responsável pela cirurgia. De maneira ríspida, ele afirmou que já tinha programado a terceira cirúrgica com a participação de dois profissionais altamente competentes de Curitiba. Estava aguardando somente o retorno deles das férias. Início de fevereiro, meu pai no leito do hospital do Alto da XV, como era conhecido em Curitiba, eu, minha mãe e a mana Beatriz. Ele muito magro, quase sem cor, mas com um sorriso nos lábios. Certo momento começou a sentir-se mal. Chamamos os médicos, que pediram nossa saída. Alguns minutos depois, a retirada dos médicos. Meu pai acabava de falecer. Faltavam três dias para o seu aniversário dos 65 anos de idade. Morreu com a mesma idade de meu avô em 1952, com 64 anos.

Minha irmã, em pânico, dizia que ia entrar na justiça. Pedi calma e fui até a sala de consultas do hospital. Porta fechada, o médico cirurgião chorava. “Lauro, foi um erro médico”. Pedia desculpas. Nesse momento passei a entender que não existe cirurgia com risco zero. É muito difícil entender quando acontece com uma pessoa que amamos.

Dessa data em diante passei a sonhar todas as noites com meu pai.

Numa noite, nas dependências do Clube da Vila, contei esse fato ao colega dentista de Itaipu – não sabia que ele era kardecista – que me explicou: “Teu pai gostava muito de você e não quer desligar-se. Hoje tem uma corda invisível ligando você a ele e por isso teu pai está no sonho.” Calado, continuei ouvindo: “Essa ligação levará algum tempo, a corda vai romper-se e você não terá mais sonhos com ele.”

Ano 1982. Dona Gorda não tirou férias conosco, estava se preparando para uma excursão pela Europa. Sua companheira, a mãe. Era uma viagem longa, que incluía inúmeros países. Antes da partida, recebemos a visita do deputado Alencar Furtado (José). Ao contar da viagem, ele perguntou: “A excursão passa por Portugal e França?” Ao responder que sim, ele começou a escrever uma carta para o presidente Mário Soares (1924) e outra para uma senhora que morava em Paris. Terminadas as cartas, os envelopes subscritos, entregou-os à Dona Gorda. “Ao chegar a Lisboa, vá direto ao Palácio do Governo. Tenho certeza de que será muito bem recebida pelo amigo Soares e em Paris faça a mesma coisa. Procure Violeta Arraes (1926 – 2008), irmã do Miguel Arraes (1916-2005), casada com um francês. Ela foi durante toda a ditadura nosso ponto de apoio na Europa. Acomodava, procurava trabalho, dava apoio afetivo aos que sofriam a ausência da Pátria, dos amigos, dos parentes, da esposa, dos filhos”. Vera Lúcia fez a viagem e, evidentemente, não atendeu ao pedido do Alencar. Não tinha desprendimento para procurar um Presidente ou mesmo a irmã do Arraes. Ao voltar, quando houve um novo encontro, ela desculpou-se alegando a falta de disponibilidade de tempo. “A locomoção da companhia de turismo na Europa era em ônibus com passagem rápida pelos pontos turísticos”, justificou-se, agradecendo e devolvendo as duas cartas

Antes dessa viagem, um dia Tica chegou da aula com uma pergunta: “Por que eu não tenho padrinho e madrinha? Lá na escola todo mundo tem. Também o André”. Ela tinha seis anos de idade, era uma menina dinâmica; além de ótima aluna, estava em todas as programações de festas. No final de ano íamos todos assistir ao espetáculo da pré-escola no clube. Dona Tica, ou Polaca, como eu passei a chamá-la, estava sempre no palco fazendo parte do elenco.

De fato, eu e Dona Gorda concordamos que ela tinha razão. Teríamos que providenciar o seu batismo. A Igreja católica tinha instituído um curso para os pais, condição e exigência mínima para acontecer o batismo. Procuramos o colega dentista mais velho da equipe, nascido e morador de Foz, extremamente religioso, para nos dar orientações e ao mesmo tempo o convidamos como padrinho. A madrinha já estava escolhida, era Dona Elin.

Perto da Vila, havia um povoado de moradores antigos, uma capela e um Padre. O colega nos levou e apresentou ao pessoal do curso.

No dia, após a missa, o batizado. A pequena igreja estava lotada de padrinhos, madrinhas e crianças de colo. Quando começou a solenidade religiosa, a Tica em pé, ao lado do dentista padrinho e Dona Elin. O padre iniciou uma explanação sobre o batismo e a responsabilidade da família. Com um olhar crítico, falava olhando para a Polaca, que era um exemplo de irresponsabilidade dos pais. Ela não era igual aos outros que estavam ainda no colo dos padrinhos. Para mim, estava acontecendo, ainda que prematuramente, o que tínhamos discutido com o Padre de Curitiba antes do casamento. Sonhava que a decisão religiosa fosse tomada quando adulto, mas o meio onde a Tica vivia levou àquela decisão.

Começava os preparativos da eleição de 1982. As visitas do deputado mineiro tornaram-se frequentes. Falava das suas dificuldades, visto que na mesma cidade de Pato Branco, Euclides Scalco do mesmo grupo era candidato a

reeleição para federal. Ele precisava ampliar sua área geográfica. Outra vez fui convidado para compor a dobradinha. Quando dei a resposta negativa, ele foi direto: “O que você quer para me apoiar?” Respondi: “Nada”. “Não acredito no que estou ouvindo”, completou. De fato, para um político com sua experiência e anos de prática eleitoral neste país amado, uma pessoa se dispor a trabalhar sem nada em troca era um choque. Eu tinha em mente uma estratégia para ajudá-lo. Primeiro, visitar todos os membros do PMDB de Medianeira e ganhar a convenção municipal. Não seria fácil, pois ele era de outra área política e o comando político do oeste era Cascavel. Todas as eleições traziam os candidatos já definidos. Seria uma disputa acirrada no diretório. O amigo advogado de esquerda Fonseca também estava com pretensões a candidatar-se a deputado estadual. Assim, a pressão de Cascavel estava em torno dele. Disse ao Deputado Sebastião Rodrigues: “Como você sabe, eu fico livre aos sábados após o almoço, com exceção dos fins de semana em que estou de plantão alcançável. Vamos fazer uma agenda de finais de semana, de acordo com os seus compromissos no sudoeste”.

As eleições ainda estavam distantes, tínhamos alguns meses até outubro.

Nas nossas visitas, conheci melhor como era a prática para conseguir votos. Na lembrança veio a conversa que tivemos com um velho agricultor, meu conhecido. Depois da apresentação, discorri sobre as qualidades do deputado. O futuro eleitor condicionou seu apoio: “Senhor deputado, eu tenho um filho que está com 24 anos de idade, não serviu e nem se apresentou aos 18 anos ao Exército. Agora ele precisa da carteira de reservista. O senhor resolve esse problema?” O deputado foi rápido na resposta: “Companheiro, se eu for eleito, falo diretamente com o Ministro do Exército e resolvo na hora o problema de seu filho”. O colono prometeu os dezessete votos da família. Ao embarcarmos na Brasília (o carro de campanha também era uma Brasília, mas essa com um só carburador) com o motorista, o

mesmo gaúcho gordinho que há anos eu conhecia, fiz a pergunta: “Você vai mesmo resolver esse problema?” Com um sorriso de velho político, ele respondeu: “Ora, Lauro, eu vou tentar com um amigo que tenho no Exército, se não conseguir, paciência; agora, se eu não prometer, vem atrás de mim outro candidato dizendo que resolve e fica com os dezessete votos”. Após ouvir a justificativa e entender que assim é a prática, complementei: “Por isso é que não sou candidato a nada”.

As visitas abrangiam de Céu Azul até São Miguel do Iguaçu. Na cidade de Foz ele tinha feito outros acertos. Na convenção em Medianeira ficou definido que o candidato a federal seriam os meus dois candidatos que pertencia à região. No desdobramento, ganhamos com a mesma dupla em Matelândia. Nas outras duas, foi dividido. O resultado final: o federal recebeu 31 mil votos que, somados com os mil do sudoeste, fizeram dele o quinto deputado federal mais votado do Paraná naquelas eleições. Também foi eleito o Fonseca para estadual, com mais de 20 mil votos. Em Foz, um fez pouco mais de 2 mil e o medianeirense 860 votos, a maioria nas urnas do pessoal das Vilas de Itaipu. O medo da demissão voltou.: “Aqui você é dentista”

Bem antes das eleições, fui convidado para uma reunião em Curitiba. Com os dois candidatos a governador do Paraná: o nordestino Alencar e o Zé Richa (José 1934-2003) o paranaense do norte do estado. Estava também o Deputado Federal Sebastião Rodrigues e mais dois representantes do Richa. Não lembro os nomes.

A conversa, muito amável no começo, foi esquentando e o paranaense fez a proposta: “Saio para o governo, você para o senado, daqui a quatro anos, você é o candidato a governador e eu, conforme a situação, saio ou não para o senado”. Levantamos nós três e fomos para a cozinha do apartamento. O nordestino afirmava com veemência: “eu ganho a convenção”. Eu e o Deputado não pensávamos assim. Eu dizia: “Companheiro, o povo

paranaense é muito conservador, o pessoal que hoje engorda os diretórios municipais do partido eram da ARENA. Agora que eles estão vendo que o poder vai trocar de mãos, já estão fazendo um discurso que sempre foram contra a ditadura e que estavam na ARENA para ajudar o Paraná”. O mineiro Sebastião fazia seus comentários com dados mais concretos. Mesmo assim, não convencemos o nordestino do Araripe.

Os candidatos de situação eram: para governador, o prefeito de Curitiba, que renunciara ao cargo de prefeito nomeado (ou biônico, como nós chamávamos) e para o senado, o general Ney Braga que também entregara o cargo de governador nomeado.

Na convenção estadual do PMDB saiu uma chapa única: os paranaenses Zé Richa para Governador e Álvaro Dias Senador. O meu amigo, quando sentiu que não tinha chances na convenção do partido, saiu candidato já eleito a deputado federal.

Eleição realizada em 3 de outubro de 1982. Dia 4, um dia após a votação e sem ter qualquer notícia da contagem dos votos, que na época levava de vinte a trinta dias para o resultado oficial, fui chamado pelo comandante da saúde de Itaipu.

– Dr. Lauro, qual sua participação no jornal Nosso Tempo?

– Nenhuma – respondi.

Lentamente ele abriu uma gaveta de sua escrivaninha e me entregou um documento dizendo:

– Leia em voz alta somente a primeira página.

Eu não conhecia o documento. Era o registro da Editora Nosso Tempo Ltda. – Contrato Social. Comecei a ler:

– O primeiro era José Claudio Rorato nome de um iguaçuense, brasileiro, solteiro, advogado ..., futuramente seria vice-prefeito e deputado federal. O segundo nome era: Lauro Consentino Filho, brasileiro, casado,

residente e domiciliado à Rua 117, quadra 106, Casa I, Conjunto Habitacional “A”, Vila Itaipu, portador da Cédula de identidade Tal texto referia-se à cópia do contrato social registrado na Junta Comercial do Paraná, em Curitiba.

– Por ordem do general Presidente da Itaipu, o senhor está despedido. O senhor não honrou o compromisso, comigo acertado, de não fazer política.

Parado, olhava ora no documento, ora no médico mineiro, ponderei:

– Doutor nos meus 5 anos de trabalho fui premiado cinco vezes como um dos melhores dentistas. A Vera Lúcia em 7 anos, seis vezes e eram somente dois prêmios aos dentistas. Esse desempenho não é levado em consideração? — ponderei também — Estamos no final de ano, meus filhos estão terminando a série escolar, vão perder o ano letivo? Minhas ações no jornal foram para ajudar um amigo que veio do exílio e não tinha condições de sobrevivência. Eu nunca escrevi uma linha do jornal, aliás, discuti muitas vezes com a direção que não concordava com a agressividade dos artigos. Todos esses argumentos não são suficientes para eu continuar trabalhando?

– Primeiro – respondeu ele –, os artigos do jornal são inaceitáveis, os prêmios que vocês receberam foi decisão minha e justos pelos seus trabalhos. Segundo: somente você está despedido, a Dr.^a Vera Lúcia, não.

Agressivamente tomei a decisão:

– Demita também.

Levantei-me e fui para casa. Ao contar o acontecido, nova discussão: “Você não podia pedir a minha demissão. Eu quero ficar as crianças são pequenas e a vila dá tranquilidade, o colégio é bom, suas amizades, suas áreas de lazer e as brincadeiras”.

Dona Gorda outra vez tinha razão, prevaleceu a minha posição machista, própria da geração e da minha formação. Com o passar dos dias, embora magoada, ela foi aceitando a nova situação.

Essa besteira prejudicou a infância saudável deles e, certamente, ocorreram mudanças na formação. Espero que as mágoas tenham sido

superadas com o passar dos anos. No nosso novo endereço não havia nem um pequeno espaço de lazer para crianças. Eles passaram a viver fechados em um apartamento. É mais um peso que carrego...

Naquela época havia um seriado americano denominado Casal 20, traduzido para a nossa rede de TV. A equipe da odontologia assim nos apelidou. Quando souberam de nossa saída, o comentário maldoso era que o Casal 20, com o maior rendimento, amigos dos chefes da Obra, estava na rua. Assim funcionava o regime militar. Os outros profissionais inferiores na avaliação dos diretores ficavam, porque faziam coro de aplausos e elogios aos fardados.

Antes de nossa saída, organizaram uma festa de despedida, na qual estavam presentes todas as auxiliares e somente o dentista Paulo que trabalhava com a Vera no Colégio. Ganhamos de presente uma estátua de Buda que, como diziam, dava sorte. Apesar de toda minha grosseria, o Superintendente nos manteve até janeiro de 1983, quando foi dada baixa nas duas carteiras de trabalho. Assim os nossos filhos não tiveram problemas escolares naquele ano.

Enquanto era demitido, Juvêncio Mazzarollo o jornalista/professor de inglês foi para julgamento na Corte Marcial do Exército e condenado a dois anos de prisão. Aluizio Palmar ou André, o outro jornalista que também assinava artigo no jornal, escapou da cadeia. Estava anistiado.

Mudamos na mesma época para Curitiba, eu e a Vera, retornando ao ponto de partida, e o amigo jornalista, algemado para a Prisão do Ahú. Ele era o único e foi o último preso político da ditadura militar do Brasil.

ENQUANTO ISSO... A FAMÍLIA ESTRUTURADA

Em março de 1997, em Irati, município paranaense, nasce uma linda menina. Treze dias depois do nascimento chegam ao Centro. Ela tinha fissura bilateral trans-forame completa. É o caso de fissura mais complexa e exige muito trabalho técnico para sua reabilitação.

A mãe, com dificuldades na alimentação, e, junto com o marido, tinha apreensão acerca da capacidade de um serviço público e gratuito dar solução para aquele rosto mal formado.

A estrutura familiar estava emocionalmente abalada, por, como a grande maioria, não esperarem aquela situação. Não tinham conhecimento dessa malformação na criança, já que não haviam passado por exames de ecografia pré-natal, que atinge uma pequena porção da população brasileira. Nas entrevistas, o pai revelou depois que tinha conhecimento de casos parecidos na sua família, mas não com tal complexidade. Eram familiares distantes, não os conhecia pessoalmente para obter informações sobre o tratamento.

Para completar o quadro, era a primeira filha. O pai, com mais segurança, e a mãe, inicialmente, com instinto materno de proteção exagerada. Com o tempo, por meio do trabalho da equipe, em especial das psicólogas, o quadro foi melhorando na relação mãe – filha. O mais importante foi a sedimentação da relação matrimonial. Pude notar, por dados concretos, que ocorre o fortalecimento da união familiar na grande maioria desses casos. Os desdobramentos em abandono ou separação são poucos.

Com cinco meses de idade, ela vai para a primeira cirurgia. É um momento de grande ansiedade familiar. O casal sempre presente. Os anos passando e as cirurgias se sucedendo nas áreas de cirurgia plástica, otorrinolaringologia e bucomaxilofacial. São momentos críticos. A relação familiar passou a ser em função da filha. Na área ambulatorial, para dar um exemplo do número de consultas, só no setor de odontologia foram quarenta e nove vezes na cadeira do dentista. Tais consultas odontológicas são na

maioria com o ortodontista. Além disso, passava por reavaliações nos setores de psicologia, clínica médica, fonoaudiologia, bem como exames, radiografias, etc. Assim, podemos imaginar a quantidade de viagens de ônibus pagas pela Prefeitura Municipal para Curitiba, que aconteceram durante esses nove anos de vida da menina.

No depoimento do pai, ela é uma criança segura, excelente aluna e com um relacionamento muito grande na pequena cidade onde nasceu e vive. A partir dessa constatação, a família partiu para mais um filho, um irmão, assim eles aguardaram. Um novo companheiro. Nasceu perfeito.

A filha única está linda. Nossa equipe e a família veem o resultado, comparando as antigas fotografias com o seu rosto hoje.

*

RETORNO
1983 – 1987

“Destino chega, não pode ser procurado.”
Zhang Joling – séc. VII

A volta para Curitiba trouxe alguns problemas. Primeiro: a própria mudança; segundo, a tentativa de adaptação dos filhos. Comecei com um programa turístico. Levei-os para conhecer o Passeio Público, as praças próximas do apartamento e os bosques. Eles não tinham nenhum conhecido, muito menos amigos.

Definimos que estudariam no Colégio Bom Jesus, ao lado da Igreja onde aconteceu o casamento que gerou os meninos. Agora, em Curitiba, ficavam a poucas quadras do apartamento. O Colégio considerado entre os melhores da cidade era também um dos mais caros.

No plano pessoal, o novo governo do PMDB seria instalado em março. O deputado mineiro Sebastião Rodrigues procurou-me para saber da minha situação profissional. Anteriormente, ele havia trazido o convite do Leonel Brizola para o Rio de Janeiro, que eu agradeci com muito orgulho pela lembrança. Agora trazia outra proposta, de ser o diretor de saúde da Eletrosul, companhia estatal de energia, que administrava e construía usinas de geração de eletricidade para o sul do país. A sede administrativa, Florianópolis. Sem dúvida, era um ótimo emprego, alto salário e moradia em um condomínio fechado no centro da ilha, com casas de alto padrão e, como em Itaipu, sem aluguel.

Fizemos uma viagem até a capital de Santa Catarina para ter melhores informações sobre a estatal, porém sem nos apresentarmos a ninguém do corpo diretivo. Na viagem de volta fizemos uma avaliação e chegamos à conclusão de que não deveríamos aceitar o convite. Vários motivos levaram à decisão. Primeiro, porque o cargo era político e tinha a duração do tempo de mandato de quem estava no poder. O outro motivo é que, assim como a família da Vera Lúcia, considerávamos Curitiba uma cidade melhor, principalmente para a formação acadêmica de nossos filhos. Uma decisão difícil em função do alto padrão do emprego e as belezas naturais da ilha, que encanta a qualquer visitante.

De fato, o projeto de muitos anos era o retorno à capital do Paraná. A

sala do consultório só aguardava a instalação dos equipamentos, apartamento pago e um relacionamento muito grande entre parentes e amigos.

Passamos a decisão ao deputado e ele veio me buscar para uma conversa com o novo Secretário de Saúde, já anunciado pelo governador eleito. Fomos juntos, eu a Vera, e o médico psiquiatra Dr. Jorge Salles e também demitido de Itaipu. O Secretário da Saúde, Dr. Luiz Cordoni Jr. médico jovem e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Londrina, na disciplina de Saúde Coletiva, pessoa extremamente educada, recebeu-nos muito bem. Já conhecia o médico demitido, que também tinha sido professor na mesma Universidade.

O deputado falou da minha participação política e o Secretário, então, ofereceu-me o cargo de chefe da Odontologia Social e, ao médico, o setor de Psiquiatria, sua especialidade. Ao perguntar para a Vera Lúcia qual era sua expectativa e onde trabalhar como dentista do serviço público Ela respondeu: “Agradeço o convite” — e completou o pensamento — “enquanto vocês fazem a parte social, eu vou me dedicar à atividade privada”.

Ano de 1983. A Secretaria de Estado de Saúde do Paraná – SESA, antiga Secretaria da Saúde e da Assistência Social criada em 1947, contava com a Fundação Caetano Munhoz da Rocha – FCMR, instituída em maio de 1979, para viabilizar as atividades da Secretaria. Assim, os funcionários eram celetistas e não havia concurso para contratação. O papel do órgão público era a elaboração de projetos de saúde e à fundação cabia a responsabilidade da implantação.

Após a posse do governador e do Secretário de Saúde, comecei a fazer uma análise do quadro de profissionais e dos cargos de confiança da saúde. Tal composição era muito heterogênea tanto na formação profissional como na origem política de esquerda. Todas as facções esquerdistas estavam representadas. Também foi chamados profissionais puramente técnicos, o que muito me agradava. A maioria eu não conhecia e de alguns nunca tinha

ouvido falar. Vieram profissionais de várias cidades paranaenses. Eu era um exemplo.

O meu cargo era de chefe da Divisão de Odontologia – DVO.

Logo nos primeiros dias, após a posse, chegavam à divisão muitos pedidos de consultórios odontológicos. As solicitações eram de prefeitos e/ou de deputados. Evidentemente que não havia consultórios disponíveis e nem projeto ou estudo para aquisição. Os ofícios chegavam ao gabinete do Secretário, onde eram montados os processos – capa dura, número do protocolo – e, em seguida, encaminhados à Superintendência da Fundação. Um assessor assinava e colocava o carimbo, a data e o parecer: “Encaminhamento à Diretoria Técnica – DIT”. Outra vez: data, carimbo, assinatura e “Encaminhamento ao Departamento Materno Infantil – DMI”. Novamente: data, carimbo, assinatura e, finalmente, o encaminhamento à minha Divisão. Aprendi a fazer uma minuta da resposta: “No momento, não temos condições de atender à solicitação...”. Colocava a data, assinava sobre o meu carimbo e encaminhava ao DMI, o qual repetia todo o procedimento e retornava ao DIT. Era, então, encaminhado à Superintendência e, de lá, de volta ao gabinete do Secretário, onde eram redigidos os ofícios de respostas aos prefeitos e deputados. Uma longa viagem que levava meses. Falei com a assessoria do secretário que era bobagem fazer todo aquele percurso, pois eram sempre as mesmas respostas. Assim, propus que, ao chegar, o ofício fosse imediatamente respondido, o que mostraria eficiência da nova administração para somente dar a seguinte devolutiva: “No momento é impossível atender...”. O meu pedido não foi posto em prática. Continuava tudo igual. Tomei uma decisão: passei a rasgar os processos e a jogá-los no lixo. Meus subordinados ficavam assustados e diziam que não deveria proceder dessa forma. Eu justificava: “Essa viagem de papel sem solução é próprio da burocracia nacional, terá que ser reduzida. O arquivo de documentos sem valor ocupa salas, criando baratas, traças e cupins”. Esse é o serviço público

padrão que sempre condenei. Não levou muito tempo, fui chamado pela direção que condenou o meu ato. “Você, em hipótese nenhuma pode destruir documentos”, falou a minha chefia – “é um absurdo o que foi feito” — e completou – “O senhor é quarto escalão”. Pedi desculpas e passei a ser o funcionário padrão de datas, carimbos e minutas do nada. Não tenho ideia do funcionamento de outros países, só sei que somos campeões da burocracia. Lembro-me de que um determinado governo de nosso país chegou até a criar o Ministério da Desburocratização. Porém, nunca tive conhecimento do resultado desse trabalho.

Surge o primeiro impasse. O médico Dr. Armando Raggio Superintendente da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, segundo cargo em importância na hierarquia da Saúde Pública do Paraná, não tinha passado de esquerda, ao contrário ocupava o cargo de chefe do setor de saúde da Prefeitura de Curitiba na administração do Prefeito duas vezes nomeado pelos militares para administrar a cidade.

Fui convidado para uma reunião na Escola de Saúde Pública da Secretaria sob a direção do médico Dr. Nisan Pereira Almeida. Na reunião no anfiteatro da Escola estavam presentes umas quarenta pessoas. Todos se apresentaram e foi ótimo conhecer essas pessoas, suas origens e suas participações na luta contra a ditadura.

Na reunião conduzida pelo grupo de esquerda mais radical foi colocada a discordância sobre a nomeação em cargos de importância, pois havia várias pessoas que não tinham origem na oposição. A situação agravava-se com o Superintendente. Muitos deram opiniões. Pedi a palavra e coloquei que a escolha do nome em pauta foi uma decisão ou do governador ou do secretário e que nós deveríamos acatar. Falei de minha experiência de ter sido demitido politicamente, apesar das inúmeras promoções recebidas e

do reconhecimento por parte da direção técnica da Itaipu.

A proposta era constituir uma comissão e pedir uma audiência com o governador. A minha sugestão era aguardar o desempenho do profissional e, depois de uma avaliação, se negativa fosse, pedir então a substituição. As propostas foram para votação. Eu tive uns quatro votos e a proposta vencedora mais de trinta. Repetia-se naquele momento a continuidade do pensamento autoritário, tudo que condenei em defesa da democracia. Nada havia mudado.

O resultado eu soube depois, por intermédio dos que votaram contra minha proposta. A comissão falou com o governador, o qual disse que a escolha não fora dele e que, então, se dirigissem ao Secretário que confirmou. Disse que tinha conhecido em São Paulo, fazendo o mesmo curso dele de saúde pública ou, como era chamado, sanitarista.

O grupo não aceitou a justificativa e houve pedido de demissão do Dr. Nisan Pereira em carta aberta, publicada a pedido, nos jornais do Estado. A secretaria iniciava o mandato dividido em dois grupos. Um de apoio ao Secretário e outro articulado na oposição.

O profissional julgado precocemente, ao saber de minha posição e para sair do ambiente carregado, contrário a ele, convidou-me a viajar. No carro oficial do Superintendente da FCMR, o motorista e um quarto escalão, fomos conhecer o Paraná. Estivemos em todos os municípios paranaenses.

Tomei posse em 13 de abril de 1983. Tinha um projeto baseado na experiência do Postinho de Saúde de Medianeira e do trabalho no canteiro de obras da Itaipu. Eu contestava ambos os serviços pelo resultado catastrófico. Um era para trocar por votos e o outro era para tirar dor de dente e trocar por atestado. Não tinha feito nada por escrito, era só observação do negativo.

Mudei muito pouco a equipe administrativa, pois eles tinham a prática

do complexo burocrático. No livro publicado pela minha antecessora estava colocado: “Fiel à sua proposta de trabalho, o Dr. Lauro Consentino Filho conserva os programas já implantados na gestão anterior, condizentes com o seu plano de ação. Mantém ainda toda a equipe existente no Setor de Odontologia da FSCMR” e os chefes responsáveis pelas clínicas eram escolhidos por eleição. Com isso, a odontologia avança. As clínicas simplificadas foram desmembradas em clínicas menores e muitas passaram para Centro de Saúde.

Fiz a primeira reunião e apresentei pontos básicos, como: prevenção, com aula proferida pela Professora Anna Fucks da Universidade de Israel; definição de idade prioritária; criação de profissões, que só existiam na medicina. Eu dizia que o médico tem como auxiliar direto o enfermeiro padrão, com curso superior. Esse por sua vez tem o técnico em enfermagem com curso médio e, por fim, o auxiliar de enfermagem com curso de primeiro grau. E o dentista, nada. Na atividade privada, contrata-se uma secretária que atende ao telefone, recebe o paciente, instrumenta o profissional e ainda faz esterilização e limpeza do consultório.

Não havia no Brasil profissões especializadas em atender o dentista. Existia na Venezuela, México e Canadá. Precisávamos fazer um programa e definir as funções desse pessoal auxiliar.

Mandei dois profissionais para a Venezuela e, em parceria com os Professores de Odontologia Social da Universidade Federal Dr. Léo Krüger e Dr. Silvio Gevaerd iniciamos a criação do curso de Técnico em Higiene Dental sob a coordenação de uma dentista do Estado.

Outro ponto de discórdia era a diferença salarial entre médicos e dentistas. Em Itaipu era unificado e também consegui, depois de três anos de administração, a equiparação entre as duas categorias.

No governo anterior, o Secretário genro do governador general tinha criado um serviço novo de odontologia social. Eram as clínicas simplificadas.

Convoquei os representantes das clínicas existentes para uma avaliação. O fato de ser um programa criado pelo governo anterior não era motivo para ser extinto sem uma avaliação técnica. Não poderia repetir os erros próprios dos políticos, como não dar continuidade aos programas já criados pelos adversários e em funcionamento.

Os equipamentos básicos eram construídos na oficina de um funcionário de manutenção técnica da SESA. Eram seis módulos com uma cama clínica, equipamento, com dois mochos (um para o dentista e outro para a auxiliar), estufa e amalgamador. Cada clínica acompanhava uma Kombi e um motorista treinado para montar, desmontar e executar reparos na parte elétrica e hidráulica dos equipamentos. Foram montadas quinze clínicas, duas em Curitiba e as outras 13 nas maiores cidades do Estado. Eram 64 dentistas contratados por 40 horas semanais ou oito horas diárias e 70 atendentes dentais de 40 horas. Nessa época o Estado tinha 174 dentistas, 74 estatutários da SESA e 84 celetistas da FSCMR.

As clínicas instaladas em escolas públicas atendiam basicamente os alunos. Em período de férias escolares eram abertas para a população.

Era um novo modelo de atendimento. Além desse trabalho, existiam os consultórios individuais nos postos de saúde, com profissionais da secretaria ou contratados pelos municípios, fazendo extrações em época de eleição. A assistência não cobria nem a metade dos municípios do Estado. Mesmo nos serviços com dentistas das prefeituras, os materiais de consumo, instrumental e equipamento eram fornecidos pela SESA. Era realizada uma grande compra anual, que envolvia um alto valor financeiro. Havia também necessidade de avaliação dos custos da odontologia social na área de equipamento e material de consumo.

Houve uma grande coincidência: uma das empresas de venda de produtos odontológicos de Curitiba, com uma rede de lojas, convidou-me para a inauguração de uma filial. A loja ficava no centro e quando cheguei já estava cheia de convidados. Fui apresentado ao proprietário, que me levou para o

local reservado ao gerente. O diálogo foi mais ou menos esse:

– A nossa rede é a maior de Curitiba – iniciou o proprietário –, não sei se o senhor fez um levantamento das compras da Secretaria, mas também somos, há muitos anos, o maior fornecedor.

– Não fiz esse levantamento – respondi, tomando um gole de uísque de primeira linha sem sinais de falsificação. Ele, uma pessoa de certa idade, cabelos grisalhos, fala mansa e meio sorriso, fez outra afirmação:

– Posso manter a posição de maior fornecedor para a sua Secretaria, basta nós fecharmos um acordo. Os compradores da SESA, antes do senhor, tiveram um bom resultado financeiro, compraram apartamento de alto luxo na capital e/ou nas praias, carros, lojas comerciais que estão rendendo um bom complemento salarial e no futuro ajudarão na aposentadoria. O acordo é bem simples e risco zero de qualquer complicação. Que acha?

– Não entendi nada, gostaria que o senhor explicasse melhor.

– Vou dar um exemplo: na licitação o senhor pede, por exemplo, um tipo de amálgama com 80% de limalha de prata. É o produto mais caro, minha empresa oferece o menor preço. Um preço abaixo do custo. Ganho e entrego um produto de qualidade inferior. Nos outros produtos uso a mesma estratégia tanto com o material de consumo como de instrumental, proponho o de primeira linha e entregamos os mais baratos. Não existe pessoal habilitado para conferir na entrega ou se o senhor não confiar, indique uma pessoa de sua estreita confiança. Esse lucro fácil ficará para nós dois, divididos em partes iguais.

– Acho a idéia genial – disse a ele, sem contestar.

Incrível a colocação e a tranquilidade do proprietário da empresa para uma pessoa que nunca tinha visto e nem conhecia de nome. Deu para notar que era uma conversa cotidiana, Empresa/Estado. Será que sempre foi assim? A ditadura militar, a imprensa amordaçada e os civis altamente comprometidos por ideologias ou por interesses econômicos. Outros

apadrinhados davam cobertura e evitaram qualquer tipo de denúncia.

Agora você chamar um regime militar de corrupto era pedir passaporte para a prisão. Todos os militares eram corruptos? Não acredito. Numa ditadura de esquerda não seria a mesma situação? Hoje não tenho dúvidas, são iguais.

No outro dia, em audiência com o Diretor Administrativo, relatei a conversa e pedi o descredenciamento da empresa. O maior fornecedor do Estado perdeu o credenciamento e não houve nenhuma contestação. Enquanto estive na direção da odontologia social, a empresa não vendeu um só produto. Pessoalmente fiscalizava o material entregue pelos outros fornecedores.

Para o leigo em odontologia explicamos: misturando o mercúrio com a limalha de prata dá como resultado o amálgama que é, na verdade, o início histórico da preservação dos dentes na espécie humana. Faz parte da história da odontologia e é usado basicamente nos dentes posteriores ou nos “dentes de trás”, como dizem os clientes. É o melhor material. Por isso havia uma grande disputa no mercado e enorme oscilação de preços.

Situação parecida com a do encontro com o fornecedor na inauguração da loja aconteceu no primeiro ano de trabalho. A limalha de prata era produto importado e surgiu a primeira fábrica em São Paulo, que mandou uma quantidade enorme de amostra grátis. Éramos o maior comprador do Paraná.

Na primeira licitação o produto novo ganhou em preço e a composição era estampada na bula. Peguei uns vidros comprados e procurei, na minha faculdade, o velho professor de material dentário, pedindo uma análise técnica do produto. Tive uma grande decepção: **“Meu caro Lauro, não vou colocar a faculdade nessa briga de gigantes que acaba sobrando pra mim”** – foram suas palavras. Embarquei num ônibus para Londrina e levei o produto para a faculdade local, que é estadual. Lá não houve rejeição para

realizar a análise e, após o exame, a compra foi anulada. O produto não correspondia à bula e à propaganda. A nova indústria brasileira, com o tempo, desapareceu.

Tentava assim dar uma nova postura ao serviço que dirigia. A corrupção na compra de material para o serviço público é histórica e acho que nunca acabará.

Água encanada fazia parte do meu maior projeto de saúde pública: colocação de flúor em todo o sistema. O índice epidemiológico da cárie no país sempre foi altíssimo e o Paraná estava no mesmo contexto. O levantamento, na época, do Ministério da Saúde dava aos paranaenses de doze anos de idade 8,6 dentes permanentes cariados.

O flúor era indicado pela Organização Mundial de Saúde - OMS. Mas havia muita discussão em nível mundial. Algumas correntes eram fatídicas: o flúor provoca câncer. Outras diziam que o flúor escurecia os dentes. A SANEPAR alegava não ter recursos econômicos para implantação e complementava: o aparelho de dosagem era caro e havia necessidade de controle técnico diário. Também a quantidade colocada na água teria que obedecer à temperatura média anual. Em cidades com temperaturas médias altas, a quantidade de flúor teria que ser menor do que as de temperaturas baixas. Quanto mais quente o ambiente, maior é o consumo d' água.

Por outro lado, existia a Lei n.º 6050, assinada em 24 de maio de 1974 pelo presidente General Ernesto Geisel (1974-1979 o penúltimo no comando geral do país e fez algo que eu aplaudi) que tornara obrigatório o uso de flúor nas águas de abastecimentos públicos onde existissem estações de tratamento.

Com a ajuda de um novo amigo de Brasília e dentista do IPEA/Brasília, foi entregue uma proposta de projeto de lei ao deputado estadual do PMDB Marcio Almeida, eleito por Londrina; médico e professor da faculdade de medicina e presidente da Comissão de Saúde da Assembléia

Legislativa do Estado. Fui até a Comissão e obtive parecer favorável. Dali para o Plenário, com apoio do Presidente, também velho conhecido do movimento estudantil, a proposta foi aprovada. No livro da SESA já citado vem a observação: “Idealista e com uma proposta séria de trabalho, inicia sua gestão abordando justamente a polêmica questão da fluoretação das águas de abastecimento público.”

Passaram-se mais de vinte anos e 97,89% da população urbana do Paraná tem água fluoretada e o menor índice de cárie do Brasil. Crianças com 12 anos de idade nascidas em Curitiba têm 50,20% de cárie zero.

Meus colegas dentistas diziam que eu era contra a profissão, pois iria acabar com a doença mais prevalente do ser humano. Talvez seja essa a minha maior contribuição em saúde pública, pois atinge praticamente toda a população do meu Estado, independente de classe social.

No aspecto político era muito complicado. Como os profissionais da FCMR eram celetistas e não havia concurso, a pressão era muito grande. Felizmente na minha área era a menor, mesmo assim os pedidos de troca de dentistas eram muitos. Os deputados pressionavam o Secretário e, às vezes, quando o motivo era pedido de demissão do dentista, envolvia sua ausência ao trabalho ou desvio de material, eu tinha que fazer uma auditoria. A minha tese, bem como a do Secretário e do Superintendente, era a mesma: não vamos fazer injustiça em nome de acomodação partidária.

O outro grande problema que enfrentei pessoalmente foram os pedidos de nomeações de parentes e amigos. A conversa era sempre a mesma. Tendo nascido e vivido no interior, tinha que arrumar um emprego para o filho do amigo que estava indo para Curitiba para estudar. “Você que viveu essa situação sabe, né, Lauro, da nossa dificuldade econômica e agora chegou nossa vez”. Era o que mais escutava, e pelo fato de não pedir nomeação para ninguém por vários anos fui xingado e cheguei a perder

amizades. Mantenho essa posição até hoje.

Virou o ano, Dona Gorda fez o curso de aperfeiçoamento em odontopediatria em Londrina. A situação financeira começou a ficar precária e a primeira providência foi transferir André e Tica para uma escola pública: Colégio Professor Cleto, a duas quadras do nosso apartamento.

Eu fiz opção de dedicação exclusiva, como mandava a lei, ao serviço público no caso de chefia. O salário era baixo, o meu cargo era o “quarto escalão”. Poucos, muito poucos, tinham somente o salário do Estado. A maioria ou tinha mais de um emprego público ou atuava também na iniciativa privada.

A dificuldade financeira nos levou, eu e Dona Gorda, a conhecermos a penhora da Caixa Econômica. Para completar, em uma viagem de fim de semana para Morretes, na volta, pista dupla, com canteiro central e chegando a Curitiba, um carro perdeu-se no sentido contrário, atravessou o canteiro, bateu em um carro que estava na minha frente e veio em nossa direção. O susto foi tão grande que eu e Dona Gorda freamos com tanta violência que, no dia seguinte, estávamos com os pés direitos engessados. Eu estava no volante e ela freou no chão do banco do lado. As crianças no banco traseiro nada sofreram. O fusquinha, sem seguro, foi perdido. Agora o transporte era o ônibus, como grande parte dos moradores de cidade grande.

Dona Alaíde passou a insistir no empréstimo do Fiat 147, o primeiro fabricado pelos italianos no Brasil. Era o último carro comprado pelo meu pai que estava guardado e enferrujando na garagem. Acabamos aceitando o carro que tinha a alavanca de câmbio mais difícil do mundo. Às vezes, para acertar a ré, era mais fácil levantar o carro nos braços e fazer a manobra desejada.

A situação financeira estava sem solução. Além do mais, o curso em Londrina era caro, pois, além da mensalidade, havia as despesas de transporte e hotel. A saída foi procurar o Secretário Saúde e aceitar

emprego de dentista já oferecido para Dona Gorda. Ele nos recebeu e fez duas propostas: “Vera, você quer trabalhar quatro ou oito horas diárias?” Depois de um pequeno espaço de tempo, a resposta: “Prefiro meio expediente, vou insistir no consultório particular”. Entrou no Estado para trabalhar como profissional e não em cargo de chefia atrás de uma escrivinha. Está até hoje e é uma das profissionais mais solicitadas pelos pacientes.

Após a posse, o governador do estado tinha o direito de indicar o prefeito da capital e de outras cidades de segurança nacional. A escolha de Mauricio Fruet (1939-1998), deputado estadual super conhecido em Curitiba, foi para mim motivo de aplausos, pois éramos velhos conhecidos. Teve seu nome aprovado pelo Presidente General, que tinha a última palavra e poderia não aceitar. Foi um curto mandato de dois anos e enfim acontecia à volta também das eleições nas capitais.

A Convenção do PMDB foi muito concorrida. O governador tinha o seu candidato e a outra ala do partido apoiava o Roberto Requião (1941), eleito deputado estadual com votação na capital. Ganhou a convenção o nosso candidato, o velho amigo que “ensinei a pescar” na baía de Paranaguá. O governador abraçou o resultado da convenção e saiu também em campanha. Na disputa para a Prefeitura de Curitiba havia vários candidatos, o nosso adversário mais forte era o ex-prefeito biônico. Do PT, sigla nova de esquerda, o candidato foi o velho companheiro Vitório, o ucraniano, que tinha ido a Foz me convidar para entrar no seu partido. Acabou havendo segundo turno entre o biônico e o pescador, que acabou vencendo as eleições. Depois de tantos anos de intervenção, o Brasil caminhava lentamente para a democracia.

Nas áreas de segurança nacional, onde estava incluída a minha Medianeira, o total, se não me engano, eram nove as prefeituras do Estado

em disputa. Fui para ajudar a campanha do meu amigo de muitos anos, o advogado mineiro Adolpho Mariano da Costa de Medianeira. Depois das eleições me achava um vencedor, o antigo MDB havia saído vitorioso em todos os municípios.

No apartamento relativamente novo surge um sério problema hidráulico e o valor para troca de todo o encanamento de ferro para cobre para nós uma verdadeira fortuna.

Resolvemos vender a casa de Medianeira, que já estava paga e durante o tempo em que alugáramos, trouxe muitas complicações.

Fomos eu e Dona Gorda para a venda do imóvel. Chegamos ao velho conhecido, dono da imobiliária e demos as condições de venda: teria que ser à vista em dinheiro e não aceitávamos carros ou outro tipo de bens como parte do negócio. Vendemos em uma semana por um preço bem abaixo do valor real.

Com os recursos, reformamos todo o sistema hidráulico do nosso apartamento, mas o problema persiste no prédio até os dias atuais.

Na Secretaria da Saúde a odontologia caminhava bem. .

A minha proposta de formação de Técnico em Higiene Dental também estava em andamento

O protocolo assinado entre o Estado e as prefeituras era assim: o município entrava com os profissionais, sendo que os técnicos teriam de vir a Curitiba para fazer o curso de um ano e já com o segundo grau completo. Os salários do dentista e do técnico não poderiam ser inferiores aos pagos pelo Estado. A SESA entrava com todo o equipamento, instrumental, material de consumo e sua reposição. Esse era o acordo assinado com os prefeitos.

O curso já tinha sido registrado na Secretaria de Estado da Educação

e o processo já estava no Ministério. Depois da primeira formatura, em que foi convidado e homenageado o presidente do Conselho Estadual de Odontologia, uma tentativa para amenizar uma posição contrária dos cirurgiões dentistas não deu resultado. Iniciou-se um movimento nacional contra o curso sob a liderança da Associação Paulista de Odontologia. Começou um grande abaixo-assinado nacional para impedir a continuidade da formação do técnico. O maior argumento do movimento: o Estado do Paraná estava formando dentista prático, que iria fazer concorrência aos profissionais universitários.

A primeira turma iniciou as aulas em 26 de junho de 1985, com 28 alunos, a segunda, com 35 funcionários da SESA em 1986 e, no mesmo ano, a terceira turma com 34 profissionais das prefeituras.

A regulamentação da nova profissão permaneceu até 2008 para ser aprovada. Foram quinze anos de luta no congresso nacional. Os nomes criados na minha gestão como Técnico em Higiene Dental [THD] passou a Técnico em Saúde Bucal [TSB] e o Auxiliar de Consultório Dentário [ACD] virou Auxiliar em Saúde Bucal [ASB]. Foi o resultado de mais uma luta pessoal. A Lei n.º 11.889 de 24 de dezembro de 2008 obriga o Conselho Federal de Odontologia a inscrever as novas profissões nos Conselhos Regionais de Odontologia. Nos dados que consegui captar, no Estado do Paraná, do ano de 1993 a 2007, 1.961 ASB e 1.215 TSB profissionais de saúde tiveram as suas atividades regulamentadas por lei. Não foi em vão a luta por mais uma atividade muito importante em saúde pública. Complementando: estariam funcionando no Brasil mais de 150 escolas distribuídas por vários estados.

Também em 1986 criei o primeiro Centro de Referência e Contrarreferência nacional, semelhante ao CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, criado recentemente pelo Ministério da Saúde. O implantado

em Curitiba envolvia: SESA/FCMR, INAMPS, Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Paraná e Prefeitura Municipal de Curitiba. O Estado participava com equipamento, além de pessoal de nível superior e médio (THDs e ACDs). O INAMPS, com o espaço físico e equipamentos. A Prefeitura, com pessoal e laboratório de prótese. A Faculdade se encarregava das radiografias e dos tratamentos de maior complexidade que não fossem resolvidos no local. O programa atendia pacientes de 6 a 14 anos, no mesmo padrão de uma clínica privada de alta qualidade. A odontologia classe “A” chegava também aos mais humildes. Era o começo.

De 22 a 26 de setembro de 1986 apresentei nosso serviço no 1.º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva no Rio de Janeiro. Em outubro do mesmo ano recebo a visita do Professor alemão Dr. W. Kunzel, da Organização Mundial de Saúde – OMS, que viera ao Paraná para conhecer e avaliar um serviço totalmente diferente dos já existentes em outros países.

Como a reforma do apartamento não absorvera todos os recursos financeiros da venda da casa de Medianeira e haveria um Congresso de Atenção Primária em Cuba, resolvi participar. O modelo de saúde da ilha era conhecido como de alto padrão.

O Brasil não tinha relações diplomáticas com Cuba. Parti de Curitiba, com mais uma profissional da área, com passaporte para Lima – Peru. A surpresa foi ao embarcar em São Paulo: o voo estava praticamente lotado para o congresso. Em Lima, após uma espera de horas, lotamos um avião russo com o nome de Tupolev, homenagem ao engenheiro de designer o Ucraniano Andrei Tupolev (?). Foi a informação que me deram os tripulantes do avião da companhia cubana. Pesquisando anos mais tarde, descobri que o engenheiro tinha sofrido e fora preso em 1937 por ordem de Stalin.

Destino: Havana. Éramos em torno de quarenta profissionais de saúde de vários estados brasileiros.

O Congresso, realizado num centro de convenções muito moderno, foi aberto pelo Comandante em Chefe de Cuba – Fidel Castro. Durante uma semana, com a presença dele, assistimos a debate sobre saúde primária e participamos deles.

Encerrado o encontro, a delegação brasileira foi convidada para um jantar no palácio do governo com a presença do Comandante Fidel. Pessoalmente ficou na lembrança a imagem de uma pessoa amável, de longo papo e muita curiosidade sobre o nosso país, principalmente nas áreas de saúde e educação.

No dia seguinte ao jantar, a delegação fez uma reunião com todos os membros e elaborou um documento, assinado por todos, pedindo o reatamento das relações Brasil/Cuba ao novo Presidente do Brasil, um civil eleito pelo Congresso Nacional como vice. O fato é do conhecimento de todos os brasileiros com certa idade. O Presidente eleito Tancredo Neves não chegou a tomar posse, pois falecera vítima de problemas de saúde. O documento provavelmente nem foi lido e as relações diplomáticas, já em andamento, foram restabelecidas. Na verdade, havia um movimento muito grande, depois da queda dos militares para que esse fato ocorresse.

A grande maioria dos participantes do congresso retornou ao Brasil. Fiquei e, individualmente, sem a presença de guia oficial, resolvi conhecer os serviços de saúde, não só da capital, mas também do interior.

No início da semana fui até a rodoviária a fim de comprar passagem para Santiago de Cuba, cidade que fica no outro extremo norte da ilha. Era quase hora do almoço e, quando chegou minha vez, a vendedora das passagens colocou em cima do balcão uma cartolina dobrada: “Fechado para almoço”. O texto era em espanhol e não entendi direito. As outras pessoas da

fila foram se acomodando nos bancos e me deram a seguinte explicação: “A vendedora foi fazer a refeição”. Aguardei seu retorno e comprei uma passagem para o primeiro ônibus do dia seguinte.

Embarquei às sete horas, banco ao lado da janela e, contente da vida, observava a paisagem e as cidades onde parava. Era um “pinga-pinga”. A ideia era desembarcar em uma cidade de porte médio. Depois de umas três horas de viagem, desci na praça de uma cidade de cujo nome não lembro mais. Era uma linda paisagem semideserta. Dois velhos cubanos conversavam sentados no banco da praça.

Apresentei-me e pedi informações: “Onde fica o consultório do médico da família?”. Com as orientações, fiquei sabendo que as unidades eram padronizadas, tinham a mesma arquitetura. Consultório no térreo e residência no andar superior.

Sala de espera com pacientes desde crianças até a terceira idade. A enfermeira funcionária aproximou-se e pediu informações. Mostrei a minha identidade e o interesse de conversar com o profissional de saúde. Era uma médica. Após a última consulta me apresentei e, pelo fato de ser brasileiro, havia mútua curiosidade. Chamou-me a atenção a existência de computador na mesa e a explicação que todo paciente tinha o cartão saúde além de que o sistema era interligado com o Ministério da Saúde. Ano de minha visita: 1986.

Após as explicações, perguntei: “O paciente infantil apresentou um quadro de difícil diagnóstico, qual o procedimento?”. A médica respondeu: “Vamos ao centro de especialidades, fica bem próximo daqui”.

De fato, a poucas quadras fui apresentado a um médico pediatra que passou a dar explicações, relatando que a responsabilidade da criança passava a ser dele e que no local havia laboratórios para os exames necessários. “E se o caso for cirúrgico?” – nova indagação. A resposta foi imediata: “Levo o paciente para o hospital regional e entrego para o responsável da área”. Fantástico, não esperava um trabalho com essa

coordenação.

A médica cubana continuou sua explanação, dizendo que: “se aparecessem vários casos na mesma época, o Ministério mandava profissionais para estudar as causas.”

Além do trabalho ambulatorial realizado no período da manhã, à tarde eram realizadas visitas domiciliares, a fim de atender pacientes em tratamento e repassar conhecimentos na área de saúde. Ela tinha a responsabilidade sobre mais de duzentas famílias e foi completando: “Essas famílias reúnem-se anualmente” e, sorrindo, complementou: “Se não aprovarem minha atuação, pedem minha substituição no Ministério”. Não conhecia nada similar em nosso país com tal modelo assistencial. Com o passar dos anos, o programa médico da família acabou sendo parcialmente implantado em algumas cidades brasileiras.

ENQUANTO ISSO... HISTÓRIA DE UM BRASILEIRINHO

Brasileirinho nasceu em 10/07/1997, em Mundo Novo – Mato Grosso do Sul. Filho de uma empregada doméstica, mãe de mais dois filhos, nascida em Realeza – Paraná. Ela, no segundo casamento com um ajudante de pedreiro, sem carteira assinada, com um baixo salário, comum no Brasil para qualquer auxiliar. Ele assumiu, é o pai de coração dos três filhos.

Esse Brasileirinho foi atendido pela primeira vez pela **Doutora I** em 17/06/1998, a qual solicitou tomografia e encaminhou para a Santa Casa de Misericórdia de Campo Grande. Era apenas a primeira consulta de Brasileirinho. Iniciava assim sua longa trajetória em busca de tratamento, conforme descreveremos a seguir:

1 - Santa Casa de Misericórdia de Campo Grande. O **Doutor II** que atendeu informou que o paciente era muito novo para iniciar o tratamento.

Com três anos de idade foi encaminhado para:

2 – Hospital Universitário de Mato Grosso do Sul. Recebeu atendimento do **Doutor III** o qual manteve o acompanhamento de Brasileirinho por dois anos. Mas, novamente foi encaminhado para:

3 – Hospital do Câncer Alfredo Abrão, também em Campo Grande. Foi recebido pelo **Doutor IV** que, para fazer a cirurgia, pediu um alto valor. A mãe, chorando, afirmou: “Doutor, eu não tenho esse dinheiro”. **Doutor IV** fez sugestões: “Venda o carro ou a casa”. A mãe, ainda chorando, acrescentou: “Nunca tive carro e moro em casa alugada, doutor”.

A secretária do médico, testemunha do fato, encaminhou-os para:

4 – FUNCRAF – Fundação para Estudos e Tratamento de Deformidades Crânio-faciais do Mato Grosso - o **Doutor V** que atendeu e encaminhou para:

5 – Hospital de Reabilitação de Anomalias Crânio-Faciais – USP de Bauru – SP. Brasileirinho não foi recebido, pois seu caso não se enquadrava nos atendimentos realizados por esse hospital, conforme definição do **Doutor VI**. Foi encaminhado para:

6 – Hospital do Câncer Amaral Carvalho, em Jaú – SP. O **Doutor VII** diagnosticou: “Não é câncer” e encaminhou-os para:

7 – Hospital e Maternidade Celso Pierro de Campinas – SP. Ali parecia que Brasileirinho tinha encontrado a solução para seu problema. No período de 12/11/2002 a 14/04/2004 atendeu os pedidos do **Doutor VIII**, indo seis vezes a Campinas. Não passou de uma esperança! Mais um encaminhamento:

8 – Hospital Evangélico de Campo Grande. Nesse local, reencontrou o **Doutor IV**. Dona Graça continuava sem dinheiro. O médico justificou o pagamento: “Eu tenho que molhar as mãos de mais dois profissionais para a realização da cirurgia”. Deu uma sugestão: “Por que a Senhora não envolve a comunidade de Mundo Novo para arrecadar dinheiro?” Forneceu vários cartões seus para serem distribuídos aos moradores. Os amigos da família pensaram em fazer rifas para pagar ao médico. Acabou não havendo acordo. O preço da cirurgia foi aumentado. Um motorista de caminhão, vindo de Cascavel, viu Brasileirinho e procurou a família. Tinha a solução para o caso, uma vez que havia na sua cidade um hospital que oferecia o tratamento para o quadro. Brasileirinho foi, então, encaminhado para:

9 – Hospital do Câncer, em Cascavel — PR. Foi atendido pelo **Doutor IX** que solicitou exames e trinta dias para estudar a conduta no caso. Mãe e filho retornaram ao médico, o qual não pediu qualquer quantia em dinheiro e colocou que não tinha condições de resolver o problema, encaminhando-os para:

10 – Hospital Pequeno Príncipe -Curitiba — PR. A mãe ficou contente, visto que em Curitiba seu marido tinha um parente, uma tia e, desse modo, não precisariam pagar pensão. Nesse hospital foram atendidos pelo **Doutor X**, o qual solicitou tomografia e RX. A tomografia foi realizada no próprio hospital e o RX em um instituto. Precisou arcar com as despesas desse último exame. Com os resultados de tais exames, **Doutor X** afirmou que seria um erro operá-lo. O resultado final poderia transformar a face em um aspecto mais feio: “Assim ele nasceu e, assim deve ficar para sempre”. Encaminhou para um dentista amigo para tratamento odontológico.

A tia, moradora local e citada anteriormente, estava aguardando consulta para otorrinolaringologista no CAIF/AFISSUR, onde seguiu tratamento, quando observou um caso semelhante ao de Brasileirinho no serviço. Assim, com insistência da Tia, visto que a mãe se encontrava muito desanimada e salientava, a todo momento, que seria a última tentativa, o menino chegou ao:

11 – CAIF - Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio-Palatal, que em parceria com a **AFISSUR - Associação de Reabilitação e Promoção Social ao Fissurado Lábio-Palatal,** presta atendimentos a todos os tipos de malformações congênitas de face e crânio.

Toda essa história foi contada. A mãe tem todos os documentos, exames, cartões, diagnósticos, etc., da vida de seu filho brasileiro, tudo acumulado durante esses 10 anos. Havia recebido a orientação para dar o endereço residencial em uma cidade do Paraná, caso contrário, não seriam atendidos. Não teve coragem de mentir.

Enfim, o paciente apresenta: ***Linfangioma de Face esquerda, que é um tumor benigno provocado por malformação dos vasos linfáticos.***

A história que inclui a peregrinação em hospitais faz parte da realidade SUS – brasileira.

O diagnóstico do Hospital Pequeno Príncipe era o correto. Não havia solução para caso. A mãe, chorando, perguntava por que fizeram ela viajar durante 10 anos. Um médico privado afirmava que tinha solução, criando expectativas e dor de consciência por ser pobre e não ter condições financeiras para resolver o caso do querido filho.



O povo cubano é muito simpático e tem uma grande admiração pelo brasileiro. Andando pelas ruas, com uma máquina fotográfica no pescoço, era sempre cercado. Quando eu me identificava, vinham perguntas, e a curiosidade era de toda a natureza. Aceitei vários convites e fiquei conhecendo, assim, diversas famílias e suas maneiras de viver. A maioria do povo cubano é negra e, segundo me contaram mais tarde, os negros brasileiros e cubanos são da mesma região da África. Então, muitos dos costumes e práticas religiosas têm a mesma origem.

Antes de voltar, queria conhecer a praia de Varadero, a preferida dos americanos antes do socialismo. A praia de mar verde é, de fato, um local muito bonito com vários hotéis de luxo semiocupados. Consegui fazer um ótimo repouso até pegar o avião.

Na época eu trouxe uma imagem muito positiva de tudo que tinha visto. Com o passar dos anos e com os conceitos sendo melhores avaliados, tenho agora uma visão diferente. Um país onde somente há imprensa oficial, com os livros, a televisão, tudo sob controle estatal, certamente estaria na oposição. Lá, igual ao Brasil da ditadura, estaria na cadeia ou em outro país. A liberdade é fundamental ao ser humano.

No último dia antes do embarque e junto com um mato-grossense, visitei uma livraria. O valor para a compra de livro era insignificante, segundo meu ponto de vista, em função do peso cubano, dólar e a nossa moeda.

Comprei dois livros, o companheiro comprou uma quantidade enorme que foi difícil carregar. Por curiosidade procurei os autores brasileiros. Jorge Amado tinha a coleção maior, incluindo o “Cavaleiro da Esperança”, que conta a história de Luiz Carlos Prestes (1898 - 1990).

Esse livro faz parte de minha história pessoal. Quando jovem, bem jovem, minha mãe me levava à banca de jornal, única existente em Morretes, e comprava revistas de moda e de artistas, e eu, gibi. Uma vez levei o meu primeiro livro do personagem Tarzan do americano Edgar Rice Burroughs. Não era gibi, tinha vários desenhos, mas páginas inteiras somente com textos. Foi o início da leitura de livros.

Na praça ao lado de minha casa, em uma construção muito antiga, a biblioteca municipal. A responsabilidade do local ficava por conta de uma professora negra, alta, magra e muito simpática. Um dia me chamou e disse que estava acompanhando o meu interesse por livros. Assim, emprestou-me o primeiro. Era de Jorge Amado, com certeza, de cujo título tenho dúvidas se era “Velhos Marinheiros”. Fiquei encantado e li tudo que havia do autor. Veio a primeira curiosidade quando a bibliotecária me falou que tinha um livro do Jorge que fora proibido e eles não tinham. Assim a história de Prestes ficou marcada sem ter nunca lido o livro. “Era proibido por quê?” A bibliotecária nunca me respondeu, talvez também não soubesse. Fechada a coleção do baiano, a minha amiga passou a entregar os livros de Graciliano Ramos e depois veio Érico Veríssimo. De fato, nas escolas por onde passei, havia pouco incentivo à literatura. Na escola normal, cuja fundadora fora uma professora catarinense, tinha uma visão muito diferente. Como diretora, fez nascer o coral da escola, criou um grupo de teatro, escreveu textos, dirigiu as peças e era uma pessoa jovem com ideias novas, que mexia com a cidade. Fui seu aluno em literatura, pois ela me emprestava livros que estavam na lista

dos mais vendidos e não existiam na biblioteca da cidade. Quando fui para Curitiba, já universitário e empregado, eu tinha um planejamento econômico: pagaria a minha parte do apartamento/república, a mensalidade do restaurante universitário e, com o restante, compraria livro. Era possível adquirir um ou, no máximo, dois livros por mês. Depois de lido, emprestava para a professora e vice-versa. Anos depois, em Medianeira, não havia livraria, e nem nas cidades próximas. Fiquei sócio do Clube do Livro e depois, com a editora Abril vendendo as coleções dos clássicos da literatura, a minha biblioteca foi crescendo. Já atuando na Escola Normal de Medianeira, tentei criar um clube com professores, alunos da escola e amigos. O objetivo era passar um livro que deveria ser lido em, no máximo, trinta dias e imediatamente ser entregue a outro membro do clube. Depois de várias leituras faríamos uma reunião para discussão sobre o livro. Foi uma tentativa para incentivar a leitura. Não deu resultado, já que poucos mostraram interesse.

Li muito, mas sem nenhuma orientação; fui sempre um amador, o livro cobria o espaço de tempo vazio. Quando gostava do autor procurava ler toda sua obra. Na memória ficaram alguns nomes como Dostoiowski, Tolstoi, Sartre, Steinbeck, Vitor Hugo, Hemingway e os mais novos, Garcia Marques, Vargas Llosa e Saramago. Um autor marcou presença para sempre, Nikos Kazantzakis. Contudo, não sei se primeiro foi o filme, com Antony Quinn, ou o livro “Zorba, O Grego”. Do mesmo autor, o livro “Irmãos inimigos” também ficou marcado, depois dos livros iniciais de Jorge Amado, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Lima Barreto, com Policarpo Quaresma. Li praticamente todos os escritores que surgiram durante a minha vida. Uma vez, conversando com o advogado mineiro Adolpho de Medianeira, ele perguntou o que eu tinha lido de Machado de Assis e respondi: “Nada”. Ele foi categórico: “Machado de Assis é o melhor escritor brasileiro”. Ouvi e não saí da minha leitura de amador. Muitos anos depois comecei e li praticamente toda a obra do

Machado de Assis. O meu amigo tinha razão.

Mas a história da leitura continuou sempre. Com a queda dos governos socialistas e a volta da liberdade, principalmente no leste europeu, surgiram muitas publicações editadas no mundo todo. Coloco aqui alguns trechos recém- publicados e eu os incluo no que estou escrevendo nas minhas memórias.

“Stalin [1878-1953*] acreditava que a mentalidade dos camponeses era estreita, mesquinha e supersticiosa, podia ser substituída por um espírito nobre, solidário e proletário.

Embora as terras da região de Poltava (Ucrânia) fossem das de toda a então União Soviética, os camponeses passavam fome. No outono de 1932, o exército confiscou toda a colheita. Até mesmo as sementes de milho para o plantio do ano seguinte foram levadas.

Os camponeses comeram as vacas, as galinhas e as cabras; depois os gatos e os cachorros; depois os ratos e os camundongos; e depois não restou mais nada para comer a não ser capim. De sete a dez milhões de pessoas morreram na Ucrânia em 1932 e 1933, durante a fome criada pelo homem.

Sonia Ocheretko foi uma sobrevivente. Fez sopa aguada de capim e azedinha silvestre colhida no campo. Cavou à procura de raízes-fortes e alcachofras tuberosas, e encontrou algumas batatas no jardim. Quando tudo isso acabou, fizeram armadilhas para pegar os ratos que viviam no sapé do telhado e os comeram, depois comeram o próprio sapé, e mastigaram o couro dos arreios para abrandar as dores da fome. Quando estavam famintos demais para dormir, costumavam cantar:

**“Existe um morro alto, e atrás dele um campo,
Um campo verde, tão fértil,
Que você ia pensar que estava no paraíso”**

No povoado vizinho, uma mulher tinha comido o seu bebê. Ela havia enlouquecido e perambulava pelas ruelas gritando: “Mas ela morreu primeiro. Ela estava morta. Que mal fazia comer? Para que desperdiçar? Eu não a matei. Não. Não. Não. Ela morreu primeiro.”

***Josef Stalin – seu nome originário foi Yoseb Besarionis Dze Djughashvili, trocou de nome em 1913 – Stalin em russo significa= =HOMEM DE AÇO.**

***Uma breve história dos tratores - em Ucrâniano – Marina Lewycka (autora).**

Nos anos sessenta tinha as obras completas do companheiro Mao Tsé-tung[1893-1976]. Era o meu ídolo e senti muito em queimar a história completa de Mao. A coleção virou fogueira para iluminar o local onde tentava esconder as armas do MR-8 nas margens do rio Ocoy em Medianeira.

Passaram-se quarenta anos e leio outra obra – “A história desconhecida.” Coloco trechos do que não acreditaria se fosse estudante nos meus vinte anos de idade. Assim selecionei:

“Foi dito ao povo chinês, de forma vaga, mas deliberada, que o equipamento da União Soviética usado na industrialização do país (China) era ajuda soviética, ou seja, que se tratava de um presente.”

Mas não era. Tudo tinha que ser pago – e isso significava sobre tudo pagar com alimentos, fato que foi rigorosamente escondido do povo chinês, e ainda o é, em larga medida. Durante toda a década de 1950, as principais exportações eram arroz, soja, óleo vegetal, cerdas de porco, peles, lingüiças, seda pura, carne de porco, caxemira, chá e ovos. Naquele período, Mao contou ao presidente indonésio Sukarnom, em tom

quase irreverente: “Falando com franqueza, não temos muita coisa (para exportar), afora algumas maçãs, amendoins, cerdas de porco, soja”.

“A política era garantir alimentação básica para a população urbana, com racionamento rigoroso, e deixar os camponeses morrerem de fome quando a inevitável escassez de comida atacasse. Quando Mao tomou o poder, todos que estavam registrados como camponeses foram proibidos de se mudar para áreas urbanas ou de mudar de status. Não podiam nem mudar para outra aldeia, exceto com permissão especial [por exemplo, se casassem]. Afora isso, estavam presos às suas aldeias pelo resto da vida. E o mesmo acontecia com seus filhos e netos. Essa imobilidade total era algo novo na China. Tradicionalmente, os camponeses sempre puderam mudar, tanto geográfica como socialmente. Eles podiam aspirar à fama e à fortuna – como Mao fizera. Se havia uma epidemia de fome, podiam fugir para as cidades ou outras regiões e, pelo menos, tentar a sorte. Agora, mesmo no melhor dos tempos, jamais poderiam ter esperança de melhorar sua fortuna, exceto quando o governo os alistava no Exército, ou numa fábrica. E, quando a desgraça atacasse, passariam fome ou morreriam em seus povoados.

Perto de 38 milhões de chineses morreram de fome e excesso de trabalho para realizar o grande programa de governo: O GRANDE SALTO ADIANTE. Na epidemia de fome que durou quatro anos, de 1957 a 1960, a população da China aumentou de 646,53 para 651,71 milhões de pessoas. Os demógrafos chineses concluíram que as taxas de mortalidade de 1958 a 1961 foram de 1,20%, 1,45%, 4,34% e 2,83% chegando ao número de 37,67 milhões de mortes.

No congresso de maio de 1958 que deflagrou o SALTO, ele (Mao) disse à platéia que, ao contrário de temer, eles deveriam saudar a morte das pessoas em consequência da política do partido. “Não seria

desastroso se Confúcio ainda estivesse vivo hoje?”, argumentou. “O filósofo taoísta Chuang Tzu estava certo ao espreguiçar-se e cantar quando sua esposa morreu. Deveria haver comícios de comemoração quando as pessoas morrem. A morte,” disse Mao, “deve ser motivo de júbilo [...] Acreditamos na dialética, então não podemos deixar de ser a favor da morte”.

“Mao via vantagens práticas nas mortes em massa: — As mortes trazem benefícios, disse ao alto escalão em 9 de dezembro de 1958. — Elas podem fertilizar o solo.

Desse modo, os camponeses receberam ordens para plantar sobre túmulos, o que causou intensa angústia ao alto escalão.

“Podemos dizer agora com segurança de quantas pessoas Mao estava pronto para se desfazer”. Em 1957, quando se encontrava em Moscou, ele disse: “Estamos preparados para sacrificar 300 milhões de chineses pela vitória da revolução mundial”.

E complementado as citações:

“Durante a fome, alguns apelaram para o canibalismo. Um estudo pós-Mao (logo proibido) do condado de Fengyang, na província de Anhui, registrou 63 casos de canibalismo só na primavera de 1960, inclusive o de um casal que estrangulou e comeu o filho de oito anos. E o caso de Fengyang não era provavelmente o pior. Em um condado de Gansu, em que um terço da população morreu, o canibalismo era corrente. Um morador da aldeia que perdera esposa, irmã e filhos contou depois a jornalistas: “Muita gente na aldeia comeu carne humana [...] Veem aquelas pessoas acoradas tomando sol ao lado de fora do escritório da comuna? Algumas delas comeram carne humana [...] As pessoas simplesmente ficavam loucas de fome”.

*MAO A história desconhecida. Jon Halliday- Jung Chang- Cia. das Letras.

Também impressionou muito a história do Camboja.

O Partido Comunista do Kampuchea – Khmer Vermelho (1975-1979)
– líder marxista: Pot Not (1928-1998).

1975 – Khmer Vermelho chega à capital Phnom Penh e começa a evacuação para o campo da população da capital e das quatro mais importantes cidades do Camboja. Foram cerca de 2,5 milhões de uma população de 7 milhões. Eram comerciantes, industriais, funcionários públicos (incluía os professores). Não havia exceções, até os hospitais eram esvaziados e os pacientes deportados para o interior. Alegação: a alimentação para a população urbana era reduzida.

Execuções: membros do governo anterior, incluindo todos os familiares em todos os sentidos – diretamente ligados ou heranças de sangue, eram executados para evitar futura vingança.

Estimativa de 75 a 79: teriam morrido três milhões de cambojanos de: doenças, fome e expurgos desde a ascensão dos comunistas no poder. Com a queda do Khmer Vermelho, Lon Nol é condenado à prisão perpetua.

Esses acontecimentos chegaram parcialmente ao conhecimento da geração 60. Os companheiros mais velhos afirmavam que eram inverdades, para impedir a formação de frentes socialistas em outros países.

Como o sistema capitalista era e continua sendo poderoso, com os meios de comunicação em suas mãos, achávamos que eram de fato mentiras.

O grande êxito e motivo de grandes comemorações nos botecos da época, foi a expulsão dos norte-americanos do Vietnã do Sul em 1973. Ho Chi Minh - (Aquele que ilumina), era também ídolo. O Vietcong - Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul expulsou as tropas do melhor exército do mundo. Também não houve êxito em 1961 na Invasão da Baía dos Porcos em Cuba. O Presidente dos Estados Unidos era John Kennedy (1917-1963).

Esses fatos mexiam com toda a esquerda mundial e davam esperanças de que uma luta armada no Brasil também tivesse sucesso. Eu, estava desligado.

A minha viagem para Cuba foi incentivada pelo Curso de Especialista em Saúde Pública que fiz pela Faculdade de Ciências da Saúde São Camilo, São Paulo, em 1985. O curso aconteceu na UFPR.

Na administração do Secretário Luiz Cordonj, a tentativa era melhorar o grau de conhecimento dos profissionais que fizeram opção pela saúde pública e em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz do Rio de Janeiro, montou-se o curso de sanitaristas em Curitiba. A prioridade eram os médicos do interior do Estado.

Uma das preocupações da esquerda era melhorar o serviço público de saúde. Depois da nova Constituição brasileira, em 1988, o modelo passou a ser discutido em nível nacional. Foram anos de discussão. Eu estava envolvido e tinha algumas posições que nunca foram aprovadas. A proposta gerou o SUS – Sistema Único de Saúde.

O atendimento passou a ser uma responsabilidade do município. O Estado junto com o Ministério seriam os repassadores de recursos financeiros. A tripartite – município, estado e ministério – elaborava as políticas de saúde. Eu defendia a tese da distribuição das ações de saúde de acordo com a complexidade. O atendimento básico com o município, o Estado com a média complexidade e a alta complexidade com o governo federal, entrando aí as universidades federais. Na prática, isso está acontecendo, pois a ideia dos consórcios de municípios não vingou. O consórcio seria o somatório de recursos econômicos e técnicos para atender uma maior população e prestar serviços de todas as complexidades. O credenciamento dos serviços privados, fundações, instituições filantrópicas e as santas casas de misericórdia tiveram muitas dificuldades financeiras que permanecem até hoje. Alguns serviços

públicos não estatais fecharam ou pediram descredenciamento do serviço gratuito.

Os valores pagos para a maioria dos procedimentos eram e continuam sendo simbólicos. Outro elemento que deve ser sempre considerado é a corrupção que atinge todos os níveis, de Brasília até o município mais pobre.

Volto outra vez no tempo. Fim de mandato do governador José Richa e o seu candidato é o senador Álvaro Dias.

O meu candidato Alencar Furtado filiou-se ao PMN – Partido da Mobilização Nacional, pois não tinha mais espaço no PMDB e lançou-se a governador. Convida o ex-prefeito Jaime Lerne como seu vice na tentativa de ganhar os votos da capital. Difícil para mim essa situação. O vice foi representante da ditadura em Curitiba. Da Arena passou para o PDT a convite do gaúcho Brizola. Outra vez difícil para eu entender. Anos mais tarde, o gaúcho reconheceu no programa da TV Educativa – Roda Viva – que esse convite foi o maior erro político dele.

Mesmo assim, eu tinha meu candidato e amigo que me convidou para fazer parte da comissão na elaboração do plano de saúde. Fui a uma única reunião, impossível ficar junto de tanta gente que nada entendia da área. Os meus dois candidatos a deputado quatro anos antes tentavam, respectivamente, a reeleição federal e estadual. Sebastião Rodrigues foi reconduzido com uma votação bem menor e o estadual não. Fez um terço dos votos que tinha recebido anteriormente. Não fiz campanha para nenhum candidato a deputado. O PMDB elegeu o Governador Álvaro Dias (1944) com mais de dois milhões de votos e o meu candidato não chegou a um milhão.

A lembrança agora volta para a convenção do PMDB com um único

candidato citado acima e foi realizada no campo do Clube Atlético Paranaense, que na época tinha um ginásio de esporte ao lado do campo de futebol.

Na praça em frente, uma multidão e barracas de candidatos a deputado estadual e federal. Era uma festa de balões, camisetas, bandeiras, distintivos, música e docinhos. Encontrei o médico gaúcho Dr. Walter Pecoits (in memoriam) velho companheiro de oposição à ditadura. Sua história era conhecida, iniciou em outubro de 1952 na nascente cidade de Francisco Beltrão, onde construiu o primeiro hospital. Em 64 era deputado estadual do PTB de Vargas. Foi cassado, na prisão violentamente agredido perdeu uma vista, furado pelo cano de revólver do delegado de polícia. O delegado era oficial da Polícia do Estado. O poder violento da farda descia em cascata, do general do exército em Brasília até o nível do município. O fardado era oficial da polícia com todos os direitos. Esse delegado ficou famoso pela sua violência. Muitos colonos posseiros foram mortos no oeste e sudoeste do Paraná. Se delegado enfia um cano de revólver no olho de um médico que é deputado estadual, é possível imaginar a truculência dele para com os colonos. Tenho que registrar também que na época foi o oficial mais promovido da polícia militar do Estado do Paraná.

“Que acha da festa?” – perguntei ao médico e ele foi respondendo: “Você lembra, Lauro, no passado as convenções do nosso partido eram realizadas no pequeno plenário da Assembleia Legislativa, cabiam cem pessoas e sobrava lugar”. É fácil entender, os políticos estão juntos de quem é poder. Durante vinte anos esses “representantes” do povo estenderam tapetes verde-oliva e, curvados, batiam palmas aos militares. Agora eram nossos aliados.

Assumem Álvaro Dias o novo governador e o Secretário da Saúde, Delcino Tavares da Silva um “amigo” do norte velho. Eu o conhecia, tinha sido meu colega de cursinho no Barddal. Fez medicina na PUC. Como eu ocupava

um cargo de confiança, levei-lhe um requerimento colocando meu cargo à disposição. Ao ler, sorriu e olhando para mim, foi dizendo: “Lauro, você é o único que quero que permaneça e também é o único que coloca o cargo à minha disposição”. Era uma questão ética de um membro do “quarto escalão”. No contexto geral, pouco se alterou nos cargos de confiança.

Para evitar atritos, ele acumulou os cargos de Secretário e de Superintendente da Fundação impedindo assim os transtornos ocorridos na administração anterior.

A minha área, assistência odontológica, que inicialmente cobria parcialmente treze cidades e a capital, tinha se expandido para mais de oitenta municípios. No final do governo anterior consegui recursos econômicos com o Ministro da Saúde. O projeto abrangeria mais cinquenta municípios. Os técnicos em formação e os dentistas já estavam definidos pelos prefeitos. Para facilitar os cursos de atualização dos dentistas, a minha equipe elaborava um calendário anual para cada região do Estado. A secretaria levava os professores contratados para os cursos. A escolha dos assuntos era definida com a participação dos dentistas. O material de consumo também foi padronizado, obedecendo à vontade da maioria. Com isso o Paraná passou a ser um modelo de assistência para Brasil.

Com oito meses da nova gestão as clínicas adquiridas e prontas para serem repassadas. Mande a relação dos municípios a serem atendidos para conhecimento do Secretário. Fui chamado para uma reunião com a presença somente dele. Com a lista nas mãos, ponderou: “Alguns municípios do meu interesse não constam na lista”. “Senhor secretário” – coloquei – “o critério de escolha aconteceu antes de sua posse. Depois de reuniões com os prefeitos e a secretaria é que se definiram os compromissos das partes”. “Mas Lauro, você me conhece há muitos anos. Vim para Curitiba porque tenho como projeto político, ser candidato a deputado federal. Assim tenho que ter o apoio de vários prefeitos para a eleição”. Pedi o nome dos municípios e ele foi

dizendo – não lembro quantos. Ficou na minha lembrança somente o nome de Barra do Jacaré, cidade próxima a Quatiguá, onde ele morava antes, e perto da divisa com o estado de São Paulo. “Mas, secretário, eu conheço Barra do Jacaré, lá não tem nem dentista. O único serviço existente é do Sindicato Rural Patronal e um profissional de outra cidade trabalha lá somente nas quintas-feiras”. Eu sabia tudo da área de minha responsabilidade.

A resposta agora foi de autoridade: “O senhor manda os equipamentos para atender essa minha listagem, os problemas de dentista e pessoal de apoio são do prefeito”.

Parei, olhei para a figura no alto pedestal do cargo e pedi: “Alcance-me uma folha de papel em branco” – completando – “não sou cabo eleitoral e a secretaria não é para mim comitê de campanha eleitoral”. Manualmente fiz o requerimento pedindo a minha demissão. Assustado, pegou o papel. Pedi que me demitisse de forma que pudesse receber o fundo de garantia.

Fiquei desempregado. Hoje o programa de clínica simplificada não existe mais no Estado. O Secretário Delcino foi o deputado federal mais votado pela legenda do PMDB no Paraná. Chegou a aparecer na mídia nacional no processo de cassação do Presidente da República Collor de Melo. Ao dar seu voto a favor da cassação, pronunciou a frase: “Duela a quem duela”, que saiu na imprensa.

O DESVIO

1988-1989

“Eu nunca penso no futuro. Ele não tarda a chegar.”

Albert Einstein

Maio de 1988. Telefonema de São Paulo do Armando Raggio ex-superintendente da Fundação Caetano Munhoz da Rocha do governo anterior: “Lauro, está a fim de trabalhar para uma empresa privada de saúde no estado do Rio de Janeiro?” Confirmei e dias depois embarquei de ônibus para uma entrevista em Logos Pró-saúde. O escritório ficava em um prédio antigo no centro da capital paulista.

Muito tenso, lembrava as orientações do amigo: faça uma proposta ambiciosa de projeto e de salário.

Devo ter convencido, era véspera do dia das mães e me deram passagem aérea para segunda-feira seguinte, Curitiba–Rio. Fiquei emocionado, começava mais um desafio.

Ao chegar ao aeroporto do Rio, o motorista, com um cartaz com meu nome. Comecei a me achar importante. Destino: Volta Redonda.

A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN era estatal. Criada por Getúlio Vargas em suas negociações com os americanos durante a Segunda Guerra Mundial e construída na margem direita do rio Paraíba do Sul, ao lado da cidade de Volta Redonda na margem esquerda. A companhia com altos fornos, central de administração, vila dos operários e dos diretores, colégio técnico, um hotel e o setor de saúde com hospital e ambulatório. A saúde é que necessitava de uma reestruturação tanto na área física quanto no técnica.

A Logos, empresa privada, com sede em São Paulo, a princípio dava assessoria na área de engenharia, principalmente nos grandes investimentos estatais. Estavam presentes na construção de Itaipu. Ampliaram para o setor saúde e ganharam a licitação para reorganizar a CSN. O diretor executivo era um engenheiro argentino; o diretor da saúde, meu amigo curitibano e a odontologia, subordinada a mim, no terceiro escalão.

Outra vez alto salário, passagens aéreas semanais para Curitiba, o

melhor hotel local (três estrelas), despesas de táxis sem necessidade de comprovante. Era quase o padrão de Itaipu.

A área médica tinha parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A odontologia não tinha vínculo com a faculdade local. Com uma equipe de mais de vinte dentistas, uns professores da faculdade, ocupava a metade da área ambulatorial. Com entrada lateral própria não possuía ligação alguma com a parte médica.

A primeira providência foi criar um programa que unisse, principalmente, o setor pré-natal e a pediatria médica à área de educação e prevenção dentária. Depois, transferiu-se do ambulatório o setor de cirurgia buco-maxilofacial para o hospital. Mil dificuldades, os responsáveis da área eram professores catedráticos e não aceitavam ficar sob o comando médico.

O serviço ambulatorial atendia somente os funcionários e seus dependentes. O hospitalar, com participação da Universidade local, fazia atendimento geral com a prefeitura.

Depois de muitas reuniões com a equipe e palavras aos professores, elaboramos um projeto, que incluía a parte educacional com criação, na escola do curso de Técnico em Higiene Dental, THD, o segundo do país e o primeiro curso nacional de Atendente de Consultório Dentário, ACD. O primeiro de nível médio e o segundo, de ensino básico.

Levei o professor de odontopediatria da Faculdade de Londrina e criamos a segunda clínica do bebê. O professor de odontologia social da UFPR também participou; uma companheira da Secretaria de Saúde do Paraná ficou responsável pelos cursos. Na sequência, os cursos continuaram e formaram profissionais para as prefeituras dos municípios em torno de Volta Redonda.

Trabalhei dois anos, pegando avião semanalmente. Tive problemas de labirintite e o médico pedia-me para reduzir o número de viagens que eram,

segundo ele, as responsáveis pelo desequilíbrio.

Era o fim do governo do presidente civil com alta taxa de inflação. Recebia o salário e transferia no mesmo dia para o banco em Curitiba. Dona Gorda fazia a aplicação. Estávamos fazendo economia para comprar um apartamento de dois quartos para o André e a Tica que quando estudantes universitários, com certeza, iriam preferir ficar distantes de mim e da mãe.

Nas eleições presidenciais votei no primeiro turno no candidato paulista e no segundo, no operário. Deu o jovem nordestino morador do Rio de Janeiro e a poupança do apartamento desapareceu com o bloqueio das cadernetas. Ninguém esperava esse saque no bolso dos brasileiros. Foram dois anos de trabalho e de economia para comprar um pequeno apartamento à vista, pois o Brasil continuava na incerteza. Fazer dívida, mesmo a curto prazo, tirava noite de sono. Nós tínhamos noventa por cento do valor do imóvel e não arriscamos comprar. Resultado: perdemos tudo. O André dava palpite: “Oh pai, por que não compra um carro, o dinheiro dá para comprar um Monza zero da GM e sobra money”. Deveria ter aceitado o conselho dele, assim ficaria livre do nosso famoso Fiat 147.

MAIS UM RETORNO

1990 ...

*“É melhor sonhar a vida do que vivê-la,
ainda que vivê-la, seja ainda sonhá-la”*

Marcel Proust

No Paraná, é eleito o velho amigo de política estudantil e de pescaria Requião, e como vice-governador, o catarinense Mario Pereira com quem quase montamos uma “peixaria em Cascavel”. Na verdade éramos ou amantes da pesca ou tentávamos ser comerciantes de pescadinhas.

Logo após as eleições encontro casualmente, no centro de Curitiba, o governador eleito Roberto Requião (1941): “Laurinho, que você está fazendo?” “Trabalhando em Volta Redonda” respondi e fui complementando: “Há dois anos pego avião duas vezes por semana para o Rio. Devido a essas viagens semanais, segundo o médico, estou com problemas de labirinto. Ele pede a redução do número de viagens, pois essa seria a causa do descompasso do equilíbrio. Pretendo voltar a trabalhar em Curitiba”.

Assim recebi o convite: “Você vai fazer parte de minha equipe. Não defini ainda o Secretário da Saúde mais, com certeza, não poderei pagar o salário que você recebe hoje”.

Assim começava outra etapa de minha vida profissional. Na conversa com o novo patrão, coloquei que, durante o meu trabalho na saúde, adquiri consciência de que na minha área ou muito próxima a ela, havia falhas corrigíveis do sistema público. Falei das malformações congênitas de face que o Estado encaminhava a Bauru. A reabilitação dos pacientes com essas deformidades físicas é muito lenta, já que acompanham o crescimento da criança até a fase adulta. Com essas dificuldades, os tratamentos dificilmente são concluídos. A segunda área que necessitava de mudanças era o atendimento à criança excepcional. Há apenas um centro incompleto em Curitiba e nada no interior. Após concluir o meu pensamento naquele sábado, o novo governador definiu: “Laurinho, faça os dois projetos e entregue ao Secretário após a posse. Ele já terá conhecimento dessa nossa conversa”.

Foi nomeado Nizan Pereira Almeida, o mesmo Secretário de Saúde da gestão dele na Prefeitura e ex-chefe da Escola de Saúde Pública do Estado

no primeiro governo do PMDB.

Fui recebido no primeiro dia após a posse. Entreguei os projetos e ele pediu tempo para estudar. Fiquei aguardando 1 ano o parto de novo serviço no Estado do Paraná e um novo desafio pessoal.

Antes de qualquer iniciativa, viajei para Bauru, interior de São Paulo, para conhecer o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo, HRACF-USP, conhecido como Centrinho; falava-se que tinha 30.597 pacientes cadastrados, sendo 50% paulista e o restante de todo o Brasil. O Paraná, nessa estatística, tinha 3.214 em tratamento, de uma estimativa de 13.524 pacientes portadores de malformação crânio-facial sem tratamento. Os estudos publicados diziam que a incidência é de um portador de fissura lábio-palatal para cada 650 nascidos vivos. Para agilizar o serviço em Bauru, foi criada a Fundação para Estudo e Tratamento das Deformidades Crânio-Faciais – FUNCRAF, fundada e dirigida por um dentista, professor da Faculdade de Odontologia da USP/Bauru.

Não fui bem recebido, a secretária do diretor foi bem direta: “Em todas as mudanças de governos estaduais, apresentam-se representantes com mil projetos e nada acontece na prática”. Ponderei: “A decisão no Paraná foi do governador eleito”. Não convenci. Senti que haveria dificuldades para treinamento do pessoal, principalmente nos procedimentos de alta complexidade. O projeto de Bauru continua até hoje o mesmo: preparar profissionais de todos os estados brasileiros em atendimentos básicos para encaminhamento cirúrgico ao corpo técnico local. É estranho que seja usado o nome USP, que é um centro de transferência de conhecimentos. .

Aqui em Curitiba, foi fundada a Sociedade de Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal – Profis, declarada de utilidade pública em 6/11/1986 (Lei n.º 8.404) pelo vice-governador do nosso primeiro governo do PMDB no Paraná. Além da capital, existem associações em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e União da Vitória, todas ligadas e submetidas ao comando

de São Paulo. Dessa maneira, o paciente é recebido por essas associações que o preparam para as cirurgias. Esses atendimentos básicos são custeados pelos municípios, pela contribuição dos pais e promoções públicas, junto à população e aos empresários locais.

Na administração anterior uma portaria criou o Programa de “Atendimento a Pacientes Especiais Fissurados Lábio-Palatal e Excepcional”, em 8/08/1991, sigla CAIFE. O projeto visava ao atendimento odontológico de crianças com lábio leporino e excepcionais. O local escolhido foi um antigo posto de saúde desativado no bairro Novo Mundo, ao lado do Hospital Geral do Portão, inicialmente Sanatório Médico Cirúrgico do Portão, construído em 1947 para atender pacientes portadores de tuberculose.

Interessante notar que, na época, as construções de hospitais ficavam longe do centro, praticamente na área rural, a fim de isolar os pacientes. Acrescento aqui um pouco da história dos nossos hospitais.

A preocupação na época das construções devia estar ligada ao isolamento, evitando assim a transferência das doenças para a população sadia das cidades, é um ponto de vista sem meu estudo da matéria.

Vou dar mais alguns exemplos. No caso do Sanatório do Portão seria para evitar a contaminação da tuberculose ao resto da população. Outro hospital, o Osvaldo Cruz, fundado em 28 de janeiro de 1928, antigo Lazareto das Mercês fica no alto da rua XV. Também ficam afastados da região central: o Hospital Colônia Adauto Botelho para doentes mentais, inaugurado em 5 de junho de 1954 e o Hospital São Roque em março de 1956, na cidade de Piraquara, sob a administração das Irmãs Vicentinas, para tratamento de “lepra”, hanseníase, hoje com o nome de Hospital Dermatológico São Roque.

O histórico continua. O hospital mais antigo do Estado é o de Paranaguá construído em 1864. Na sequência, a Santa Casa de Misericórdia, de Curitiba, datada de 1886. A Maternidade Victor do Amaral, fundada em 1950; o Hospital Pequeno Príncipe, de 1919, que acabou absorvendo o Hospital Infantil César Pernetá, do Estado. O Pequeno Príncipe é o maior

complexo pediátrico do Brasil e atende 75% pelo SUS. Temos também o Hospital Espírita de Psiquiatra Bom Retiro, de 1930, e as instituições filantrópicas: Asilo São Vicente, de 1950, Sociedade de Socorro aos Necessitados, de 1921, e o Instituto Paranaense de Cegos, criado em 1939. Todos eles com mais de cinquenta anos de criação e a maioria, ressaltado, localizados bem longe da concentração urbana de Curitiba. Entretanto, a cidade cresceu e esses centros de atendimentos estão hoje incorporados ao cotidiano da população.

Quem dirigia e trabalhava nesses locais eram Freiras que moravam junto aos hospitais. Sem a preocupação de um estudo maior, a impressão que fica é de que a saúde era obrigação da Igreja católica, de Centros Espíritas e de instituições filantrópicas. A vida da aristocracia sadia ficava distante, já que não podia correr riscos de adquirir doenças contagiosas ou quando adquiriam uma tratavam na Europa.

O que me chama a atenção é que todas as construções da área de saúde, existentes, são muito antigas e os governantes dessas últimas décadas, não se deram conta do aumento populacional.

Vim para Curitiba em 1962 e o censo demográfico de 1960 mostrava uma população de 358.114. Na data que escrevo, a capital está com 1.680.904 habitantes e não foi construído nenhum hospital público nesses anos.

Tal aumento demográfico é resultado, principalmente, da migração da população para Curitiba de suas regiões vizinhas, a chamada região metropolitana, na qual estão incluídos 26 municípios, a maioria classificados como cidades dormitórios. Estima-se uma população de mais de 3.500.000 habitantes, sendo que 136.000 famílias estão morando em favelas.

Vem à lembrança o fato de que essas cidades em torno de Curitiba eram regiões agrícolas, que abasteciam a cidade, com leite, frutas, verduras, carnes, etc. Lembro de carroças vendendo a produção desses sítios. Porém, hoje o que circula pelas ruas de nossa cidade são carrinhos de metal e

padronizados – catando lixo reciclável. Junto ao pai e/ou à mãe, na companhia do lixo, crianças como passageiras. Muito comum também é a concentração de crianças nos semáforos pedindo esmolas. Elas apresentam breves espetáculos com pequenas bolas de plástico, laranjas ou limões, que são lançados ao ar. Esses artistas, ou são da capital ou das cidades vizinhas. Para mim a origem é secundária, o que importa é que tais brasileiros deveriam estar em creches ou em escolas.

Essa visão diária mexe com minha estrutura emocional. Para mim, as coisas pioraram. Em contrapartida, ouço políticos locais cantando em prosa e verso que Curitiba é cidade modelo, é cidade de Primeiro Mundo. Por não conhecer o mundo, calo-me.

O número de hospitais e leitos não é preocupação dos políticos profissionais e da maioria dos dirigentes das classes sociais abastadas. A saúde hospitalar é prioridade somente de campanha eleitoral, preocupação dos que dela necessitam e de uma pequena parcela de sonhadores da utopia socialista.

Agora, seria injusto não citar os avanços da saúde na atenção primária. Em nível nacional, Curitiba é destaque.

O Hospital do Portão, na época do surgimento do CAIFE, estava sendo ampliado, trabalho que levou vinte anos. No segundo governo que participei, tal ampliação foi concluída e o antigo posto de saúde localizado a cinquenta metros do hospital passou a ser chamado de CAIF. Foi retirado o E, de excepcional.

Com 682 m² o antigo posto de saúde estava em condições de uso. O governo Álvaro Dias havia comprado cinco consultórios odontológicos que não estavam mais no local. Com certeza foram repassado a prefeitos durante a campanha em troca de votos ao candidato apoiado pelo secretário de Saúde.

Prefiro assim pensar. Não havia nenhum documento da transferência desses equipamentos.

Foi aberto um processo administrativo para apurar o desaparecimento dos consultórios que não chegou a coisa alguma. De fato nada provou o destino dos equipamentos. No fundo achei bom, pois a marca adquirida era de péssima qualidade e com o tempo daria uma enorme mão de obra de manutenção. Convenci a direção administrativa a comprar, com qualidade, equipamento, instrumental, material de consumo e material de uso descartável, pois o resultado final, em termos econômicos, é de custo mais baixo no contexto geral. O costume é a compra do mais barato, que não dá contestação dos concorrentes e é mais fácil de receber gratificação por fora por comissões de compras. Esse é o Estado brasileiro. Para comprar o de qualidade superior fui obrigado a fazer quatro processos licitatórios.

Primeiro ano de funcionamento do Centro de Reabilitação e começo de infindáveis de dificuldades.

Consegui doze funcionários públicos, entre eles, somente um médico otorrinolaringologista e uma fonoaudióloga.

Concomitantemente surgiram profissionais recém-formados com propostas de trabalho voluntário. O médico Dr. Gilberto Bakonyi formado pela nossa Universidade Federal com pós-graduação no Rio de Janeiro na área de cirurgia plástica estética e corretiva. Trabalhou na equipe do Doutor Ivo Pitanguí durante seis anos. Estava muito bem preparado. Participaram também, no voluntariado, uma psicóloga, uma fonoaudióloga e um dentista estudante da especialidade de bucomaxilofacial.

Com tal equipe foi possível realizar, no primeiro ano de funcionamento, 11 cirurgias. No final do ano apresentou-se 1 médico cirurgião plástico Dr. Marco Aurélio Gamboja.

Além das dificuldades de pessoal, havia insegurança por parte das

famílias com filhos com malformação de face - crânio.

Foi feito um acordo com a direção da SESA. Aos pais que não sentiam confiança e desejassem levar o filho para tratamento em Bauru, o Estado continuaria pagando as despesas de locomoção e estadia. Foi uma reivindicação minha. Era justo à família procurar o serviço que lhe desse mais segurança.

De fato, o nosso serviço incipiente não dava segurança aos pacientes/famílias. Eu dizia que se tivesse um filho com essa malformação, provavelmente teria feito também a opção por São Paulo.

Para completar a situação precária, o Hospital do Portão, como era chamado por todos, fechou suas portas para ampliação e reforma da área antiga.

Procurei uma alternativa: Clínica de Fraturas Novo Mundo, bem próximo ao CAIF. Levei a proposta que todos os materiais, inclusive as vestimentas e o instrumental cirúrgico, seriam levados pela nossa equipe. O faturamento integral das AIHs seria da clínica. Porém, havia um inconveniente: o hospital não tinha estrutura para cirurgias infantis. Como os valores pagos pelo Ministério da Saúde eram baixos, a parceria durou poucos meses.

O pai do médico Marco Aurélio, também da área, tinha um Hospital privado no bairro de Santa Felicidade e para lá foram deslocados os pacientes para cirurgia. O material de consumo e instrumental novamente era levado pelos profissionais. Ainda, a fim de minimizar o prejuízo para tal hospital, consegui uma doação da Maçonaria local.

Diante dessa situação, procurei o governador pedindo a contratação de quinze profissionais. Depois de expor os problemas, recebi a resposta: **“Laurinho, pense comigo. Fazer um concurso público para quinze vagas é muito dispendioso e dá muito trabalho. Estude alternativas”**. Confesso que saí do Palácio do Governo sem esperanças. Que alternativa? Pensava e falava para mim mesmo. A luta para conseguir funcionários públicos estava

esgotada.

Meses depois da conversa com o governador veio a idéia de reunir a Associação com vínculo com Bauru e propor uma mudança nos estatutos. Compareceram mais de cem famílias e depois de muita discussão (os pais não acreditavam que o Paraná iria ter um serviço de qualidade para seus filhos), os estatutos foram aprovados depois da proposta de que o Estado continuaria pagando as despesas de locomoção para S. Paulo. Assim nasceu a Associação de Reabilitação e Promoção Social do Fissurado Lábio Palatal – Afissur. O ano era 1993. Primeira providência: o reconhecimento como entidade de utilidade pública, iniciado pela Câmara de Vereadores.

Com todas essas dificuldades, um dia recebo a visita do diretor José Carlos da Silva Abreu que foi dizendo: ***“Lauro, saí de uma reunião com a diretoria da SESA e a posição foi unânime, é impossível criar esse serviço, inclusive você foi apelidado de Doutor Fantasia. A proposta é continuar no atendimento básico de odontologia e assistência social para encaminhamento a Bauru. Já reservei duas salas lá na sede da 2.ª Regional de Saúde em Curitiba para esse trabalho. Esse local, onde estão trabalhando e como está semi- aproveitado, passa a ser o ambulatório do hospital”***.

Tinha sido uma decisão e eu estava apenas recebendo a ordem de desocupar a área. “O quarto escalão” cumpre ordens, não tem direito a qualquer questionamento. Peguei meu carro e rumei ao Palácio do Governo, o meu acerto seria direto com o governador.

O chefe de gabinete Fonseca queria saber o motivo de minha presença e eu respondi: ***“Quero falar com o governador Requião”***. ***“Mas ele está com a agenda fechada”*** – argumentou o responsável. Não me retirei. Permaneci sentado olhando para o pessoal que seria atendido – eram todos deputados estaduais. Num determinado momento, o governador, ao se despedir de um prefeito, me viu e de longe perguntou o que eu queria: ***“Uma***

audiência com o senhor” e a resposta: “Espere que vamos almoçar juntos”.

Na enorme mesa de refeições, a primeira vez que via e sentava esperando a refeição. Primeira e única.

Éramos três pessoas: eu, o governador e um auxiliar direto da área de segurança, também seu amigo. Transmiti o acontecido naquela manhã. No mesmo instante o governador pediu ao funcionário, o único que tinha um telefone celular daqueles pretos tamanho família, para ligar ao Secretário da Saúde. Feita a ligação, o governador foi direto: **“Nizan o Laurinho não é Dr. Fantasia. Eu assumi um compromisso e vou cumpri-lo. O programa proposto por ele será implantado”.**

Se não houvesse esse relacionamento com o primeiro mandatário do Estado, o que aconteceria? Passei a viver outro estágio de minha vida.

Está perto de duas décadas que faço esse trabalho com dedicação exclusiva. Fui envolvido pelas fases da reabilitação desses pacientes. A grande maioria eram recém nascidos, seus pais e equipe de profissionais que tinham a minha presença.

Assim, quando comecei a escrever “essas memórias”, a minha mente misturava os fatos. De um lado as dificuldades brasileiras de montar um serviço de alta qualidade, totalmente gratuito e de outro lado a vivência, no dia a dia, com essas famílias. Tinha horas em que estava levando a família pegar o ônibus na rodoviária e na volta entrava na Secretaria de Saúde para resolver algum problema burocrático. Outras vezes pegava a família e levava diretamente aos meus superiores para que vissem de perto a situação daquela criança e dos serviços particulares que tínhamos que comprar, já que não havia código no SUS. Sem código, não poderia ser atendido. Nessa situação eu fazia o discurso dos direitos constitucionais da saúde para todos os brasileiros. A Secretaria teria que cumprir a lei e resolver aquela situação. E o recurso financeiro, completava, continua da mesma origem: pagamento de

impostos feito pelo povo brasileiro.

Enquanto jovem sonhador, na utopia marxista, acreditava que o poder de comando ou de decisão individual no relacionamento humano deixava de existir. Apesar de sermos poucos, o poder de mando não era palpável. Fazíamos reuniões para qualquer assunto e, sem muita dificuldade, chegávamos a um consenso. Falo das reuniões do MR-8.

O comando do interventor Luiz Bonatto de Medianeira era indiscutível, acima dele estava evidentemente o comando militar que na região era o quartel de Foz do Iguaçu. A arrogância do poder militar, as ameaças de cadeia, o medo da tortura, o desaparecimento de companheiros, enfim, tudo levava a um estado de ansiedade permanente. Apesar da pouca idade, o sono era difícil e conturbado. Os sonhos naturais viravam pesadelos.

Nas conversas com os amigos médicos surgia com frequência uma nova palavra: “Você anda muito angustiado. O que está acontecendo, Lauro?” A indagação surgia em situações comuns, como reuniões, jogos de canastra entre casais amigos, festas e, com frequência, no clube.

Medianeira sofreu mudanças nos poucos anos que por lá passei. Surgiu um novo clube, o Country Club, que fica na entrada da cidade em um local bastante arborizado, onde foram construídas duas pequenas piscinas, uma para adulto e outra infantil. Como a região tinha um verão rigoroso, ali passou a ser encontro nos fins de tarde e, praticamente, na maioria dos finais de semana. Até o nome do clube dava sinais do início da estratificação da sociedade. Surgia uma elite local. Eu, pessoalmente, vivia nas duas extremidades. De um lado, junto com os colonos, nos churrascos exagerados e no meio da música dos pampas e das bombachas; do outro, no Country. Levava Tica e André para brincarem na minipiscina.

Os frequentadores habituais do clube eram os profissionais liberais, comerciantes já consolidados e, evidentemente, os políticos locais. O

interventor não aparecia, mas a maioria ou era “admirador do poder” ou auxiliar na administração do poder.

Viver no seio dessa contradição trazia angústia. Era uma visão interna. Os amigos de convivência mais íntima jamais entenderam. Os companheiros e poucos amigos da oposição nunca tinham ouvido a palavra marxista. Ao contrário, a mídia, os políticos, os militares, parte da igreja, batia na palavra comunista, sinônimo de assassinos e terroristas. As poucas pessoas que tinham alguma profundidade sobre o comunismo eram as de nível superior e a meia dúzia de membros do MR-8. Pessoalmente, também tinha muitas restrições, pois jamais entendi, nem mesmo os resumos, do famoso livro “O Capital” de Karl Marx [1818-1883], “O Manifesto Comunista”, escrito por ele em parceria com Friedrich Engels [1820-1895] foi o mais digerível. Com sua liderança, Vladimir Lenin [1870-1924] no comando da revolução bolchevique, que assumiu a Rússia em 1917, futura União Soviética, passou a herói e o modelo de companheiro marxista. Com o acesso a livros proibidos (panfletários) e ao jornal clandestino “Voz Operária” acabou dando para entender um pouco sobre o comando operário nos destinos do mundo. Entretanto, vários fatores fizeram-me deixar o Partido Comunista Brasileiro, passando, então, a apoiar a proposta maoísta. A atuação de Stalin; as prisões e o isolamento de muitos intelectuais na Sibéria, lugar mais gelado da Rússia; os conceitos de Leon Trostki [1879-1940] exilado e depois morto no México; para complicar ainda mais, o aparecimento da proposta anarquista de Bakunin [Mikhail-1814-1876] violentamente criticada pelos stalinistas. O afastamento dos comunistas brasileiros do partidão – pró-Moscou – deu-se após o golpe militar, uma vez que a proposta russa era contrária à luta armada. Por sua vez, a chegada ao poder pelas armas tinha o apoio de Mao Tse-tung (Mao = menino de pedra, Tse-tung = brilhar sobre o leste) [1893-1976] de Fidel Castro [1926] - que assumiu o poder de Cuba em dezembro de 1958 a partir de um foco de guerrilha. Inicialmente com 28 participantes, originou-se na Sierra Maestra.

Outra situação de comentários da época era a Albânia (país dissidente da União Soviética) e, por fim, do líder latino-americano Che Guevara, [Ernesto, 1928-1967] que foi a figura arquetípica de minha geração, preso e assassinado na Bolívia em 1967.

Importante frisar que tínhamos outro grande exemplo: Ho Chi Minh [1890-1969], comandante da guerrilha vietnamita que acabou expulsando o exército americano em 1975. Foi um dos maiores ídolos da esquerda mundial.

A tentativa de guerrilha no Brasil aconteceu com um foco no Araguaia, divisa dos estados de Goiás, Pará e Maranhão, de 1966 a 1974 com participação de 70 a 80 guerrilheiros treinados em Cuba e na China. O P.C. do B. tinha também o apoio da Albânia. Importante também identificar a origem dos guerrilheiros: eram de classe média, alunos de universidades ou profissional de nível superior já formado. A presença de operários ou camponeses foi insignificante.

Era ainda estudante universitário quando tive conhecimento. Se tivesse sido convidado a participar, provavelmente tinha partido para o Pará, pois tinha um perfil arrojado. Nessa direção, ou minha história tomaria outro rumo ou, talvez, nem estivesse agora escrevendo. Segundo a Justiça brasileira, 61 combatentes desapareceram. Foram mortos e enterrados na selva.

Anos após, em 9 de novembro de 1989, cai o Muro de Berlim. A União Soviética desaparece. Ficam como modelo socialista Cuba e Coréia do Norte. Felizmente não parti para o Araguaia.

“Não sei se o homem é um personagem da sociedade ou se a sociedade é o teatro em que o homem representa seu personagem, ou ainda se é porque a sociedade é um teatro é que o homem é obrigado se transformar em personagem para desempenhar um papel”.

Do livro: A Serviço do Povo – Yan Lianke .

Minha origem é burguesa (palavra muito usada da época), visto que minha família paterna fazia parte da “elite” morreteana: do lado materno era camponesa, depois operária e acabaram crescendo na prática capitalista e transformaram-se em pequenos empresários em várias áreas. Toda essa confusão talvez tenha ajudado a intensificar o estado de angústia que com frequência me acompanhava. Não conseguia entender a realidade em que vivia.

Agora estava em Curitiba, tinha um projeto aprovado pelo governador, porém seus subalternos, mais superiores a mim, criavam obstáculos. Na minha análise, era o resultado de posições pessoais contrárias já acontecidas e não apagadas. As brigas no primeiro governo eleito estavam sendo rememoradas e levavam à desforra, em nível pessoal e não técnico.

Difícil entender. O projeto visava à criação de um serviço inexistente no Estado, que facilitaria a recuperação dos que tinham nascidos com malformações de face, que sofriam discriminação e com dificuldades de convivência desde a mais tenra idade. Uma proposta humana, sem preocupação de projeção pessoal. Contudo, havia uma linha de diretores trabalhando contra.

Do outro lado, na abertura do serviço, houve uma manobra para fazer inauguração. Provavelmente os donos do poder imaginavam a presença de autoridades, imprensa, fotografias em jornais, entrevista na TV, etc. Fui radicalmente contra a solenidade. Minha justificativa: “Será criada uma expectativa e sonhos para muitos pacientes e suas famílias e nós não teremos uma resposta concreta. Sou contra, é como criar uma fantasia que fatalmente irá levar o serviço ao descrédito. Não temos os profissionais necessários e na

contrapartida, seremos alvos de críticas de nossos adversários políticos”.
Consegui evitar a festa.

Agora queriam enterrar o “sonho do Dr. Fantasia” que tinham me dado. Nunca vou entender o ser humano. A grande maioria tem uma visão puramente individualista. Os doentes, portadores de deficiências físicas ou mentais, têm o apoio somente familiar (nem sempre total) e de alguns sonhadores. Aí a situação se complica na minha mente: eu estava trabalhando em uma secretaria dita de saúde.

A minha ansiedade, transformada em angústia, levou-me à depressão.

Fui pela primeira vez para um médico psiquiatra. Não acreditava estar convivendo com médicos e profissionais, entre aspas, de saúde, mas que bloqueavam uma proposta de reabilitação, no caso, puramente física.

Os poucos pacientes que procuravam o serviço chamavam a atenção para alguns pontos comuns: “Por que meu filho nasceu assim? Tenho dois filhos normais”. Ou, então, outra pergunta: “É meu primeiro filho, se tiver outros vai se repetir o problema?” Outra indagação: “Quando adulto será ele ou ela pai ou mãe de filhos fissurados?” Todos esses questionamentos começaram a ser levados ao pequeno grupo de profissionais do CAIF.

Estamos na metade do ano de 1993, o primeiro médico, excelente médico Dr. Gilberto Baconyi, depois de um ano de trabalho voluntário, despede-se. Estava iniciando mais um curso de pós-graduação em São Paulo. Permanece o segundo cirurgião plástico, com um salário simbólico da Secretaria.

Consgo a segunda assistente social do quadro público.

Desde o início dos trabalhos, fazíamos reuniões semanais, todas as manhãs de sexta-feira, às dez horas. Assim que terminava o trabalho ambulatorial, que na época era pequeno. Participava o médico cirurgião e o pessoal de apoio até o da limpeza. Sempre coloquei a importância da

participação de todos. Os temas das reuniões eram abertos. Assim, iniciou-se a formação, a linha de conduta e a filosofia de trabalho em equipe. Todos os participantes eram importantes. Definiu-se também, na época, as quartas-feiras como o dia de pacientes novos. A decisão foi levada à secretaria de Saúde, a qual levou ao conhecimento de todos os municípios e esses às maternidades do Estado, pois não havia ainda a central de marcação de consultas.

Ao chegar o paciente, a equipe da recepção elaborava o prontuário geral e chamava-o, junto com os familiares – a grande maioria criança recém-nascida – para a sala de reunião. Eu participava junto à assistente social e à psicóloga voluntária. Falava da participação dos pais na reabilitação de seus filhos, visto que o tratamento de pacientes com malformação completa só teria alta na idade adulta. Falava do receio de que eles tinham da qualidade do serviço público e da liberdade de todos para questionamentos junto à equipe e à direção. Ressaltava que estávamos sempre à disposição e que receberíamos todos para qualquer tipo de reclamação, visto que o serviço é pago por todos.

A assistente social colocava a sua função e a necessidade dos documentos exigidos por lei. A psicóloga fazia uma explanação geral da situação dos pacientes perante a sociedade e do trabalho que realizava no serviço. Eu perguntava individualmente da procedência de cada um, como tinham tido conhecimento do serviço, os meios de locomoção e a situação da permanência na capital, com relação aos recursos financeiros.

Também sempre colocamos como princípio básico da equipe o respeito à dignidade humana. Muitos funcionários passaram pelo trabalho e foram demitidos ou transferidos por tratarem mal as pessoas que procuram o centro.

A Associação foi criada, mas sua participação junto aos outros pais sempre foi muito pequena. Nesse relacionamento direto surge o primeiro

problema: os pacientes não tinham condições econômicas de permanecer dias em Curitiba, uma vez que eram, muitas vezes, residentes de locais muito distantes dentro do Estado e, principalmente, de outros estados.

Duas situações eram e são comuns na rotina do serviço: o paciente tem alta do hospital, mas não é autorizada sua viagem de retorno, em função da possibilidade de complicações pós-operatórias; também há o caso de pacientes que, para serem submetidos à cirurgia, precisam de tratamento básico, principalmente na área de odontologia. Acredito que na ocasião da criação do CAIF não existia a lei da obrigatoriedade dos municípios ou dos estados quanto à transferência de pacientes e suas despesas com passagens e alojamento.

Na continuidade da reunião com a família, fazíamos outra pergunta: “Tem onde ficar? Há parentes ou amigos residentes aqui? Tem dinheiro para pagar uma pensão?” Em muitos casos a resposta era “não”. Onde estava a solução? A associação sem recursos econômicos e nem projeto para a aquisição de fundos junto aos empresários, políticos, clubes de serviço ou igrejas.

Resolvi, então, procurar a Igreja Católica.

Veio a sugestão da Igreja do Santíssimo Sacramento no bairro Água Verde, situada no caminho para o bairro Novo Mundo, localização do centro de atendimento, e distante oito quilômetros da rodoviária.

Um médico da SESA me leva e apresenta ao Padre Ceconello.(João Roberto – 1958). Ele mostrava a Igreja e eu falava dos problemas dos que não têm alojamento em Curitiba. O terreno da igreja é grande e cheio de árvores. Ele me levou à pequena moradia do caseiro, e disse: “Aqui vou mandar construir mais um quarto”. Eu complementei, sorrindo: “Com uma cama de casal, uma de solteiro e também um berço”. Assim acertamos o abrigo: “Você manda a família com um documento, identificando-os”: “Faço diferente, Padre, trago pessoalmente a família e apresento ao caseiro” – que ao nosso lado

escutava tudo sem nada falar.

Tempos mais tarde, o Padre pediu para acrescentar no documento o número de dias que ficariam hospedados na casa. Houve casais que ampliavam a estadia na capital, pois tinham casa e comida na cidade que não conheciam. Em troca ofereciam o “grande” compromisso de arrumar o quarto e ajudar na limpeza da casa.

Tempo de inflação alta. As fundações sob a responsabilidade do Estado, celetistas, estavam fazendo greves para reajuste salarial. O governo manda um projeto para a Assembléia Legislativa, transformando essas instituições em órgãos públicos. Os funcionários passam a fazer parte do quadro estatal. Assim o salário e o reajuste passam para o comando do Estado. O assunto nos corredores era: os prós, todos têm estabilidade no emprego, aposentadoria do Estado que é bem melhor que o INSS; os contras, o salário fica congelado e só haverá aumento de acordo com a vontade e inspiração do governador. Eu, cargo comissionado, continuei na instabilidade e, para complicar, de acordo com a Lei Estadual n.º 10.219, de 21/12/1992, deixei de ser CLT e passei a descontar o Instituto de Previdência do Estado – IPE.

O prefeito Rafael Greca assina o reconhecimento da AFISSUR como de Utilidade Pública Municipal. Consigo audiência com o governador. Peço repasse de dinheiro para a associação contratar pessoal. “Está vendo, Laurinho, como tudo tem solução!” . Em dezembro do mesmo ano é assinado um convênio entre a SESA e a AFISSUR. Tal convênio consistia em: o Estado não repassa nada; o faturamento ambulatorial, produto do trabalho dos funcionários das duas instituições, passa a ser depositado na conta da Associação – em resumo, ela é credenciada no SUS. A secretaria banca todo o custeio do antigo postinho de saúde como, luz, água, limpeza, segurança,

telefone, xerox, manutenção do prédio e mais material e instrumental para as atividades. Termina 1993 – saltamos de 11 cirurgias em 1992 para 93 procedimentos cirúrgicos anuais.

As minhas sessões de terapia eram duas vezes por semana. Saía do trabalho, deitava no divã, (na posição clássica) de costas para o psiquiatra e descarregava minhas frustrações. Ele ouvia e fazia pequenas anotações. As perguntas buscavam o passado. Minha infância, meu relacionamento com os pais e eu respondia que essa fase da vida tinha sido a melhor, que tinha saudades, que gostaria de voltar a ser criança. Ele tentava, então, encontrar no subconsciente o que tinha desflorado desse belo passado.

Estava com mais de quarenta anos de idade e continuava sonhando como criança ou adolescente. Havia algo de errado. Depois de certa idade, dizia o médico: “Você tem que viver a realidade. Assim é mais fácil superar os obstáculos naturais da vida”. E eu continuava a ter crises de depressão.

Depois de meses, ele sugeriu que passasse no papel os melhores momentos de minha vida. Comecei a escrever as passagens que haviam sido gravadas como belas. O médico era um pouco mais velho que eu. Tinha se formado em medicina no ano de 1964, ano em que entrei na faculdade. Continuou a estudar em São Paulo, mas na pós-graduação. Assim, ele fazia muitas perguntas que tinham a ver com a política estudantil dos anos sessenta. Os textos pedidos eram decorrentes de momentos bonitos de minha vida. Ele lia e ficava empolgado. Não terminou um ano de análise.

Um dia ele falou: “Lauro, você tem tantas belas histórias, que gostaria de ouvir não aqui no consultório, mas num bar tomando cerveja. Eu não sirvo para ser seu analista”. Terminava assim a primeira tentativa de cura pelo método freudiano. Não faço crítica, foi um bom aprendizado.

Anos depois procurei um psiquiatra medicamentoso. Essa tentativa não deu certo. Tomava os comprimidos e não conseguia dormir. Trocamos os

medicamentos e o horário de ingestão. Continuou a não dar certo. O médico, bem jovem, encaminhou-me para uma médica que fazia interpretação dos sonhos, linha mestra do seu trabalho, era muito difícil para mim.

Teve um sonho que ficou gravado para sempre. “Eu estava desesperado em uma cidade desconhecida bem antiga e abandonada. Andava pelas ruas à procura de alguém. Chego em frente a uma enorme porta. Era da igreja e estava fechada. Existia uma velha chave de ferro que, ao introduzir na fechadura, rompeu-se. Eu continuo no sufoco de abrir. Com um dedo, mexendo de todos os lados no buraco da fechadura consigo abrir e com muito esforço empurro a porta para dentro. O quadro que se apresenta não é de uma igreja e sim de um lindo jardim. Florido com um pequeno riacho serpenteando todo aquele paraíso. Numa clareira de lindas pedras no chão, uma mulher toca piano e, concentrada, não me vê. A música é belíssima e, nesse instante, um homem muito grande, vestido de fraque, coloca a mão no meu ombro e pergunta como cheguei até ali. Com muito medo, suando, tento explicar. Desperto”.

Ao contar esse sonho, a médica foi categórica: “Você abriu as portas e está descobrindo seu caminho. A grande dificuldade foi abrir a porta, que sempre esteve fechada para você. O homenzarrão serão suas dificuldades daqui em frente”.

Esse foi o momento mais marcante nas sessões com a médica. Foi um tratamento muito curto, ela transferiu-se para outro Estado. Mais tarde, depois de uma grande recaída, volto ao divã. O médico é freudiano e a análise levou anos.

NOVO GOVERNO...

“Os homens devem ter corrompido um pouco a natureza, pois não nasceram lobos e acabaram se tornando lobos”.

Voltaire.

É eleito novo governador, Jayme Lerner e houve mudanças com demissões e transferências na formação do novo quadro Diretor. Sei que na Inglaterra, para a composição de um novo governo nacional, a primeira escolha é do Primeiro Ministro pelo partido majoritário.

Os outros Ministros nomeados de todas as áreas têm direito à indicação de uma pessoa de sua confiança ou de seu secretário. A equipe restante é formada por funcionários públicos, que estão ocupando altos cargos por mérito na carreira. Total de novas nomeações na Inglaterra: em torno de 100. Na França: 1.000. Nos Estados Unidos: 5.000. No Brasil: 25.000 (Aqui ninguém sabe. Fala-se até em 70.000 cargos de confiança para: os companheiros de partido, amigos, parentes, amantes, composição com outros partidos para formar maioria e esses indicam os nomes, repetindo: amigos, parentes, amantes...).

Mas a proposta do novo Secretário da Saúde Armando Raggio era que eu assumisse a 1.^a Regional de Saúde de Paranaguá (litoral) para desenvolver um trabalho integrado dos sete municípios beira-mar existentes no Paraná. Devido à dispersão da população que ocupa muitas ilhas e também aos problemas específicos das cidades de veraneio. Eu já tinha feito um ensaio sobre o assunto. Dona Gorda não gostou. Passaria a semana navegando pelo litoral. Felizmente para ela, houve pressão de outro nome para o cargo, indicado pelo PFL de Paranaguá, partido que havia vencido as eleições. A coincidência era que o nome indicado para tal cargo tinha sido meu colega de faculdade, e eu, na época, seu calouro. Durante nossa passagem pela universidade, ele era pró-ditadura militar e, dessa forma, fomos adversários. Eu ganhei as duas disputas eleitorais. Disseram-me que, quando ele soube da minha indicação, foi categórico: “Não vou perder a terceira pro Lauro”. Ele permaneceu nos dois mandatos do novo Governador, companheiro dos militares durante toda a ditadura, como ele.

O ensaio “Saúde Pública – Litoral do Paraná” ficou no estudo preliminar que elaborei em fevereiro de 1993. Por outro lado, foi bom, permaneci na capital, aperfeiçoando o projeto das malformações congênitas de face.

Na primeira reunião da diretoria da SESA, na qual eu, como 4.º Escalão, evidentemente não participava, o Diretor Geral Luciano Ducci pediu minha demissão partindo do mesmo princípio: “Lauro é nosso adversário político e ainda por cima amigo do antigo governador.” Uma cópia fiel do que já tinha acontecido no governo anterior. A resposta do Secretário foi igual à que dei na famosa reunião, doze anos atrás: “Vamos esperar um ano de avaliação da chefia responsável pelo serviço. Em caso de incompetência comprovada, ele será demitido”. O diretor que havia pedido a minha demissão era do Alto Escalão. Somente tive conhecimento do fato anos mais tarde. Aconteceram nos primeiros meses desse governo duas situações das quais jamais esqueci. Um dia, no corredor da SESA, numa roda de quatro funcionários, esse diretor chegou e foi cumprimentando a todos. Na minha vez, estendi o braço, mão aberta, mas ele cumprimentou a pessoa ao meu lado. Fiquei sem saber o que fazer com a mão. Houve um constrangimento geral, todos se calaram, e eu, pálido, me retirei. Meses depois o mesmo fato. Dali em diante, quando sentia a aproximação daquela figura, imediatamente sumia do local, evitando assim a repetição da humilhação. Perguntava-me: “Por quê?”. A figura era funcionário da prefeitura de Curitiba na área de saúde.

O tempo passou e Luciano Ducci retornou para a Secretaria Municipal, e aproximava-se nova eleição. Candidatou-se a deputado estadual. Pediu uma reunião comigo no CAIF. O nosso serviço é submetido à auditoria pelo município, por ser gestão plena (administra os recursos financeiros oriundos da União). À pergunta. “Há dificuldades no relacionamento do serviço com os auditores?”, respondi que sim. Foi elaborada uma agenda para a reunião na sede da Secretaria Municipal da Saúde com a convocação dos

profissionais envolvidos.

Ao chegar na sala do gabinete, a secretária informou-o da minha presença. Ele se deslocou e foi me cumprimentar, pedindo alguns minutos para encerrar um trabalho. Ao entrar no recinto da reunião, outra vez o cumprimento das mãos. Terminada a reunião, outra vez suas mãos me tocaram. Levou-me até a porta do elevador, mais um cumprimento. Chegando o elevador, como o papo ainda não estava encerrado, desceu junto. No térreo do prédio houve o último aperto de mãos, o de número cinco.

Ele queria o endereço dos milhares de pacientes para mandar publicidade de sua campanha eleitoral. Evidentemente eu não forneci, até porque a lei proíbe. O que faz um ser humano mudar tão radicalmente de atitude? O fato de ser candidato altera a personalidade? A pessoa é educada e trata bem seus semelhantes apenas em troca de algum retorno? Como uma pessoa assim pode representar a sociedade? O personagem foi eleito deputado estadual.

ENQUANTO ISSO...

OS POBRES QUE OS POLÍTICOS NÃO SABEM QUE EXISTEM

Recebo a visita de uma mãe e sua filha de 11 anos de idade. A senhora mãe de meia-idade, meio gorda, começa a contar uma longa história. Ela morava em uma favela no interior do estado, quando nasceu o bebê que foi abandonado pela família biológica. A menina tem uma malformação rara. Fissura com abertura central inferior, que inicia na língua, continua na mandíbula e desce até o tórax.

Tinha sido operada com 10 meses de idade por um médico pediatra local, que descreveu o caso e, sendo raro, recebeu publicação em uma revista

médica. No relato publicado referiu-se que somente 48 casos haviam sido descritos pela literatura mundial até a data da cirurgia em 1983. Ela me entregou uma cópia da publicação e do prontuário do Hospital de Reabilitação de Bauru-SP, no qual passou a seguir tratamento. O médico pediatra somente tinha fechado a fissura dos tecidos moles. Bauru fez um enxerto usando uma fração do osso da costela da paciente para preencher o espaço, unindo, assim, a mandíbula.

No total ficou 11 anos em tratamento e acabou recebendo alta em Bauru. O enxerto bloqueou o crescimento da mandíbula. Dessa forma, a paciente não conseguia fechar a boca.

Usava uma toalha de rosto para receber a saliva que escorria. A mãe, depois de muita conversa, disse que tinha vindo a Curitiba porque não aceitava a alta do tratamento e acreditava que deveria haver um jeito de sua filha fechar a boca.

Eu olhava aquela moça, sentada a poucos metros, corpo curvado, os cotovelos sobre as pernas, as mãos segurando a toalha para encobrir a boca, olhos tristes na minha direção. Eu pensava: “Teve alta do mais famoso centro de reabilitação de face do Brasil. Que poderia ser feito?”

Levei a paciente até os dentistas para uma avaliação. Os dentes necessitavam de tratamento básico, que foi iniciado na sua chegada, em 27 de julho de 1994. No preenchimento do prontuário, a primeira dificuldade: o endereço. Moravam em uma área de invasão num bairro de Curitiba. Estava em formação mais uma favela na cidade de **Primeiro Mundo**, como era definida pelos políticos de plantão. Portanto, não havia nome de rua e muito menos número. Salvou um telefone residencial, pois a mãe estava trabalhando como empregada doméstica.

Fotografei a paciente de todos os ângulos e, depois de reveladas as fotos, fui até a faculdade de Medicina da Universidade Federal. Fui recebido pelo professor da disciplina de cirurgia plástica. Olhou as fotos e pediu que eu

as deixasse com ele. Um dos seus residentes iria participar de um congresso internacional em São Francisco, na Califórnia – USA.

Meses depois recebo a visita do congressista recém-chegado. Falou-me que havia mostrado o caso e que despertara interesse em muitos profissionais. Foi consenso no congresso o uso do distrator — técnica do médico russo Ilizarov. Pedi que me explicasse numa linguagem para o leigo.

O distrator, dizia o médico em minha sala no Caif, era um aparelho que, após secção, ou seja, corte em duas laterais da mandíbula, seria fixado nessas partes, então separadas, mantendo um distanciamento entre elas. O espaço é aumentado diariamente pela manipulação do distrator, provocando, assim, a formação de dois calos ósseos que leva ao crescimento da mandíbula. O russo desenvolveu a técnica, provocando o crescimento do osso da perna mais curta de um paciente, comparando com a perna normal. Perguntei: “Onde são vendidos esses distratores?” Ele respondeu: “São fabricados na Alemanha.” Quando perguntei o nome da fábrica ou empresa, ele foi sincero: “Esqueci esse detalhe.” Agradei-lhe a sua participação e pensei: “Vou ao consulado alemão.” Levei as fotos e solicitei à funcionária do consulado que tentasse providenciar um catálogo do fabricante daquele aparelho, esclarecendo que o Ministério da Saúde alemão poderia ajudar na pesquisa.

Passaram-se mais alguns meses e recebi via consulado o meu pedido. O catálogo mostrava vários modelos e seus valores. No nosso caso, seriam dois distratores duplos no valor de oito mil marcos alemães cada um. Fui até a diretoria financeira da SESA, pedindo que importassem os dois aparelhos. O diretor fez a pergunta padrão: “Será utilizado em quantos pacientes?”. “Inicialmente em uma paciente” – respondi. Ele começou a rir, foi falando que o Estado não estava preparado para a tecnologia de ponta que eu queria implantar. Ele nem sabia que eu não conhecia nenhum médico em Curitiba com conhecimento da técnica. Eu não me preocupava – tinha certeza

de que acharia um profissional em outro estado, ou de outro país. Saí frustrado da Secretaria, mas já planejando uma audiência com o cônsul alemão.

Cheguei com catálogos, fotografias, justificativas (em português) e um pedido, por escrito, de doação para o governo alemão. O cônsul, com um português enrolado, foi falando que a cota de cada consulado era de dez mil marcos. Devido à minha persistência, prometeu mandar o pedido para a embaixada alemã em Brasília, que daria a palavra final. Mais um período de espera.

Algum tempo depois, recebi a visita de um médico cirurgião plástico, formado na Federal do Paraná e fazendo mestrado na USP. Conversamos inicialmente amenidades sobre o serviço de malformações de face. Para sentir melhor o seu saber no assunto, tirei da minha gaveta fotografias da paciente e fui perguntando: “Nesse caso, como seria a reabilitação?”. Ele sorriu e disse: “Usaria a técnica de Ilizarov.” Eu, mais que depressa: “E o distrator?”. A resposta: “Eu tenho, é a minha tese de mestrado.” Fiz a segunda pergunta: “Você acredita em Deus?”. Ele ficou calado com a pergunta, provavelmente questionando mentalmente o porquê dela. Complementei: “Foi Deus quem mandou você aqui”.

Levei mais de uma hora contando toda a história da cliente. Acertamos que eu a chamaria para consulta inicial. Após sua partida, imediatamente liguei para a casa da patroa da mãe. A resposta: “Ela não trabalha mais aqui, é uma péssima empregada.” Perguntei se ela tinha mais informações sobre sua atual moradia e a resposta foi “não”. Era uma sexta-feira, orientei um funcionário da Secretaria, para que na segunda-feira pegasse um carro do Estado e fosse procurá-la na área de invasão da nova favela.

Entreguei fotografias, com as quais seria fácil encontrá-la, pois tinha uma face que chamava a atenção.

De fato, conversamos na semana seguinte e marcamos uma data para a vinda do médico de São Paulo para a primeira avaliação. Nesse ínterim

recebi informações do consulado que o meu pedido tinha sido aprovado e seria encaminhado pelo governo alemão. Imediatamente conversei com um médico otorrinolaringologista do serviço, que reclamava muito das condições do instrumental de trabalho no centro cirúrgico. Forneceu-me um catálogo alemão para cirurgia de ouvido.

Ao entrar no consulado, pedi a troca dos equipamentos O alemão foi taxativo: “Vocês, brasileiros, não sabem o que querem.” Conteí outra vez toda a história e lhe falei que eu queria apenas trocar os distratores por instrumentais, no mesmo valor já aprovado pelo governo. Contrariado, disse que teria de submeter outra vez à apreciação da embaixada alemã no Brasil. No começo do ano seguinte, em janeiro, houve a solenidade de entrega da linda caixa de instrumental alemão. A entrega foi noticiada pela imprensa. Hoje, infelizmente, não existe mais consulado alemão em Curitiba. Agradeço sempre pela paciência e pela doação dos instrumentais de alta qualidade usados até o presente momento.

Com a presença de um professor catedrático da USP e orientador da tese de mestrado do aluno paranaense, em junho de 1996 foi realizada a cirurgia. Ficou marcada na história da cirurgia plástica corretiva como a de número dezessete realizada no Brasil.

Mas o tratamento foi demorado. Após o aumento da mandíbula, iniciou-se uma correção ortodôntica para retirada do enxerto de costela, pois se criou um espaço sem a presença dos dentes, o que resultava em prejuízo para a estética da face.

Passei a cobrar a presença da mãe da paciente, porém soube que ela estava trabalhando como babá e seu relacionamento com a mãe era péssimo.

Chegou às minhas mãos um documento datado de 16 de setembro de 1986, que reproduz sem dar nomes: *“paciente é filha adotiva; foi abandonada com dois dias de vida devido aos problemas de saúde*

apresentados ao nascer. A mãe adotiva não sabe informar nada sobre os pais verdadeiros; a paciente foi registrada como filha legítima. Os outros dois irmãos são também adotivos. Um é filho de uma senhora conhecida da mãe que, por ter problemas mentais, não teria condição de criá-lo. Assim justificado, foi adotado. Tem mais uma criança que foi encontrada na porta da casa da supermãe que não rejeita adoção. Tem problemas renais, estava com um ano e meio, não andava e nem engatinhava. A mãe adotiva dedica-se exclusivamente ao trabalho para sustentar as três crianças, não contando com a ajuda de ninguém; não quis arrumar outro marido com medo que este não aceite as crianças. O 1.º marido desquitou-se dela e não a ajuda em nada.” Em tempo: A cliente e o menino estão registrados também como filhos do marido, embora o registro tenha sido feito quando o desquite estava em andamento. A terceira criança está registrada somente no nome da mãe.

Outro fato chamou minha atenção: o primeiro adotado – menino – nasceu em 24/01/81; a nossa paciente em 4/02/83 e o terceiro, em 22/04/85. Todos registrados em cartório de registro civil como filhos legítimos. O correto seria a adoção via processo judicial. Porém, não foi a conduta adotada pela família, pois, além de o processo de adoção no Brasil ser longo, com certeza, as três crianças não seriam entregues a uma única família (mãe) de origem tão humilde. E não haveria um espírito humano de solidariedade entre as outras famílias, adotando as crianças e dividindo então, a responsabilidade das suas criações.

Ao ter conhecimento desses fatos, veio outra informação: “Muitas pessoas adotam crianças excepcionais para facilitar a arrecadação de recursos financeiros, para não precisar trabalhar.” Questiono essa afirmação. Cuidar de três crianças nessas condições, é impossível imaginar qual tarefa é a mais difícil. Para amenizar minhas dúvidas, acionei o Conselho Tutelar de Curitiba, que fez visitas e questionamentos. Não obtive a resposta definitiva, mas as informações confirmaram o uso de crianças abandonadas como fonte

de sobrevivência. Para mim é muito difícil pensar profundamente no assunto.

A nossa querida paciente, que toda a nossa equipe conhece bem há 11 anos, teve todo o nosso apoio e buscamos alcançar o término de seu tratamento. Atualmente, ela passou a trabalhar, interessa-se por rapazes, enfim, apresenta um comportamento de qualquer moça de sua idade.

Em 2006, já com a posição dos dentes corrigidos, teve retirado o enxerto de costela, assim os dentes passaram a ocupar a posição normal de qualquer dentição perfeita.

Dante Alighieri dizia que a geografia dividia o universo em três partes: **“Nas alturas, o céu, morada da Santíssima Trindade. Nas funduras, o inferno, morada do Diabo e dos anjos das trevas. No meio, encruzilhada de caminhos, estava a terra.”** Nessa concepção, pergunto: Onde está geograficamente situada a personagem central da história acima que adotou três crianças com problemas?

Só tenho uma certeza – a “menina” está feliz. Casou-se e mora em Santa Catarina.

*

Já citei que o governo que criou esse Centro de Reabilitação, provocou também a extinção da Fundação que viabilizava o atendimento de saúde do estado. Em substituição, criou o Instituto de Saúde – ISEP. Enquanto na primeira situação eram empregados celetistas, depois da modificação, foram efetivados como funcionários públicos e suas aposentadorias passaram para o Instituto de Previdência do Estado. Como eu não fui efetivado por ser cargo comissionado e ilegalmente deixaram de pagar o INSS, passei a ser descontado para Instituto de Previdência do Estado [IPE]. Não sendo efetivo, deixei de ter direito a qualquer tipo de aposentadoria ou do IPE ou INSS.

Outras pessoas estavam na mesma situação e começaram,

politicamente, a buscar de solução. Soube que os bem apadrinhados subservientes e bajuladores tiveram êxito e passaram para o quadro estatal, atitude distante de meus princípios. Ao consultar um advogado, foi-me sugerido o pedido de aposentadoria, pois tinha tempo de serviço e fazia dedicação exclusiva ao Estado. Protocolo o pedido em 17/09/1994.

O governador Requião saiu candidato ao senado e pediu exoneração do cargo para cumprir a lei eleitoral. Assumi o vice Mario Pereira, meu companheiro de pensão em Medianeira. Fiz o pedido formal e não “saí à cata” do governador para concretizar o pedido. Terminou o mandato. Novo grupo, adversário político, assumiu o poder.

O Secretário da Saúde soube da minha situação e disse que iria fazer alguns contatos. O processo passou a ter agilidade que eu não sabia. Apenas tive conhecimento dos pareceres muito anos depois “...considerando as condições individuais do servidor que devem ser analisadas principalmente quanto à prova de filiação à previdência estadual e contagem de tempo privado, entendo ser possível o deferimento do pedido, ratificando os termos do Parecer 241 PGE, desde que os proventos sejam calculados proporcionalmente ao tempo de serviço público desenvolvido” Curitiba, 22/março/1995. Fui aposentado. O valor líquido era correspondente a quatro salários mínimos. Como continuei no cargo de confiança, com o mesmo código de cargos/salários, esse valor é multiplicado por dois. O processo é encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado. Passado algum tempo, o secretário, justificando a aposentadoria, encaixa-me no valor exato de chefe do CAIF que era a metade do salário recebido. Não me queixo, faço as 40 horas semanais e o salário está dentro do padrão do serviço público.

Acontece novo fato: o retorno do processo de aposentadoria acaba nas mãos de um funcionário muito preocupado com as leis, decretos e erros dos outros e estuda o assunto com profundidade e dá o parecer: “é impossível a aposentadoria de mero detentor de cargo comissionado”. O linguajar deixa

perceber a formação em Direito Administrativo e, de fato, uma preocupação com a lei. Mais de sessenta cargos comissionados tiveram também a mesma aposentadoria. Anos mais tarde soube que alguns não perderam e continuaram.

Para complementar a situação: o processo retorna por haver erro na contagem de tempo. Fiquei um ano e quatro meses aposentado e como foi cancelado, somei uma grande dívida e teria que restituir aos cofres do Estado. A partir de janeiro de 1998, o meu salário passa a ser de um salário mínimo e meio.

Iniciou-se um desconto de 20% do meu salário, a fim de ir amortizando a dívida que “contraí”, segundo eles, como aposentado. Contrato um advogado para que suspendam o desconto. Segundo ele, apesar de ter feito um pedido de aposentadoria, foram as autoridades superiores que a concederam, e elas que deveriam a arcar com a dívida.

Maior de 1998: retiram o desconto, e meu salário até dezembro de 2002 passou a ser de dois mínimos. Esse é o resumo de minha aposentadoria como servidor público. Até a data em que escrevo estas memórias, foram descontados do meu salário 22 anos ao IPE e 20 anos ao INSS: 42 anos de contribuição! Gostaria de ter de volta tudo que me descontaram, devidamente corrigidos.

ENQUANTO ISSO...

A MÃE QUE NÃO FALA O PORTUGUÊS

Uma índia da aldeia Manairisu, interior de Rondônia, chega com a filha fissurada em uma tarde de extremo frio na capital. A casa do índio tinha colocado um vestido de inverno sobre a tanga, mas ela não sabia como usar, pois o vestido atrapalhava os movimentos das pernas. Ela movimentava

aquele estranho pano jogando de um lado para o outro. Sugerimos à acompanhante que na próxima vinda trocasse a saia por uma calça comprida. Nos pés, uma sandália havaiana, que trouxe muita preocupação. A temperatura muito baixa podia provocar uma gripe. Ela não falava nem entendia o português. Por intermédio da técnica de enfermagem da FUNASA que atuava como tradutora, fui perguntando por que a recém-nascida não fora eliminada. Ela respondeu: “Todos na aldeia queriam que eu jogasse fora, pois tinha nascido estragada” e complementou: “Ela é muito bonitinha”. Assim a criança foi salva.

Além do problema da filha, a mãe estava com poucos dentes. Mandeí a dentista tratá-la. Ao preencher o prontuário, perguntaram a idade. A enfermeira riu e disse que iria fazer a pergunta. A índia não respondeu nada. A equipe não sabia que os nossos índios mais distantes da civilização não têm idade.

Fiz contato com um amigo funcionário de uma relojoaria da Cidade e pedi tênis, meias e roupas de inverno. Após a descrição do fato, a pergunta: “Qual o número do tênis?”. No outro dia, após a chegada da índia, coloquei seu pé em cima de uma folha de papel em branco e fiz o contorno com a caneta para dar a noção do tamanho. O desenho ocupava todo o espaço da folha. No dia seguinte recebemos o tênis e as roupas.

Deitada na cadeira do dentista para iniciar a extração dos dentes sem recuperação, a auxiliar odontológica já tinha colocado uma toquinha em sua cabeça, um óculo de proteção, só faltava o par de tênis. Com muita dificuldade foi colocado o sapato já usado, com as meias de inverno. O dentista, sabendo que ela não entendia a nossa língua, foi dizendo: “Está sendo criada a maior confusão no pensamento desta índia. Ela, quando chegar à aldeia, vai contar que estava deitada com um cocar horroroso na cabeça, uma folha transparente cobrindo os olhos e os pés enfiados numa concha apertada. E foi assim que me tiraram o dente”.

A índia foi fotografada antes do início do tratamento e mostrada para nossa auditora – funcionária da prefeitura de Curitiba – que havia necessidade burocrática para aprovar o pagamento da prótese a ser colocada. A justificativa foram as péssimas condições daquele ser humano que fazia refeição ingerindo

raízes e animais selvagens abatidos e mal cozidos. Como deveria ser difícil, além da dor ao mastigar, a longa e dolorosa digestão.

O pedido de aprovação para o pagamento da prótese pelo Ministério da Saúde teve a resposta da Auditora: “Vocês sabem que o serviço tem verba somente para as pessoas possuidoras de má formação de face e a índia é apenas a mãe de uma recém-nascida com fissura. Façam um pedido em papel timbrado, que eu encaminho ao ministério para apreciação”.

*

A minha situação econômica era precaríssima. Meu irmão tem uma casa em Serra Negra, vilarejo a meio caminho entre Antonina e Guaraqueçaba.

São 40 km de estrada de terra. A pequena casa fica às margens do rio com o mesmo nome, rio Serra Negra. O local é lindo. O verde da Serra do Mar tem três tons. Quando tinha folga em fim de semana descia a serra. Sentado na varanda sobre o rio, ficava encantado.

O mano tem um pequeno barco de alumínio com um motor de 15 HP. Da casa até a baía de Paranaguá leva cerca de uma hora de barco. Na viagem, tanto na ida como na volta, o barulho do motor fazia surgir na margem direita da descida, um menino com aproximadamente oito anos de idade e sempre vestido com uma camiseta do time de futebol Palmeiras de São Paulo. Para mim, ele lembrava o Ademir da Guia, pela simpatia e pela postura ereta como sempre tivera o grande jogador. Cumprimentava-o, acenando com as mãos e era correspondido com um lindo sorriso. Sua casa não era vista do barco. Na margem do rio de onde “Ademir” acenava, uma pequena canoa ancorada sem motor. Seu pai usava o remo para pescar ou deslocar-se até a vila ou a cidade de Guaraqueçaba. Eu imaginava o pensamento do piá: “Esse pessoal rico que anda de barco motorizado deve vir da capital. Quando crescer vou também trabalhar em Curitiba, ficar rico como eles e compro um barco

igual para meu pai.”

A minha fantasia ia mais longe, chegava a ponto de imaginar uma conversa com ele – eu diria: “Não saía daqui, isto aqui é muito bonito. A vida com gente hipócrita tem em todo lugar, mas quanto maior a população, maior o número desses seres pensantes e hipócritas”.

Reforço aqui a hipocrisia de meus superiores, os de alto escalão (coturno); eles tratam você como um ser inferior quando são contestados em alguma posição administrativa. Têm vontade de cuspir em sua cara.

Continuando meu diálogo imaginário com o menino: “Além disso, Curitiba é uma cidade cheia de favelas e muita violência. Sei que aqui também tem violência, mas é muito pouca. Se fosse para começar de novo, não teria saído para a cidade das grandes oportunidades. Dinheiro para comer e comprar o estritamente necessário, com certeza você tem aqui. A ganância, a inveja, a briga para ter sempre mais, tudo isso não tem fim. Eu nunca senti isso, mas vivencio, e sofro, no dia-a-dia do trabalho. Comumente, escuto: “*O meu salário tem que ser aumentado, não estou conseguindo pagar a prestação do carro*”.

“Menino, não saia daqui.”

MARIA FUMAÇA – A VOLTA

O devaneio levou-me a lembranças de quando eu tinha a idade daquele menino que surgia no meio do mato, vestido com a camiseta do Palmeiras. Na minha infância o meio de transporte era a Maria Fumaça da rede federal.

O lento trem fazia a ligação do litoral com a capital. A lembrança começa a ficar clara. A Maria Fumaça tinha dois horários. Saía de Curitiba bem cedo e logo após o almoço. Junto à máquina a vapor, o vagão de transporte, que incluía a correspondência do Correio, depois os vagões de

segunda classe e, finalmente, os de primeira. Apitando, ia deixando a cidade grande.

A primeira parada não era uma estação, era uma pequena plataforma de madeira ao lado do Leprosário São Roque. Algumas freiras aguardavam o lento desembarque dos doentes com mutilações de lepra nos braços, pernas e, às vezes, no rosto. Era constrangedor. Poucos olhavam o desembarque.

Em seguida, agora sim uma estação de verdade, parada na cidade de Piraquara. Muita gente descia. Era e continua sendo uma cidade-dormitório. O apito de partida vinha do chefe da estação, todo uniformizado, com quepe de militar vermelho, distintivo da rede ferroviária, paletó, gravata também vermelha, enfim, era o comandante. Tinha uma sequência de sons até o apito final da Maria Fumaça. Dali partia para Roça Nova, cujo nome identificava a vila de agricultores que abastecia com frutas e verduras o mercado de Curitiba. Saindo da vila, entrava no maior túnel da viagem com mais de 1 km.

No meio do caminho, a estação de Banhado. Ali a parada era mais demorada. A máquina desligava-se dos vagões, ia reforçar o carvão e encher a sua caixa d'água, para continuar a lançar no ar a fumaça de seu nome Maria e iniciar a descida da serra. Na parada à maioria dos passageiros desembarcavam para fazer um lanche. Era o ponto mais alto do traçado da ferrovia e chovia diariamente. Daí o nome da estação: Banhado. Nesse tempo, dava para fazer o lanche com tranquilidade. Bolinho frito, cocada, pé-de-moleque, pastel, sonho, café com leite, gasosa e também, num cantinho do balcão, a pinga morreteana para os mais velhos.

Na viagem surgiam outras estações com lindas imagens, como o Véu de Noiva, uma cachoeira comprida como um véu. Depois vinha Marumby, onde se aventuravam os alpinistas e os montanhistas para escalar o pico com o mesmo nome. A estação: Engenheiro Langue, um dos responsáveis pela construção.

Depois, a parada era em Porto de Cima, onde nasciam rios e foi o ponto alto de desenvolvimento do Estado, dois séculos antes, quando era industrializada e beneficiada a erva-mate produzida no primeiro planalto do Paraná. Era o produto de sustentação econômica do Estado. A erva-mate depois de embalada, descia o rio Nhundiaquara por meio de barçaças. O principal importador era a Argentina. O produto era transferido aos navios na baía de Paranaguá.

A estação seguinte foi inicialmente chamada de Porto do Meio. Mais tarde, por estar cercado de morros, recebeu o nome definitivo de Morretes. Nessa parada tem uma extensão ferroviária que levava até Antonina, também porto. Depois vinha a estação de Alexandra e, finalmente Paranaguá.

Viajei anos vivendo os sonhos de jovem. Em toda estação crianças ofereciam sonhos. Mais tarde li de **Mário Quintana: “Nasci na era da Fumaça, trenzinho vagaroso com vagarosas paradas em cada estaçãozinha pobre para comprar pastéis, pés-de-moleque, sonhos – principalmente sonhos...”**

Tirando as lembranças da infância, foi na idade bem adulta que volta o pensamento de fazer viagens ao litoral. Vivia uma situação econômica difícil, com baixo salário e sem a minha aposentadoria.

Na mesma época, com recursos do governo estadual, foi construído um Posto de Saúde em Serra Negra. Com sala de espera, consultórios médico e odontológico com equipamento novo, banheiros, pequena farmácia, mas tudo fechado.

A situação financeira caótica me levou a conversar com o Prefeito do Município, amigo de meu irmão. Fiz a pergunta: “Prefeito, quanto você me paga para ser o dentista do posto de saúde? Trabalho meio expediente a semana inteira, mas quero utilizar o outro período para confecção de próteses e outros tratamentos.” Com um meio sorriso na sala nobre da prefeitura de Guaraqueçaba foi falando: “Pago R\$ 1.500 mil por mês e o outro período você

pode usar.” Continuou sorrindo: “De manhã você extrai dente e à tarde coloca dentadura. Como o nosso pescador não tem dinheiro, você vai receber a dentadura em peixes, camarões, ostras, caranguejos, mexilhões. Quando o paciente for colono, o pagamento vai ser galinha caipira, peru, carne de porco, vidro de palmito sem registro legal ou então produtos naturais como, em lugar da galinha caipira, um jacu ou jacutinga. Em lugar do porco, carne de paca, anta, capivara ou veado mateiro.” Fiquei pensando, vou montar em Curitiba uma peixaria com produtos naturais do litoral. Vai chamar-se Peixaria e Produtos Naturais Dona Gorda.

Vivi sete anos com salários irrisórios. No quadro de pessoal público, era e continua sendo o mais baixo, mesmo comparando com o dos funcionários de nível médio. Quando foi instalado o serviço de reabilitação, criaram três pequenos cargos comissionados. O serviço cresceu, foi feito um novo organograma, que não saiu do papel.

Peço audiência com o Secretário da Saúde em dezembro de 1998 e levo o meu pedido de demissão. Estava disposto a morar no litoral. O salário seria o dobro para meio período e, o mais importante, passaria a recolher novamente o INSS. Com mais cinco anos de contribuição teria direito à aposentadoria.

Na situação em que me encontrava, não me sentia seguro para disputar o mercado em Curitiba. Estava 15 anos longe do consultório. A sofisticação do atendimento me levaria de volta ao banco escolar de odontologia. O atendimento em Serra Negra seria o básico e, com pouco tempo de trabalho, resolveria os problemas dentários daquela população com pequena condição sócioeconômica.

O secretário ouviu toda a minha decisão e fez uma contraproposta: ***“Vou pedir ao governador um cargo comissionado mais alto, nem que seja do Palácio, assim, você recebendo mais, começa a pagar como autônomo***

o INSS. Me dê 30 dias”.

Na data marcada estavam presentes o Secretário, o Diretor Geral e o Assessor Jurídico. O Secretário iniciou desculpando-se: ***“Lauro, infelizmente não existe cargo comissionado com um valor justo pelo seu trabalho. Chamei o presidente da AFISSUR e acertamos que você vai ser contratado como odontólogo com registro em carteira do trabalho. Assim, daqui a cinco anos, repetia, você pede sua aposentadoria. O salário será igual ao médico cirurgião plástico que trabalha como autônomo e recebe por RPA – foi feita a média dos últimos 12 meses.”*** Questionei: ***“Tendo cargo comissionado com dedicação exclusiva não ocorre ilegalidade?”***. O advogado participante, cujo nome não lembro, esclareceu: ***“Não existe dedicação exclusiva, você, como dentista da Associação, pode trabalhar fora do horário de expediente exigido pelo Estado, o que não pode acontecer é o pagamento ser realizado com recursos do tesouro estadual, pois o Tribunal de Contas veta. Explicamos ao presidente da filantrópica que seu pagamento terá que vir de outras fontes de renda”***. Abandonei a idéia de Serra Negra.

Aquele novo e equipado posto de saúde nunca foi utilizado por nenhum profissional de saúde. Os pescadores ganharam uma bela obra arquitetônica equipada

Durante o primeiro ano do novo governo o CAIF/AFISSUR sobreviveu com um faturamento ambulatorial de R\$ 10.000,00 – média da produção ambulatorial de 1995. O Hospital mantinha o nome de Mauro Senna Goulart e estava no final da reforma da área física e compra de equipamentos. O Secretário discutia com o alto escalão da SESA o “perfil” do hospital reformado e ampliado. Enquanto isso, os nossos profissionais ou trabalhavam como voluntários ou recebiam um salário simbólico.

A compensação do ano foi a visita do Padre Ceconello e do médico,

ambos muito sorridentes, anunciando: “Lauro, resolvemos o problema de estada dos pacientes e familiares do interior e de outros estados. Hoje temos 60 vagas e fica a algumas quadras daqui.” Tinham achado novo espaço físico. Não acreditava no que estava ouvindo, e eles explicavam. No passado o hospital destinava-se a pacientes com tuberculose. Estava localizado fora da cidade com uma área física enorme. No extremo norte do terreno, foi construída há muitos anos a Pousada do Imigrante, pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Construção de madeira, muito anos abandonada.

“Consegui autorização e recursos financeiros para sua recuperação. Trocamos de nome para Casa de Apoio. Vamos até lá, queremos que você conheça” — fala o Padre, super alegre. Atravessamos pela lateral do hospital, cruzamos a via rápida construída para atender o crescimento da cidade, do outro lado, uma rua sem saída, com casas de ambos os lados. São casas até hoje ocupadas por funcionários do hospital, em especial pelas Irmãs de Caridade sucessoras das que nasceram com o hospital.

Chegamos ao local na rua Sebastião Malucelli, tendo do outro lado um quartel da Polícia Militar do Estado.

Tudo era muito grande. Falei a eles que nós ocuparíamos o mínimo do espaço disponível. Propus uma reunião com a direção do hospital, porque com certeza eles também tinham problemas idênticos aos nossos. Eles não concordaram. Primeiramente vamos aguardar a experiência com seus pacientes. O tempo definirá a nossa posição.

Aí começaram as situações inusitadas, situações que só vivendo para acreditar ser verdade. O nosso serviço estava com a 3.^a Assistente Social. Era kardecista e foi categórica: “Eu não irei em hipótese alguma manter relacionamento com os dirigentes da Casa de Apoio, não levarei nenhum paciente ou familiar para se hospedarem lá.” Funcionária pública do antigo INAMPS à disposição da SESA. Como não tínhamos recursos para contratação de uma substituta, nós, eu em especial, levava os pacientes e

familiares para o alojamento. Cada vez mais deixava de entender as filosofias religiosas das pessoas.

O Padre Ceconello, para conseguir a liberação jurídica da área, criou uma Associação com seu nome. Como havia repasses financeiros da prefeitura, ele não podia ficar com uma ocupação simbólica. Para não perder a concessão, começou a fazer internamento de dependentes de droga, pessoas de 30 a 60 anos de idade.

Com o passar do tempo, as dependências estavam totalmente ocupadas por essas pessoas, que também merecem o apoio de todos. Ficamos outra vez sem alojamento para os nossos.

O Padre é motivo de orgulho para todos nós. Hoje, além dos dependentes de drogas, ele realiza trabalho nos municípios vizinhos de Campina Grande do Sul e Quatro Barras, em apoio aos pacientes deficientes mentais que têm alta do Hospital Aduino Botelho da SESA e sem destino. Tem também um abrigo para crianças entregues pelo Conselho Tutelar para adoção ou preparo para retorno familiar.

Entramos no segundo ano da administração do novo governo. O hospital está pronto. Ficou decidido que passaríamos a fazer ali nossas cirurgias. O secretário levou-me a conhecer o centro cirúrgico com quatro salas. Escolhi a maior de todas. Ali funcionaria também a reabilitação de pacientes com defeitos de extremidades – pés e mãos – a ser feita por um médico do Hospital de Clínicas.

Foi instalada também uma maternidade, visto que a pública existente com o nome do Médico Victor do Amaral estava em reforma. O hospital atuaria também nos problemas de saúde do trabalhador.

A denominação Mauro Senna Goulart, indicada pela administração passada é substituída, após votação na Assembléia Legislativa do Estado, por Hospital do Trabalhador.

O DRAMA PARA CONSEGUIR DINHEIRO PÚBLICO PARA SAÚDE

O faturamento da AFISSUR como credenciada ambulatorial teve a média mensal em 1996 de R\$ 12.000,00. Era ainda muito pouco. Em 24 de junho de 1996 foi assinado o Termo Aditivo n.º 1 do convênio n.º 099/93, com repasse, no valor de R\$ 30.468,00/mensal do orçamento do Estado para o pagamento dos procedimentos cirúrgicos realizados no Hospital do Trabalhador (HT). O faturamento das AIHs fica com o hospital. Constava também no convênio que o uso da sala cirurgia, dos leitos, os medicamentos, a esterilização, os anestésicos e instrumentais comuns seriam de responsabilidade do HT. Cabiam à AFISSUR despesas com pessoal em todos os níveis hospitalares; equipamento e instrumental específico para o tipo de intervenção. A assinatura do convênio teve como testemunhas a vice-governadora e este contador de história. Foi um grande avanço. Não esqueço as palavras dirigidas diretamente a mim pelo Secretário: “Lauro, o faturamento ficando com o HT, eles não vão criar obstáculos, pois quanto mais cirurgias vocês realizarem, maior é o faturamento deles.”

Agora tínhamos recursos do Tesouro do Estado e, como consequência, surgia um fato novo: prestação de contas ao Tribunal Estadual. Foi solicitada uma audiência para recebermos instruções das normas e leis existentes. Junto comigo, o contador da AFISSUR, e advogados do Tribunal com uma advogada que, ao saber da existência do serviço, ficou radiante. Ela era tia de um paciente, já adulto, e que muito trabalho deu a sua irmã nas idas sem fim até Bauru. “Que bom, o Paraná ter esse tipo de reabilitação”, concluía ela.

Depois de muitas conversas um dos advogados assim se expressou: “A prestação de contas será igual ao realizado no Tribunal pelas Prefeituras, quando estas recebem recursos para construção de casas populares. Explico melhor, dando exemplo. O município de Matinhos recebe recursos para

construir 100 casas populares, de alvenaria, com sala, dois quartos, cozinha e banheiro, com 90 metros quadrados de construção. Após o término das obras, o Tribunal manda uma comissão de engenheiros para dar o parecer. Se as moradias estiverem de conformidade com o projeto, as contas serão aprovadas. Se houve mudanças, como, por exemplo, de metragem ou do material utilizado e não houver comunicação à nossa instituição, a prestação de contas será vetada e o prefeito responderá criminalmente pelo fato.

No caso do serviço de vocês, queremos na prestação de contas o nome do paciente, tipo de cirurgia realizada, médico cirurgião, médico anestesista, data de internamento e de alta. Quando vencer o convênio, contrataremos uma equipe de médicos da área específica e por amostragem será convocado um determinado número de pacientes para avaliação do serviço realizado. Em caso de parecer médico desfavorável a prestação de contas não será aprovada e a Associação terá que restituir no valor integral do recurso repassado pelo Estado.”

Assim começou. Um ano depois o contador da Associação mandou a prestação de contas com dados minuciosos no que foram utilizados os recursos. Eram pagas pessoas com carteira assinada como os autônomos. Todas as prestações de contas durante anos foram aprovadas.

A avaliação por uma equipe médica nomeada pelo Tribunal nunca aconteceu. E o caso das casas de moradia foi só exemplo? Eles têm confiança nos relatórios encaminhados ou é também uma escola de aula de ficção científica que recebe o nome de Tribunal de Contas do meu amado Brasil?

O número de pacientes foi crescendo à medida que o serviço ficou conhecido e/ou quando os profissionais médicos das maternidades passaram a ter confiança.

No primeiro ano, 1992, foram realizados 11 procedimentos cirúrgicos; e no ano de 2007, 1.503. Numericamente houve um crescimento constante, porque muitas dificuldades acompanhavam esse crescimento, já

que o registro, como centro de excelência, no Ministério da Saúde levou muito tempo.

Nesses anos muitos fatos aconteceram. O número de profissionais da associação triplicou e o de servidores públicos diminuiu. Em julho de 2002 foi totalmente desativado o serviço de saúde do Instituto de Previdência do Estado –IPE. Cento e quarenta médicos a maioria, apadrinhados políticos e sem nenhum concurso, passaram a fazer parte do quadro de funcionários efetivos da SESA.

Desse total, onze fizeram opção de trabalhar no CAIF.

Apresentou-se em julho o primeiro médico cirurgião plástico, e pediu para eu não dar faltas no mês. Era mês de férias do Poder Legislativo e, como amigo do presidente da Assembléia, fazia expediente lá.

O segundo, um senhor extremamente elegante, com sobrenome da elite curitibana, apresentou-se, entregando seu cartão que tirou do bolso interno do paletó de lã preta. No cartão, embaixo do nome ilustre, lia-se: Médico Cirurgião Plástico Estético e Corretivo. Pensei: “Ótimo, não era só estético como a grande maioria dos médicos dessa área”.

Falei sobre o serviço, o volume e a lista de espera para cirurgias, a formação de toda, equipe etc., etc. O engratado, sentado na minha frente, apenas escutava. Depois de toda essa apresentação do serviço fiz a pergunta: **“A nossa sala cirúrgica atua nos dois períodos – manhã e tarde –, qual o horário melhor para o Senhor?”**. Com um sorriso sarcástico, foi direto: **“Não vim para fazer cirurgias”**. **“Veio fazer o quê?”**, perguntei. **“Fazer diagnóstico”**. Fiz nova pergunta: **“O que o Doutor fazia no IPE?”** **“Diagnóstico”**, respondeu secamente. Inverti e agora eu fui sarcástico: **“O menino que vende picolé na calçada do CAIF ao chegar uma criança recém-nascida faz o diagnóstico – fissura unilateral esquerda e se estiver mais curioso, pede para a mãe abrir a boca do nenê e o diagnóstico ficará**

completo: fissura unilateral completa (se tiver o céu da boca aberto) ou incompleta se o palato for fechado”.

Saiu, sem despedir-se.

Apresentou-se o terceiro Doutor, mesmo ritual, elegante, terno moderno, gravata impecável, cartão de apresentação – médico anestesista. Logo pensei: “Será que vai aceitar o trabalho na especialidade por ele escolhida?”

A Associação poderia dispensar um dos quatro anestesistas, fazendo assim economia na folha de pagamento. Mesma pergunta sobre o melhor horário – **“Manhã ou tarde?”** A mesma resposta: **“Não vim para trabalhar como anestesista”**. Outra vez a mesma pergunta; **“O que o Doutor fazia no IPE?”**. **“Eu sou auditor”**. **“O CAIF não é um centro de auditoria, o Doutor enganou-se na escolha”**. — respondi.

Doutor número quatro a apresentar-se: médico otorrinolaringologista. Falei dos serviços dos Fissurados e dos pacientes deficientes auditivos. Comentei o fato de termos cinco profissionais da área, todos trabalhando no período da tarde, por contarmos somente com uma sala de consultas devidamente equipada. Veio a resposta: **“Trabalhei durante quinze anos no IPE no período da manhã e a tarde no meu consultório particular, o senhor quer que eu mude essa prática?”**. **“Não, em absoluto. O senhor é que quer mudar o funcionamento do CAIF passando os cinco profissionais para manhã”**, falei.

Os outros sete que tinham feito a mesma escolha não se apresentaram. Naturalmente trocaram informações e souberam que teriam de exercer a profissão de médico.

Onde estarão lotados esses eméritos profissionais que cuidam da saúde do ser humano em Curitiba? Recebendo integralmente, falando mal do governo e acrescentando que o salário é muito baixo. Faço a mim mesmo a pergunta: se o salário é insignificante, por que não pedem demissão?

Esse é o padrão do funcionalismo público brasileiro. Os que fizeram o curso de Medicina são os mais exigentes na produção zero. Não sou contra o funcionário público, muito menos contra o médico que produz e atende o ser humano com respeito e dignidade.

E o meu sonho era de um país socialista onde todos seriam operários estatais. Pelos menos não teríamos a diferença entre analfabetos e doutores. Hoje tenho certeza de que haveria grandes diferenças. Os com poder de mando, independentemente de sua formação acadêmica, seriam os novos doutores.

ENQUANTO ISSO... NOSSO PRIMEIRO PACIENTE

Tudo começou num final de semana.

Com seu barco ancorado próximo à Ilha de Superagüi, entre Paranaguá e Guaraqueçaba no litoral Paranaense, o Governador Requião pescava quando se aproximou uma canoa com um pescador e seu filho, já adulto, com fissura dupla de face.

Vendo aquela situação, o Governador foi categórico: “Eu criei um serviço em Curitiba. Um oficial da polícia militar virá buscar o Zezinho (apelido do paciente) para o tratamento”.

Na segunda-feira, o Governador ligou para o Secretário da Saúde contando o caso e este ligou para mim. No meio da semana, apresentaram-se o Zezinho e o Tenente. De fato a situação era complicada. A maioria dos dentes do rapaz estava em estado precário. Havia necessidade de tratamento dentário e, então, esperar um mínimo de cicatrização para realizar a primeira cirurgia. Zezinho estava bem instalado no Palácio do Governo com o policial à sua disposição.

O que mais chamou a atenção no primeiro encontro foi que, colocado na sala com televisão, programa da Xuxa, que na época começava às oito

horas da manhã, ele foi ver o programa e logo voltou. Sem falar nada, muito tímido, achei que ele não gostara do programa. Sugeri que ficasse à vontade e mudasse de canal. Ele, sem jeito, cabeça baixa, respondeu: “Eu nunca vi isso”. Parado e sem olhar para mim, complementou: “Tem um rádio de pilha?”.

De fato, Zezinho vivia isolado no meio da ilha e nunca tinha se aproximado de nenhum local com rede elétrica e televisão. A família o havia isolado dos pescadores da ilha e da comunidade do nosso litoral.

Zezinho, primeiro paciente virgem de tratamento, chegou em 31 de julho de 1992 e foi operado em 8 de agosto de 1992. Tinha 21 anos de idade. Os dentes foram restaurados ou extraídos e foi realizada a cirurgia dupla de lábio. A maior dificuldade foi convencer um dos médicos cirurgiões do antigo Inamps à disposição do Estado a realizar o ato cirúrgico. Por ser decisão do governador, o médico com experiência na área fez a primeira e bela cirurgia.

Essa foi a única cirurgia realizada por um funcionário público especializado em cirurgia plástica. Foram realizadas, em 15 anos de existência, mais de 14 mil cirurgias.

A história do primeiro paciente não terminou assim. Para dar continuidade ao tratamento e realizar a cirurgia do palato, super aberto, foi agendada a segunda intervenção em dezembro do mesmo ano.

Confirmada a data, o Tenente deslocou-se para a ilha de Superagüi e voltou sem o paciente. Trouxe a notícia: “Ele e seus pais afirmaram que não há necessidade de outra cirurgia. O Zezinho está ótimo e até arrumou uma namorada”.

Não aceitei a justificativa. Era o primeiro paciente e ficaria com o tratamento incompleto. Com o palato aberto, ele continuaria com imensas dificuldades de comunicar-se mesmo que fosse somente com a futura esposa e seus pais. Esse era o seu mundo.

O Tenente, no entanto, trouxe a notícia de que ele não viria mais. Pedi o mapa da localização da moradia que ficava no meio da ilha.

Em janeiro de 1993 parti em busca do paciente. Levava alguns apetrechos de pescas e um minicolchão dobrável. Peguei a estrada de terra de Antonina até Guaraqueçaba. Lá chegando, procurei pescadores e mostrava a planta que localizava a casa do pai do Zezinho. Ele era conhecido por alguns pescadores. Depois de conversas, acertamos o valor e embarquei numa canoa

com motor central bem lento. Foram horas de viagem. A casa ficava no meio da ilha e próxima ao mar, perto de uma antiga capela. Ao lado também havia ruínas em pedras de antigas moradias. Chamava a atenção uns tipos de palmeiras não comuns na Mata Atlântica.

A família levou um susto. Zezinho e seu pai estavam remendando rede de pesca. Assustados, perguntaram: “O que o senhor está fazendo aqui?” Respondi: “Também sou pescador e vim passar uns dias com vocês”. Em seguida, perguntei se poderia dispensar a canoa que tinha me trazido. Eles concordaram. Avisei o canoeiro que retornasse dentro de três dias, era um fim de semana.

O sol desaparecendo, perguntei ao pai do Zezinho onde ficava o comércio mais próximo, pois queria comprar algumas coisas, principalmente cervejas, pois o calor de janeiro era “insuportável” – foi a justificativa. Embarquei na canoa do pai e fomos em direção à vila dos pescadores que ficava ao sul de Superagüi e próximo à ilha Rasa. Na continuidade, fica a Ilha do Mel. Era a primeira vez que chegava àquele local. Casas modestas de madeira e sem pintura, algumas de comércio ou “casa de gaivotas” como chamam os pescadores. Fizemos compra de comida, tempero e, principalmente, um isopor com gelo e cerveja. Voltamos depois de duas horas entre a vila e a moradia. No meio do caminho, um cemitério secular chamava a atenção.

A casa, com assoalho na sala e nos dois quartos, a cozinha, de chão batido. Nas conversas, principalmente com a mãe, fiquei sabendo das dificuldades após o nascimento. Ele tinha nascido na vila. Para alimentá-lo, ela tirava o seu leite umedecendo uma toalha que colocava na boca do recém-nascido que chorava o dia inteiro de fome. Eles não acreditavam que sobreviveria.

Foram morar longe porque todos os pescadores queriam conhecer o menino. Acabou sobrevivendo e cresceu sem nunca ter ido a lugar nenhum. “Quando o Tenente veio buscá-lo, ele quase fugiu de medo.” – disse a mãe.

Depois de várias cervejas, perguntei onde era o banheiro. Um olhou para o outro: “O senhor pegue o caminho que sai da cozinha em direção ao morro e use o local que achar melhor”. Difícil imaginar essa situação.

No outro dia comecei fazer uma avaliação simplória da área onde moravam. A água era farta, tinha um cano de plástico que a conduzia continuamente do morro. Era extremamente fria. Pensei: “No inverno, devem aquecer água no fogão a lenha e colocar em uma bacia para banhar-se”.

Lembrei que, quando criança, era assim o banho semanal de inverno. Nos dias da semana, lavava os pés, as mãos e o rosto. No verão, a banheira era o rio que cortava a cidade. Deveria ser também essa a prática deles.

A nossa grande diferença era a luz elétrica que havia em minha casa. Assim, a noite não era tão escura e o medo de fantasma era menor. Veio o sonho de reunir amigos e patrocinar a construção de um banheiro, com uma bacia sanitária e fossa para a descarga e um tanque para lavar as roupas. Tudo não passou de mais um sonho, pois nunca mais voltei. Ficou a lembrança da grande diferença existente entre brasileiros tão próximos.

No outro dia, fomos pescar com linha e anzol, vi recolhimento de rede e espinhel. Naveguei por uma região belíssima. Quando passamos em frente às palmeiras diferentes, o pai do Zezinho falou de sua origem. Na simplicidade de um pescador isolado no mundo, disse-me que ele era descendente de franceses, os primeiros a chegarem à baía de Paranaguá. Segundo ele, foi na ilha Superagüi onde tudo começou. Os franceses criaram a vila onde ele morava. De fato ficava perto das ruínas de pedras e das palmeiras diferentes. Além da pesca, os franceses plantavam uva e produziam vinho, completava com orgulho o pai do Zezinho. Quando os portugueses chegaram, expulsaram os franceses e fundaram Guaraqueçaba, vila que fica já no continente. Então, ali estava o início da história do Paraná. Suas palavras lembravam minha professora de História.

Como turista ocasional, fiquei impressionado com o conhecimento. Para mim o pescador não era alfabetizado. Seria a história contada de pai para filho durante gerações? Mais uma pergunta sem resposta.

Dormi duas noites. Muita conversa e eles diziam: “O Zezinho está ótimo, não é preciso continuar o tratamento”. A dificuldade da sua fala era o meu maior argumento. Propus que, se ele estava com medo da cirurgia do “céu da boca”, a equipe colocaria uma prótese para diminuir o escape nasal. Convenci.

Foi acertado o mês de agosto para o retorno do Zezinho a fim de continuar o tratamento. A justificativa do mês era a ausência dos pescadores amadores para comprar iscas e peixes. Era o mês de “menor entrada de dinheiro”, segundo o velho pai.

Em Curitiba, fiz o acerto com o Tenente. Em agosto, o militar foi até a ilha e voltou sozinho: “Quando cheguei, o Zezinho fugiu para o mato e os pais disseram que ele não iria mais tratar”. Para fortalecer o argumento, acrescentaram: “Ele já tem namorada”. Paciência, mas até hoje o primeiro paciente do CAIF/AFISSUR não teve alta.

Passaram-se meses e, um dia, o telefonema de uma mulher que se identificou como irmã do Zezinho (fato que não sabia, pois não foi comentado na ilha, apesar das perguntas que eu fazia se havia outros irmãos ou parentes com o mesmo problema).

Mas a mulher do telefonema foi muito direta: “O Zezinho é pai e seu filho é perfeito. Ele quer que o Senhor seja o padrinho”.

Até hoje o relato dessa história me emociona. “Quando será o batizado?”. “Uma vez por ano o padre faz uma visita a todas as ilhas e realiza casamentos e batizados. Quando eu souber a data, farei outro telefonema.” — foi a resposta. Estava muito honrado com o convite, mas, como era muito difícil a locomoção da capital, pensei: “Serei o padrinho de coração do menino”. Até hoje me arrependo de não ter feito o esforço e vivo planejando fazer uma visita para conhecer meu afilhado. Um dia irei.

*

Dona Alaíde, minha mãe, teria ido caso tivesse recebido o convite. Ela foi sempre um exemplo para mim. De origem humilde, seu pai, meu avô, trabalhador do campo, faleceu muito jovem. Com o tempo, toda a família transferiu-se para cidade e foram batalhar pela sobrevivência. Ela acabou costureira. Quando nasci, em 1942, ela, com 20 anos de idade. Em 1945, eu, com três anos, ela já fazia trabalho voluntário na LBA. Ensinava as mães a fazerem enxovais para seus futuros bebês. Está até hoje envolvida com a comunidade, desde a confecção de roupas de cama e de berçário do Hospital

da Comunidade, até na Associação de Defesa e Preservação do Patrimônio Cultural de Morretes. Participa do programa Fome Zero e também do programa Estadual de Leite das Crianças. Desde que fundaram a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI, é membro integrante e ocupou todos os cargos. Hoje é outra vez presidente. E o mais importante, sempre foi trabalho voluntário. Tenho orgulho de ser seu filho.

PRIMEIRA VISITA INTERNACIONAL

Um dentista da nossa equipe fez curso de doutorado em implante usando material do banco de ossos existente em faculdades de medicina. No início, havia rejeição, porém, com a continuidade e apoio de escolas médicas estrangeiras, esse obstáculo foi superado. Assim, o paciente muito novo sem sobra de osso da mesma origem embrionária, teria a fissura fechada, usando osso de outra origem, não havendo assim bloqueio da erupção de dentes permanentes. A tese foi apresentada em vários congressos internacionais.

Na apresentação da Suíça, a organização americana Smile Train (O Trem do Sorriso) estava presente e fez contato com o doutor da tese manifestando interesse em conhecer o serviço no Brasil. O congresso foi em julho e já em agosto chegaram ao CAIF o diretor técnico e a diretora de programa da ONG Americana. Com sede em Nova Iorque, tinham interesse em conhecer o nosso serviço. Foram dois dias de conversação. Ficaram encantados com o modelo assistencial.

No encerramento, propuseram uma parceria SMILE TRAIN/AFISSUR. Concluíram, perguntando: “Lauro, quais são os três maiores

problemas?” Sem vacilar, respondi “Money, Money e Money”, falando no meu português, minha única língua. “Vamos por etapa” — traduziu a tradutora.

O primeiro Money para quê? Para que membros da equipe participem de congressos nacionais e internacionais com pagamento total das despesas e também recursos econômicos para aquisição de equipamentos e instrumentais com os avanços tecnológicos que eles aprenderam nos congressos.

Veio a segunda pergunta e fui respondendo: “O segundo Money para criarmos uma casa de apoio para alojamento dos pacientes e familiares do interior do Paraná e dos outros estados brasileiros que procuram o serviço”.

E o terceiro Money? “Eu quero construir um hospital escola específico para tratamento das anomalias congênitas de face”.

A resposta foi limitante: “Vamos participar do primeiro Money, nossa organização não investe em construções”.

Depois de negociações e exigências deles, foi feito um arcabouço de parceria, que seria estudada pela direção da organização nos Estados Unidos.

Em resumo, eles pagariam US\$200 por cirurgias simples de lábio e palato para pacientes com no máximo 7 anos de idade e para famílias com rendimento anual que não ultrapassasse US\$4.000.

Também não esqueci quando me perguntaram por que o Ministério da Saúde do Brasil não sabia de nossa existência do serviço. Tentei explicar a nossa burocracia e pedi a eles que colocassem na reunião na sede em Nova Iorque o que viram aqui. Se o resultado dessa reunião tivesse demonstrado uma impressão favorável, que mandassem uma correspondência para o Ministro da Saúde.

Meses mais tarde mandaram uma resposta: “Como o credenciamento nacional era assunto interno, não cabia a eles enviar correspondência para Brasília”.

Durante a visita fizeram muitas indagações: “Por que não

poderíamos cobrar o tratamento de famílias que chegam trazendo seus filhos em automóveis BMW importados, pessoas que, no entender deles, poderiam pagar e também pacientes que tem o seguro saúde?” Eu respondia, mas eles não conseguiam entender: “O sistema de saúde brasileiro SUS é totalmente gratuito, exigir pagamento é crime”. Indignados, concluíram: “Você não pode cobrar dos que têm possibilidade de pagar, porém, de outro lado, não possui recursos para permitir os profissionais de participarem de reuniões internacionais para aperfeiçoamento e conhecimento de novas técnicas na prestação de um serviço cada vez mais avançado. Definitivamente não dá para entender vocês, brasileiros”. — complementavam.

À minha curiosidade em saber como surgiu a organização, eles, com tranquilidade, responderam, mostrando material dos serviços já prestados.

Em resumo, assim entendi, foi uma atitude política. O presidente americano – 41 st President of the United States, de 1989 a 1993, — para aproximar-se da China de Mao Tse - Tung, em atrito com a Rússia e com grande volume de chineses portadores de fissura sem tratamento, cria a organização americana. Como o número era enorme e estavam espalhados por todo o país, sugeriram um trem-hospital, que percorreria a China. Os profissionais seriam de todos os países do mundo e fariam cirurgias e transferência de conhecimento aos médicos locais. Daí o nome “o Trem do Sorriso” ou “The Smile Train”.

Os Estados Unidos investiram milhões de dólares nessa aproximação que acabou incorporando a China no mercado internacional.

Além do repasse em valores para as inscrições para congressos, a organização pagava estadia em hotel. Pessoalmente, também fui convidado a participar de vários congressos. Em Munique me chamaram para fazer parte da mesa coordenadora, que era para tratar do 10th International Congress on Cleff Palate na Related Craniofacial Anomalias. Nesse encontro ficou marcado o próximo congresso no Brasil em 2009.

Apesar de nunca ter viajado à Europa, jamais usei essa vinculação e parceria para fazer turismo pelo mundo. Minha posição foi sempre muito clara: avançar tecnicamente. Como os congressos eram, na sua maioria, na área de cirurgia plástica, os maiores beneficiados foram os médicos. Participaram em Gotemburg-Suécia 2001, Munich-Alemanha 2002, Paris-França 2002, Monterrey-Califórnia USA 2003 e Rhodes-Grécia 2004. Além dos médicos cirurgiões plásticos, outras áreas, numa pequena parcela, como dentista bucomaxilofacial, otorrinolaringologista e da educação, tiveram participação. Com o tempo iniciou-se uma inversão, os nossos profissionais passaram a ser convidados a ministrar palestras.

Quando procuravam o nosso serviço, a Smile Train não realizava mais cirurgia na China. Mudaram de conduta e começaram a dar apoio financeiro para vários serviços no mundo, incluindo a própria China. Contudo, por divergências internas na filosofia da ONG, originou-se um novo grupo.

Foi criada a outra organização americana, Operation Smile, com sede em Norfolk, Virgínia. No mesmo ano de 2000, quando recebemos a primeira organização americana, foi convidado um médico da equipe para participar, como voluntário, de um trabalho de cirurgias em um hospital em Quindao – China. Esse foi o início de um outro trabalho. Com a Smile Train temos parceria para atender profissionais de qualquer país. O repasse de conhecimento é preferencialmente de cirurgia plástica, ortodontia e fonoaudiologia. Fomos o primeiro serviço a ser credenciado por eles. Uma Professora Phd do DEP COMMUNICATIVE DISORDERS – UNIVERSITY WISCONSIN – STEVENS POINT, depois de passar uma semana conhecendo o serviço fez esta declaração: “Os estudantes americanos em geral têm a ideia de que os USA são mais avançados e melhores em todas as áreas do conhecimento humano. Entretanto, quando eu retornar para a Universidade, minha primeira atitude é passar para esses estudantes que há um local de tratamento de deformidades crânio faciais que realiza um trabalho muito

melhor do que eu já vi antes mesmo nos USA. Esse local está no Brasil e chama-se CAIF/AFISSUR. Desse modo, eu planejo realizar um programa de intercâmbio entre minha Universidade e esse Centro no próximo ano”.

A FEBRE NACIONAL DE INDENIZAÇÕES

No início da democratização brasileira, o deputado estadual (Beto Richa filho do meu amigo) propôs um projeto de lei pedindo indenização política de R\$5.000,00 a 30.000,00, para os envolvidos na luta contra o militarismo. O projeto foi aprovado em 21 de dezembro de 1995 – Lei n.º 11.255, sancionada na mesma data, que dispôs sobre indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, *que hajam ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná, ou em quaisquer de suas dependências*. O governador ficou responsável pela indicação de uma Comissão Especial composta de 9 (nove) membros para decidir os pedidos de indenização. O Decreto n.º 3.485, de 20/08/97, autorizou o pagamento que se referia à lei aprovada pela Assembléia Legislativa em 1995.

Pessoalmente eu me encaixava em vários quesitos, principalmente no que se refere a ficar detido pelo Exército Nacional. Havia prazo para protocolar o pedido. Dos meus companheiros e conhecidos, todos solicitaram a indenização. Eu, não sei de outro, não entrei com o pedido. Tinha os meus motivos particulares, mas não questionava ou recriminava os que tinham tomado a iniciativa. Era uma questão pessoal.

Em 1997, no mês e dia que não consigo precisar, houve uma solenidade no Palácio do Governo com a presença do Governador, antigo defensor da ditadura, e foi assinada a indenização. Só sei que foi numa tarde de uma sexta-feira. No sábado, na Boca Maldita – centro de Curitiba, encontrei

vários ex-companheiros de luta. O André e o jornalista Vidal me convenceram a participar de um almoço de confraternização no Hotel Promenade, onde ficaram hospedados todos os agraciados vindos do interior ou de outros estados.

Quando chegamos ao restaurante do hotel, mais de 60 pessoas já estavam na sobremesa. Conhecia um terço dos participantes. Em uma das extremidades da longa mesa, obtive um lugar para sentar, ao lado de uma companheira que tinha estudado arquitetura e fazia anos que não via.

Iniciamos nossas recordações. O garçom começou a me servir. O marido ficou sentado atrás da esposa. Moravam em Campinas (SP). Ela fez a pergunta fatal: “Lauro, eu não vi você no Palácio. Por que você não foi?”. Meio sem jeito, respondi: “Eu não pedi indenização”. Ela, surpresa, foi falando: “Você foi perseguido, preso político, sofreu todo o tipo de humilhação, perdeu emprego e não pediu indenização? Por quê?”. Respondi, falando baixo, que não concordava. “Achava que somente os que tiveram invalidez permanente ou transtornos psicológicos ou outras graves lesões físicas deveriam ter esse direito. Não achava justo o povo paranaense me pagar um valor em dinheiro, porque quando eu me envolvi na política contra a ditadura eu não havia consultado esse povo. Foi uma decisão individual e, no meu entender, os outros paranaenses não teriam que pagar.” O marido, ao seu lado, já em voz alta, falou que também era contra estar ali.

Iniciou-se uma discussão com a esposa, ele não concordava, tinha uma posição muito parecida com a minha. Na minha frente, um carioca, que fumava um cachimbo, discordou em voz alta. A discussão tomou conta de toda a mesa. Evidentemente que só tinha como defensor o marido da campineira. Mauro Goulart coordenador do almoço, sentando no centro da mesa, velho conhecido meu, médico, preso político por anos e filiado ao PT, pediu a palavra: “O Lauro não pediu indenização porque é um homem muito rico. Para vocês terem uma idéia de sua fortuna, ele tem um grande iate e passa as férias de verão na Europa, em Mônaco, com excelentes companhias

femininas. Está vivendo o padrão dos milionários do qual nós só temos conhecimento por meio da imprensa.” E complementou: “Ele passa as noites no cassino, gastando fortunas e fazendo festa de milionário”.

Todos, sem exceção acreditaram na gozação do Mauro e começaram satiricamente a rir da minha justificativa pela ausência no palácio. Não me restou alternativa. Sem terminar o almoço, levantei-me e saí do recinto. Os dois amigos que me convidaram, levantaram-se e me acompanharam até a portaria do hotel. Pediram desculpas e concordaram que a única saída, para evitar discussões estéreis, era que eu me retirasse.

**A ÚLTIMA ELEIÇÃO DE UM SONHADOR DA
GERAÇÃO 1960.**

“A vida pode ser comparada a um bordado que no começo da vida vemos pelo lado direito e, no final, pelo avesso. O avesso não é tão bonito, mas é mais esclarecedor, pois deixa ver como são dados os pontos.”

Arthur Schopenhauer

Sou da geração que não tinha participado do que era chamado de democracia, estado republicano ou modelo americano. Com 18 anos, sem título de eleitor, não tinha votado na última eleição para Presidente do Brasil, em 1961.

Entrei na faculdade no ano de 1964. No lugar da eleição direta para a Presidência, foi dado um golpe militar em 1.º de abril - “por ser considerado o dia do azar”, os militares trocaram para 31 de março de 1964.

Tancredo Neves, 21 anos depois, por eleição indireta é o primeiro civil, tomaria posse em 14 de março de 1985, mas por problemas sérios de saúde, foi internado em um hospital paulista. Assumiu o vice José Sarney recém saído das fileiras da Arena, partido criado e administrado pela farda. O Presidente eleito indiretamente faleceu em 21 de abril do mesmo ano.

O maranhense Sarney governou o país por 5 anos. Na sequência foram realizadas as primeiras eleições diretas. Enfim o meu voto para Presidente do meu Brasil. Estava com 48 anos de idade e meu candidato Luiz Inácio da Silva perdeu. Elegeu-se o “nordestino” Fernando Collor de Mello nascido no Rio de Janeiro e ex- governador de Alagoas.

Administrou 2 anos. Antes de ser cassado, renunciou, no entanto ficou oito anos impedido de disputar qualquer tipo de eleição. Outra vez assume o vice-presidente Itamar Franco, velho político mineiro.

Na continuidade, foi eleito Fernando Henrique Cardoso, intelectual, professor de São Paulo, nascido no Rio de Janeiro e fundador de um novo partido PSDB – uma dissidência do PMDB. Como achava ser impossível transformar o Brasil em grande nação em apenas quatro anos, mandou projeto para o Congresso Nacional. Foi aprovada a reeleição para os cargos executivos: Presidente – Governador – Prefeito. A lei permite ainda que o político governe por 8 anos, tenha um descanso de 4 e retorne por mais 8

anos e assim sucessivamente.

Nova sucessão. É eleito e reeleito o operário Lula.

A continuidade histórica levou que toda a oposição chegasse ao comando geral da Nação. Assim, todos os partidos criados e de oposição aos militares chegaram ao poder – PMDB – PSDB – PT. A exceção foi o PRN: Partido de Renovação Nacional do candidato de Alagoas.

Houve avanços, conquistas, mas também grandes desilusões. A corrupção cresceu ou a liberdade deixou a imprensa mais eficaz. A distribuição de cargos entre parentes, amigos e políticos. A distribuição de recursos empresariais para partidos ou candidatos e depois retorno duplicado ou triplicado em valores. Impossível se imaginar o retorno que os empresários recebem com superfaturamento em obras estatais. Onde não houve mudanças alguma foi a impunidade para políticos e brasileiros ricos.

Cem mil dólares na cueca de um assessor de deputado estadual do PT /Ceará. Fico imaginando na casa de câmbio o funcionário cheirando as notas de papel antes da troca de dinheiro. No passado, nós, do MR8, sabíamos da origem do dólar e o cheiro era de couro cru.

Num jantar em restaurante classe “A” de São Paulo, Zé Dirceu e companheiros políticos tomam três garrafas (uma para cada político lutador = pelos pobres e miseráveis) do vinho francês La Tache – Casa Ramanee. Valor total R\$ 15.000,00. Fazendo uma comparação com o meu trabalho, para receber esse mesmo valor do SUS é necessário realizar 7.389 consultas médicas ou 11.364 extrações de dentes. E os degustadores do vinho fazendo festas, por serem os verdadeiros e altos representantes do povo brasileiro.

Sou apenas mais um brasileiro inconformado.

“UM PARTIDO É A LOUCURA DE MUITOS EM BENEFÍCIO DE UNS POUCOS”.

Alexandre Pope.

Início do segundo governo do antigo companheiro de pesca (muita pretensão identificar a autoridade máxima do Estado como companheiro pescador). A lembrança mais forte do retorno do novo governo foi o mês de abril de 2003.

Outra vez sou convocado para uma reunião na sala do diretor – alto escalão. Cheguei no horário marcado das 14 horas ao seu gabinete. Mesa comprida de madeira antiga e trabalhada, cadeiras de espaldar alto. Sentado na cabeceira, o Alto Escalão Dr. Carlos Manoel e, lateralmente, outros meus superiores.

Entrei no recinto dando boa tarde com sorriso nos lábios e não fui correspondido, nem com boa tarde e muito menos com sorriso. “Sente-se aqui”, foi a ordem do comando na cabeceira. Fiquei sentado ao seu lado direito. Com voz grave e rosto fechado de quem está dirigindo uma reunião de altas autoridades, foi direto: “O senhor está recebendo ilegalmente recursos econômicos do tesouro do Estado do Paraná e terá que devolver todo o dinheiro que foi creditado com o nome de salários”. O advogado presente complementou: “É lei, e terá que ser cumprida”.

Encurralado como o maior bandido ou ladrão dos cofres públicos, devo ter ficado com toda a minha face branqueada.

O Comandante da reunião voltou à palavra: “O senhor está recebendo da Secretaria e da Associação essa junção de salários que é ilegal”. O advogado foi mais enfático: “Terá que devolver todo o dinheiro público recebido. É lei”.

Quieto pensava, meu último salário do governo anterior tinha sido de R\$792,36 e com a troca de governador, o primeiro aumento, o salário saltou para R\$1.071,15 – esses eram os últimos salários líquidos. Será que teria de pagar tendo como referência o último? Fazia três anos que tinha o salário duplo.

Três anos roubando o Estado do Paraná? Eu teria que devolver esses anos e ainda faltariam dois anos para poder pedir a minha

aposentadoria do sistema público federal.

O fato ocorreu na primeira gestão do governador Requião. Ele tinha acabado de assumir e, na época, fechou a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, criando o Instituto de Previdência do Paraná. Os cargos comissionados passaram a recolher não mais ao INSS e sim ao Instituto do Estado.

Foi tirado assim o nosso direito à aposentadoria e à assistência à saúde. Esse ato não era ilegal? Tirando do trabalhador o direito à assistência médica e a sua futura aposentadoria? Ou era em verdade a maneira de reforçar o caixa do Instituto Estatal sem nenhum retorno ao descontado?

Então fiz a descrição daquele acerto, que já descrevi, com o antigo secretário, o diretor-geral da época e o advogado que me garantiam ser legal. relatei toda a história às novas autoridades presentes. Mas o relato do acontecido não mudou o posicionamento. “O senhor está recebendo ilegalmente e terá que devolver.” – repetia o comandante. Resolvi fazer uma analogia: “Se eu passar por uma banca de jornal, apanhar uma revista e sair sem pagar, o proprietário vai chamar o primeiro policial, que ao me alcançar vai ser categórico: devolva a revista à banca, seu ladrão.”

Pedi ao diretor: “Como Vossa Excelência sabe, fui nomeado diretamente pelo governador, peço que coloquem no papel todas as afirmações que estou recebendo ilegalmente do Estado. Peço também a assinatura dos diretores presentes, como testemunhas. Quero uma cópia do documento e ficarei em casa aguardando a decisão governamental. Ele, com certeza e com seus poderes, me demitirá e assim vocês colocam um profissional honesto. Não sairei da sala sem esse documento, é um direito meu. Sofri acusações de receber dinheiro ilegalmente, e de posse desse documento vou procurar um advogado para estudar a acusação”.

Permaneci sentado, aguardando o documento. Dr. Antonio Paulo Mallman, médico e outro alto escalão falou pela primeira vez: “Acho que o assunto deve ser aprofundado, talvez o indicado seja um processo

administrativo para depois remeter ao governador”.

Mantive a posição. “Não saio daqui sem a acusação. É meu direito. Fazem acusações verbais, não assinam as acusações feitas com tanta veemência?”

“ Partiram do conceito público de que o quarto escalão, com medo de perder o emprego aceita toda e qualquer humilhação? Já passei por outros empregos e fui despedido por posições políticas contra a ditadura e jamais sob a acusação de ladrão. Aqui o discurso do diretor vai me fazer rastejar pedindo para não perder um salário de mil reais?”

“Vocês não me conhecem. Sendo ladrão, conforme a acusação, coloquem-me na cadeia onde é o domicílio certo. Enquanto eu era preso por fazer oposição aos militares, vocês não se manifestaram e nem questionaram os que matavam, torturavam. Com certeza defendiam a censura nos órgãos de informações e achavam melhor para o País que os contrários morressem no exílio. Hoje vocês estão no partido que ajudei a criar, como filiados de poucos mais e são peemedebistas convictos porque estão sempre junto ao poder. Vocês foram e continuam sendo covardes. Façam o documento que pedi e irei embora”.

Na verdade, permaneci naquele ambiente muito tempo com os olhos fixados no diretor. O que sugeriu um processo administrativo permaneceu o resto do tempo calado. Foi uma pessoa educada e de princípios. Acabei indo embora sem a declaração. Não instituíram um processo administrativo, não fizeram carta ou ofício ao governador, não levaram o caso para o Poder Judiciário. Não fizeram nada, somente humilharam-me herança das lições que aprenderam na escola dos ditadores e no partido chamado de Arena ao qual eram filiados ou simpatizantes e para o qual trabalharam nas poucas eleições que a ditadura permitiu.

Deixo aqui um adendo: com muita dificuldade e depois de um razoável tempo, consegui uma audiência com o Procurador Geral do Estado

Dr. Sérgio Botto de Lacerda e descrevi o fato. Ele fez a pergunta: “Criaram uma Comissão de Sindicância?” “Não” – respondi. Ele complementou: “Não criaram porque o caso não tem sustentação jurídica”.

“QUEM DECIDE SE COLOCAR COMO JUIZ DA VERDADE E DO CONHECIMENTO É NAUFRAGADO PELA GARGALHADA DOS DEUSES”.

Albert Einstein.

ENQUANTO ISSO ... Comecei a escrever minhas memórias quando o Centro de Reabilitação já tinha alguns anos de existência. Pensava muito para que a memória relembresse do passado. Enquanto isso vivia com os problemas dos filhos, de pessoas simples junto com seus

UM BELO FINAL

Estamos em julho de 2002 e nasce no Hospital do Trabalhador uma bela menina. Veio ao mundo com uma fissura completa no lado esquerdo. A malformação inicia no lábio e tem o céu da boca totalmente aberto.

Um funcionário do hospital me avisou que a mãe não queria vê-la, muito menos amamentá-la. Fui até lá, inicialmente conversei com a enfermeira-chefe da maternidade, que me levou até a linda menina. Os olhos negros chamavam atenção.

A enfermeira contou uma longa história em que não dava para acreditar. Resolvi conversar diretamente com a mãe, jovem, bonita, cabelos e olhos negros que estavam reproduzidos na recém chegada.

Fui perguntando por que ela não queria ver a filha. Por que tinha fissura? Após um tempo veio uma resposta rápida, sem maiores explicações: “Não quero vê-la”. Outra longa pausa e iniciou os motivos em uma comprida história.

A bela mãe casada tem um casal de filhos, uma menina de quatro anos e um menino com seis anos de idade. Mora com a família em São Paulo. Em um determinado dia, sem entrar em detalhes, ela foi estuprada por um desconhecido de cor branca que a abandonou semiacordada e fugiu. O marido em casa preocupado, já havia telefonado ao seu serviço e a outras pessoas do relacionamento do casal. Aguardava nervoso a chegada. Os filhos dormiam. Depois de longa espera, ela chegou desesperada, chorando sem parar e relatou o acontecido ao marido. Resolveram ir à delegacia mais próxima onde foi feito o Boletim de Ocorrência, dentro do padrão policial dando a descrição do bandido e do ocorrido.

Para completar a infelicidade e as dores, físicas e moral do estupro, veio uma gravidez indesejável. Um novo e longo sofrimento. A discussão do casal, na ausência dos filhos, era de aceitar o novo ser humano em formação, ou como proceder. Na procura das autoridades, conseguiram a liberação judicial para o aborto. Fizeram essa opção e a justiça autorizou o aborto.

Porém, a mãe não teve coragem. De comum acordo com o esposo, idealizaram um plano. Quando a gravidez começasse a dar sinais que pudessem chamar a atenção dos filhos, ela viria para Curitiba. Ficaria hospedada na casa de uma irmã residente na cidade até o nascimento do bebê. Para os filhos ela teria viajado a fim de fazer um curso de aperfeiçoamento e voltaria em breve. A outra decisão, tomada em conjunto: não iriam, em hipótese nenhuma; ver a criança. Tinha medo de mudar a decisão.

Essa foi a história ocorrida e cumprida. Ao ter alta da maternidade, sem ver a filha, voltou para o seio da família que a aguardava com muitas saudades.

A menina de olhos negros foi entregue ao Conselho Tutelar que entregou para uma casa de apoio filantrópica localizada no mesmo bairro do CAIF/AFISSUR. Uma mãe social procurou o nosso centro para orientação e

acompanhamento. Era emocionante ver aquela linda menina sem família no aguardo da adoção.

Numa determinada tarde, chegou a mãe social, acompanhada de um casal de meia idade. Casados há anos, tinham dois filhos maiores de vinte anos e queriam saber tudo sobre a reabilitação de criança portadora de malformação de face e palato. Para tanto, começaram a acompanhar os preparativos de outras crianças para a primeira cirurgia, o que os encorajou a fazer contato com a Justiça com pedido de adoção. Era um casal morador de uma cidade vizinha e, notei, em excelentes condições financeiras. Trajavam-se bem, tinham um belo carro e bom nível cultural que deixavam transparecer nos diálogos com os profissionais do CAIF.

Entretanto, havia aí outra história: a mãe pretendente também tinha sido adotada. Era uma pessoa que transmitia felicidade e aparentemente não tinha traumas. Sempre alegre, acompanhava o crescimento da menina, a quem tinham dado nome. Era um nome provisório, pois aguardavam a decisão judicial.

Intrigava-me a demora judicial.. Mande uma carta, acompanhada de uma fotografia do casal junto à menina para a autoridade responsável pelo caso. Na carta justificava a atitude. Colocava que o ideal era a primeira cirurgia na companhia dos pais. Assim, ao sair do hospital, iria para sua casa definitiva e teria todos os cuidados e as orientações repassadas pelos técnicos.

Encaminhei também ao Juiz o protocolo de tratamento para a reabilitação da criança fissurada, a fim de buscar um resultado estético e funcional o mais próximo da perfeição. Não deu para entender quando a mãe social veio dizendo que o Juiz chamou-a e mandou o recado: “A decisão judicial cabia a ele e não aceitava qualquer tipo de pressão”.

Passado algum tempo, um telefonema da casa de apoio informava que o pedido tinha sido indeferido. Foi difícil imaginar quais razões o levaram a tal decisão. Com certeza o Juiz, em suas entrevistas com os pais pretendentes, tivera conhecimento de outros fatos que eu não sabia e cheguei à conclusão de que aquele não era o casal indicado.

O acompanhamento da menina às consultas no CAIF/AFISSUR continuou ocorrendo devido à contribuição da mãe social. Era mantida a

minha posição: “Vamos esperar um pouco mais, até a vinda de uma nova família”.

E aconteceu. A pretendente era engenheira, casada, sem filhos, beirando quarenta anos de idade. Uma mulher alta, cabelos escuros e de sorriso fácil. O interessante é que ela também, como a mãe biológica da menina, nasceu, cresceu e estudou em São Paulo. Havia realizado pós-graduação na Inglaterra.

Em pouco tempo, a engenheira apaixonou-se, como toda a equipe, pela menina. Ela iniciava a maratona de conhecimentos para dar continuidade ao tratamento. Novamente a equipe de profissionais se disponibilizava a orientar a segunda mãe com proposta de adoção. Entrou com pedido e o processo foi concluído favoravelmente e em pouco tempo. Foram sete meses. A primeira cirurgia de lábio foi realizada em novembro do ano de 2002.

A pergunta da nova mãe que ficou gravada na minha mente foi se apesar da fissura no palato, havia possibilidade de a menina aprender a falar outra língua? Sua intenção como profissional era voltar a morar em Londres. Respondi que a menina, agora com o nome definitivo, falaria todas as línguas a que tivesse acesso, uma vez que era uma pessoa intelectualmente normal. A mãe, agora definitiva, acompanhava assiduamente todos os passos do tratamento. Em março de 2004, foi operado o palato.

Pais e filha se mudaram para São Paulo. A paciente continua sendo reavaliada periodicamente pela nossa equipe. Em uma viagem a Curitiba, acompanhada da avó, pediu o nome da mãe biológica, pois sua filha de coração, morava em São Paulo, poderia, em uma rara coincidência da vida, vir a conhecer e namorar seu irmão por parte de mãe. Ele, o irmão, era seis anos mais velho e vivia na mesma cidade.

Uma filha única de uma grande mãe. Foi um belo final.

*

OUTRA ORGANIZAÇÃO AMERICANA DIFERENTE DA PRIMEIRA

Uma nova parceria aconteceu com a Operation Smile – Operação Sorriso, que tem como objetivo levar uma equipe completa para a realização de cirurgias de face e palato e incutir em profissionais locais que é possível criar um serviço. Assim acontece a “Missão”, termo usado pelos americanos. Além da equipe de vários países, são convidados os profissionais da região. É uma maneira de mostrar que o ato cirúrgico tem complexidade, mas sua realização é possível. Além dos profissionais médicos, participam dentistas, enfermeiras, psicólogos, assistente social e pessoal de apoio em nível ambulatorial e hospitalar. O hospital local participa apenas cedendo o espaço físico para o trabalho. O material de consumo e instrumental acompanha a delegação e o excedente é doado ao hospital.

Essa filosofia de trabalho tem sido alvo de críticas violentas por parte de outros serviços. A justificativa é que o tratamento fica incompleto. Eu vejo sob dois ângulos: o primeiro é mostrar a viabilidade do serviço, pelo menos em algumas regiões brasileiras; o segundo diz respeito ao fato de que aquele ser humano, com o lábio aberto, vai somar a outros brasileiros adultos existentes. Alguns com mais de 70 anos de idade ficam marginalizados da sociedade devido ao aspecto disforme da face, ou da fala incompreensível. São apelidados de “fanhoso, boca torta, etc”. Então, é melhor o fechamento estético da face e céu da boca do que deixar esse cidadão nascer e morrer longe da comunidade. Os adversários acusam também que os pacientes atendidos nas “Missões” são cobaias de estudantes.

Um fato desses aconteceu em uma capital do nordeste. Quando o serviço público daquela cidade começou a fazer o chamamento dos pacientes, a associação dos médicos da cidade informou à imprensa que chegaria um grupo de estudantes americanos, para usar os paraenses para treinamento profissional.

A mídia local estava toda presente no aeroporto quando chegou a equipe. Começaram as perguntas, queriam entrevistar os alunos. A equipe de cirurgiões plásticos estava assim composta: dois do CAIF, um da USP, um da UFMG e um médico canadense de 52 anos de idade. Quando tudo foi esclarecido, o canadense brincou: “Gostaria de ser aluno, assim eu estaria com pouco mais de 20 anos de idade.”

Para completar, dos mais de 30 médicos cirurgiões plásticos do local, apenas um assistiu às cirurgias. Foram realizadas cirurgias em 144 pacientes. Tenho a foto de um casal com seus três filhos adolescentes, todos com fissura somente de lábio. Volto a frisar, o trabalho é voluntário.

Outro fator que impedem a criação de outros centros de reabilitação é o valor pago pelo SUS. Entre fazer uma cirurgia estética na “madame” local e uma corretiva no pobre infeliz e paga pelo MS, evidentemente acontece a primeira opção.

Muitos pacientes foram atendidos pela associação norte-americana Operation Smile com seu trabalho em equipe com profissionais de várias partes do mundo.

Essa parceria, que teve início em 1999, colheu os resultados em 2004, quando a organização americana, depois de anos de trabalho em conjunto e observação do trabalho em equipe, para nossa satisfação, escolheu-nos como o melhor serviço da América Latina.

A proposta foi de uma parceria com o CAIF/AFISSUR – SESA, para treinamento de profissionais de todas as áreas em Curitiba. A Operation Smile Internacional responde com as despesas da vinda dos profissionais, incluindo passagens, estadias e despesas de alimentação. A nossa participação é o repasse de conhecimento. Nossa equipe faz trabalho voluntário.

Segundo o MS do governo posterior, depois da criação do serviço auditivo, o Brasil estava fazendo tratamento auditivo de primeiro mundo e nós

somos Terceiro Mundo – foram as palavras do representante do MS. Essa foi a justificativa para a redução de preços estabelecidos pelo governo federal anterior. A consulta de otorrino, mais exames, baixou de R\$65,00 para R\$19,23.

Nos últimos quatro anos, o nosso serviço auditivo era o que mais faturava no Estado. O saldo positivo era repassado para o tratamento das malformações congênitas deficitário. O governo estadual deixou de repassar recursos financeiros para as reabilitações crânio facial.

Com surpresa recebi a visita do representante que tinha feito a proposta de corrupção na compra de aparelhos auditivos. Chegou novamente sorridente e foi logo afirmando: “Está lembrado de nosso papo de quatro anos atrás quando lhe propus uma comissão? Hoje é impossível, pela redução de valores. Você, pelos meus cálculos, teria uma conta bancária de R\$1.800.000,00. Não é uma fortuna, mas daria para resolver muitos problemas”.

Eu estava pasmado, aquela figura não tinha esquecido da minha atitude que, para ele, fora incompreensível. Passou a descrever outros centros auditivos do interior e de outros Estados que aceitaram a sua proposta e o resultado do crescimento patrimonial das pessoas responsáveis pelo serviço e sem qualquer tipo de problema. Como ele chegou ao valor que eu receberia, não perdi tempo em perguntar. Encerramos o trabalho com 12.000 pacientes cadastrados e, se em 50% foram colocados duplos aparelhos e naqueles valores, é possível chegar ao valor da proposta de corrupção.

Agora, de fato, o pensamento dele é natural no nosso país. Eu e Dona Gorda trabalhamos juntos durante 40 anos e fizemos uma economia para ter um patrimônio que não chegou a um quarto da proposta e teria essa fortuna sem nada trabalhar em apenas quatro anos.

Veio à lembrança da infância do cacho de banana ouro que roubei. Estava somente querendo fazer uma surpresa na sobremesa do almoço. Não

consegui, assim como não consegui esquecer a humilhação de ser ladrão.

**“MELHOR NÃO PERSEGUIR UM PASSADO QUE JÁ SE
PERDEU”**

Zhang Liangnane – Século

EPÍLOGO

“Temos o destino que merecemos. O nosso destino está de acordo com os nossos méritos”.

Albert Einstein

Aos 65 anos, com diagnóstico de câncer no intestino, fui para o mesmo Centro Cirúrgico que reabilita os pacientes do meu serviço.

Retiraram a parte onde o tumor estava instalado.

A depressão cresceu e com ela a certeza de que era o início do fim. Meu pai morreu com essa idade.

Porém, os exames pós-cirúrgicos foram favoráveis. Não havia metástase em outro órgão ou em qualquer região do meu corpo.

Passaram-se alguns meses e aconteceu o reencontro, o médico cirurgião, Dr. Iwan Collaço professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná e o seu cliente cirúrgico e amigo.

— Como você está Lauro?

— Bem, e você?

— Tomando antidepressivo. Você não está?

Respondi que sim.

— Você sabia que esse medicamento é “brochante” - movimetei a cabeça para baixo, dando sinal de conhecimento.

— E para dormir, está tomando remédio? — continuou.

— Sim – respondi SIM pela terceira vez e dei o nome da medicação.

— Esse remédio leva à perda de memória – diagnóstico do professor.

Essa realidade eu não sabia, mas estava tendo momentos de esquecimento no cotidiano. Além disso, há muito tempo dormia sedado.

— E tua aposentadoria como está, Lauro?

— Estou aposentado pelo INSS. E você, professor?

— Tenho que trabalhar mais três anos.

Complementando nossa conversa:

— Lauro ficamos velhos brochas, sem memória e a sua aposentadoria, com o passar do tempo não será suficiente para pagar os medicamentos de uso contínuo.

Após essa conversa, atentei para os fatos de que ele esquecera de citar – o glaucoma em um olho e a catarata no outro, a perda auditiva e o aumento do zumbido. Enquanto a surdez aumenta, a próstata cresce e segura a urina. E nós, os velhos, vamos dezena de vezes ao banheiro. Mas não para

aí. Por mais de esforço que façamos, sai uma urina rala e mesmo sacudindo bastante, sobram pingos para molhar as nossas calças.

Particularmente, não pretendo nunca usar aparelho auditivo. Passei muitos anos escutando discursos, belas palestras e debates filosóficos e hoje sinto que fui enganado. Era tudo mentira. A solução é a surdez para sempre.

Saí do hospital fazendo uma nova retrospectiva de vida. Talvez foi um erro retirar o pedaço do intestino com câncer. A vida tem seu tempo definido e eu contrariei o meu destino. Se não atuasse na área da saúde ou se fosse um pescador pobre da Ilha de Superagüi, faria o caminho traçado pelo meu corpo ou pela vontade divina, como diria o homem que acredita em Deus. “Mas foi Deus que colocou você nesse trabalho ligado à saúde e não na pesca”. — retrucaria um amigo religioso.

Outra verdade é que a idade avançada é igual ao automóvel que não sai da oficina. Com o carro em tratamento do médico mecânico, o medo de dirigir nos engarrafamentos diários e levando sustos de motoqueiros em toda fração de segundo, resolvi partir para a viagem padrão da terceira idade.

Procurei a “Rua da Cidadania” para reivindicar o “Cartão Transporte”, que grava a foto do beneficiado e está escrito em letras grandes **“ISENTO”**.

A Rua dos Pobres/Cidadania que procurei fica na Praça Rui Barbosa – Centro de Curitiba e onde fica também a Igreja Bom Jesus, do meu casamento.

O que é chamada de Rua da Cidadania é, na verdade, uma grande construção simples que abriga lojas, mercado popular e o Restaurante/Prato Feito de um real. Além do comércio existe um setor administrativo da Prefeitura Municipal, na qual está abrigado o setor de documentação para os **Isentos**.

Essa simples construção ocupa o terreno de uma quadra, que antes era um quartel do Exército Brasileiro e onde estive preso.

Era a primeira vez que entrava na famosa Rua e, pedindo informações, cheguei ao local da documentação para os idosos. Foi fácil de encontrar. Entrei e já me deram informações: “Pegue a senha naquele balcão”, apontaram. “Aguarde sentado. Quando o painel apitar mostrando o seu

número e o guichê, levante-se calmamente, olhe bem e dirija-se ao guichê onde será atendido”. Era a orientação dada em voz alta.

Todos sentados, obedecendo à ordem. Idade acima de 65 anos. Todos companheiros, não mais de luta armada e sim de primeiro passaporte grátis de ônibus. Outros mais velhos também companheiros, sentados, aguardavam a renovação. Não sabia, o cartão tem validade por um ano. Assim que o velho morrer, o passaporte será usado por pouco tempo. O vigarista camuflado de velho terá passagens gratuitas por pouco tempo. Sacanagem de vida curta.

Tocou o sinaleiro com meu número. Cheguei ao guichê, apresentei o documento de identidade e um comprovante de domicílio em Curitiba.

A moça que me atendeu, muito simpática, sorridente e educada. Estava preparada para enfrentar os velhos carrancudos, surdos, quase cegos e de pouca paciência.

O trabalho foi rápido. O computador, que nós velhos não dominamos, é fantástico.

Ao receber meu cartão “ISENTO”, olhando para a moça funcionária, perguntei:

— Você sabia que aqui, antigamente era um quartel do Exército?

Ela me olhou meio de jeito e não respondeu.

— Eu tenho saudades dessa época. Nesse quartel estive preso.

Com essa afirmação ela entrou na conversa:

— O senhor esteve preso? Por quê?

— Porque eu era contra a ditadura militar, respondi.

— Mas o senhor tem saudades do quartel onde esteve preso?

— Não – respondi balançando a cabeça – tenho saudades dos meus vinte e sete anos de idade que tinha na época. Uma idade parecida com a sua.

Agradei e fui fazer o teste do uso do cartão. Tinha que aprender o que fazer ao entrar na estação tubo de acesso ao ônibus. Precisava saber como destravar a catraca. Tem que ser muito inteligente – pensei. Passei no primeiro teste e recebi elogios – parabéns. Quem destrava a catraca é o vendedor de passagens do tubo de embarque ou dentro do próprio ônibus. Vim saber depois.

Saí do ex-quartel orgulhoso.

Chovia. Parei no meio da praça e fiquei olhando as poucas árvores. As longas e largas calçadas ocupavam o maior espaço. A praça, que conheci em 1963 quando pegava o ônibus diariamente para dar aulas de alfabetização em Campo Comprido, tinha se transformado no principal terminal de ônibus do Centro de Curitiba. Agora voltei a usar a mesma praça, passaram-se 45 anos. A grande diferença é a passagem de graça. Deveria levantar os braços e gritar **“VIVA”**. É o grande avanço da minha geração por que eu lutei e ajudei a conquistar.

Parado relembra a antiga estrutura do quartel. Virando a cabeça olhava a Igreja sem nenhuma alteração na sua construção.

O pensamento voltou para a moça que me atendeu. Não sabia que ali fora um quartel e muito menos que houvera uma ditadura militar.

Voltei aos 26 anos. Em Paris, ruas do bairro Quartier Latin, sob o comando do alemão COHN-BENDIT, estudantes franceses, maoístas, trotskistas, anarquistas e alienados, gritavam: **“Nós não sabemos o que queremos, só não queremos o que está aí”**. Foi o movimento de maio que durou até junho de 1968.

Em junho de 1989, outro movimento estudantil na Praça da Paz Celestial de Pequim pedindo democracia. Mao Tse-tung já morto. E a China sob o comando de Dean Xiaoping. Esse mais triste. Levou à morte – fonte oficial: 241 chineses, sendo 36 estudantes. A Cruz Vermelha, instituição internacional de saúde, deu outros dados: em torno de 3.600 mortes.

Nós, no Brasil, sabíamos que a solução era uma sociedade igualitária, marxista, onde os seres humanos fossem tratados com respeito, dignidade e igualdade.

Na época tinha, junto com os companheiros, essa certeza. O tempo é que foi lentamente apagando a luz.

“MELHOR NÃO PERSEGUIR UM PASSADO QUE JÁ SE PERDEU”.

Zhang Liangnang - Século IX.

Voltei para a realidade.

A chuva continuava. Caminhei em direção à estação tubo.

No ônibus em direção ao trabalho, sentado junto à janela destinada aos idosos, observava os prédios, casas, muros, todos pichados, ou melhor, sujos. São riscos que não têm tradução para mim. É o protesto da nova geração?

Na minha época havia muito pouca pichação. “Abaixo a Ditadura”. “Viva a Liberdade”. “Eleições já”.

Na minha simplicidade e no meu limitado conhecimento da vida de um cidadão comum que chegou à universidade, o que mudou:

- Quando jovem, meu pai controlava a minha ida aos botecos. Ele dizia: “Não beba cachaça. Não abuse da cerveja”. Não havia restrições ao cigarro. Fumar era charme. A nicotina não era um motivo de preocupações. As drogas não existiam para mim.
- A relação sexual só com mulheres profissionais. Havia casa de prostituição em todas as cidades. A relação com virgens juntando ou não com gravidez, pelo menos da sociedade em que vivia, era passaporte obrigatório para o casamento.
- A violência era minúscula. Na minha cidade, um julgamento por assassinato acontecia, no máximo, dois por ano. A cidade parava para assistir no Fórum ao resultado final. Com torcedores pró ou contra o réu. As mortes, na maioria, eram resultados de brigas pessoais, casos amorosos, disputas comerciais, etc. Assassinato de pessoas ou familiares por roubo nunca soube. Assalto e pequenos roubos residenciais praticamente não havia. As portas eram fechadas com trincos.
- A cadeia pública era dirigida por “Delegado Calça Curta” – pessoa de idade, indicada pelo Prefeito. Existiam duas celas, sempre desocupadas.
- Não havia mendigos também em Morretes. As pessoas com dificuldades financeiras, doentes e outros momentos difíceis na vida, tinham o apoio da sociedade. Minha mãe faz isso até hoje, com seus 86 anos de idade.

- A corrupção existia, mas não havia órgãos de informações que a denunciassem. Hoje o Brasil está sem comentários.
- Os cargos políticos eram disputados por pessoas com respeitabilidade junto à população. A corrupção comentada nos botecos era o patrimonial, barcos de pesca, viagem freqüente.
- A justiça não mudou. A classe “A” contratava advogados com fama e já tinha também a corrupção do poder judiciário. Os processos acabavam arquivados por decurso de prazo. Hoje, pelo menos, temos conhecimento de algumas figuras políticas e empresários mais corruptos do país. Julgamento continua no mesmo: arquivamento.
- Os partidos políticos tinham mais respeitabilidade. A troca de partido era coisa rara.

O que melhorou: a liberdade principalmente dos órgãos de informação, a democracia aparentemente se consolidou. O restante, toda sociedade brasileira sabe.

“A ALMA É CURADA AO ESTAR COM CRIANÇAS”.

FEDOR DOSTOIEVSKI.

Entro sorridente no Centro de Reabilitação que criei. Aquelas crianças, pacientes pobres, junto com seus pais, merecem o abraço da solidariedade. O tratamento é longo e temos que estar juntos, dando segurança de que o caso será resolvido. O paciente jovem é também preparado para o mercado de trabalho. Temos professor de reforço escolar e de aulas de informática.

Compartilhar da vida com outras pessoas e não viver unicamente para si sempre foi minha busca pessoal. O resultado é meu trabalho. Os grandes sonhos morreram.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

C E R T I D ã O

Em conformidade com a Portaria nº 510, de 16 nov. 2000, da Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e em atendimento ao requerimento de LAURO CONSENTINO FILHO, brasileiro, casado, odontólogo, filho de Lauro Consentino e Alaide do Carmo Consentino, nascido no dia 3 set. 1942, em Morretes/PR, portador da Carteira de Identidade nº 404.914-4 - SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 123.887.699-49, protocolizado no dia 27 maio 2005, e certificado que, nos arquivos sob custódia desta Agência, há registros sobre fatos e situações com as seguintes informações:

Em jul. 1967, era tesoureiro do jornal Tribuna Universitária, editado por estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Em 10 nov. 1969, foi preso e envolvido em Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado pela 5ª Região Militar (5ª RM), para apurar atividades do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) no Paraná. No relatório do inquérito foram registrados os seguintes dados sobre o requerente: "No decorrer do funcionamento do IPM de foi efetuada a prisão de Lauro Consentino Filho que, conforme seu depoimento e o de outros implicados, apresentou algumas implicações com o grupo subversivo conhecido como MR-8 quando da ação do mesmo no município de Medianeira, mas por falta de provas testemunhais mais convincentes achamos por bem eliminá-lo do enquadramento, pois o mesmo não chegou a ter ação efetiva no grupo subversivo, situando-se como ideologista não ativo".

(continuação da Certidão nº 10182, de 6 de outubro de 2005 – Agência Brasileira de Inteligência – Abin)

Em documento datado de 1971, foi citado como militante do MR-8 implicado no abandono de armamento no Rio O'col. Hospedava e mantinha contato com os membros do grupo.

Em 1975, foi eleito secretário do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Medianeira/PR.

Em 4 out. 1977, foi admitido pela União de Construtoras Ltda (Unicon), como odontólogo, para atuar no canteiro de obras da Itaipu Binacional em Foz do Iguaçu. Em 24 jan. 1983, foi demitido da empresa Unicon.

Em 4 jun. 1986, viajou para Havana/Cuba.

É o que consta nos arquivos sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Brasília/DF, 6 de outubro de 2005

DAVID BERNARDES DE ASSIS
- Coordenador-Geral de Documentação
Agência Brasileira de Inteligência/GSI/PR



Siglas

ACD	Atendente de Consultório Dentário
AFISSUR	Associação de Reabilitação e Promoção Social do Fissurado Lábio Palatal
AIHS	Autorização de Internação Hospitalar
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS)
ANTT	Agência Nacional de Transporte Terrestre
APCD	Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEO	Centro de Especialidade de Odontologia
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho – “Celetista”
CNRAC	Central Nacional de Regulamentação de Alto Custo
COA	Centro de Orientação e Aconselhamento
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN	Cia. Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAGS	Diretório Acadêmico Guido Straube
DAS	Direção e Assessoramento
DCA	Direção, Chefia, Assessoramento
DCE	Diretoria Central dos Estudantes
DMI	Departamento Materno-Infantil
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DSG	Departamento de Serviços Gerais
DT	Departamento Técnico
DVO	Divisão de Odontologia
FCMR	Fundação Caetano Munhoz da Rocha
FRIMESA	Frigorífico Medianeira
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNBEO	Fundação Bauruense de Estudos Odontológicos
FUNCRAF	Fundação para Estudos e Tratamento das Deformidades Crânio Facial
GM	General Motors
HRACF – USP	Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo

IBC	Instituto Brasileiro do Café
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPE	Instituto de Previdência do Estado
IPM	Inquérito Político Militar
ISEP	Instituto de Saúde do Paraná
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LIBELU	Liberdade e Luta
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MP	Ministério Público
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MS	Ministério da Saúde
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PMDB	Partido de Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido de Mobilização Nacional
POLOP	Política Operária
PROFIS	Sociedade de Promoção Social dos Fissurados Lábio-Palatal
PSF	Programa Saúde da Família
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RG	Regional de Saúde
RPA	Recibo de Pagamento Autônomo
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
TFD	Tratamento Fora de Domicílio
THD	Técnico em Higiene Dental
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho
UNICENP	Centro Universitário Positivo
UPE	União Paranaense dos Estudantes
US FAS-SOS	US – Unidade de Saúde FAS – Fundação de Assistência Social SOS – Serviço de Orientação Social
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
VPRP	Vanguarda Armada Revolucionário Palmares

